



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL - FACIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO PONTAL - PPGE
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

JOSY DAYANNY ALVES SOUZA



**SEGREGAÇÃO, HABITAÇÃO SOCIAL E PRÁTICAS
SOCIOESPACIAIS:
O MERGULHO NO COTIDIANO**

ITUIUTABA - MG
2017

JOSY DAYANNY ALVES SOUZA

**SEGREGAÇÃO, HABITAÇÃO SOCIAL E PRÁTICAS
SOCIOESPACIAIS:
O MERGULHO NO COTIDIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal – Área de Concentração: Produção do espaço e dinâmicas ambientais, da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Produção do espaço rural e urbano

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Oliveira Junior

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL

JOSY DAYANNY ALVES SOUZA

**SEGREGAÇÃO, HABITAÇÃO SOCIAL E PRÁTICAS
SOCIOESPACIAIS:
O MERGULHO NO COTIDIANO**

Dissertação aprovada para obtenção do título de Mestre em Geografia no Programa de Pós Graduação em Geografia do Pontal – Área de Concentração: Produção do espaço e dinâmicas ambientais – Linha de Pesquisa: Produção do espaço rural e urbano, da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, pela banca examinadora formada por:

Prof. Dr. Antônio de Oliveira Junior. - UFU-MG

Prof. Dr^a Maria Angélica de Oliveira Magrini - UFU-MG

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro - UFG-GO

Ituiutaba, 31 de maio de 2017.

À minha mãe Durvalina, que com dignidade e força nunca deixou que nos faltasse o pão, o afeto e o direcionamento no caminho do bem.

**Dedico este relato da vida cotidiano aqueles que de alguma forma vão à luta e fazem deste um mundo melhor. Cada um que lute com suas armas, não as defino, que as flores, a fotografia, a bola, a palavra e a verdade, sejam lábaros de resistência, sempre.
E que essas vozes ecoem!**

O sentimento mais nobre é de GRATIDÃO.

Agradeço a FORÇA que move, que em alguns momentos chamei de Deus, em outros de Oxalá e em muitos de Universo. Hoje, misturo todas elas e ainda me encontro aberta a chamá-la de tantas outras formas, assim como sentir meu coração. Gratidão! Axé para quem é de Axé. Saravá para quem é de Saravá. Assim Seja para quem é de Assim Seja. Amém para quem é de Amém.

À meus pais Durvalina e Joaquim, agradeço o constante incentivo. De modo especial, eterna gratidão à minha mãe, que me apoiou de todas as formas e em todas as etapas da vida. Essa conquista é de alguma forma um pouco sua, minha mãe. A meu sobrinho Ravier Dalessandro, obrigada pelos abraços e sorrisos sinceros em meio ao caos da produção.

Ao amigo geógrafo, Gleidson Caesi, gratidão! O envio do edital abriu caminhos para a realização deste sonho.

Ao meu orientador e amigo Antonio Oliveira, agradeço as contribuições diárias, (regadas sempre a muito café), o direcionamento nos caminhos a seguir e a paciência com que me conduzia quando me encontrava perdida em meio ao processo. Obrigada pelos "puxões de orelha", pela sagacidade das contribuições e por me instigar a reflexão.

À Ana Paula Rissati, Breno Pereira, Elisangela Alves, Izaquiel de Carvalho, Jordana Alves, Lauro Lobo, Marcela Rodrigues, Osvaldo Lacerda, Thays Lopes e Vitória Alves agradeço as diversas formas de contribuição para o desenvolvimento desta pesquisa, a comida, o abrigo, as caronas, os ouvidos atentos às minhas inquietações, as gargalhadas, os abraços, as lágrimas e o afeto. Em tudo, vocês foram essenciais!

Ao amigo Isley, peço licença para aludir a obra de uma intérprete que em muito nos toca, quero te "Agradecer e Abraçar". Poderia fazê-lo de forma a elencar uma sucessão de motivos (ah, como seriam incontáveis as linhas!), então delimito aqui, mas não limito para a vida minha gratidão. Agradeço as poesias semanais, o olhar sensível (a mim e à pesquisa). Abraço-te por ser luz em espaços que se faziam escuridão, por ser exemplo no modo de ver a vida e a pesquisa, pela generosidade em sempre partilhar novas possibilidades de se olhar... Que nossos caminhos sejam de encontros e reencontros, sempre!

Mayara Parise e Midiane Scarabeli, vocês foram os avessos em meio ao caos. Gratidão por compartilharem sorrisos, abraços, lágrimas, palavras, cafés, chocolates, viagens... De tudo, desejo que a gente sempre se reencontre.

À Adriana Lacerda, Fábio (The Cat), Jéssica Oliveira e Roberta Lisboa agradeço a amizade e os instigantes diálogos, que em certos momentos contribuíram para os rumos da pesquisa e da vida. Gratidão por compartilhar abraços, palavras, sorrisos, encontros e cafés.

À Arnaldo Ferreira, Guilherme Pereira e Tamires Gomes (e Whisky Gomes) agradeço os encontros, as conversas, os cafés, os incensos e a amizade em momentos de caos (íntimo e acadêmico).

À Antonio Oliveira, Ana Moreira, David Leite, Greice Ane, Karolaine Pires, Kellen Aquino, Priscila Moreira e Tamiris Quiérico agradeço por me instigarem ao debate, ao diálogo e a reflexão, a partir das discussões organizadas no Grupo de Estudos Estado, Trabalho, Território e Justiça Espacial (GETERJE). Agradeço o afeto, os cafés e os sorrisos.

À vocês, que em meio ao caos, foram luz! Leandro Robson, Higor Dias, Jaqueline Carias, Delles de Lean, Daniele Pereira, Letícia Clemente, Sara Barbosa, Kenneri Hernandes, Fernanda Zerbini, Camila Moreira, Cibele Souza, José Victor, Lucas Bernardo, Lucas Rodrigues, Anderson Azevedo, Charles Santos, Ishangly Juana, Inácio Lacerda, Rayka Bittencourt, Stéphanhy Brunelly, Helisson Dantas, Luciana Sousa, Maria Eduarda, Lucas Diniz, Guilherme Arantes, Gabriela Galete, Ana Barbosa, Maria Aparecida dos Anjos, Maria Adriana e Maria Aparecida Rodrigues.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal, turma 2015, gratidão pelo encontro e pelas palavras.

Aos professores Maria Angélica, Alessandro Enoque, Anderson Portuguez, Sérgio Gonçalves, Elaine Malasartes, Carlos Loboda, Hélio Carlos, Rildo Costa, Lilian Bento e Vitor Miyazaki, da Universidade Federal de Uberlândia, campus Pontal, agradeço a oportunidade de aprendizado em sala de aula, em trabalhos de campo, em atividades cotidianas e a maneira como me ensinaram a ver o mundo, as pessoas e a Universidade.

Ao professor Mirlei Fachini Vicente Pereira, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (IG-UFU), onde tive oportunidade de cursar uma disciplina no 2º/2016, agradeço os estimulantes diálogos e as valiosas contribuições à pesquisa. À Mária Ribeiro, agradeço a força das palavras, sempre me instigava reflexões.

Aos professores, membros do Colegiado do PPGEP, com quem convivi durante dois anos e tive a oportunidade dialogar sobre burocracias e aprender a lidar com elas, obrigada. Estendo meus agradecimentos ao Dario Junqueira, secretário do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Samuel Franco secretário do curso de Geografia da UFU.

Aos professores Maria Angélica Magrini, Carlos Roberto Loboda e Clarice Cassab agradeço as contribuições proporcionadas nas etapas de apresentação do Projeto de Pesquisa e Qualificação da Pesquisa.

À Elcileni Borges, do Programa de Pós-Graduação de Geografia (PPGeo), da Universidade Federal de Goiás (UFG), agradeço a generosidade, as reflexões e a parceria.

Ao professor Eguimar Chaveiro agradeço "a força dos gestos". A maneira como vê o mundo e o decodifica com as palavras me inspira.

Às moradoras e moradores dos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4, gratidão. De maneira especial, agradeço a Idelma, Douglas, Heloísa, Sr. Hélio, Sr. Ailton e Dona Maria Aparecida.

À Leonice Galvão, pela maneira profissional e humana com que compartilhou informações e documentos imprescindíveis a elucidação de dúvidas sobre a área pesquisada.

Aos amigos distantes Aline Oliveira e Miguel, Andréia Souto, Benusa Rocha, Carlos Antônio, Carolyn de Miranda, Fabrício Tavares, Jhonathan Rafael, Keila Cristina, Leonardo Bruno, Luiz Gustavo, Maria Alice, Michelle Sayuri, Raquel Lemos, Victor Teodoro gratidão por manter acessa a sintonia que um dia nos uniu.

À Charles Milhomem, gratidão!

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), agradeço pelo incentivo à pesquisa e apoio financeiro, que foi de fundamental importância ao desenvolvimento desta pesquisa.

O primeiro que, ao cercar um terreno, teve a audácia de dizer *isto é meu* e encontrou gente bastante simples para acreditar nele foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras e assassinatos, quantas misérias e horrores teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas e cobrindo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: "Não escutem esse impostor! Estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos e a terra de ninguém"! (ROUSSEAU, 2013, p. 80).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - ANÁLISE DE CONTEÚDO
AGEHAB - AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO
BNH - BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO
CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CL - CENTRO DE LÍNGUAS
CLT - CONSOLIDAÇÃO DE LEIS TRABALHISTAS
CMEI - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL
COMURG - COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA
DU - DIREITOS URBANOS
FACIP - FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL
FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
FNHIS - FUNDO NACIONAL HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
FMHIS - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
HIS - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
MCMV - MINHA CASA MINHA VIDA
MLCP - MOVIMENTO DE LUTA PELA CASA PRÓPRIA
MPL - MOVIMENTO DO PASSE LIVRE
OGU - ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO
SNH - SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO
SNHIS - SISTEMA NACIONAL HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
PAC - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
PPGAS - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
PPGEP - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO PONTAL
PNH - POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO
PSF - POSTO DE SAÚDE FAMILIAR
SEMAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SFH - SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO
SMHAB - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
SMHIS - SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
UFU - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
UFG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

LISTA DE ESQUEMA

Esquema 1 - Trajetória de ônibus ida e volta Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4 entre os dias 07/02/2017 a 20/02/2017 167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Caracterização dos entrevistados - Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4	42
Quadro 3 - Áreas/lote/unidades habitacionais - Residenciais Jardins do Cerrado	78
Quadro 4 - A habitação entre os Ministérios e as Secretarias - 1986 a 2003	87
Quadro 5 - Das Faixas de Renda do Programa MCMV	91

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Visão panorâmica de Goiânia a partir do Setor Perim, região norte da cidade.	15
Imagem 2 - Setor Jardim Cerrado?	80
Imagem 3 - Vila Cerrado?	80
Imagem 4- A carta.	112
Imagem 5 - A resposta.....	113
Imagem 6 - Modelo de comprovante de Solicitação de Inscrição no Programa Habitacional.	115
Imagem 7 - Modelo de autorização de ocupação provisória de imóvel.	117
Imagem 8 - Casa Padrão.....	121
Imagem 9 - Rua das Angélicas - Residencial Jardins do Cerrado 2.....	123
Imagem 10 - Pavimentação da Rua das Angélicas - Residencial Jardins do Cerrado 2.....	123
Imagem 11 - Rua José Epitácio de Medeiros - Residencial Jardins do Cerrado 3.....	124
Imagem 12 - Ponto de Ônibus... Aqui se espera! Avenida Brasil - Jardins do Cerrado.....	130
Imagem 13 - Linha 334: em direção ao Residencial Jardins do Cerrado 7. Atravessando a Avenida Sol Nascente no Residencial Jardins do Cerrado 4.....	130
Imagem 14 - Avenida comercial: a feira - Jardins do Cerrado.....	132
Imagem 15 - Cotidiano - Jardins do Cerrado 3.	133
Imagem 16 - Igreja Católica - Residencial Jardins do Cerrado 3.....	135
Imagem 17 - Muro da Escola Municipal - Residencial Jardins do Cerrado 4.....	136
Imagem 18 - Centro de Saúde da Família - Jardim do Cerrado IV	139
Imagem 19 - Centro Municipal de Educação Infantil Jardins do Cerrado I - Residencial Jardins do Cerrado 1.....	140
Imagem 20 - Escola Municipal Joaquim Câmara Filho - Residencial Jardins do Cerrado 4.	141
Imagem 21 - Escola Municipal Dom Tomas Balduino (antiga Escola Municipal Jardins do Cerrado 1) Residencial Jardins do Cerrado 1	141

Imagem 22 - A obra: Praça de Esporte e Cultura... Residencial Jardins do Cerrado 1.	144
Imagem 23 - ...E a obra continua - 2017 - Residencial Jardins do Cerrado 1.	145
Imagem 24 - O campinho de futebol: alternativa a obra - Residencial Jardins do Cerrado 1.	145
Imagem 25 - A rua... e a resistência - Residencial Jardins do Cerrado 2.	146
Imagem 26 - O esporte como inspiração para o projeto - Residencial Jardins do Cerrado 4..	154
Imagem 27 - O esporte e a resistência - Residencial Jardins do Cerrado 2.....	155
Imagem 28- As travessias da pesquisadora.	161
Imagem 29 - Reunião da Associação com os moradores - Residencial Jardins do Cerrado 4.	164

RESUMO

Esta dissertação teve como principal objetivo desvelar o processo de segregação socioespacial instituído no Programa de Habitação de Interesse Social, na cidade de Goiânia. Propomos uma análise compreensiva e crítica sobre o processo. Buscamos, a partir de uma investigação sobre as práticas socioespaciais desenvolvidas pelos moradores na vida cotidiana, compreender as relações e articulações estabelecidas no lugar do vivido e na cidade. O percurso metodológico abrangeu duas frentes de investigação: a primeira, analisou o processo de segregação sob uma perspectiva teórico-conceitual; e a segunda, se propôs ao "mergulho no cotidiano" dos Residenciais Jardins do Cerrado, 1, 2, 3 e 4, *corpus* de análise desta pesquisa. A investigação empírica proporcionou compreender como os moradores estão vivendo o processo de segregação. A casa aparece como a primeira expressão simbólica enunciada pelos moradores. A realização do sonho da casa própria representa a estabilidade, a conquista que atravessa os anos de luta, os anos de aluguel e materializa-se nessa tipologia arquitetônica. O habitar, o acesso à cidade, recebe pouca ou nenhuma expressividade por parte dos moradores entrevistados. As exceções podem ser percebidas quando as relações socioespaciais são associadas a prática do trabalho e a busca por serviços públicos e privados que não são encontrados nos Residenciais Jardins do Cerrado. As trajetórias socioespaciais apresentadas pelos moradores entrevistados evidenciam que o acesso as diferentes áreas da cidade, geralmente, são associados à procura por serviços, privados e públicos, principalmente educação em nível médio e saúde, que não são encontrados nos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4.

PALAVRAS-CHAVE: segregação socioespacial; habitação social; práticas socioespaciais; cidade; cotidiano.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation was to unveil the process of socio-spatial segregation established in the social program, “Programa de Habitação de Interesse Social” in the city of Goiânia, GO, Brazil. We propose a comprehensive and critical analysis of the process. We seek to understand the relationships and articulations set at the place lived and in the city, from a research on the socio-spatial practices developed by the residents in their everyday lives. The methodological process covered two fronts of research: first, the process of segregation was analyzed from a theoretical-conceptual perspective; and second, it urged an immersion into the daily life of the “Jardins do Cerrado” Residences, 1, 2, 3 and 4, corpus of analysis of this research. Empirical research has provided an understanding of how residents are living the segregation process. The house appears as the first symbolic expression enunciated by the residents. The accomplishment of the dream of being a house owner itself, represents the stability, the conquest that goes through the years of struggle, the years of rent and materializes in this architectural typology. The living, the access to the city, receives little or no expressiveness on the part of the inhabitants interviewed. Exceptions can be perceived when socio-spatial relationships are associated with work practices and the search for public and private services that are not found in the “Jardins do Cerrado” Residences. The socio-spatial trajectories presented by the interviewed inhabitants show that access to the different areas of the city are usually associated with the search for services, private and public, mainly secondary education and health, which are not found in the “Jardins do Cerrado” Residences 1, 2, 3 and 4.

KEYWORDS: socio-spatial segregation; social habitation; socio-spatial practices; city; daily life.

SUMÁRIO

1 PREÂMBULO	14
2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	19
3 PERCURSO METODOLÓGICO	28
3.1 O caráter da pesquisa.....	29
3.2 Coleta e análise de dados: técnicas e instrumentos	33
3.3. Caracterização dos entrevistados.....	40
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	43
4.1 A CIDADE COMO PONTO DE CHEGADA	44
4.1.1 Habitação social x cidade?	47
4.1.2 Por uma abordagem econômica, política e social do espaço urbano	61
4.1.3 Habitação Social como ponto de partida: Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4	70
4.2 A HABITAÇÃO COMO QUESTÃO SOCIAL.....	81
4.2.2 Banco Nacional de Habitação (BNH): Moradia Popular	83
4.2.2 Política Nacional de Habitação: Subsistema Habitação de Interesse Social.....	87
4.3 SEGREGAÇÃO: ENTRE O CONCEITO E A VIDA COTIDIANA.....	93
4.3.1 Segregação: conceitos e possibilidades de análise.....	94
4.3.2 Segregação: cotidiano e práticas socioespaciais	102
5. ANÁLISES E DISCUSSÕES	109
5.2 Primeiras impressões: o limiar entre o que se olha e o que se vê.....	118
5.3 O Hodierno: cotidiano e contradição.....	124
5.4 As rupturas e os avessos.....	146
5.4.1 Moradores organizados politicamente	146
5.4.2 Cooperativismo como alternativa	148
5.4.3 O esporte como possibilidade	150
6 ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES (PARA NÃO CONCLUIR).....	177
REFERÊNCIAS	184
APÊNDICES	193

1 PREÂMBULO

Construção, desconstrução e reconstrução da pesquisa

Quando é preciso despedir-se: Daquilo que sabes conhecer e medir é preciso que te despeças, pelo menos por um tempo. Somente depois de teres deixado a cidade verás a que altura suas torres se elevam acima das casas – (NIETZSCHE, 1999).

Por exatos cinco anos, vivi em Goiânia, minha saída se deu exatamente em 2015, para realização do Mestrado. Um ano após minha saída da cidade, retornei. Era tempo de desenvolver a pesquisa empírica. Comecei a inquirir a mim mesma se durante aquele "único ano" de afastamento a cidade havia se modificado a tal ponto de ter se tornado uma desconhecida pra mim. Todo o processo que envolveu a pesquisa empírica foi revelação proeminente para tal resposta: a cada espera em ponto de ônibus (ver imagem 1), em cada trajetória percorrida, a cada consumo no mercado ambulante do ônibus, as histórias ouvidas durante os percursos, o diálogo com os passantes, tudo me revelava. Não era a cidade que havia se modificado, mas a maneira como eu olhava pra ela.

Imagem 1- Visão panorâmica de Goiânia a partir do Setor Perim, região norte da cidade.



Fonte: A autora.

Uma breve contextualização, por vezes, torna-se cabível. Em muitos momentos fui inquirida sobre o *corpus* da pesquisa, "mas moça, por que falar sobre o Jardins do Cerrado, você nem mora aqui"? "Porque não transfere essa pesquisa para Ituiutaba?" Inquisições como estas nunca me instigaram a dúvida sobre o interesse nesta pesquisa. Ainda assim, encontro pertinência em apresentar o processo que me direcionou até a área social pesquisada. No ano de 2013 me propus a iniciar um curso de idioma, requisito geralmente solicitado em processo de seleção de Programas de Pós-Graduação, e assim o fiz. O curso foi desenvolvido no Centro de Línguas (CL) da Universidade Federal de Goiás (UFG). No ano de 2014 conheci, entremeio a novos colegas, um jovem estudante do curso de Relações Internacionais, e às vezes ele me contava sua rotina diária, utilizando o transporte coletivo para chegar a UFG, campus Samambaia, no setor Itatiaia. Lugar, onde aos sábados, realizávamos o curso de língua estrangeira. Para ele, aquela rotina era estendida por toda semana, já que era aluno nesta mesma instituição. Fiquei por um tempo intrigada com a questão, neste período buscava uma temática que subsidiasse o projeto de pesquisa, etapa exigida no processo seletivo de Pós-Graduação. Instigada por estas duas questões, decidi percorrer algumas rotas na cidade de Goiânia (GO), principalmente áreas periféricas, utilizando o transporte coletivo. Tinha a intenção de observar paisagens construídas às margens na cidade e não apenas as áreas centrais, como fazia no cotidiano. Sob a tríade do desejo de ingressar em um Programa de Pós-Graduação, a elaboração de um projeto de pesquisa e as reflexões sobre uma temática, tracei os primeiros rabiscos deste trabalho.

O *locus* de moradia daquele estudante tornou-se o *corpus* de análise desta pesquisa. Após elaboração do projeto, me inscrevi para o processo seletivo no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFG, realizado em etapas eliminatórias. Fui desclassificada na etapa de avaliação de projetos e, para o ano de 2014, encerravam-se as possibilidades de entrada naquele programa. Decidi que por um tempo (indeterminado) deixaria aquele projeto guardado na gaveta e investiria em outros projetos, de vida. Mas o universo tinha outros planos. Este mesmo projeto, desclassificado no programa mencionado anteriormente, revisto e reestruturado, mas mantido em sua essência, abriu portas para minha entrada no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal (PPGEP), no ano de 2015.

O projeto desta pesquisa foi elaborado no plano das alusões, dos questionamentos, sem nenhum contato prévio com a área social pesquisada. Em abril de 2016, após a conclusão das disciplinas obrigatórias no PPGEP, tive minha primeira experiência em campo, após entrar em contato com alguns discentes dos programas de Graduação e Pós-Graduação em

Geografia da UFG. Tive a oportunidade de acompanhá-los em trabalho de campo, orientado por uma professora desta mesma instituição, com duração de 4 horas. Percorremos residenciais construídos e habitados, bem como residenciais que ainda se encontravam em processo de construção. Meu primeiro contato com o *corpus* da pesquisa revelou a falta de intimidade entre nós, mas esta condição não me intimidou, ao contrário, me instigou a busca por caminhos que abririam as portas para o contato com moradores e seu cotidiano.

No mês de setembro de 2016, durante um período de duas semanas, estabeleci o segundo contato com o *corpus* desta pesquisa. Os residenciais foram atravessados de modo mais aprofundado, uma vez que no primeiro trabalho de campo apenas as ruas principais tinham sido percorridas. Nestes dias, encontrava-me a ermo no interior destes residenciais, que se revelavam sob meus olhares atentos e de certo modo um pouco assustados. Estar sozinha ali fazia de mim um corpo estranho no lugar, lugar para quem o vive no cotidiano. Por algum tempo foi assim que me senti, um corpo estranho, que como em uma espécie de invasão, ia adentrando sem permissão os espaços por onde encontravam frestas e poros. Ainda assim, estava ali com alguns objetivos, logo, permiti que este corpo estranho se revelasse e, timidamente, realizei os primeiros contatos diretos com os moradores, com o propósito de apresentar e coletar os dados e informações relacionados a pesquisa.

O projeto original passou por duas modificações metodológicas significativas no que se refere aos resultados da pesquisa. Como foram alterações ocorridas no processo de desenvolvimento, consideramos relevante apresentá-las.

Inicialmente, os Residenciais Jardins do Cerrado¹ 1, 2, 3, 4 e 7 foram escolhidos como *corpus* da pesquisa. Entretanto, o ato de caminhar por estes residenciais exibiam dimensões do cotidiano que, por vezes, o âmbito da teoria não expõe. Muros, grades, cercas elétricas, concertinas refletiram barreiras físicas e simbólicas de permissão para o contato. Em muitos casos, fui recebida com desconfiança, atitude plenamente compreensível, frente a abordagem de uma desconhecida que pretende adentrar um cotidiano que não lhe pertencia. Ao deparar-me com essas barreiras, refletimos sobre a necessidade de rever o *corpus* de pesquisa e, dessa forma, realizamos a primeira alteração. As barreiras físicas já mencionadas,

¹ O Diário Oficial do Município de Goiânia institui os Decretos, nº 3291, nº 3292, nº 3293, nº 3294, nº 3295, nº 3296, nº 3297, nº 3298, nº 3299, nº 3300, nº 3301, todos de 21 de agosto de 2009. Onde estabelece a parceria entre o Poder Público Municipal e a iniciativa privada, firmada através de **CONVÊNIO** e seu respectivo Aditivo para a promoção de um estoque emergencial de lotes urbanos e públicos para o desenvolvimento de programas municipais de habitação de interesse social, execução de projetos habitacionais de assentamento de famílias de baixa renda e de geração de emprego e renda, mediante o parcelamento de glebas de terras contíguas entre si em onze etapas (Cada um destes decretos representa uma etapa de construção dos Residencial Jardins do Cerrado, subdividas nas etapas 1 a 11).

tornaram o acesso aos moradores do residencial Jardins do Cerrado 7 mais complexos, não encontramos a abertura necessária para realização da pesquisa. Optamos por retirá-lo da abordagem e delimitar os Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4, como *corpus* desta análise. Esta decisão também foi fundamentada em decorrência do contato estabelecido com a Associação Habitacional Cerrado Forte. Este foi o primeiro contato formal estabelecido com a representação de Associação dos Moradores, possibilitando os primeiros contatos para o desenvolvimento das atividades em campo.

Efetivamente, nos meses de abril, setembro e outubro de 2016, e fevereiro de 2017, foram desenvolvidos os "mergulhos" em campo. A opção metodológica por realizar uma pesquisa em que os atores sociais tornam-se parte integrante do processo foi compreendido como algo profundamente dialético. O diálogo estabelecido entre teoria e prática tornou-se tarefa árdua. No plano das ideias, dos cronogramas, das datas, tudo parecia perfeitamente organizável. Já no plano do cotidiano, havia outro tempo para o desenvolvimento da pesquisa. Às vezes tornava-se necessário despir-me da teoria, da formalidade, da altivez da Academia e apenas mostrar-me, expor minhas intenções e, quando fosse o caso, a paixão pelo que pesquisava, o que me motiva estar ali. O diálogo prévio e verdadeiro pôde abrir portas inimagináveis a pesquisa.

A segunda modificação, esteve relacionada ao processo de coleta de dados e informações. Inicialmente, desenvolvemos a coleta se dava através da aplicação de questionários semi-abertos. Contudo, a coleta de uma amostra significativa tornou-se um processo inviável. Após alguns diálogos estabelecidos com meu orientador, acordamos sobre a necessidade de algumas alterações no percurso metodológico. Optamos por alterar parcialmente a metodologia e direcionamos a pesquisa a partir da realização de entrevistas semi-estruturadas. Concluímos que a abordagem em profundidade traria respostas mais contundentes à pesquisa. Os relatos cotidianos escutados após a aplicação dos questionários reafirmavam a necessidade de uma metodologia que privilegiasse dados e informações mais aprofundados e qualitativos. Logo em seguida, iniciamos a elaboração do roteiro de entrevistas e a definição dos atores sociais interpelados nessa nova abordagem.

Em síntese, definimos como *corpus* desta pesquisa os Residenciais Jardins do Cerrado etapas 1, 2, 3 e 4, todos denominados como Habitação de Interesse Social (HIS). Metodologicamente, a coleta de dados e informações foram realizadas através da realização de trabalho de campo, entrevista semi-estruturada e diário de campo.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A necessidade de habitação é de natureza tão simples que em qualquer época estabeleceu entre o homem e o solo as mesmas relações (MORAES, 1990).

No âmbito de sistematização da Geografia enquanto ciência, Moraes ao expor o pensamento de Ratzel, pautado na abordagem sobre a antropogeografia, geografia que estuda o homem, calcada na filosofia positivista, evidenciou as primeiras discussões referentes aos "problemas humanos" e as relações entre "o homem e o território", expondo, como uma das questões essenciais dessa relação, a moradia e a alimentação. Neste sentido, buscamos compreender a habitação, como questão social, associadas a processos, formas e práticas socioespaciais, nesta época contemporânea.

Esta pesquisa está fundamentada na análise da habitação de interesse social como *corpus* de investigação. Situamos a habitação como ponto de partida e de compreensão deste trabalho e, para isso, propomos uma articulação: examinamos os efeitos da política habitacional, a segregação socioespacial e o cotidiano no processo que se propõe ao ponto de chegada, a cidade.

A perspectiva crítica sobre as relações sociais do século XIX apresentadas por Friedrich Engels (2010) proporcionou discussões basilares sobre problemas relacionados à moradia/habitação e às grandes cidades. Ao apresentar as condições de vida e de trabalho em grandes cidades britânicas, berço da revolução industrial, o autor expôs condições precárias e mazelas que os trabalhadores daquela época estiveram sujeitados. Nestas cidades, a produção de "bairros miseráveis", direcionados particularmente à classe operária pobre, revelaram para além de sua estrutura, moradias e as condições de vida, igualmente miseráveis.

As condições precárias e de escassez da moradia que assolaram as cidades britânicas não foram as únicas enfatizados por Engels. Mais tardiamente, esses mesmos problemas mereceram novos destaques nos escritos do autor. Precisamente, os anos de 1872-1873 foram dedicados a escrita sobre as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora alemã. As narrativas de Engels (2015) surgiram como forma de resposta e crítica explícita às pretensas soluções trazidas pelo pensamento pequeno-burguês e burguês para os problemas sociais da época. As conclusões apresentados pelo autor continuam, cerca de 150 anos depois, a ecoar sobre nossa sociedade.

Ao abordar uma realidade europeia oitocentista, marcada por processos de industrialização, transição das relações campo-cidade, Engels (2010, 2015) põem a descoberto problemas sociais, como aumento de aluguéis, concentração de famílias em uma única

habitação e desabrigados. Fenômenos sociais que ultrapassam fronteiras geográficas e, sob origens particulares de cada realidade são materializados nas cidades capitalistas.

Industrialização, urbanização, crescimento populacional, atuação dos diferentes atores sociais que exercem influência sobre a cidade e sobre a produção do espaço urbano, de modo mais incisivo em grandes cidades brasileiras, são processos que culminaram em problemas sociais no Brasil: déficit habitacional, domicílios precários, coabitação familiar, ônus excessivo de aluguel, sem-teto, são algumas das especificações que caracterizam na contemporaneidade a questão da moradia/habitação e, acrescente-se, a questão da produção desigual do espaço urbano no país.

O período de implementação da industrialização brasileira apontava os problemas de escassez e condições precárias da moradia, principalmente aquela destinada a classe operária. Blay (1985), trouxe à baila, esta questão. "Eu não tenho onde morar" expõe, entre outras análises, a articulação entre os setores privados para a produção de vilas operárias, processo este, debatido, respaldado e regulamentado no âmbito do poder público municipal, direcionando às pretensas "soluções" sobre o problema de escassez da moradia para a classe operária. A atuação de agentes privados na produção do espaço urbano e das vilas operárias produziram problemas sociais relacionados à localização sem infraestrutura, à especulação imobiliária associada ao acúmulo sem fim, à expropriação da força de trabalho e do salário através do pagamento dos aluguéis.

Autores como Maricato (1997), Rodrigues (2003) e Bonduki (2011), ao tomaram como objeto de análise temas como a cidade, a urbanização, a habitação como questão social, a atuação do Estado a partir de marcos regulatórios e políticas habitacionais destacam como estas são questões substanciais para compreensão do processo de sistematização da habitação de interesse social e da produção do espaço urbano brasileiro. Este contexto possibilita compreender como a superposição de processos e formas produzem e acentuam ao longo do tempo e no espaço as diferenças, desigualdades, segregação, exclusão e/ou inclusão (precária) das diferentes classes sociais.

No que se refere às perspectivas apresentadas por Harvey (1980) e Corrêa (1989), os grupos/agentes, respectivamente, operam sobre o mercado de moradia/habitação e da produção do espaço urbano, estabelecendo conflitos e concessões a depender das intenções e necessidades de cada grupo/agente. A operacionalização do mercado estabelece quem torna-se consumidor neste processo, nas palavras de Maricato (2003, p. 154) "o mercado para poucos é uma das características de um capitalismo que combina relações modernas de

produção com expedientes de subsistência". Para a grande maioria da população que não se encaixa nas regras estabelecidas pelo mercado, o acesso à habitação fica relegado às ações promovidas por instituições governamentais, através de políticas, programas habitacionais e/ou a partir de movimentos alternativos relacionados ao processo de autoconstrução e de ocupações urbanas.

O pulsar dos séculos e o passar dos anos revelaram episódios de declínio do capitalismo industrial e de ascensão do capitalismo financeiro, global e especulativo. Esses novos processos suscitam reflexões complementares e condizentes com a contemporaneidade, compreendendo, assim, a necessidade de se pensar a construção da habitação de interesse social de maneira intrínseca à produção espaço urbano e a partir de sua perspectiva dialética do espaço "fragmentado e articulado, reflexo e condição social, um conjunto de símbolos e campo de lutas" (CORRÊA, 1989, p. 9).

A cidade contemporânea intensifica as relações de conflito, essa perspectiva pode ser observada a partir da visão de Maricato (2015a, p. 23), na qual a cidade considerada espaço da troca, do excedente, passa a ser apropriada pelo capital como a própria mercadoria e a classe trabalhadora, que passa a abranger informais e domésticos, "quer moradia e serviços públicos mais baratos e de melhor qualidade". Entretanto, políticas e programas habitacionais denominados de interesse social, que outrora foram direcionados para a classe trabalhadora, passam a ter suas demandas ressignificadas: segmentação por renda, população de baixa renda, população pobre, população de baixo poder aquisitivo são algumas das denominações contemporâneas que perfilam o acesso a este sub-sistema de habitação.

A década de 2000, no que se refere à legislação, instrumentos e técnicas, possibilidades de retomada das discussões e ações sobre uma nova política habitacional, anunciou após longo período de lacunas a atuação do Estado frente à demanda habitacional no Brasil. A Constituição Federal, de 1988 e o Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001) precedem alguns direcionamentos sobre demandas sociais e, de modo particular, sobre questões de moradia/habitação e da cidade, que ganham ênfase discursiva no período de instituição do Ministério das Cidades, em 2003. Medidas como a elaboração da Política Nacional de Habitação (2004), a Lei nº 11.124/2005, que institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e o desenvolvimento, em 2007, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), aceleraram investimentos em grandes obras de infraestrutura. Em 2009, o Programa Minha Casa Minha

Vida (PMCMV), "nunca antes na história deste país"², impulsionou o segmento da construção residencial, no país. Somado às medidas supracitadas, o Relatório sobre o Déficit Habitacional Municipal no Brasil (2010), marcaram um período que associa elaboração de instrumentos legais e de intensa construção de habitações por todo território brasileiro, produzindo simultaneamente novas formas socioespaciais, a construção da casa desarticulada da produção do espaço urbano e/ou urbanizado. Ante estas questões, Rolnik (2015b) afirma: "antes tínhamos os sem-casa, agora estamos criando os 'sem-cidade'".

Maricato (2015a), denomina de crise urbana brasileira a desarticulação histórica entre a política habitacional e a política urbana. Como consequência dessa desarticulação, desencadeia-se uma sucessão de protestos, pautados em ideais individuais e coletivos, de indignação frente às tragédias sociais produzidas pelo sistema neoliberal. Dois movimentos ocorridos respectivamente entre 2013 e 2014 revelam a mobilização popular frente às demandas sociais. O primeiro, o Movimento do Passe Livre (MPL), que ao ir a ruas em protesto contra o aumento da tarifa e falta de qualidade dos transportes coletivos, coloca em voga questões muito mais amplas, trazendo à tona problemas sociais relacionados à mobilidade urbana que ultrapassam a tese tarifária, inclusive, revelam processos de segregação que dificultam e/ou interrompem práticas socioespaciais cotidianas. O segundo, diz respeito ao movimento social organizado em favor da permanência do Cais José Estelita, que resiste a intensa abordagem especulativa de construtoras imobiliárias que disputam a área para a construção de torres residenciais e comerciais sob o alcinha de "Nova Recife". A mobilização urbana, ao iniciar atividades de acompanhamento sobre o projeto proposto e criar o grupo Direitos Urbanos (DU), representado por integrantes do Movimento Ocupe Estelita, respondem a intensa atuação das forças que buscam incessantemente tornar a cidade a própria mercadoria.

A criação do sub-sistema de Habitação de Interesse Social instituído na Política Nacional de Habitação, os conflitos em torno do acesso à cidade e a produção desigual do espaço urbano são as bases que fundamentam nossa análise sobre o processo de segregação. Segregação que em sua gênese teórico-conceitual, na Escola de Chicago, explicava a cidade e os fenômenos sociais a partir de uma organização natural. Em oposição a este pensamento, apresentamos Sposito (2013, p. 62), que inquirir a possibilidade de adaptação do conceito ao longo do tempo e parte do pressuposto de que "é possível tratar das especificidades da segregação, segundo os componentes de cada realidade socioespacial", mas afirma que é

² Frase atribuída ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

preciso cuidado para que a fundamentação original do conceito não seja negada. A exposição da autora fundamenta nosso escopo de análise. A investigação da Escola de Sociologia Urbana Francesa, a partir de uma base marxista, ou seja, da segregação como processo/fenômeno social inspira nossa maneira de analisar o processo de segregação, nesta pesquisa.

Diante desta possibilidade, consideramos a pertinência em apresentar algumas dimensões que, agregadas ao conceito de segregação, jogaram luz sobre diferentes realidades. a) A tradição originária da Escola de Chicago, respaldada por Park (1967), afirma que a segregação residencial resulta de uma corrida individual por áreas naturais dentro da cidade provocando a convergência e aproximação dos iguais; b) A partir de uma perspectiva que considera as diferentes áreas como sociais, Villaça (2001) considera a segregação em sua dimensão urbana, em que as diferentes classes sociais concentram-se nas distintas regiões ou conjuntos de bairros da metrópole; c) Para Maricato (1997), a segregação territorial começa a ser instituída a partir do processo de urbanização do território brasileiro; d) segundo Blay (1985), a localização das vilas operárias no fim do século XX, em São Paulo, resultam do processo de segregação social, e; e) Caldeira (2000), a partir de uma abordagem antropológica e inspirada em uma análise etnográfica do fenômeno apresenta o padrão contemporâneo de segregação em sua dimensão urbana, baseado em enclaves fortificados, na vida cercado por muros, cercas elétricas e concertinas. Ante a apresentação destas dimensões de análise, de adjetivação do processo de segregação e considerando o *corpus* e os atores sociais pesquisados, definimos nossa postura conceitual a partir da análise da segregação em sua dimensão socioespacial. Consideramos nossa escolha orientada pela perspectiva apresentada por Sposito (2013, p. 66): "tenho preferido "segregação socioespacial", pois considero que as duas dimensões mais importantes da sua constituição estão contidas nesta adjetivação".

Merece destaque nesta discussão a obra organizada por Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2013). Estes e outros autores, proporcionaram importantes reflexões sobre a cidade e a produção do espaço urbano contemporâneo, que dizem respeito ao debate teórico-conceitual sobre diferentes dimensões de segregação, principalmente em grandes cidades. Consideramos as discussões sobre processos, formas socioespaciais, a multidimensionalidade conceitual e simbólica sobre segregação como basilares para as reflexões que norteiam esta pesquisa, por compreendermos nosso objeto de análise como a materialização de formas socioespaciais reproduzidas na cidade contemporânea.

O percurso realizado na busca por elementos que possam contribuir para o processo de compreensão do *corpus* desta pesquisa nos remete a importante reflexão realizada por Santos (2012, p. 40), na qual o autor afirma que "as ciências devem renovar-se a partir das realidades que condicionam o seu desenvolvimento e para responder ao seu desafio". O pensamento do autor é oportuno para esta pesquisa, na medida em que instiga a reflexão sobre padrões contemporâneos que regem os processos de produção da habitação social e do espaço urbano. A implementação da Política Nacional de Habitação (2004) segmentada em sub-sistemas: Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado (HM) produziu o que Shimbo (2015) denominou de "habitação social de mercado". Os sub-sistemas segmentam o perfil social e a origem dos fundos destinados a construção da habitação, no entanto, articula a produção de ambos segmentos a partir das regras de mercado (imobiliário, construção civil e financeiro).

A ênfase a respeito da implementação de instrumentos legais direcionados as demandas sociais de habitação, mobilidade e acesso à cidade, principalmente a partir da década de 2000, evidencia a intensa articulação entre os atores sociais que reproduzem o espaço urbano a partir de regras convencionadas pelo mercado, portanto, apesar da segmentação em sub-sistemas, as práticas de atuação sobre a produção da habitação tornam-se padronizadas. Neste sentido, Shimbo (2012) assevera que,

mais do que a padronização das linhas de produto, que define a forma visual da mercadoria, a padronização dos ambientes-tipo e das tipologias habitacionais está em estreita relação com outra forma de padronização, muito mais estrutural: a padronização do processo de produção" (SHIMBO, 2012. p. 130).

Relevantes análises sobre habitação na cidade contemporânea são apresentadas nas pesquisas desenvolvidas em Ferreira (2012). O autor analisa o processo de construção desenfreada da habitação denominada de "segmento econômico" e conclui que essas habitações têm sido produzidos sob péssima projeção arquitetônica e sem urbanização. Em outra investigação contemporânea, Amore, Shimbo, Rufino (2015) apresentam a pesquisa intitulada "Minha Casa... e a Cidade?" fundamentados em uma base crítica, vários autores avaliaram o Programa Minha Casa Minha Vida, em seis estados brasileiros, enfatizando questões relacionadas propriamente ao programa, como quantidade, modalidades, fases, qualidade arquitetônica e de construção. No que tange a questões simbólicas, foram analisados os impactos sociais dos beneficiados pelo programa habitacional.

Tomamos os pressupostos apresentados como fundamentais para justificar esta pesquisa: o processo intensivo de mercadorização da habitação de interesse social, institucionalizado e respaldado na política habitacional, a análise das formas socioespaciais da cidade e de seus efeitos sobre a produção do espaço urbano contemporâneo são considerados processos representativos para o desenvolvimento de uma investigação. Ainda assim, assumimos outro ponto como elementar na trajetória deste trabalho, observamos que, geralmente, são os macroprocessos (Caldeira, 2000) e o debate teórico-conceitual que caracterizam o formato das pesquisas dentro da Universidade, neste contexto, Souza (2007, p. 101) afirma que, "não se sugere [...], que o olhar de longe seja algo em si mesmo reprovável", mas esta perspectiva, associada ao "mergulho no cotidiano", pode superar essa tendência tradicional que limita a apreensão do processo de investigação científica. Optamos por realizar uma investigação empírica, que combinasse a análise teórico-conceitual associada a prática do trabalho de campo e a aproximação com os atores sociais pesquisados. Metodologicamente, a prática do trabalho de campo, a organização do diário de campo e a realização de entrevistas semi-estruturadas subsidiaram a coleta de informações e dados fundamentais para a compreensão das práticas socioespaciais da vida cotidiana, ou seja, daqueles que estão "vivendo o processo" (CALDEIRA, 2000).

O recorte temporal e de análise desta pesquisa baseia-se no período de 2007, momento de instituição do Decreto nº 514/2007 até o ano de 2017. A realização da investigação empírica e coletas de dados e informações ocorreram no período 2016-2017, nos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4, todos denominados habitação de interesse social.

A localização, para citar algumas de suas dimensões, residencial, industrial, comercial, de serviços, turística, dentre outras, trata-se de uma temática em destaque nos estudos urbanos, tornando-se escopo de discussões que, associadas ao contexto da cidade, do espaço urbano, revelam e/ou ocultam formas socioespaciais. Agregando valor a esta temática buscamos acrescentar outras que fundamentem as dimensões de rupturas do habitar. Para além do déficit de moradia, dos problemas relacionados à localização, de modo particular, no caso da habitação de interesse social, buscamos a partir de um objetivo geral, desvelar o processo de segregação socioespacial instituído no Programa de Habitação de Interesse Social, na cidade de Goiânia. As seguintes especificidades orientaram a questão norteadora da pesquisa: (a) analisar a (des)articulação entre o desenvolvimento do programa habitacional de interesse social e a produção do espaço urbano; (b) compreender a atuação dos diferentes atores sociais que articulam a produção da Habitação de Interesse Social; (c) investigar as práticas

socioespaciais cotidianas dos moradores dos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3, 4; e, (d) conhecer as relações sociais estabelecidas entre os moradores dos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4 e a cidade de Goiânia.

As investigações sobre os processos de segregação associados a Habitação de Interesse Social ganharam ênfase na última década. Nesta pesquisa, esses processos são analisados sob duas vertentes de investigação. Inicialmente, desenvolvemos a base conceitual e a fundamentação teórico-metodológica. Em seguida, realizamos a investigação social com os moradores inseridos no cotidiano dos Residenciais Jardins do Cerrado, 1, 2, 3 e 4, *corpus* desta pesquisa. A escolha por aderir às vertentes teóricas e de investigação em campo se fundamentam na percepção de que a abordagem teórica associada a análise das dimensões do viver cotidiano podem revelar (ou ocultar) contradições e particularidades que tão somente a investigação *in loco* poderiam apreender.

Estruturalmente, a dissertação apresenta: preâmbulo, considerações iniciais, o desenvolvimento articulado em três capítulos, e por fim, as últimas considerações.

No preâmbulo elucidamos o processo de construção, desconstrução e reconstrução desta pesquisa e em seguida apresentamos as considerações iniciais. O primeiro capítulo versa sobre o percurso metodológico desenvolvido neste trabalho. A discussão teórico-conceitual que organiza os ideários do segundo capítulo aborda as temáticas relacionadas a moradia/habitação como questão social, cidade, espaço urbano, política habitacional, segregação socioespacial e cotidiano. Para isso desenvolvemos reflexões denominadas clássicas, orientadas por autores como, Friedrich Engels (2010, 2015); Henri Lefebvre (1991); Bonduki (2011), Ermínia Maricato (1982, 1997, 2015a), David Harvey (1980); Roberto Lobato Corrêa (1989); Michel de Certeau (2007). Os pensamentos contemporâneos são conjecturados a partir das perspectivas de Caldeira (2000); Marcelo Lopes de Souza (2007); Lúcia Zanin Shimbo (2012); Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2013); Raquel Rolnik (2015a); Ermínia Maricato (2015). A utilização destas obras não tem a pretensão de ser um fim em si mesmo no percurso das reflexões, tão somente indica leituras basilares para o desenvolvimento desta pesquisa. A intensidade ideológica deste trabalho está representada no terceiro capítulo. Nele apresentamos as análises e discussões realizadas a partir da investigação empírica, procedimento que une narrativas dos moradores entrevistados e algumas de minhas impressões sobre o processo e *corpus* da pesquisa. Nas últimas considerações apresentamos os principais resultados obtidos a partir das correlação teórico-conceitual, metodológica e empírica apreendidos nesta pesquisa.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 O caráter da pesquisa

O arranjo que dá forma a esta pesquisa foi organizado a partir da busca por um objeto que pudesse subsidiá-la e, nesta procura, a manifestação do fenômeno (urbano) apreende minha atenção de modo tão inquietante ao nível de tomá-lo como objeto de investigação. Neste sentido, as palavras de Malinowski são as mais oportunas,

O comportamento é, indubitavelmente, um fato, e um fato relevante – passível de análise e registro. Tolo e míope é o cientista que, ao deparar com um tipo de fenômenos prontos a serem coletados, permite que eles se percam, mesmo se, no momento, não vise a que fins teóricos poderiam servir! (MALINOWSKI, 1976, p. 35).

A trajetória de escolha do percurso metodológico desta pesquisa ocorreu concomitante a minha imersão à luz da Geografia Crítica, sob as bases do Materialismo Histórico Dialético. O princípio epistemológico deste método instigou as questões e trajetórias que norteiam esta pesquisa, e diante de questionamentos, inquietações, reflexões, a busca pelo desvelamento procurou aproximar método e metodologias, ciente de que,

O conhecimento é relativo, nunca acabado; existe uma unidade inseparável entre o empírico e o racional, entre o teórico e o prático, entre o quantitativo e o qualitativo, fazendo romper as dicotomias e estabelecendo as inter-relações e as contradições; a seleção dos métodos está aliada à definição do objeto de estudo, e o valor ético da produção científica consiste no respeito à diversidade de conhecimentos (ANDRADE, 2010. p. 30).

Engels (2010) em 1845, ao expor a "A situação da classe trabalhadora da Inglaterra", nos convém aqui como fonte de inspiração, ao realizar a pesquisa empírica e de aproximação com os sujeitos sociais nos quais ansiava observar e experienciar as condições sociais da classe trabalhadora se coloca como a voz que ecoa sobre o modo de vida e de trabalho do *Outro*, em si, é como geralmente as pesquisas são apresentadas, de forma alguma desconsideramos a pertinência e relevância deste modo de fazer, contudo, para nós, as vozes que ecoam do lugar, do viver cotidiano são os relatos mais importantes para a apreensão desta pesquisa.

A nosso ver o objeto em si demandava uma investigação qualitativa, que aproximasse objeto de pesquisa e os atores sociais pesquisados. A opção por uma abordagem qualitativa direciona nossa investigação metodológica a partir do diálogo estabelecido entre análise

teórico-conceitual e a pesquisa empírica a partir do viver cotidiano. A escolha de abordagem qualitativa, segundo Moresi (2003),

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (MORESI, 2003. p. 8-9).

Ante esta compreensão, consideramos a relevância em desenvolvê-la a partir de uma perspectiva de compreensão do fenômeno *in loco* integrado a vivência dos sujeitos pesquisados, ciente da relevância que a Ciência atribui a arcabouço teórico-conceitual não nós furtamos a sua reflexão, contudo, é na e a partir da pesquisa empírica que atribuímos significado a esta investigação, deste modo, "mesmo que todos olhem para a mesma coisa, cada um falará e explicará de um jeito, pois essa prática está especialmente ligada a uma visão mundo" (BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA, 2006, p. 5).

A partir desta perspectiva, a reflexão teórico-metodológica apresentada por Serpa³ (2006), ao abranger a importância do trabalho de campo na proposição do conhecimento geográfico, esclarece alguns pontos nos quais nos apropriamos para análise e desenvolvimento desta pesquisa, (1) o autor enfatiza a particularidade do trabalho de campo próprio da Geografia frente as análises propostas por ciências naturais sociais, questionando assim, a partir da epistemologia, o que haveria de diferente na produção do conhecimento geográfico?; (2) De forma parcial o autor responde questão inquirida, sugere que "através do trabalho de campo em Geografia, as diversas possibilidades de recortar, analisar e conceituar o espaço" contribuem para tornar visíveis os fenômenos pesquisados, aproximando-os da realidade; (3) apresenta o trabalho de campo como instrumento para superação de ambiguidades, enfatizando a importância de se compreender os arranjos específicos que cada lugar, cidade, bairro ou região apresentam dentro desse mundo fragmentado; e, (4) por fim, ressalta que teoria e metodologia são inseparáveis na produção do conhecimento geográfico, que os conceitos devem ser validados pelo trabalho de campo, bem como o trabalho de campo deve se assentar as propostas teóricas abordadas.

³ Na edição n. 84 do Boletim Paulista de Geografia (2006) é possível encontrar este e outros textos de diversos autores que de modo mais aprofundando refletem o caráter teórico-metodológico da Pesquisa em Campo.

De modo geral, as pesquisas desenvolvidas no âmbito da Geografia Urbana, não somente em Geografia, mas por ora, nos atentaremos a esta ciência, são desenvolvidas a partir de uma perspectiva que enfatiza processos e formas socioespaciais, neste sentido, direcionamos nossa investigação, no entanto, acrescemos a este modo de fazer, a aproximação dos atores sociais que vivem no cotidiano esses processos e formas. Este modo de fazer deve-se em grande parte a influência sugerida por Souza (2007, p. 103), o autor apresenta a distinção entre “estudos descritivos da organização social” em detrimento dos estudos de “produção do espaço”. Cientes da importância que envolve o caráter descritivista dos fenômenos, percebemos que o anseio que anima esta pesquisa não se vinculava ao ação descritivista do visível, o que se buscava, sem desmerecimento a importância que a descrição da organização espacial pode oferecer, é a compreensão dos processos latentes abrangendo conceitos, pesquisa empírica e sujeitos sociais,

Tradicionalmente, as “profissões espaciais”, a começar pela Geografia, procedem a uma espécie de “visão de sobrevôo” e que nitidamente a privilegiam, enxergando e analisando sociedades e seus espaços sempre “do alto” e “de longe” com que em uma perspectiva de “vôo de pássaro” ou no caso de fenômenos representáveis, por meio de escalas cartográficas muito pequenas (de planisfério, por exemplo), com um distanciamento ainda maior. Essa perspectiva é, de certa forma aquela que do *olhar do Estado*, ou do *olhar que é próprio do Estado* (e basta conhecer a história da disciplina para compreender que decerto isso não é mera coincidência): considerar os homens e os grupos “de longe”, sem adentrar as suas casas, sem mergulhar em seu cotidiano, sem sentir odores da pobreza, sem ouvir os sons do desprezo ou os gritos de libertação. É desse ângulo que se pode dizer que muitos pesquisadores têm negligenciado (ou banalizado) aspectos importantes do estudo dos produtores do espaço, mesmo nos casos em que abraçam uma perspectiva de crítica social (anticapitalista e de oposição ao Estado capitalista) (SOUZA, 2007, p. 103-104)

Consideramos como essencial essas primeiras reflexões, ante a compreensão de que as técnicas/instrumentos de coleta e de análise devem dialogar com as questões investigadas, no intuito de abranger dimensões cotidianas que ultrapassem a “visão de sobrevôo”. Esta pesquisa se interessa por questões que zelam por uma compreensão da subjetividade apreendida a partir das narrativas coletadas em entrevistas e observadas em pesquisa empírica, nesta medida, a busca foi direcionada para ultrapassar os limiares da visão do alto se achegando um pouco mais das dimensões que são próprias do cotidiano,

Uma tal limitação dificulta enormemente várias coisas. Uma delas é a pequena abertura que os geógrafos de formação têm tradicionalmente demonstrado para o estudo dos movimentos sociais – para não mencionar a interação e a cooperação com esses movimentos. Outro problema –

largamente derivado, aliás, do histórico desinteresse para com os movimentos - é a dificuldade para o pesquisador desincumbir-se da tarefa de enxergar a complexidade de interesses envolvida na disputa simbólica em torno de determinadas palavras carregada de forte significado político e ideológico (como “segregação”, “comunidade” e “favela”). Essa complexidade não pode ser adequadamente apreendida com base em uma “visão de sobrevôo”, que não interroge os próprios agentes sobre as suas razões de fazerem tais ou quais usos de tais ou quais palavras. Uma perspectiva socialmente crítica não deve necessariamente, endossar os hábitos terminológicos do cotidiano, do senso comum; pelo contrário, as frequentes contradições embutidas nesses usos devem ser identificadas e explicitadas, ainda que sem arrogância e do ponto de vista de um *diálogo* com atores” (SOUZA, 2007, p. 104).

A importância atribuída aos atores sociais, a busca pelo desvelar das relações e articulações que são próprias da vida cotidiana, não tem a intenção de negligenciar conceitos, teorias, métodos e metodologias, ao contrário, busca aproximação entre a cátedra da Ciência e a realidade do *locus*, investiga-se sobre os processos, formas e sujeitos, em que momento se dialoga? Assim como se dialoga Teoria e Método, as possibilidades para o diálogo como a Teoria, Método e Sujeito intentam não a superposição de um pelo outro, busca-se mesmo é o "mergulho", a profundidade, não aquela medida em metros, mas a profundidade compreensiva.

No propósito de ultrapassar obstáculos que limitam o olhar geográfico ou que o direcionam para uma postura engessada dentro da pesquisa, difícil é não se inquietar ante a provocação de Souza (2007): para além de processos e formas contemplados pelo "olhar de sobrevôo" as dimensões do cotidiano contribuem para a compreensão da produção do espaço. O autor expressa,

Sem descer à escala das pessoas amontoadas ao relento nas calçadas ou embaixo dos viadutos, à escala das celas e dos diversos espaços de uma penitenciária, à escala da faina diária dos ambulantes, à escala dos espaços do trabalho das prostitutas fazendo seu *trottoir* noturno? Não basta chegar ao nível “microlocal” ao nível do bairro ou do sub-bairro; pois, nessa escala, o “intraurbano” permanece apreendido excessivamente “do alto”, “de cima”, como se, mesmo denunciando-se o Estado, fosse emulado (insista-se) o olhar que é próprio do Estado, que é um “olhar de sobrevôo”. E, a partir de um “olhar de sobrevôo”, mesmo o trabalho de campo (apanágio da Geografia desde sempre!), com as observações *in loco* e as entrevistas ou questionários, tenderão a não permitir que se mergulhe no cotidiano. Bate-se a porta, mas não se adentra a casa; teme-se (teme-se?) adentrá-la (SOUZA, 2007. p. 110-111).

O temor frente ao desconhecido? Plenamente compreensível! O mergulho nos livros e nas palavras do autores clássicos e contemporâneos é processo já bastante complexo em níveis de compreensão, contudo, é errôneo e perigoso pensar que percorrer o caminho "do

adentrar as casas" reduz a um processo simplista e ordinário, é preciso o mesmo cuidado, zelo e atenção que se oferece as questões de teoria, de conceito e de metodologia à pesquisa empírica. Demo (1995), enfatiza como a realidade pode ser difícil de se apreender, legitimando a importância de superação da tendência em observar de longe e do alto os fenômenos manifestados, bem como, direciona o olhar para os processos que podem estar latentes no espaço,

De todos os modos, a atividade pesquisada é reconhecida como a razão fundante da vida acadêmica, de tal sorte que a função docente dela decorreria, e mesmo a influência sobre a realidade circundante a suporia. Como a realidade social não é evidente, nem se dá à luz com facilidade, sendo muito diferente o que apareceu à primeira vista e o que encontramos na profundidade, pesquisar carece de método. Embora apenas instrumental, é indispensável sob vários motivos: de um lado, para transmitir à atividade marcas de racionalidade, ordenação, otimizando o esforço; de outro, para garantir espírito crítico, contra credulidades, generalizações apressadas, exigindo para tudo que se diga os respectivos argumentos; ainda, para permitir criatividade, ajudando a devassar novos horizontes (DEMO, 1995. p. 11-12).

Assumir a postura de interpretação daquilo que o Outro expõe é prática complexa. Quando optamos, no campo da Ciência, por mergulhar sobre filosofias, teorias e conceitos, uma vez que assumimos também o risco da interpretação, não é diferente assumir o risco de interpretar as vozes (palavras) daqueles que vivem as realidades sobre os quais os livros são anunciadores. É certo que existem diferenças, mas elas fazem parte do "modo de dizer", neste caso, as obras e conteúdos não se findam porque se encerram estas páginas, o que se estabelece é o limiar de uma abordagem, que pode (ou não) continuar a ser expressa por palavras ou escritas em outros momentos. No caso das palavras emitidas pelos atores sociais que vivem determinada realidade, não se sabe ao certo se haverá continuidade de expressão através de suas palavras, o que se espera é que, se não os mesmos, se levantem outros atores sociais, e que suas vozes ecoem de diferentes lugares e realidades, até que a força desta palavras sejam suficientes para as mudanças sociais bradadas.

3.2 Coleta e análise de dados: técnicas e instrumentos

A trajetória metodológica desta pesquisa foi sendo amadurecida desde seus primeiros rabiscos. Em certo momento, a conclusão do Projeto de Pesquisa, apresentado e concluído a partir da disciplina Seminários no PPGE, e o processo de escrita do Relatório de Qualificação passava impressão que, para este processo, aquele teria sido o ápice de

amadurecimento. Ledo engano! Percebemos que a cada novo texto lido, a cada linha escrita, a cada contribuição recebida e a própria realização pesquisa empírica proporcionava subsídios para sua maturação, percebe-se que é um processo constante! Essa reflexões foram basilares para escolha das técnicas e instrumentos de coleta e análise utilizadas nesta pesquisa.

A pesquisa em questão propõe, de modo geral, desvelar o processo de segregação socioespacial instituído no Programa de Habitação de Interesse Social, na cidade de Goiânia. Para alcançar os resultados, apresenta as seguintes etapas:

Para atender os objetivos específicos (1) analisar a (des)articulação entre o desenvolvimento do programa habitacional de interesse social e a produção do espaço urbano e (2) compreender a atuação dos diferentes agentes que articulam a produção da Habitação de Interesse Social, desenvolvemos 1ª Etapa - *Pesquisa bibliográfica*: a partir de levantamento de fontes secundárias. De modo geral, os seguintes conceitos e temas foram trazidos à pesquisa: habitação e moradia como questão social, cidade, produção do espaço urbano, agentes produtores do espaço, política habitacional, social, segregação e suas dimensões, cotidiano, práticas socioespaciais, Goiânia, dentre outros. Para isso foram levantados periódicos, dissertações, teses e artigos em bibliotecas digitais, banco de teses, portais de periódicos eletrônicos e portais e Instituições dos governos Federal, Estadual.

Para cumprir o objetivo específico (3), investigar as práticas socioespaciais cotidianas dos moradores dos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4, desenvolvemos a 2ª Etapa - *Trabalho de campo*: buscamos através de investigação empírica, elaboração do diário de campo e realização de entrevista semi-estruturada condensar informações que subsidiassem a pesquisa.

O objetivo específico (4), analisar as relações sociais estabelecidas entre os moradores dos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4 e a cidade de Goiânia associado a 3ª Etapa - *Análise de dados e informações coletadas* fundamentou os resultados obtidos nesta pesquisa.

Diário de campo

Assim que organizamos a investigação empírica, fui orientada à escrita do diário de campo. O que se olhava, o que se via, deveria ser registrado em imagens e narrativas, que mais tarde subsidiariam as notas teóricas e os dados coletados junto aos moradores. Esta pesquisa é sobre conceitos, quem pesquisa e atores sociais. O uso do diário de campo foi

utilizado como fio que conduz, ou que se propôs a conduzir, o elo entre arcabouço teórico-conceitual e a vida cotidiana.

Baitz (2006) expressa que é prática usual entre geógrafos a pesquisa de campo e que, geralmente, se segue o padrão descrição, representação cartográfica e planejamento no desenvolvimento da pesquisa, e que neste processo, desenvolvemos o que ele denomina por "intimidade quase tátil",

Essa intimidade, entretanto, não nos torna totalmente livres nas atividades de pesquisa, pois não vamos, simplesmente, ao campo. A "ida" é precedida de muitas técnicas e tecnologias. Carregamos certos instrumentos, como o diário de pesquisa, e sempre o conhecimento das técnicas e procedimentos da análise.

Para Weber (2009) a utilização do diário de pesquisa proporciona a junção entre as observações, discursos e posicionamentos coletados na pesquisa, de maneira que estes dados podem subsidiar a análise e escrita do fenômeno. A autora ainda assevera que,

Para ser eficaz, a manutenção do diário dever ser a menos censurada possível: o que se pressupõe que não se teria o projeto antecipado de publicá-lo. Confundir o "fora do texto", o material de pesquisa, com um "texto" a ser publicado no forma de diário literário consistiria para a pesquisa um obstáculo inverso, mas tão difícil quanto a incapacidade de se manter o diário. O diário de campo não é um texto secreto, é um estoque de materiais para utilizarmos sem preconceito, mas cientes de seus propósitos. Claro, podemos deixar para uma outra pessoa o cuidado e a responsabilidade de decidir o que, no conjunto do foi escrito no diário, é útil; mas nesse caso não é somente a pesquisa de um outro, mas uma outra pesquisa - não menos interessante, sem dúvida - que se dá desde o processo de elaboração, no sentido editorial do propósito, do manuscrito de tal diário (2009, p. 169).

Para Le Coguiec (2016) a associação do diário de campo ao universo da pesquisa possibilita concentrar dados técnicos que podem possibilitar a eliminação de julgamentos prévios sobre a pesquisa, mas é também momento de domínio afetivo, em que as notas relatadas não se formas produzidas na universidade. O autor afirma que a utilização deste instrumento de pesquisa não está isento de críticas e apresenta alguns pontos de reflexão que podem subsidiar a investigação empírica associada ao processo de escrita do diário de campo: a) primeiro, afirma que o pesquisador pouco expressa subjetividade e atividade de criação ao produzir o diário de campo, "os pensamentos, sentimentos, expressões, emoções do pesquisador inscritos no diário dão conta apenas parcialmente de seu estado de espírito, pois ele é muitas vezes constringido a se calar" (LE COGUIEC, p. 32); b) Em segundo lugar, diz que os modelos tradicionais da pesquisa, da escrita, aquele que mantém o objeto à distância, influencia na maneira como se conduz a escrita do diário de campo; c) o terceiro

ponto, diz respeito a uma abordagem ética sobre a pesquisa. O autor enfatiza por tornar o diário de campo um dado convincente, que satisfaça o meio universitário, dados e narrativas são inventados; d) Em quarto lugar, o autor, observa que geralmente "o pesquisador está inclinado a imaginar os dados para que eles casem com o quadro teórico. Ora, os dados deveriam ser oriundos de dados empíricos" (LE COGUIEC, p. 32); e, e) no quinto ponto, o autor expressa que os dados divergentes daqueles associados a pesquisa geralmente são silenciados, e conclui que os pesquisadores escrevem sobre normas predeterminadas.

Entrevista semi-estruturada

Goldenberg (2004) traz considerações que dialogam com visão desta pesquisa no que se refere a utilização do instrumento de entrevista, aponta que o procedimento de seleção dos entrevistados geralmente perpassam pela escolha daqueles que podem dar credibilidade a pesquisa, porém, não deixa de alertar sobre a importância de dialogar com aqueles que nunca são ouvidos. Reflexões como estas contribuem para tentativa de ampliar as possibilidades de compreensão dos fenômenos sob diferentes perspectivas, cientes de que "trabalhando com estes instrumentos de pesquisa é bom lembrar que lidamos com o que o indivíduo deseja revelar, o que deseja ocultar e a imagem que quer projetar de si mesmo e de outros" (GONDENBERG, 2004, p. 85).

A nosso ver, a relevância em utilizar estes instrumentos e técnicas, está na possibilidade que o diálogo entre teoria e prática, ou como possibilidade de combinar escala de análise e ação (SOUZA, 2007). A opção por esta metodologia, se pauta na perspectiva de ampliar possibilidades de compreensão sobre a realidade. A utilização de diário de campo e entrevista semi-estruturada direciona, no primeiro caso, para a visão de quem pesquisa, e no segundo caso, para a visão do entrevistado. Andrade (2010, p. 38) considera que "a técnica de entrevista semiestruturada permite ao entrevistado contribuir no processo de investigação com liberdade e espontaneidade, sem perder a objetividade".

Goldenberg (2004) apresenta algumas vantagens e desvantagens no processo de utilização do instrumento de entrevista. Para o autor, a flexibilidade da resposta pode abrir caminhos para informações que não seriam evidentes, caso a metodologia aplicada, fosse realizada a partir de perguntas fechadas, o que torna o teor da resposta mais aprofundado. Para além desta possibilidade vantajosa, alerta sobre a precaução em relação a influência nas

respostas dos entrevistados, e sugere manter cautela e objetividade na realização da entrevista, sem necessariamente ser indiferente a realidade pesquisada.

O momento direcionado para a entrevista tende a convergência de vínculo entre pesquisador e pesquisado, para Marconi e Lakatos (2003),

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 195).

Para Duarte (2002) o momento da entrevista deve ser precedido de algumas orientações: a) a primeira, se refere a escolha do local de entrevista, o ambiente pode influenciar no tempo dedicado a entrevista, no fluxo de ideias e conseqüentemente nas respostas, para isso, sugere que sejam realizadas na residência dos entrevistados, de modo, a minimizar as possibilidades de interferências externas; b) recomenda que sejam consideradas as coletas de informações a partir de diálogos informais, que de algum modo, possam ser registrados no corpo do trabalho, sugere, que seja no diário de campo; por fim, propõe um olhar atento a maneira como se estabelece o contato entre entrevistador e entrevistado,

Registrar o modo como são estabelecidos os contatos, a forma como o entrevistador é recebido pelo entrevistado, o grau de disponibilidade para concessão do depoimento, o local em que é concedido (casa, escritório, espaço público etc.), a postura adotada durante a coleta do depoimento, gestos, sinais corporais e/ou mudanças de tom de voz etc., tudo fornece elementos significativos para a leitura/interpretação posterior daquele depoimento, bem como para a compreensão do universo investigado (DUARTE, 2002, p. 145).

O exato momento da entrevista concretiza toda uma estruturação metodológica, no entanto, este momento não é o fim em si mesmo, a condução da entrevista vai sendo estabelecida de maneira diferenciada para cada entrevistado, o roteiro pré estabelecido, diz respeito à coleta de informações e dados, contudo, a maneira como ocorre esta coleta vai sendo delineada em todos os momentos da entrevista. Duarte (2002) adverte sobre a importância de encontrar a maneira mais adequada para realização dos questionamentos, inclusive, o controle das próprias expressões corporais, para que sejam evitadas induções e interferências nas respostas coletadas.

A busca por respostas que qualifiquem a pesquisa, pode demandar a necessidade de adequações ao longo do desenvolvimentos das entrevistas. Neste sentido, Duarte (2002)

recomenda sobre o caráter flexível que deve ser atribuído ao roteiro de entrevista, posto que a pergunta tem a função de alcançar os objetivos propostos na pesquisa,

De maneira geral, a realização de entrevistas nos obriga a rever o roteiro. Uma das razões é, por exemplo, quando o entrevistador sente necessidade de explicar a pergunta ao entrevistado, ou seja, todas as vezes em que é formulada, tal pergunta suscita tantas dúvidas que é preciso reiterar sempre o que se quer, de fato, saber. Neste caso, é melhor retirá-la do roteiro, pois quando se tenta explicar demais, acaba-se dizendo, de um modo ou de outro, o que se espera que o outro responda (DUARTE, 2002, p. 149).

O processo metodológico que envolve a realização da entrevista requer essa série de atenções, de maneira a demarcar seu caráter científico, no entanto, podemos perceber que assim com há flexibilidade para realização de adequações nos roteiros de entrevistas, também torna-se necessário sensibilidade para lidar com a condução da entrevista, a rigidez é procedimento própria à coleta de dados quantitativos, dados qualitativos são mensurados em sua profundidade e significados, portanto, a natureza profissional deste encontro, não impede a interação, ação que é própria do diálogo.

Por fim, Duarte (2002) destaca a relevância de organização dos dados coletados, para isso, apresenta como possibilidade a utilização de ferramentas tecnológicas, onde seja possível explorar e sistematizar os documentos coletados em campo. A etapa de análise, para o autor, é momento de "mergulho analítico profundo em textos densos e complexos" (DUARTE, 2002, p. 152), dedicado a interpretações e a busca por respostas inquiridas na pesquisa. Para ele, "aqui, como em todas as etapas da pesquisa, é preciso ter olhar e sensibilidade armados pela teoria, operando com conceitos e constructos do referencial teórico" (DUARTE, 2002, p. 152)

A análise dos dados coletados em campo foi desenvolvido a partir da utilização da técnica Análise de Conteúdo (AC). De acordo com Carregnto e Mutti (2006, p. 682), "na AC o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem".

As palavras de Campos (2004) jogam luz sobre os momentos que envolvem a análise dos dados coletados, principalmente, quando se opta, por desenvolver uma técnica de análise pela primeira vez. O autor enfatiza sobre as dificuldades vividas pelo pesquisador iniciante em função da ausência de familiaridade com o método,

Normalmente quando o pesquisador iniciante termina a etapa de coleta de dados, geralmente uma fase exaustiva, que se não realizada adequadamente pode comprometer toda a pesquisa, poderá ter a falsa sensação que o trabalho está para terminar, ou poderá pensar: agora falta pouco! Ledo

engano. Talvez a fase de analisar os dados, na execução de uma pesquisa científica, seja um dos momentos mais nevrálgicos e a escolha do método ou técnica para sua realização necessite do pesquisador muita atenção e cuidado. Essa escolha realmente tem que ser adequada e proporcionar a exploração dos dados em toda a sua riqueza e possibilidades (CAMPOS, 2004, p. 611).

Ante estas dificuldades, Campos (2004) sistematiza alguns aspectos que considera importante para o procedimento da AC. Para isso, se remete ao pensamento de dois autores, primeiro, Berelson, autor que contribuiu para a criação de método instrumental para AC, metodologia, segundo o autor, "impregnada de objetividade" (CAMPOS, 2004, p. 612), realizada a partir de análise quantitativa, de frequência e repetição do conteúdo. A segunda perspectiva, apresenta a visão de Bardin, autora que considera a necessidade de análise do conteúdo manifesto e latente na comunicação. Diante destas possibilidades, o autor complementa que,

a análise de conteúdo não deve ser extremamente vinculada ao texto ou a técnica, num formalismo excessivo, que prejudique a criatividade e a capacidade intuitiva do pesquisador, por conseguinte, nem tão subjetiva levando-se a impor as suas próprias ideias e ou valores, no qual o texto passe funcionar meramente como confirmador (CAMPOS, 2004, p. 613).

Campos (2004) apresenta as fases de Análise de Conteúdo e, neste sentido, direciona nosso modo de fazer. Na primeira fase, a de pré-exploração do material, orienta que a leitura seja realizada sem o compromisso da sistematização, mas de apreensão de ideias e significados gerais, "essas leituras iniciais promovem uma visão "descolada", a qual permite ao pesquisador transcrever a mensagem explícita e de uma forma menos estruturada já conseguir visualizar mesmo que primeiramente, pistas e indícios não óbvios" (CAMPOS, 2004, p. 613). Na segunda fase, a seleção das unidades de análise, ou seja, os recortes do corpo do texto, tendem a evidenciar a mensagem explícita e implícita do material analisado. Para o autor, a seleção destas unidades devem estar associadas a objetivos e teorias propostos na pesquisa, de modo geral explica que "existem várias opções na escolha dos recortes a serem utilizados, mas percebemos um interesse maior pela análise temática (temas), o que nos leva ao uso de sentenças, frases ou parágrafos com unidades de análise" (CAMPOS, 2004, p. 613). Na terceira fase, o processo de categorização e sub-categorização, argumenta que esta etapa pode ser caracterizada pela categoria apriorística, procedimento em que categorias são pré-definidas pelo pesquisador, ou não apriorística, nesta opção, as categorias de análise são organizadas a partir das repostas emitidas pelos sujeitos da pesquisa, "em geral, o pesquisador segue seu próprio caminho baseado nos seus conhecimentos teóricos,

norteado pela sua competência, sensibilidade, intuição e experiência" (CAMPOS, 2004, p. 614).

Seguindo estas orientações, optamos neste trabalho, por realizar a análise a partir da seleção de unidades temáticas e por categoria apriorística: a) para o tema, Processo de aquisição da habitação, foram analisadas as categorias, i) Processo seletivo; ii) Inscrição no processo seletivo, iii) Seleção; e, iv) Tempo de espera; b) No tema Primeiras impressões, as categorias pré-definidas foram: i) Processo de mudança; ii) Chegada ao Residencial; iii) A casa; e, iv) O Residencial; e c) Para o tema A vida atual do morador, as categorias analíticas foram: i) Trabalho; ii) Mobilidade; iii) Comércio e serviços; iv) Segurança; v) Saúde; vi) Educação; vii) Atividades culturais. Prezamos pela abordagem qualitativa dos dados coletados, onde observamos o conteúdo manifesto e o conteúdo latente das narrativas.

3.3. Caracterização dos entrevistados

A Lei nº 8.534, de 31 de maio de 2007, instituída conforme orientações determinadas pelo Sistema Municipal de Habitacional de Interesse Social⁴ (SMHIS) de Goiânia estabelece os perfis e critérios de atendimento as famílias de baixa renda em relação ao acesso a habitação de interesse social. Neste sentido, baseando-se nos parâmetros instituídos por lei e por compreendermos estes como o perfil geral da população beneficiária do programa habitacional, as entrevistas foram direcionadas, preferencialmente, a) famílias residentes em áreas e risco; b) idosos⁵; c) deficientes; e, d) famílias chefiadas por mulheres e que já estejam cadastradas. Além destes perfis, estabelecemos alguns critérios específicos, que incluíram entrevistas direcionadas para, a) representação da Associação de Moradores; b) liderança religiosa⁶; c) microempreendedor (a)⁷; d) gestor educacional⁸; e, e) gestor de saúde,

⁴ Lei nº 8.487, de 06 de dezembro de 2006.

⁵ A Lei nº 8.345, de 01 de novembro de 2005 estabelece prioridade às pessoas idosas e pessoas com deficiência, para aquisição de casas populares.

⁶ Foram realizadas tentativas de entrevista com três lideranças religiosas distintas, no entanto, todas foram negadas. Ante as dificuldades encontradas para a realização de entrevista com este perfil, optamos por buscar um morador que se enquadra no perfil específico pré-determinado, mas que estava inserido nas relações simbólicas do habitar, para isso a entrevista foi realizada com um morador que havia desenvolvido um projeto social nos Residenciais Jardins do Cerrado.

⁷ O perfil microempreendedor foi modificado para o perfil cooperativista.

⁸ Os perfis direcionados a gestão de saúde e gestão de educação não puderam ser realizados em função dos trâmites burocráticos exigidos por ambas secretárias de representação de cada, não havendo tempo hábil para este processo, optamos por excluí-los da pesquisa. Para isso foram selecionados dois moradores de perfis gerais.

por compreendemos que estas relações são simbólicas e constituídas após o estabelecimentos das dimensões cotidianas do morar, concepção que não pode ser mensurada no processo de inscrição e seleção de programas habitacionais.

No que se refere ao cotidiano, as ideias e planos não seguem necessariamente as projeções da pesquisa, quando não for possível entrevistar o morador segundo critérios gerais e específicos, eles foram selecionados por sua condição genuína de morador dos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4. Os nomes associados aos entrevistados e citados em entrevista são fictícios, exceto, quando foi mencionado o nome representantes políticos.

Quadro 1- Caracterização dos entrevistados - Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4

	Residencial	Nome Fictício	Renda	Residentes da moradia	Critérios gerais e específicos	Naturalidade	Profissão - Situação ocupacional	Gênero	Idade	Escolaridade	Cor
1	Jardins do Cerrado 2	César	Entre R\$ 2.000,00 e 2.500,00	5	Representante Associação de Moradores	Goiânia	Publicitário - Empregado	Masculino	40	Técnico em Contabilidade	Parda
2	Jardins do Cerrado 2	Julieta	R\$ 2.000,00	4	Família chefiada por mulher	Goiatuba-GO	Funcionária Pública - Serviços gerais	Feminino	55	Ensino Fundamental incompleto	Parda
3	Jardins do Cerrado 3	Manoel	Entre R\$ 1874,00 e R\$ 2.252,50	4	Deficiência	Americano do Brasil-Go	Cooperado - Empregado	Masculino	58	Sem instrução escolar	Parda
4	Jardins do Cerrado 2	João	R\$ 1.847,00 (2 S.M)	11	Idoso	Juazeiro- BA	Pedreiro - Aposentado	Masculino	66	Ensino Fundamental incompleto	Moreno ⁹
5	Jardins do Cerrado 3	Marcelo	R\$ 937,00 (1 S.M)	1	Idoso	Bom Retiro-SC	Vendedor - aposentado	Masculino	74	Ensino Fundamental incompleto	Branca
6	Jardins do Cerrado 1	Júlia	Entre R\$ 4.500,00 e R\$ 5.000,00	2	Família chefiada por mulher	Goiânia - GO	Funcionária Pública - Administrativo	Feminino	52	Segundo grau completo	Negra
7	Jardins do Cerrado 4	Ana Maria	R\$ 0,00	2	Família chefiada por mulher	Belém-PA	Professora - Desempregada	Feminino	52	Magistério	Parda
8	Jardins do Cerrado 3	Suzana	Entre R\$ 800,00 e R\$ 900,00	1	Cooperativista	Santa Helena de Goiás - Go	Cooperado - Empregada	Feminino	69	Ensino Fundamental incompleto	Parda
9	Jardins do Cerrado 4	Helena	R\$ R\$ 1.847,00 (2 S.M)	7	Famílias chefiada por mulher	Canapólis-Ba	Não possui profissão	Feminino	47	Não possui instrução escolar	Parda
10	Jardins do Cerrado 2	Raul	Cerca de R\$ 900,00	10	Projeto Social	Porangatu-GO	Lavador de carro -Desempregado	Masculino	43	Não possui instrução escolar	Moreno

⁹ Mantivemos a resposta original emitida pelo entrevistado, a pergunta inquiria sobre percepção de sua cor.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 A CIDADE COMO PONTO DE CHEGADA

Embora a categoria, o conceito e as teorias sobre a cidade tenham sido abordadas por uma diversidade de autores¹⁰, denominados clássicos e contemporâneos, direcionamos nossa investigação para a perspectiva que busca desvelar processos de segregação socioespacial, a partir de uma análise que coloca como objeto de pesquisa a Habitação de Interesse Social. Esta pesquisa foi construída à luz de teorias, conceitos e diálogos com os atores sociais que vivem o cotidiano nestas habitações. As teorias da cidade perpassam por uma diversidade de significações, sendo abordadas distintivamente pelas "ciências parcelares", assim como alcunhou Lefebvre em "O direito à cidade" (1969) e a "Revolução Urbana" (1999). Ciente da diversidade de possibilidades, optamos por abordar o enredo da cidade e da habitação, esta como questão social. Nos orientamos no saber geográfico e buscamos diálogos com o conhecimento filosófico, sociológico, literário e urbanista. Não estamos limitando possibilidades, apenas nos permitimos direcionar olhares.

Cidade, o que é? Questionamento inquietante! Seria a geometria "uniforme" da arquitetura moderna? A transição da produção artesanal para o modo de produzir, comercializar e estabelecer relações sociais estimuladas pelo excedente? O ato político? O encontro e conflito de culturas? Palco do comércio, a própria mercadoria, (ou ambos)? Nosso objetivo não se sustenta em definir a cidade. Evocá-la? Talvez! Compreendemos que assim como existem classificações para as cidades existem também os elementos que lhe caracterizam particularidades, estas distinções podem ou não serem reveladas à luz da conceituação, como observa Chaveiro (2007, p. 11) "numa única cidade existem diversas cidades", a depender de quem se olha e das intenções com que se olha, pode ser ocultada e/ou revelada.

O instigante diálogo do viajor Marco Polo e do imperador Kublai Khan surge como fonte de inspiração para pensarmos a cidade. A narrativa produzida por Ítalo Calvino (1972) em "As cidades invisíveis", proporciona uma viagem a dimensões culturais e materiais das cidades. Em uma série de onze temas, a cidade descortinada pelo viajante abrange algumas possibilidades de se olhar para ela, a saber, "As cidades e

¹⁰ Autores como Henri Lefebvre (1969); Bárbara Freitag; (2006); Leonardo Benevolo (1997); David Harvey (1980, 2014) Ermínia Maricato (1982); Raquel Rolnik (1994); Otilia Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato (2002) e Pedro de Almeida Vasconcelos (2012) apresentam possibilidades de se olhar a cidade.

a memória" me parecem místicas, evocam traços, paisagens, aquilo que foi, e o que já não é. Em "As cidades e os símbolos" o ápice das possibilidades acontecem, a força do simbólico escreve e decodifica a cidade, a partir de leituras muito pessoais, muito íntimas. "As cidades contínuas", para mim, as mais complexas, são cidades imaginadas por suas permanências e passagens, não se sabe com exatidão em que momento cada qual se revela. Curioso, essas me parecem as cidades mais difíceis de afastar-se. Em "As cidade e as trocas" tudo soa como mutável, o movimento dá o tom da vida, os objetos, a comunicação, as histórias, as casas, os caminhos, tudo encontra-se em constante movimento, em constante mudança. "As cidades ocultas", são a própria revelação. O conflito entre o que está oculto e anseia por ser revelado torna-se par dialético constante e contrastante. Ainda há uma diversidade de cidades invisíveis que merecem ser trazidas às margens, as cidades e... os desejos, ...os olhos, ...os nomes, ... os mortos, ... o céu e cidades delgadas. Estas, deixo à imaginação e a interpretação de cada viajor. As cidades de Calvino não me pareceram tão invisíveis assim.

Para o imperador Kublai Khan (Calvino, 1972), as cidades lhe são apresentadas no plano do invisível, sua dimensão geográfica não estão ao alcance de seu olhar, apesar de estarem ao alcance de seu poder. Ele necessita conhecê-las, mas isto acontece a partir do olhar de outrem. As cidades invisíveis de Calvino podem não existir, na esfera do que se considera concreto, real, o que não podemos contudo é negligenciar que em suas narrativas existam vestígios e evidências muito próprias das cidades concretas, das relações, das trocas, das construções. Me parece permissível refletir sobre o que poderia ser a cidade real e a cidade do imaginário. Seria a cidade uma organização operacionalizada por leis, planos e técnicas que estabelecem, processos, formas e regras básicas de comportamento em sociedade? Ou a cidade da utopia, dos signos, dos significados? O espaço da festa?...

As cidades narradas por Calvino subsidiaram questões proeminentes em nosso percurso metodológico, as expedições e perspectivas de um viajante que atravessa, observa, vê, interpreta, e a partir de suas percepções apresenta dimensões materiais e simbólicas das cidades. Essas cidades não são exatamente modelos que se assemelham ao objeto desta pesquisa, sua contribuição se encontra na medida exata em que torna fonte de inspiração, para pensar o *onde* e o *como* a pesquisa foi realizada.

A reflexão apresentada por Carlos (2005) dialoga com as questões norteadoras desta pesquisa. A autora sugere pensar a cidade a partir de uma perspectiva que

dimensione a condição relacional entre a cidade material e simbólica, pondera que compreender a cidade perpassa por apreendê-la a partir da realidade na qual se vive, de modo que, ao se realizar o trajeto de ônibus que atravessa os extremos da cidade, seja possível perceber as diferentes paisagens que compõem a cidade, desde a estrutura de concreto aos distintos sons que a envolvem. Ainda destaca, as respostas mais associadas à palavra cidade, estão relacionadas ao plano daquilo que está ao alcance do olhar cotidiano e geralmente do que é concreto, ruas, prédios, carros, congestionamento, multidão, gente, "é raro emergirem associações vinculadas a sentimentos e emoções que permeiam as relações humanas" (CARLOS, 2005, p.12).

O debate teórico-conceitual que permeia as reflexões sobre cidade e habitação como questão social, a política de habitação, a produção do espaço urbano, processos de segregação socioespacial, são basilares para o desenvolvimento desta pesquisa, para além desta perspectiva do debate, consideramos igualmente importante as contribuições trazidas pelos atores sociais entrevistados. Neste sentido, a proposição de Souza (2007) torna-se oportuna, o autor sugere associar o "olhar de longe", construído a partir da pesquisa teórica, ao "mergulho no cotidiano", na medida exata que o mergulho permite a análise e o conhecimento de práticas socioespaciais que são próprias do viver cotidiano, possibilitando a combinação de escalas de análise e de ação. Se complementa a essa perspectiva, a concepção apresentada por Caldeira (2000, p. 14), de que os diferentes métodos e fontes de dados permitem o alcance de informações que estão a nível dos "macroprocessos", mas que são insuficientes para revelar como os atores sociais estão "vivendo o processo".

Ante a compreensão conceitual desta pesquisa, buscamos trazer para o debate noções de cunho geral e específicos, que dialogam com a perspectiva histórica e contextual sobre cidade, habitação como questão social, produção do espaço urbano, segregação socioespacial, práticas socioespaciais e cotidiano. Neste sentido, alguns autores foram basilares, Engels (2010, 2015) Bonduki (2011), Rodrigues (2003, 2007, 2011), Maricato (1982, 2015), Rolnik (1994, 2015a) Carlos (2005, 2007), Harvey (1980, 2005), Gottdiener (1993), Carlos (2007), De Certeau (2007), Lefebvre (1991), Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2013).

4.1.1 Habitação social x cidade?

Ao trazer à baila reflexões sobre a cidade, Rolnik (1994) evidencia dimensões variantes no tempo e no espaço, direcionando algumas possibilidades para sua compreensão. Dimensões que perpassaram pela cidade como ímã, em que “o templo, era o ímã que reunia o grupo” (ROLNIK, 1994, p. 14). A cidade como escrita, “é esta dimensão que permite que o próprio espaço da cidade se encarrega de contar sua história” (ROLNIK, 1994, p. 18). A cidade política, em que “ser habitante da cidade significa participar de alguma forma da vida pública, mesmo que em muitos casos essa participação seja apenas a submissão a regras e regulamentos” (ROLNIK, 1994, p. 21-22). Como mercado, “a expansão do caráter mercantil da cidade se dá quando se constitui uma divisão do trabalho entre cidades” (ROLNIK, 1994, p. 26-27). A cidade do capital, em que “a terra urbana, que era comunalmente ocupada, passa a ser uma mercadoria” e a “organização da cidade passa a ser marcada pela divisão da sociedade em classes” (ROLNIK, 1994, p. 39).

A propósito de uma perspectiva conceitual, Rolnik (1994) apresenta a cidade a partir de uma acepção histórico-dialética em sua origem e transformações ao longo do tempo. A cidade do capital, abordada pela autora, anuncia os primeiros indícios de separação socioespacial e instituição de processos de segregação, “é como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e cada um dos moradores” (ROLNIK, 1994, p. 41). Em síntese, a cidade que antecede o sistema capitalista, marcada pelo distanciamento social, abre espaço para uma sociedade que revela a separação socioespacial, processo fundamental para compreensão da cidade contemporânea, que ora segrega, ora é segregada ao mesmo tempo.

Em suas diferentes fases, o sistema capitalista intensifica ordens materiais e comerciais da/na cidade, a mercantilização, a divisão social do trabalho, a divisão social de classes, o neoliberalismo, a financeirização, são alguns dos processos dialeticamente ressignificados ao longo do tempo e na instituição das novas formas socioespaciais da cidade. Ainda assim, suas dimensões simbólicas não são suprimidas, ao contrário, são acentuadas, nesse sentido, Chaveiro (2007, p.11) conta que “a gênese das cidades está nas raízes dos seus habitantes e do seu tempo histórico - ambos não são dissonantes e, ao contrário, se completam e entram em contradição constante”. Esse significado

dialético, revela que o espaço urbano reproduzido ao longo do tempo torna-se produto e produtor de relações sociais.

As conjecturas iniciais associadas a cidade e a habitação social perpassam previamente por uma questão conceitual, a variação terminológica em torno da palavra moradia, ora denominada desta forma, ora como habitação, se expandem a algumas adjetivações, que ao longo da história foram classificadas como habitação social e habitação popular (Nabil Bonduki, 2011), habitação de interesse social e habitação de mercado (Política Nacional de Habitação, 2004), para citarmos algumas. Compreendemos este processo de adjetivação a partir de relações sociais segmentadas por condições socioeconômicas, ao classificar moradia/habitação, qualificamos o público alvo a que ela se destina. Fragmentações como estas evidenciam outra questão: aquela que atribui competências aos agentes produtores da habitação e do espaço urbano. Pedrão (1989) apresenta diferenças elementares entre moradia e habitação,

A moradia é a expressão social concreta do problema de urbanização, que essencialmente consiste em uma concentração de proporções crescentes de população em determinadas cidades e uma mudança das condições de consumo e acesso a emprego da população urbanizada. A habitação é a forma física que toma a solução desse problema. Reflete portanto, a diferenciação entre estamentos de classe social, que se manifesta na distribuição de renda e nas formas de consumo coletivo a que as pessoas tem acesso. Assim, as habitações que correspondem a um determinado nível de renda, correspondem também a diferentes condições de consumo, o que se vê desde o modo como as pessoas têm que usar mais ou menos automóvel ou transporte coletivo, de acordo com o lugar onde moram, e no modo como determinados prédios de apartamentos pressupõem determinados tipos de serviços gerais (PEDRÃO, 1989. p. 20)

Ante a perspectiva do autor, consideramos pertinente no decurso desta pesquisa utilizarmos os termos moradia e habitação, e quando necessário, casa, ponderado pelo fato de que realizamos análises sobre a moradia como um problema social que assola a cidade, ainda, abordamos a questão da habitação social em sua condição contextual, que reflete diretamente nas dimensões da vida cotidiana.

Friedrich Engels, ao analisar processos sociais, políticos e econômicos que caracterizaram as cidades britânicas no contexto da Revolução Industrial nos proporciona os primeiros diálogos sobre a questão da moradia/habitação e a cidade, associada a classe trabalhadora. Neste sentido, colocamos em evidência, na contemporaneidade, as narrativas do autor, não em decorrência de comparações,

tampouco para efeito de mera descrição, ao contrário, as cidades impregnadas pelos processos vigentes da época, revelam o âmago das desigualdades, das misérias sociais e da maneira impudente como se provoca a separação de diferentes classes sociais, na cidade. As abordagens, analítica e contextual, apresentadas por Engels (2010), dimensionam condições sociais de seu tempo,

Todas as grandes cidades têm um ou vários "bairros de má fama" onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classe mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha. Na Inglaterra, esses "bairros de má fama" se estruturam mais ou menos da mesma forma que em todas as cidades: as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou mais andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostos de maneira irregular. Essas pequenas casas de três ou quatro cômodos e cozinhas chamam-se *cottages* e normalmente constituem em toda Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, a habitação da classe operária. Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas vilas operárias - onde, ademais, quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendidos de uma casa a outra, são usados para secar a roupa (ENGELS, 2010. p. 70).

À medida em que compreendemos que este período institui a migração populacional campo-cidade, gerando grande demanda por moradia, percebemos três características produzidas nas grandes cidades industriais: a) a construção de habitações e dos bairros refletem, em princípio, uma reorganização do espaço da cidade, sem nenhum tipo de estrutura, resultando em bairros denominados de "má fama"; b) as casas construídas não resolviam o problema de escassez, ao contrário revelavam as condições precárias do habitar, de modo que, se pelas ruas haviam desabrigados, as casas ocupadas, comumente, eram habitadas por mais de uma família, e; c) a precariedade/ausência de infraestrutura dos bairros, condicionava a população a (con)viver rodeada pelo esgoto, a respirar o ar poluído emitido pelas fábricas, e a sobreviver sob a condições mazelares das cidades industriais.

As grandes cidades britânicas contextualizadas por Engels colocam a descoberto condições de trabalho, de moradia/habitação e de misérias, que assinalavam o modo de vida do operariado. O autor contextualiza o caráter relacional entre as

condições do trabalho e as condições de vida (material e simbólica) do proletariado, e revela como as misérias sociais da época não estavam limitadas ao trabalho no chão da fábrica, mas refletiam nas condições de habitação e nas formas socioespaciais das grandes cidades industriais:

Examinemos alguns desses bairros miseráveis. Primeiramente, Londres e, em Londres, o famigerado *ninho dos corvos* (*rookery*), St. Giles, que deverá ser destruído pela abertura de vias largas. St. Giles fica no meio da parte mais populosa da cidade, rodeado de ruas amplas e iluminadas por onde circula o "grande mundo" londrino - vizinho imediato de Oxford Street, de Regent Street, de Trafalgar Square e do Strand. É uma massa desordenada de casa de três ou quatro andares com ruas estreitas, tortuosas e sujas, onde reina uma agitação tão intensa como aquela se registra nas principais ruas da cidade - com a diferença de que, em St. Giles, vê-se unicamente pessoas da classe operária (ENGELS, 2010, p. 70-71).

Ao evidenciar as condições de vida da classe trabalhadora inglesa, Engels, desvela a separação social e espacial instituída entre as classes trabalhadora e burguesa, na cidade. Enfatiza como as misérias são particulares aos bairros e as condições de vida do operariado. Ainda que teoricamente o conceito de segregação não houvesse sido discutido pela Ciência, a realidade apresentada por Engels assinalava processos e formas de separação das classes sociais na cidade, apresentando indícios do que se tornaria o processo de segregação. Posteriormente, Villaça (2001) ao analisar a segregação urbana, ciente de suas mais variadas dimensões, afirmou que a segregação "é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjuntos de bairros* na metrópole" (VILLAÇA, 2001, p.142).

O sistema capitalista não teve a intenção de no século XIX, assim como não tem no século XXI, de resolver os problemas relacionados a escassez e as más condições referentes à moradia. Engels pondera sobre a questão,

A assim chamada escassez de moradia, que desempenha um papel tão importante na imprensa atual, não consiste em que a classe dos trabalhadores esteja vivendo, de modo geral, em moradias ruins, superlotadas e insalubres. Essa escassez de moradia não é peculiar da época atual; ela não é mesmo um dos sofrimentos peculiares do proletariado moderno em comparação com todas as classes oprimidas anteriores; pelo contrário, ela atingiu todas as classes oprimidas de todos os tempos de modo bastante homogêneo (ENGELS, 2015, p. 38).

Para Engels (2015, p. 76), a simples proposição burguesa de tornar a classe trabalhadora possuidora da habitação não resolvia problemas sociais, inclusive os de moradia, ao contrário, "posto que a posse fundiária só pode ser algo que os prende". Para ele, a posse da casa representava as amarras que prendiam a classe trabalhadora ao modo de vida que não estimula o movimento de resistência frente às condições econômicas, políticas e sociais vigentes. O autor mostra que todas as ações dos capitalistas frente a questão da moradia, sejam com a produção do sistema *cottage*, sistema de caserna, colônias para trabalhadores, dentre outras, eram apenas resultado de um investimento "capitalisticamente rentável" (ENGELS, 2015, p. 89), e que as condições precárias e de escassez da moradia são condições inerentes a sustentação do sistema capitalista.

Como o sistema capitalista não se interessa em resolver a questão da moradia, para Engels (2015, p. 90) "restam apenas dois recursos, a ajuda mútua dos trabalhadores e o auxílio do Estado". Contudo, o autor constata em suas análises que o modelo burguês instituído pelo sistema de cooperativas não objetivava a resolver a questão da moradia destinada a classe trabalhadora, apenas acentuava propósitos especulativos e financeiros e incentivava àqueles que, de algum modo, tivessem renda e possibilidades de aumentá-la ao longo do tempo, a tornar-se possuidor da habitação.

No que se refere à atuação do Estado, constatava-se a liberdade de atuação da construção civil, respaldada pela legislação vigente, incluindo ações especulativas. Para Engels (2015), estes são alguns dos motivos pelos quais os problemas referentes as escassez e más condições de moradia/habitação não eram solucionados,

Está claro como a luz do sol que o Estado atual não pode nem que remediar o flagelo da falta de moradias. O Estado nada mais é que a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, os agricultores e os trabalhadores. O que não querem os capitalistas individuais (e são só eles que estão em questão aqui, dado que, nesse assunto, o proprietário de também aparece, em primeira linha, em sua qualidade de capitalista) tampouco quer o seu Estado. Portanto, embora *individualmente* o capitalismo lamente as escassez de moradia, dificilmente mexerá um dedo para dissimular mesmo que superficialmente suas consequências mais terríveis, e o capitalista *global*, o Estado, também não fará mais que isso (ENGELS, 2015. p. 99-100).

Notadamente, para Engels, as soluções direcionadas às mazelas sociais estavam associadas ao declínio do sistema capitalista e à ascensão da classe trabalhadora ao poder, na compreensão do autor,

Não é a solução da questão da moradia que leva simultaneamente à solução da questão social, mas é pela solução da questão social, isto é, pela abolição do modo de produção capitalista que se viabiliza concomitantemente a solução da questão da moradia. É um contrassenso querer solucionar as questão da moradia e preservar as metrópoles modernas. As metrópoles modernas, contudo, somente serão eliminadas pelo modo de produção capitalista, e, quando esta tiver sido posta em marcha, as questões que deverão ser tratadas serão de natureza bem diferente daquela de conseguir para cada trabalhador uma casinha que lhe pertença (ENGELS, 2015. p. 80).

A nosso ver, o autor evidencia problemas muito contemporâneos, a questão da moradia/habitação como problema social, que assolou as grandes cidades britânicas na era industrial nos estimula a reflexões sobre a mesma questão, na cidade contemporânea. Neste sentido, Vasconcelos (2013, p. 18) afirma que "os processos e formas socioespaciais são originários das mudanças atuais sobrepostas às inércias do passado".

Engels, ao abordar uma realidade europeia oitocentista, marcada por processos de industrialização, transição nas relações campo-cidade, aumento populacional, põe a descoberto problemas relacionados à questão da moradia, como aumento de aluguéis, concentração de famílias em uma única moradia e desabrigados, estes fenômenos sociais ultrapassam fronteiras geográficas e sob origens particulares de cada realidade, são encontrados nas grandes cidades capitalistas da contemporaneidade.

Industrialização, urbanização, crescimento populacional, a atuação das diferentes forças que operam sobre a produção do espaço urbano, de modo mais incisivo em grandes cidades brasileiras, foram processos que resultaram em problemas sociais como déficit habitacional, domicílios precários, coabitação familiar, ônus excessivo de aluguel, sem-teto. Essas são algumas das especificações que particularizam a questão da moradia/habitação e, acrescente-se, a questão da produção desigual do espaço urbano no Brasil.

Para a compreensão da habitação, como questão social, no Brasil, consideramos as contribuições trazidas por Bonduki (2011) como basilares. O estudo apresentado pelo autor aborda empiricamente a experiência sobre São Paulo, entretanto,

percebemos que suas análises contextualizam questões sobre a habitação que são de âmbito nacional. A ênfase sobre moradia como uma questão social remete a atuação populista do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), que ficou conhecido como "pai dos pobres".

Este período, notadamente, marcou a transição entre a produção da habitação construída exclusivamente por agentes privados e as primeiras regulamentações estatais sobre a habitação, esta como questão social, destinada aos trabalhadores. A intervenção do Estado esteve pautada sob os seguintes aspectos, "a produção direta ou financiamento de moradias, a regulamentação do mercado de locações e a complementação urbana da periferia" (BONDUKI, 2011, p. 14).

As primeiras ações do Estado sobre a produção da moradia incentivaram a autoconstrução em localizações periféricas, em função do preço da terra. Os gargalos desta forma de construção foram materializados no espaço, as ações pontuais e de interesses particulares do Estado, a contínua atuação dos agentes privados sobre os loteamentos, a ausência de infraestrutura urbana, a ineficiência do transporte coletivo, a carência/ausência de serviços públicos, continuaram a assolar as condições de vida da classe trabalhadora, agravadas pelas grandes distâncias entre habitação e trabalho.

As primeiras consequências de ausência e/ou precariedade de condições de habitabilidade, relacionadas principalmente às condições sanitárias, resultaram em intervenções higienistas por parte do Estado. Em suas abordagens, Bonduki (2011) assinala que,

se as habitações populares não representassem perigo para as condições sanitárias da cidade, nada se saberia sobre elas, pois as únicas informações sobre as mesmas nos chegaram através dos técnicos preocupados com a saúde pública. Outra fonte importante, a imprensa operária, somente iria se estruturar a partir de 1900. Mesmo assim, os relatos dos sanitaristas expressam uma visão elitista, viciada em concepções higienísticas e preconceituosas em relação aos trabalhadores (2011, p. 21-22).

Em consequência destas intervenções estatais, observamos o incentivo realizado junto a classe trabalhadora de baixa renda para a prática de produção direta da habitação, geralmente, em áreas periféricas, que limita a população a (con)viver sem as condições necessárias de habitabilidade, ação que mascara o problema social. Após estas ações, o Estado atribui poder de polícia à vigilância sanitária e promulga leis de

caráter higienista, como resposta ao problema incentivado no âmago do próprio Estado e do setor privado.

As mobilizações operadas pela classe trabalhadora, em função das condições de trabalho e da escassez de moradia, levaram o Estado a atuar como mediador, no primeiro caso, no processo de regulamentação de legislações trabalhistas, e como interventor, no segundo caso, na inibição da precariedade das habitações produzidas pelo setor privado e nos consequentes problemas sanitários advindos dela, realizando intervenções na produção do espaço urbano. Como elenca Bonduki (2011), a atuação do poder público se deu em três frentes, a partir do "controle sanitário das habitações; a legislação de códigos e posturas; e, da participação direta em obras de saneamento das baixadas, urbanização da área central e implantação de rede de água e esgoto" (BONDUKI, 2011, p. 29), em que "as novas condições urbanas surgidas na década de 1890 incluíam as obras de saneamento, distribuição de água e coleta de esgoto, cuja eficácia das condições sanitárias e urbanas foram bem melhores que as ações repressivas da polícia sanitária" (BONDUKI, 2011, p. 35), e por fim, "deu-se através da criação da legislação de controle do uso do solo, também definida pela ordem sanitarista" (BONDUKI, 2011, p. 37).

As intervenções sanitaristas e higienistas, marcaram as primeiras ações do Estado a partir da provisão da habitação social, destinada à classe trabalhadora em São Paulo. Evidentemente, estas ações não se deram de maneira uniforme por todo espaço urbano, no entanto, quando analisamos a reprodução do espaço urbano, notamos que essa maneira de intervenção, de modo mais ou menos efetivo, é executada na cidade contemporânea.

De modo geral, Rodrigues (2003) caracterizou os cortiços como a principal forma de habitação no início do século XX, no Brasil, em que as camadas populares da sociedade geralmente viviam em casas coabitadas, com espaços destinados a várias funções, "dormitório, cozinha, refeitório, etc. Os banheiros, chuveiros, tanques e pias são coletivos" (RODRIGUES, 2003, p. 46). Outra questão apontada pela autora refere-se à disseminação desses cortiços pela cidade, que geralmente estavam situados tanto em áreas centrais, como em áreas periféricas, neste sentido, "o processo de expansão das cidades leva gradativamente à incorporação de novas áreas, à criação de novos centros, ao aparecimento de novas zonas ditas deterioradas e a modificação do uso dos imóveis" (RODRIGUES, 2003, p. 47), práticas como esta, revelam a atuação

especulativa sobre a produção do espaço urbano, em que os agentes produtores ressignificam os cortiços para novos usos, reproduzindo outros cortiços pela cidade. Engels (2015) alertava sobre este processo, quando afirmava que a escassez e condições precárias de moradia eram necessárias a sustentação do sistema capitalista.

O projeto de modelo padrão para habitação operária no Brasil era direcionado essencialmente a partir de preocupações com as questões higienistas. Bonduki (2011) associa a Vila de Luís Tarquínio, em Salvador, e a Vila Maria Zélia, em São Paulo, como modelos precursores dos conjuntos residenciais desenvolvidos na Era Vargas. Segundo o autor, estas vilas foram construídas "com caráter autoritário e moralizador", que "além de ser segregada do tecido urbano, introduzia a noção de habitação, não só como abrigo unifamiliar, mas como o conjunto de equipamentos coletivos necessários para o desenvolvimento de todas as atividades do tempo do "não-trabalho" (BONDUKI, 2011, p. 65).

Via de regra, cortiços e vilas operárias, do início do Brasil República, eram construídos pela iniciativa privada. A primeira experiência desenvolvida pelo setor público no Brasil, foi a construção realizada pela Prefeitura do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1906, de 105 unidades habitacionais. Bonduki (2011) explica que esta construção esteve,

desvinculada de qualquer política habitacional, num período em que o Estado tratava a questão social como um caso de polícia, era apenas uma resposta política as fortes críticas que o governo de Pereira Passos vinha sofrendo por ter despejado milhares de pessoas para a abertura da Avenida Central, protestos chegara a tomar formas violentas, como na Revolta da Vacina. Foi uma iniciativa isolada na República Velha, assim como as 40 casas populares construídas no Recife pela Fundação A Casa Operária, órgão pioneiro criado pelo governo de Pernambuco, em 1926. Exceções que confirmam a regra (2011, p. 71).

As travessias entre a cidade produzida por cortiços, vilas operárias, que "abriga" a massa operária, a classe trabalhadora, em áreas centrais poluídas ou periferias ausentes (ou presença precária) de infraestrutura, saneamento, educação, saúde, lazer, esporte, cultura, querem nos fazer acreditar que as primeiras ações estatais destinadas a habitação como questão social e a instituição de uma política habitacional (em tempos de ditadura militar) sanariam as demandas por moradia, principalmente aquela destinada a população de baixa renda. Ao contrário, as lacunas deixadas após o encerramento das atividades do Banco Nacional de Habitação (BNH), a instituição de uma nova política

habitacional, em 2004, revelaram processos, formas socioespaciais e práticas mantidas intocáveis, frente outras que evidenciam processos sofisticados de construção de habitações em grande escala e de intensiva atuação dos agentes no processo de produção do espaço urbano.

A questão da moradia/habitação na cidade contemporânea, são temas amplamente discutidos nas abordagens de Shimbo (2012) e Rolnik (2015a). As perspectivas apresentadas por estas autoras, abrangem, no primeiro caso, a articulação e atuação entre agentes produtores do espaço, respaldados pelo processo de segmentação da habitação em subsistemas: Habitação de Interesse Social e Habitação de Mercado, medida implementada a partir da Política Nacional de Habitação (2004). Para além da análise teórica sobre habitação, Lúcia Shimbo, apresenta através de investigação empírica, o processo de operacionalização da articulação entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro, e revela o que denominou de "habitação social de mercado", em que a confluência de recursos de financiamento habitacional, investimentos estrangeiros, condescendência legal respaldada pelo Estado, articulação dos setores imobiliário, empresas construtoras e incorporadoras resultam na atuação do mercado sobre as camadas de média e baixa renda,

No entanto, até 2006, faltava um elemento que integrasse esse conjunto de favorecimentos à atuação privada na produção de moradias - ou "fermento que fizesse o bolo crescer". E esse elemento se referia à justificativa do porquê o mercado imobiliário financeiro precisava e deveria atuar nas faixas de renda mais baixas. Tornou-se conveniente, portanto, confundir habitação de interesse social com habitação de mercado, a fim de se contemplar o imenso déficit de moradia no país, transformado agora, em nicho de mercado, tendo em vista o volume de recursos públicos e semipúblicos disponibilizados a essas faixas de renda (SHIMBO, 2012. p. 73).

Rolnik (2015a), ao abordar a questão da moradia/habitação e da cidade no Brasil e no mundo contemporâneo, dialoga com a confluência analisada por Shimbo (2012), e afirma que, no Brasil, o período de implementação do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, pelo Governo Federal, no ano de 2009, estabelece o início do processo de "financeirização"¹¹ da terra e da moradia. A autora coloca em evidência o padrão histórico de atuação entre Estado e incorporação imobiliária, a medida em que o primeiro, institucionaliza marcos regulatórios e cria o sistema financeiro, o segundo, se

¹¹ De acordo com Rolnik (2015), o processo de financeirização ocorre a medida em que se intensifica o mercado secundário de hipotecas e o intenso investimento de fundos e de veículos financeiros.

apropria das permissividades propiciadas por legislações habitacionais e articulam a produção da habitação, seguindo regras de mercado,

Desde a criação do BNH até nossos dias, estabeleceu um campo de convergência - e, como veremos, também de conflito - entre as três dimensões decorrentes da definição de uma organismo financeiro como *locus* de formulação e implementação da política habitacional e da opção originária de fazer de cada brasileiro um proprietário. Em primeiro lugar, a política depende e incide sobre as estratégias monetárias e fiscais do país. Em segundo lugar, está ideológica e politicamente alicerçada na ideia de combate ao "déficit habitacional", ou seja, na ideia de que as necessidades habitacionais correspondem a uma demanda reprimida de "casas próprias" a serem construídas. Em terceiro lugar, trata-se de um instrumento de fomento à atuação de um setor - a indústria da construção civil -, além de, evidentemente, ser um dos motores do próprio setor financeiro (ROLNIK, 2015a, p 282).

A abrangência de análise da autora, refere-se a abordagens que são de escala mundial, e outras que tomam como ponto de apreciação, a realidade do Brasil. Logo, nossa abordagem, ora remete a questões de ordem geral, ora de ordem específica. Duas questões tornam-se pontuais para apreensão deste processo de "financeirização" da habitação. Primeiro, a de ordem geral, que expõe a confluência entre construtoras e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), processo em que a construtora mobiliza capital de altas rendas para investimento no setor imobiliário, após o imóvel pronto, sugere aos investidores a mudança para o sistema hipotecário do SFH, abrindo espaço para que sejam cooptados novos empreendimentos. Rolnik (2015a), ao analisar a confluência de empresas familiares de construção à incorporações estrangeiras, o processo de mobilização de investimentos para os setores imobiliários e a afluência de investimento do capital financeiro no setor habitacional, a autora afirma que,

o mesmo movimento de compra de parte da empresa por um ou mais fundos de investimentos, compra de companhias concorrentes e lançamento de bolsa de valores revelam o processo de tomada da incorporação residencial pelo setor financeiro nos primeiros anos da década de 2000 (ROLNIK, 2015a, p. 292).

Se no plano organizacional o setor habitacional passou a ser estruturado por empresas profundamente complexas e sofisticadas, na escala da prática, essas associações influenciam diretamente no estoque de terras, na ampliação de ações especulativas e na influência direta no processo de produção do espaço urbano, de modo particular, àquele direcionado a habitação, em suas variadas segmentações.

A segunda questão, refere-se necessariamente, a essa escala prática, de modo particular, o caso do Brasil. A crise financeira de 2008 deflagrada nos Estados Unidos incide diretamente sobre este processo. O acordo entre o Governo brasileiro e incorporações privadas resultou na implementação de um pacote habitacional, voltado à resolução desta crise "por meio de subsídios diretos ao comprador, o governo viabilizaria a compra das 200 mil unidades que as construtoras capitalizadas estavam preparadas para lançar no mercado" (ROLNIK, 2015a, p. 300). Deste acordo, decorreram duas análises que merecem nota, Harvey (2005, p. 47) afirma que "a reação social às crises pode afetar a maneira pela qual se resolve a crise". A primeira questão, de dimensão econômica, refere-se a implementação do pacote habitacional, acordado por aliança estabelecida entre Estado e incorporações, frente aos impactos oriundas da crise habitacional. A segunda questão, de dimensão política, refere-se proposição do Governo Federal, em meio a ideia do pacote habitacional, o presidente Lula, amplia e transforma o pacote em programa habitacional, lança a meta de construção de um milhão de casas no território brasileiro, estratificado por segmentos de renda, modalidades, subsídios. Essas ações ultrapassaram as negociatas acordadas com as incorporadas. O pacote habitacional tomou a forma de um programa habitacional, denominado Minha Casa Minha Vida (MCMV). Segundo Maricato (2015a, p. 37), esta política habitacional representou "a visão empresarial da política habitacional, ou seja, de construção de novas casas, apenas, sem levar em consideração o espaço urbano em seu conjunto e muito menos a cidade já comprometida pela baixa qualidade".

Fundamentada na posição conceitual abordada por Pedrão (1989), em que a habitação refere-se a materialidade, a forma física que soluciona a demanda por moradia, percebemos que as ações desenvolvidas para solucionar tais demandas soam sempre como relativas, visto que, a mobilidade, saúde, educação, infraestrutura, atividades culturais e emprego, como condições básicas da vida, são negligenciados no cerne de resolução da demanda por moradia. Maricato (2015a) explica que o Estado reafirma seu papel decisivo neste processo,

É dele o controle do fundo público para investimentos, e cabe a ele, sob a forma de poder local, a regulamentação, controle sobre o uso e a ocupação do solo (segundo hipoteticamente, planos e leis aprovados nos parlamentos). É, portanto, o principal intermediador na distribuição de lucros, juros, rendas e salários (direto e indireto), entre outros papéis. Há portanto, uma luta surda de apropriação dos fundos públicos, que é central para a reprodução da força de trabalho ou para a reprodução do capital. Podemos citar como exemplo importante a

disputa entre investimentos para a circulação de automóveis ou investimentos para o transporte coletivo (MARICATO, 2015a, p. 25).

Os efeitos da construção "desgovernada" de habitações podem ser observados em várias cidades do Brasil, principalmente em grandes cidades. Maricato (2015a) diz que o período que sucede a criação do Ministério das Cidades, em 2003, poderia ter representado a articulação entre os setores da habitação, saneamento e transporte urbano, mas que na contramão da crise de 2008 foi consolidado pelo intenso processo especulativo imobiliário e fundiário, promovendo elevação do preço da terra e de imóveis.

Dois anos antes do lançamento do programa MCMV em 2009, o governo havia lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007. Se diretamente o programa não estava associado a construção das unidades habitacionais, subsidiou obras para os megaeventos¹² ocorridos no Brasil em 2014 e 2016 e removeram famílias para que estas obras fossem concretizadas. No que se refere a operacionalização do PAC, Maricato (2015a) sintetiza que o programa,

se destina a financiar a infraestrutura econômica (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e toda a infraestrutura de geração e distribuição de energia) e a infraestrutura social (água, esgoto, drenagem, destino de lixo, recursos hídricos, pavimentação). Ele federalizou o Programa de Urbanização de Favelas: finalmente o governo no Brasil reconhecia a cidade ilegal e o passivo urbano, buscando requalificar e regularizar áreas ocupadas ilegalmente. Muitos bairros pobres de um universo gigantesco passaram por projetos de recuperação urbanística, elevando a condição sanitária e de acessibilidade, entre outras (MARICATO, 2015a, p.37).

As grandes obras construídas como aparato para o desenvolvimento de megaeventos no Brasil, o quadro quantitativo de unidades habitacionais e de infraestrutura acentuaram diferentes formas socioespaciais na cidade. O que geralmente torna-se latente nesse processo são os impactos adversos que estes "grandiosos" empreendimentos provocam na vida da população, principalmente aquela adjetivada como de baixa renda e sistematizada na habitação de interesse social.

As condições adversas da mobilidade urbana levantaram um novo campo de luta na cidade. Em junho de 2013, o Movimento Passe Livre (MPL), ganha as ruas de

¹² Obras construídas para a Copa do Mundo, em 2014 e Olimpíadas, em 2016.

diversas cidades brasileiras, em protesto ao aumento das tarifas do transporte coletivo. Maricato (2015a) sinaliza algumas características destes novos personagens urbanos,

Organizados em rede - negando a hierarquia e a centralização - informados, politizados persistentes (o MPL luta contra o aumento das tarifas do transporte públicos há oito anos), criativos, inovadores, bem humorados, apartidários mas não antipartidários, críticos à política institucional, formados especialmente por integrantes de classe média (mantendo, porém, forte vínculo com movimentos de periferia). Estas são algumas das características dos novíssimos personagens, grupos organizados de forma fragmentada e reunidos sob diferentes bandeiras (MARICATO, 2015a, p. 46).

O MPL é reflexo deste espaço urbano contemporâneo, "fragmentado e articulado, reflexo e condição social, um conjunto de símbolos e campo de lutas" (CORRÊA, 1989, p. 9). Se em sua gênese, coloca em evidência a questão tarifária, em toda a sua amplitude, revela que assim como a habitação é colocada como demanda social, a questão da cidade também está posta. Maricato (2015a) elucida que,

ao contrário da esquerda tradicional, os novíssimos personagens querem mudanças aqui e agora, em vez de abordagens holísticas construídas em torno das grandes reformas ou revoluções. As demandas podem ser pontuais, mas referidas a pontos estratégicos de grande impacto político e social. A recusa radical ao ajuste das tarifas está ligada a um radicalíssimo mundo sem catracas. Tarifa zero. Mobilidade total para todos. O que é mais importante na vida urbana do que ter mobilidade? Acessar a tudo que cidade oferece independente do local de moradia? Como abrir a caixa preta dos jurássicos sistemas de transporte de nossas metrópoles sem impactar tudo e todos na cidade? Incluindo o uso do solo, o meio ambiente, a moradia, a segregação, o exílio dos jovens da periferia, os acordos de campanha eleitoral, as "prioridades orçamentárias", o sofrimento dos que dependem desse transporte, a dominação urbana rodoviária, imobiliária etc. etc. (MARICATO, 2015a, p. 48).

Harvey (2014) ressalta que a organização dos movimentos sociais urbanos contemporâneos reascende questões referentes aos problemas sociais agudizados na cidade contemporânea. Estes movimentos provocam o que parece ser um tipo de combustão nas cidades, que "surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero" (HARVEY, 2014, p. 15).

A discussão sobre a cidade contemporânea refere-se a uma questão que consideramos dialética, o par habitar-cidade. Para o caso da habitação de interesse

social, o que observamos é o conflito habitar x cidade. Historicamente, a luta direcionada para o acesso a habitação necessita ser ampliada para a luta pela acesso a cidade, é como se tivesse se tornado uma sujeição: "deseja acessar a casa ou a cidade"? O par habitar-cidade ou para o caso da habitação de interesse social, habitar x cidade, além de contrastante é contraditório, à medida em que ações parciais do Estado impõe essa espécie de escolha. O acesso à cidade por parte dos moradores da habitação de interesse social estaria condicionado somente por sua condição de força produtiva?

4.1.2 Por uma abordagem econômica, política e social do espaço urbano

Do ponto de vista de uma abordagem conceitual, autores como Gottdiener (1993), Harvey (2005) e Carlos (2007), todos fundamentados no pensamento marxista, discutem o conceito de espaço, e respectivamente, o espaço urbano, condição, a nosso ver, inerente a compreensão da cidade contemporânea.

A propósito de uma nota introdutória, o fenômeno urbano, amplamente investigado no Departamento de Sociologia Urbana da Universidade de Chicago, a partir da década de 1910 e alguns anos mais tarde, institucionalizado no que se convencionou denominar Escola de Chicago. As investigações analisavam fenômenos sociais, dentre eles, a segregação, conceito originário desta Escola, que explicava a organização da cidade a partir de uma competição individual, que levavam os "iguais", em função do comportamento humano¹³, a convergirem para áreas naturais semelhantes. Para nós essa perspectiva corresponde a uma base de filosofia positivista de análise do fenômeno urbano e pormenoriza a atuação dos atores sociais como forças atuantes na produção do espaço urbano.

Em Harvey (2005) podemos observar que, no título da obra "A produção capitalista do espaço", o autor já desvela sua percepção sobre a produção do espaço e ainda nos adverte sobre a insólita análise de questões de geografia à luz da concepção marxista, segundo ele "do ponto de vista marxista, havia bem poucos textos sobre geografia da acumulação de capital e sobre a produção desigual de espaço e de desenvolvimento geográfico" (HARVEY, 2005, p. 13).

¹³ Para uma melhor compreensão sobre a questão consultar o texto de Park (1967), A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano.

No capítulo II da obra supracitada, "A geografia de acumulação capitalista", Harvey (2005) desenvolve sua abordagem a partir de duas frentes de análise, em que sintetiza a compreensão sobre a produção capitalista do espaço. Primeiro, aborda a teoria da acumulação e sua condição relacional com a estrutura espacial, em seguida, versa sobre a teoria de acumulação e a teoria do imperialismo com base na análise da localização, elaborada por Marx. Do ponto de vista de nossa discussão, a compreensão do autor sobre a teoria da acumulação e a estrutura espacial, por hora, dialoga com este trabalho. À luz de interpretação, Harvey (2005) expressa que a acumulação está no cerne que impulsiona o modo de produção capitalista, e que ela se sustenta a partir de sua dinâmica e possibilidade de expansão, reproduzindo constantemente o mundo que vivemos.

Uma discussão de grande relevância trazida por Harvey (2005) faz referência às contradições como condição intrínseca ao sistema capitalista, que em tempos de crise "sacodem" o mundo e, de alguma forma, impõem uma ordem e uma racionalidade a esse sistema econômico, não sem reproduzir custos sociais e tragédias humanas¹⁴. As crises produzem novas oportunidades de acumulação, "podemos conceber cada crise como uma mudança do processo de acumulação para um nível novo e superior" (HARVEY, 2005, p. 47), exatamente nesses períodos ocorre a reorganização de atuação do sistema capitalista frente a produção da mercadoria e sobre a produção do espaço, é nesse sentido que ocorre "a penetração do capital em novas esferas de atividade mediante a organização de formas preexistentes de atividades" (HARVEY, 2005, p. 47), o sistema provoca "a criação de novos desejos e novas necessidades" (p.48), de modo que promove "a facilitação e o estímulo para o crescimento populacional num índice compatível com a acumulação a longo prazo" (HARVEY, 2005, p. 48) e intensifica a "expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior" (HARVEY, 2005, p. 48). Nesta ordem de estímulo a atividade de produção e de consumo se acentua a acumulação capitalista e se institui uma ordem de organização espacial e expansão geográfica.

No que se refere a uma visão ampla do processo, a reflexão de Harvey torna-se oportuna quando a associamos a questão da habitação e da terra, na cidade

¹⁴ No que se refere a esses efeitos, para a questão da moradia, na contemporaneidade, ver o capítulo 1, referente a obra "Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças", de Raquel Rolnik (2015).

contemporânea. A "crise" por moradia, que sempre esteve no cenário de demanda social no Brasil, até certa medida não representa necessariamente correlação com as crises econômicas de ordem mundial, no entanto, as medidas articuladas entre Estado e agentes privados, direcionadas para área da construção civil e da geração de emprego, geralmente, são utilizadas como estratégias mitigadoras para estas crises. Este amplo investimento para recuperação da economia através do fomento a construção civil, produziu, além de habitações e grandes obras, formas socioespaciais que permanecem reforçando diferenças, desigualdades, segregação, dentre tantas outras formas que compõem a organização e reprodução do espaço urbano. Vê-se processos e formas em simbiose.

A partir de uma visão contemporânea e que agrega a vivência do cotidiano, a proposição de Carlos (2007) instiga nossa reflexão sobre a cidade, à medida que incentiva pensá-la em sua dimensão material, constituída por processos de produção/reprodução, este par dialético, que modifica e é modificado a partir das relações socioespaciais e ao longo do tempo, sem negligenciar as possibilidades que constituem a dimensão social da vida cotidiana, das relações e dos significados que constituem a vida humana. Neste sentido, a autora coloca que "ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço através da prática sócio-espacial" (CARLOS, 2007, p. 20).

Segundo Carlos (2007) a produção do espaço articulado pelo setor privado e respaldado pelo Estado entra em constante conflito com a reprodução da vida, das práticas socioespaciais, e que esse processo reproduz novas dimensões no plano do cotidiano. Ante essa perspectiva, a autora propõe pensar a cidade a partir da articulação indissociável dos planos,

econômico (a cidade produzida como condição de realização da produção do capital - convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realizam através da produção do espaço), **o político** (a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado); e **o social** (a cidade produzida como prática sócio-espacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana).

Pensar a cidade sob uma base exclusivamente econômica, a nosso ver, seria condicioná-la exatamente aquilo que convencionou e interessa ao sistema capitalista, a produção ilimitada da mercadoria, do lucro sem fim, das relações comerciais e da

expropriação da força de trabalho. É imanente a atuação do Estado como agente regulador do espaço urbano, este processo está associado à sua vinculação com os agentes privados, que produzem, a partir de práticas especulativas, o espaço urbano. Sem pormenorizar os planos econômico e político, é no plano social que nos ocupamos com maior afinco, por compreendermos que é no plano do vivido que se apreende a realidade, as práticas socioespaciais e o cotidiano.

Ciente de que não há modo único para se olhar e pensar a cidade, uma perspectiva geográfica projeta sua análise a partir de sua dimensão espacial, das relações, dos sistemas e atores sociais que produzem e reproduzem as formas socioespaciais da cidade. "Os novos escritos sobre a cidade", como referencia Carlos (2007), parecem "protestar" uma projeção de análise que amplie a visão sobre processos e formas e que se ocupem com a mesma veemência, do plano das práticas socioespaciais da vida cotidiana.

Gottdiener (1993), questiona os ideários sobre o fenômeno urbano fundamentados na linha de pensamento da Ecologia, Economia Política e Geografia urbanas, respaldados, respectivamente, na Escola de Chicago, no pensamento marxista e marxista de caráter ortodoxo. Para o autor, a produção do espaço decorre da organização social, classificada por ele como estruturacionista, que engloba o papel da ação e a estrutura, no processo da produção dos fenômenos e das formas espaciais,

Para mim, a organização sócio-espacial está ligada por relações conjuntas contínuas e hierárquicas. A força dessa matriz espaço-temporal tridimensional é que sustenta o desenvolvimento maciço, desconcentrado, da metrópole. Desse modo, o cotidiano é ao mesmo tempo particularizado e afetado por relações de produção que se estendem por todo globo; é fragmentado e hierarquicamente organizado, atomizado e estruturado. Existe não só nas "cidades corporativas" estudadas pelos economistas políticos marxistas, mas também nos subúrbios. Em suma, é desenvolvido ao longo de regiões e nações pelos mesmos processos globais que estruturam cada lugar individual (GOTTDIENER, 1993, p. 198).

A crítica de Gottdiener (1993) refere-se à fundamentação paradigmática de que formas e lugares surgem como uma revelação que parece pairar sobre o ar. O autor adverte sobre o risco "de imaginar o espaço como uma página branca na qual se inscreve a ação dos grupos e instituições" (GOTTDIENER, 1993, p.181), ou como uma morfologia espacial, que organiza naturalmente o espaço urbano. Sua concepção referencia o sistema social com produtor, sustentador e reproduzidor da organização

espacial, "lugares e formas não fazem nada e não produzem nada por si mesmos, somente as pessoas dentro das redes de organização social é que possuem esse poder" (GOTTDIENER, 1993, p. 265). O autor afirma que a organização espacial somente pode ser explicada pelo sistema de organização social, envolvido por forças que são para além de econômicas, mas também políticas e culturais, compreendidas dialeticamente.

A reflexão apresentada por Gottdiener (1993) favorece nossa pesquisa em duas frentes, inicialmente, aquela que amplia a possibilidade de análise para além da questão econômica, como modo único de analisar e explicar a produção do espaço urbano. Concordamos com o autor, que as bases políticas e culturais ampliam as possibilidades de apreensão do lugar e das formas de um determinado tempo, formas que ultrapassam os limites da representação centro *x* periferia. Uma outra questão relevante, refere-se à importância dada pelo autor no processo de correlação das forças econômica, política e cultural no processo de produção do espaço urbano, de modo que, reconhece esse processo em sua dimensão social, que reflete diretamente nas condições da vida cotidiana.

À luz da discussão apresentada, sintetizamos que, para Carlos (2007), a cidade deve ser pensada a partir dos *planos* econômico, político e social. Gottdiener (1993) afirma que a organização espacial somente pode ser explicada a partir das *forças* econômicas, políticas e culturais. Embora os autores estejam balizados por compreensões díspares, notoriamente, suas argumentações não se fundamentam em bases ortodoxas do marxismo.

Quem produz o espaço urbano? É a partir desse questionamento complexo, ressignificado ao longo do tempo, cada vez mais sofisticado, e no propósito de materializar as ações dos grupos/agentes que abordamos sobre estas forças que atuam no processo de organização, sistematização, instrumentalização e produção do espaço urbano. Destacamos que nossas análises são orientadas a partir da concepção de autores de base crítica, dentre eles, Harvey (1980) e Corrêa (1989).

A análise da cidade contemporânea e da moradia/habitação social, perpassa diretamente pelo processo de produção do espaço urbano e ação dos agentes que articulam sua reprodução, em função de atribuições ao valor de uso e valor de troca, que neste último caso, imprime forças contundentes sobre a produção do espaço.

No limiar das exceções, os usuários da moradia, são agentes produtores do espaço¹⁵ que consomem a habitação em função de seu valor de uso em detrimento de outros agentes que a reproduzem por seu valor de troca. O Estado, segundo Harvey (2005), sempre teve papel fundamental no funcionamento da sociedade capitalista, e "desempenha, necessariamente, certas tarefas básicas mínimas no apoio do modo de produção capitalista" (HARVEY, 2005, p. 79), o autor complementa afirmando que o Estado dissemina ideias de caráter dominante, a ponto da população tomá-las como verdades universais, "essas ideias devem ser apresentadas como se tivessem uma existência autônoma. As noções de "justiça", "direito" e "liberdade" são apresentadas como se tivessem um significado independente de qualquer interesse de classe específico" (HARVEY, 2005, p. 81).

O desempenho do Estado como agente capitalista ocorre à medida que se revela sua atuação em relação à formulação e implementação de instrumentos legais, decretos, mecanismos políticos e econômicos, estas são ações contundentes no processo que assegura interesses privados do próprio Estado e de todos os agentes que operam sobre a produção do espaço urbano. De modo a exemplificar tal questão, observamos que de tempos em tempos, são realizadas alterações nos planos diretores e/ ou nas diretrizes de parcelamento do solo urbano, com o intuito de transformar áreas rurais em áreas urbanas, com fins especulativos. Baseando-se em noções mais amplas sobre o processo de atuação do Estado, Harvey pondera que,

o Estado capitalista também tem o papel de funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos de produção, da circulação e da troca [...]. O Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de "bens públicos" e infra-estruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover sem lucro. Além disso, o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro. Em todos esses aspectos, a intervenção do Estado é necessária, pois um sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe coletivo (HARVEY, 2005, p. 85).

A atuação dos promotores imobiliários ocorre de modo contundente e complexo, geralmente, atuam em diversas atividades. Enquanto agente produtor do espaço, suas ações variam desde a apropriação da terra, a concretagem do cimento a

¹⁵ Esta condição não exclui a possibilidade de sua utilização em função do valor de troca.

etapa final de construção, com o objetivo elementar de absorver produções destinadas a alta camada econômica. Os grupos segmentados na condição de baixa renda não são excluídos deste processo, no entanto, são inseridos quando a produção habitacional proporciona representatividade de lucro, em casos, por exemplo, que se destinam a construção de conjuntos habitacionais para grupos sociais que o Estado viabiliza o crédito para aquisição da habitação, “a atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista” (CORRÊA, 1989, p. 24).

Em princípio, o agente imobiliário atua sobre diversas frentes, no entanto é o Estado quem atua sob todas as frentes de produção do espaço urbano, neste sentido, Corrêa (1989) elucida que essa atuação,

refere-se ao fato do Estado atuar diretamente como grande industrial, consumidor do espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e alvo dos chamados movimentos sociais (1989, p. 24).

Ao atuar em todas as frentes de produção do espaço urbano, o Estado, estabelece vínculo com todos agentes produtores e o faz de maneira que privilegie os interesses daqueles segmentos que se encontram no poder, segundo Corrêa (1989, p. 26) “o Estado capitalista cria mecanismos que levam a segregação residencial e a sua ratificação”. O Estado em suas diferentes esferas administrativas, Municipal, Estadual e Federal ratifica o processo de segregação no espaço urbano, processo que pode ser visto nitidamente ou estar latente no espaço.

Em sua condição de capitalista, o Estado, instrumentaliza, operacionaliza e sustenta a atuação dos agentes financeiros, imobiliários, construtores e proprietários de terra. Corrêa (1989) nos proporciona uma ideia sobre a atuação destes agentes na organização do espaço,

o espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação desses agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem (CORRÊA, 1989, p. 11).

Estruturalmente, os agentes produtores do espaço são segmentados em grupos, neste sentido, Corrêa (1989) adverte sobre a relação conflituosa de apropriação do solo por agentes proprietários dos meios de produção e proprietários fundiários, e destaca a ação intervencionista do Estado na resolução destes conflitos, atendendo a interesses particulares de cada agente envolvido, “a terra urbana tem assim em princípio, um duplo papel: o de suporte físico e o de expressar diferencialmente requisitos locacionais específicos as atividades” (CORRÊA, 1989, p. 13).

Outro grupo referenciado por Corrêa são os proprietários fundiários, agente que atua inteiramente no princípio de valor de troca, visto que, almeja, sobretudo, a obtenção do lucro. É relevante apresentar o elo direto desse agente produtor do espaço urbano com outros dois agentes, o Estado e os promotores imobiliários, do primeiro, exige medidas estruturais que visam contribuir para o processo de valorização da terra, e no segundo, encontra sempre novas oportunidades de lucro, em função do valor que aplica a terra, ao tratá-la de maneira especulativa, os “proprietários de terra atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades [...] especialmente uso comercial ou residencial de *status*” (CORRÊA, 1989, p. 16).

Corrêa (1989), ao referir-se sobre os grupos sociais excluídos, evidencia como a questão da moradia representa um indicador relevante nesse processo de exclusão. As possibilidades de acesso a habitação para a população pobre, historicamente, estão associadas à autoconstrução, cortiços, loteamento periférico, conjuntos habitacionais financiados pelo Estado e a favela. Dentre essas possibilidades, o autor coloca que, salvo a favela que se manifesta como um movimento contrário de transformação e produção do espaço, todas as outras possibilidades, no que diz respeito à escolha da terra para habitação, ocorre de maneira imposta, e que apesar da favela se mostrar como uma forma de resistência na produção do espaço, suas habitações, geralmente, são construídas em ambientes considerados inadequados e sem estrutura.

A habitação, materialidade indissociavelmente relacionada ao espaço, ganha destaque na abordagem de Harvey (1980). O autor baseado na teoria microeconômica de uso do solo urbano (residencial) faz referência a atuação dos diferentes grupos no processo de produção do espaço urbano.

Em suma, Harvey (1980) elenca-os da seguinte maneira: *a) Os usuários da moradia*, são consumidores da moradia em função do desejo, que ora pode estar relacionado ao valor de uso e ora ao valor de troca, sendo o próprio usuário aquele

quem imprime esse valor; *b) Os corretores de imóveis*, atuam na prática do lucro, em todas as etapas do processo de venda das moradias, apoiando-se em padrões éticos ou não; *c) Os proprietários*, divididos entre usuários proprietários, que podem considerar a propriedade a partir do valor de uso, e proprietários rentistas, que em todas as estratégias utilizadas sempre imprimem o valor de troca; *d) Os incorporadores*, juntamente com a “indústria da construção de moradia, estão envolvidos no processo de criar novos valores de uso para outros, a fim de realizar o valor de troca para si próprios” (HARVEY, 1980, p. 141); *e) As instituições financeiras*, apresentam elo com praticamente todos os outros grupos, desde aquele que imprime o desejo ou a necessidade de adquirir a moradia, àquele que intermedia a aquisição, até às construtoras que necessitem de capital financeiro para investir nas construções; E por fim, *f) as instituições governamentais*, tem a função de organizar estruturalmente o solo para a implantação das moradias, geralmente, atendem a interesses próprios e de construtoras, à revelia daqueles que necessitam do auxílio governamental para aquisição de moradia.

O mercado da moradia e a produção do espaço urbano, quer seja produzido por grupos, como denominou Harvey (1980) ou por agentes, como intitulou Corrêa (1989), revela uma organização nítida em função do valor de troca. A população pobre, marginalizada no processo de produção do espaço, fica limitada a ocupar áreas em função de sua capacidade (ou não) de pagarem por ela, haja visto que, nas situações em que não pode pagar pelo acesso a terra se submetem aos auxílios instituídos por políticas e programas sociais. Neste processo, Harvey (2005) coloca que,

De um modo ou de outro, o Estado capitalista precisa desempenhar suas funções básicas. Se não conseguir fazer isso, então esse Estado deve ser reformado, ou então o capitalismo deve dar lugar a algum outro método de organizar a produção material e a vida cotidiana. (HARVEY, 2005, p. 93)

Neste sentido, Rodrigues (2011) complementa que as políticas públicas de âmbito nacional "mais ocultam do que revelam as características da produção e reprodução do espaço urbano, os problemas reais, as relações societárias e a desigualdade socioespacial" (RODRIGUES, 2011, p.11). A construção da habitação, de modo particular, a habitação social e a produção do espaço urbano revelam a lógica de acumulação do capital. Neste processo, o subsídio do Estado capitalista torna-se basilar para sua materialização. De modo sistemático e analítico, buscamos colocar à baila

alguns indícios da atuação estatal e privada no processo produção do espaço urbano de Goiânia, principalmente a partir de uma abordagem que considera a habitação como questão social.

As forças atuantes no processo de produção do espaço urbano são complexas em suas articulações, observamos que na cidade contemporânea, essas ações são desenvolvidas de maneira cada vez mais sofisticadas, o nível de confluência entre construtoras, imobiliárias, agentes financeiros, proprietários de terras e Estado tornou-se operacionalizado por tantas especificações, legisla-se sobre a legislação, fragmenta-se as operações com tamanha astúcia, que são capazes de camuflar funções, ações e responsabilidade social sobre a produção do espaço urbano.

4.1.3 Habitação Social como ponto de partida: Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4

A cidade de Goiânia, localizada no Planalto Central, tem sua origem em articulações políticas instituídas na década de 1930, período de ostensiva atuação estatal sobre o Brasil. Através do programa Marcha para o Oeste, política instituída pelo então presidente Getúlio Vargas, imbuído no propósito de interiorização e modernização do país, projetou para a região Centro Oeste a primeira cidade planejada do século XX, construída para se tornar a capital do Estado de Goiás.

A cidade planejada, fundada em 1933, para alcançar uma população de até 50.000 habitantes, durante um período de 30 anos, registrou nesse intervalo de tempo, um crescimento populacional que atingiu cerca de 153.505 habitantes Souza (1996 *apud* OLIVEIRA, p. 145, 2005). O aumento populacional instituído pelo processo de migração irrompeu essa barreira social e espacial imposta pelo Estado e colocou em declínio o ideário da cidade planejada, provocando uma diversidade de demandas sociais, dentre elas, escassez de moradia, ocupações "ilegais" do espaço urbano, autoconstrução e modos de vida precários, mediante a organização do espaço urbano que revela (e oculta) desigualdades socioespaciais na cidade.

A construção de Goiânia ocorreu em período análogo ao processo de intensivo estímulo à industrialização do Brasil, a Consolidação de Leis trabalhistas (CLT) e de atuação do Estado frente à demanda habitacional para os trabalhadores, anteriormente produzida pelo setor privado. Esta atuação estatal, na questão relacionada à habitação como questão social apresentou pouca expressividade em Goiânia, pois segundo Moraes

(2003) "o Estado detinha exclusividade sobre o sistema de venda de terrenos na nova capital" (MORAES, 2003, p.179). Desta forma, o controle socioespacial realizado pelo Estado mantinha sob rígido controle a produção do espaço urbano.

Segundo Pastore (1984) citado por Oliveira (2005, p. 133-135), Goiânia passou por três fases no processo de formação de seu espaço urbano, entre o período de sua construção até aproximadamente o fim do Estado Novo, ocorreu sob rigorosa atuação do Estado. O período decorrido entre 1947 a 1968 ficou marcado pela instituição de um novo código de edificações, suprimindo a obrigatoriedade de infraestrutura em loteamentos, implementação de parcelamento privado do solo e o surgimento dos primeiros conjuntos habitacionais. Por fim, a década de 1970, marcou o modelo de produção do espaço urbano, estabelecido pelo regime militar, que subsidiou a construção de habitações financiadas por ações do BNH.

Neste contexto, observamos que o Estado operou de forma direta na produção do espaço urbano em Goiânia, em sua formação atuou como um agente proprietário de terras e, neste sentido, negligenciou a cidade destinada aos trabalhadores, em seguida, entregou a produção do espaço urbano ao capital especulativo, dando respaldo, a partir de marcos regulatórios, para atuação privada do parcelamento do solo urbano para fins de loteamentos residenciais. O Estado reafirma sua condição de agente capitalista ao utilizar instrumentos legais, representado na política habitacional, para privilegiar o segmento da construção civil em detrimento as necessidades de demanda por moradia.

Na contramão da cidade planejada, a população de baixa renda alijada do acesso à habitação, organizavam movimentos de ocupação em Goiânia. Neste sentido, Moraes (2003) afirma que a Liga dos Moradores da Vila Nova e a Associação dos Moradores do Setor Universitário, foram precursores nesta luta. Por efeito destas ocupações, o Estado, preocupado em manter o padrão urbanístico de cidade planejada, transformou-os em loteamentos populares. Outro movimento de luta pelo acesso a moradia foi a ocupação realizada no ano 1979, no Setor Jardim Nova Esperança, região noroeste de Goiânia, ação que revela a face de atuação dos movimentos sociais em Goiânia e em essência reflete as (in)ações do Estado frente a demanda por moradia destinada aos trabalhadores, população esta, inserida nas estatísticas de coabitação familiar, ônus excessivo de aluguel e sem-teto. Ainda segundo a autora, a Vila Mutirão, situada na região noroeste de Goiânia, refere-se à tentativa do governo do PMDB, de

Goiás, de enfraquecimento do movimento de luta por moradia, através da barganha de cargos políticos por habitação.

De modo sistematizado, Oliveira (2002), analisa a produção social do espaço urbano em Goiânia, a partir da ocupação que deu origem ao bairro Jardim Nova Esperança, no ano de 1979. O movimento de luta revela a ausência de políticas habitacionais direcionadas para as demandas por moradia na cidade, e, no avesso, reflete a organização política dos movimentos sociais, da época. Na percepção do autor, o processo de produção e reprodução do bairro se deu em três fases, um bairro constituído politicamente, atravessado pelo bairro residencial e consolidado como uma cidade dentro da cidade. Durante cerca de dois anos, tive a oportunidade de experienciar esta cidade dentro da cidade, e constatar empiricamente, as possibilidades de viver em uma "quase cidade", o quase não se concretiza. Tenho a impressão que as grandes cidades tem se constituído cada vez mais pelas "cidades dentro da cidade", produzindo a histórica separação social e reproduzindo a separação espacial.

A abordagem de Paiva (2016) coloca em evidência os Residenciais Jardins do Cerrado, a partir de uma análise que correlaciona a mobilidade cotidiana da população economicamente ativa, a partir da utilização do transporte coletivo. Em outro ponto, o autor destaca os problemas e benefícios provocados por obras de intervenção no trânsito, em função do fluxo de pessoas que atravessam as GO-060, GO-070 e GO-080 no dia a dia. Interessante observar que, na análise de Oliveira (2002), o movimento social em sua luta por moradia, atua como agente produtor do espaço. No avesso, a análise de Paiva (2016) evidencia as condições que envolvem o habitar e as práticas socioespaciais do cotidiano, em uma área produzida por articulação do Estado. Percebe-se as mudanças ao longo do tempo, e as permanências.

Do ponto de vista da atuação dos atores produtores do espaço, os movimentos sociais e o Governo de Goiás atuaram de forma mais incisiva sobre o processo de construção da habitação popular em Goiânia. Embora estes atores atuassem sobre diferentes ideais, geralmente, a ocupação do espaço, que nem sempre era urbano, materializava os novos bairros em áreas periféricas, sem infraestrutura, precária em serviços públicos e de transporte, produzindo segregação social e espacial na cidade e produzindo o fenômeno de conurbação. Autores como Moraes (2003), Moysés e Bernades (2005) corroboram tais questões:

A construção da Vila Mutirão foi um dos exemplos mais perfeitos de institucionalização da não inclusão social realizada em Goiânia. O Estado planeja estrategicamente a construção de uma área (na época rural) distante 12 km da cidade do plano urbanístico, [...] as casas eram intencionalmente erguidas sempre ao lado de uma rodovia, para que pudessem ficar bem visíveis aos olhos dos transeuntes. (MORAES, 2003, p 230).

Um novo ponto de conurbação está em curso: Goiânia e Goianira, em função de intervenções do governo estadual, quando se implantou, à revelia do governo municipal, a Vila Mutirão (MOYSÉS E BERNARDES, 2005, p. 178).

Em Goiânia, esses empreendimentos públicos não seguiram as exigências mínimas de boa habitabilidade, tendo sido executadas, à época de sua implantação, apenas a demarcação de lotes, a abertura de vias e a construção da rede elétrica. A complementação do sistema de redes de infra-estrutura e dos serviços urbanos foi em sua maioria, executada, mediante lutas de associações de moradores em prol da urbanização de seus bairros. É o que mostram os casos explícitos da Vila Nova (ainda nos tempos de construção de Goiânia), do Jardim Curitiba, I, II e III (década de 1980), da Fazenda São Domingos (década de 1990) e de muitos empreendimentos a nível popular (MORAES, 2003, p. 235).

A exemplo de outras metrópoles latino-americanas, Goiânia apresenta-se como uma cidade marcada pela segmentação territorial, pela desigualdade social, pela expansão desordenada e pela ampla periferia que molduram o desenho, a partir do qual linhas visíveis ou invisíveis registram o quadro de desigualdade social e da segregação. (MOYSÉS E BERNARDES (2005, p. 180).

Em suma, podemos compreender que a produção do espaço urbano em Goiânia, a partir da construção de habitações, referenciadas como populares, não se deram sem os conflitos tão inerentes à cidade capitalista. Os marcos regulatórios instituídos pelo poder público municipal se revelaram em muitos momentos conflitantes, em relação aos interesses de produção do espaço urbano (e rural), ocasionalmente, apresentando a necessidade de serem alterados, para que pudessem subsidiar ações do Estado, dos agentes proprietários de terra e setor imobiliário.

Os usuários da moradia, atores sociais que operam o mercado da moradia, como denomina Harvey (1980), foram fundamentais no processo de produção do espaço urbano de Goiânia, os movimentos sociais atuaram sobre duas frentes. A primeira, relacionada à luta por moradia, esta como demanda social, que aflige a vida dos trabalhadores pobres e, no segundo momento, após o acesso a habitação, direcionavam as lutas para o acesso a condições básicas que compõe a vida cotidiana, mobilidade,

saúde, educação, infraestrutura básica pública e privada, atividades culturais, dentre outras.

A análise de leis, decretos municipais, pesquisa bibliográfica, acesso ao site da prefeitura de Goiânia e diálogos estabelecidos com servidores públicos da Secretaria Municipal de Habitação de Goiânia possibilitou afluência de dados e informações que contribuíram para caracterização do *corpus* desta pesquisa e compreensão da atuação dos agentes que operaram na construção das habitações e do processo de produção do espaço urbano nos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4.

Moraes (2003) assinala que na década de 1980 havia um registro de 65.777 domicílios de aluguel em Goiânia. Em 1991, este número, praticamente, não havia sido alterado, sendo 65.463 domicílios de aluguel. Em 1980, a população era de 817.343 habitantes Souza (1996 *apud* OLIVEIRA, p. 145, 2005), já em 1991, havia aumentado para 922.222 habitantes (CIDADES IBGE, 2017). O relatório sobre o Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013) concluído e apresentado em 2013, utiliza como fonte de dados a base do Censo Demográfico do ano de 2010, neste período, na cidade de Goiânia, havia uma população de 1.302.001 mil habitantes, com estimativa de 1.448.639 mil habitantes para o ano de 2016 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Este relatório, equaciona uma demanda de 62.398 habitações, quantitativo considerado suficiente para suprir o déficit habitacional em Goiânia, na qual, 62.269 unidades, são demandas urbanas, e, 129, rurais. Como consequência da ausência de efetivas políticas habitacionais em Goiânia, o déficit habitacional, permanece praticamente inalterado, apesar de evidenciar uma população quase duas vezes maior, que a década de 1980.

Este relatório apresenta dados e especifica o déficit habitacional Goiânia, a partir de diferentes componentes. Para domicílios precários¹⁶, 1.049 unidades habitacionais, coabitação familiar¹⁷, 30.696 unidades habitacionais, 27.194 famílias,

¹⁶ **Domicílio precário improvisado:** engloba todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa (imóveis comerciais, embaixo de pontes e viadutos, barracas, carcaças de carros abandonados e cavernas, entre outros), o que indica a carência de novas unidades domiciliares.

Domicílio precário rústico: são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada. Em decorrência das condições de insalubridade, esse tipo de edificação proporciona desconforto e traz risco de contaminação por doenças (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

¹⁷A partir de 2007, este componente destaca-se por dois aspectos: o primeiro refere-se à identificação da família convivente no domicílio, o segundo está relacionado à identificação das famílias com intenção de

vivem sob o peso do ônus excessivo com aluguel¹⁸, e, adensamento excessivo de domicílios alugados¹⁹, 3.458 unidades habitacionais.

O estudo técnico sobre o déficit habitacional no Brasil oferece, enquanto instrumento, subsídios para a elaboração de políticas públicas voltadas para habitação e para a cidade, no entanto, deve estar atento a rigidez que os dados em si não são suficientes para mensurar, como considerar a população que não possui registros identificadores para serem contabilizadas em cadastros de programas sociais, os moradores de rua, a própria inserção a partir de segmento de renda, que relega a população desempregada as condições formais de assumirem compromissos mensais, mesmo que com parcelas mínimas, como no caso da habitação de interesse social.

De modo a sistematizar as informações detalhadas adiante, apresentamos questões de ordem geral e específica sobre a habitação de interesse social em Goiânia e o *corpus* desta pesquisa: Decreto 514 de 2007, Lei 8.534 de 2007 e Decretos nº 3291, nº 3292, nº 3293 e nº 3294 de 2009.

A exemplo da Lei Federal nº 11.124/2005, que instituiu Sistema Nacional Habitação De Interesse Social (SNHIS) e Fundo Nacional Habitação De Interesse Social (FNHIS), o município de Goiânia estabeleceu na esfera municipal, através do Decreto nº 514, de 09 de março de 2007, a regulamentação do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social (SMHIS), do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e do Conselho Gestor do FMHIS. O art. 2º deste Decreto, estabelece os seguintes objetivos previstos no SMHIS,

I. viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;

II. implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda;

constituir domicílio exclusivo, entre as identificadas como secundárias (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

¹⁸ Corresponde ao número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

¹⁹ Essa condição é caracterizada pelo número médio de moradores por dormitório. Considerado adensamento, quando houver acima de três moradores no mesmo dormitório. O número de dormitórios corresponde ao total de cômodos que servem de dormitório em caráter permanente e apenas para os moradores do domicílio (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

III. articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor de habitação.

O Art. 3º determina que o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social – SMHIS, centralize todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social do Município, observada a legislação específica.

Após análise do Decreto nº 514, de 09 de março de 2007, apresentamos as seguintes informações: a) foram produzidos, ao longo destes dez anos de instituição do decreto, seis empreendimentos habitacionais de interesse social, construídos em diferentes fases, etapas e localizados majoritariamente na região noroeste de Goiânia; b) dentre os empreendimentos habitacionais mencionados, (ver quadro 2), o Residencial Antônio Carlos Pires apresenta as seguintes diferenciações dos outros residenciais: i) tem sua localização na região norte de Goiânia; ii) o subsídio para sua construção adveio do Programa Prioritário de Investimento (PPI Favela) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2); iii) as famílias beneficiadas pelo programa, foram deslocadas de áreas de risco da cidade; c) os empreendimentos habitacionais Bertim Belchior, Irisville, Buena Vista IV, Portal dos Ipês e Jardins do Cerrado 7 receberam subsídio do Fundo de Arrecadação Residencial (FAR) e foram desenvolvidos a partir do Programa Minha Casa Minha Vida; e, d) Os Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4 resultam de parceria estabelecida entre Governo Municipal e Governo Federal, através do Programa Pró-Moradia, dentro Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Quadro 2 - Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social, gestão municipal - 2007/2016.

Residenciais	Unidades Habitacionais (UH)	Construtora(s) da Unidades Habitacionais (UH)	Limite entre municípios
Bertim Belchior	553	Almeida Neves	Goiânia-Trindade
Irisville	391	Elmo Engenharia	Goiânia-Trindade
Buena Vista IV	1424	Engel Engenharia	Goiânia-Trindade
Antônio Carlos Pires	214	Elmo Engenharia	Goiânia-Santo Antônio de Goiás
Portal dos Ipês	272	JM Incorporadora	Goiânia-Trindade
Jardins do Cerrado 1	479	Oliveira Melo	Goiânia - Trindade
Jardins do Cerrado 2	392	Fuad Rassi	Goiânia - Trindade
Jardins do Cerrado 3	526	Fuad Rassi/Elmo Engenharia/Oliveira Melo	Goiânia - Trindade
Jardins do Cerrado 4	752	Elmo Engenharia	Goiânia - Trindade
Jardins do Cerrado 7	1.808	Brookfield Incorporações	Goiânia - Trindade
Total de UH	6.811		

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação de Goiânia (2016).

A Lei nº 8.534, de 31 de maio de 2007 dispõe sobre a doação de unidades habitacionais e de lotes às famílias de baixa renda e faz referência a uma questão relevante nesta pesquisa, o Art. 2, estabelece sobre critérios e beneficiários (denominados como família pela lei) de acesso a habitação de interesse social,

I - comprovem renda familiar de 0 (zero) a 03 (três) salários mínimos vigentes;

II - comprovem residência fixa no Município, no mínimo por 03 (três) anos;

III - não possuam bens imóveis.

§ 1º O beneficiário previsto nesta Lei deverá priorizar as famílias residentes em áreas de risco, em áreas pendentes de regularização fundiária, bem como aquelas que ocupam áreas de preservação ambiental.

§ 2º O Conselho Municipal de Habitação definirá os demais critérios e quotas de atendimento a idosos, deficientes e famílias chefiadas e que já estejam cadastradas.

§ 3º A destinação dos lotes será exclusivamente para construção de moradias, devendo, preferencialmente, figurar no nome da mulher.

De modo a direcionar as reflexões para nosso objeto de pesquisa, os Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4, analisamos os Decretos nº 3291, nº 3292, nº 3293 e nº 3294, de 21 de agosto de 2009²⁰, consideram a parceria entre o Poder Público Municipal e a iniciativa privada, firmada através de Convênio e respectivo aditivo, para a promoção de um estoque emergencial de lotes urbanos e públicos para o desenvolvimento de programas municipais de habitação de interesse social, execução de projetos habitacionais de assentamento de famílias de baixa renda e de geração de emprego e renda, mediante o parcelamento de terras contíguas entre si em onze etapas.

A área destinada para o desenvolvimento deste grandioso empreendimento habitacional, está localizada na antiga Fazenda Arrozal, região Oeste de Goiânia, em direção a GO-060, área limítrofe ao município de Trindade (GO). As primeiras etapas do projeto de Parcelamento denominado Jardins do Cerrado 1 a Jardins do Cerrado 4 são habitações denominadas de interesse social, a aquisição da terra para construção destas unidades habitacionais resultam de normas instituídas na Lei n. 8.534/2007. O loteamento urbano privado deve destinar ao Município de Goiânia, sem qualquer ônus, entre 15% e 25% do total dos lotes parcelados, para que sejam construídas unidades habitacionais de interesse social.

²⁰ Estes quatro Decretos fazem referência as primeiras quatro etapas dos Residenciais Jardins do Cerrado, *corpus* de análise desta pesquisa.

Quadro 3 - Áreas/lote/unidades habitacionais - Residenciais Jardins do Cerrado

Residencial	Área total - m²	Número de lotes	Lotes destinados PMG²¹	Unidades habitacionais construídas²²
Jardins do Cerrado 1	299.321,31	634	516	479
Jardins do Cerrado 2	278.961,59	442	392	392
Jardins do Cerrado 3	452.072,90	810	638	526
Jardins do Cerrado 4	643.970,08	912	806	752
	1.674.325,88	2.798	2.356	2.149

Fonte: Decreto nº 3291, nº 3292, nº 3293, nº 3294, de 21 de agosto de 2009
Org. Souza (2017).

A parceria público privada entre o Município de Goiânia e a CERRADO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A., representada por sua procuradora MB ENGENHARIA S.A., firmaram termo de compromisso referente aos loteamentos, obras de infraestrutura, relacionadas à pavimentação asfáltica, galeria de águas pluviais e sarjetas para aos Residenciais Jardins do Cerrado 1 ao Jardins do Cerrado 11. Este acordo estabelece que, em relação aos Residenciais Jardins do Cerrado 1 ao 4, as obras de infraestrutura devem ser executadas em parte pelo Município e em parte pela CERRADO S.A. Cerca de oito anos após a construção das unidades habitacionais, as áreas destinadas a equipamentos públicos estão discriminadas apenas no papel. Efetivamente, foram construídas: a Escola Municipal Dom Tomas Balduino (antiga Escola Municipal Jardins do Cerrado 1) e o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) no Residencial Jardins do Cerrado 1, a Escola Municipal Joaquim Câmara Filho e Posto de Saúde Familiar (PSF), no Residencial Jardins do Cerrado 4.

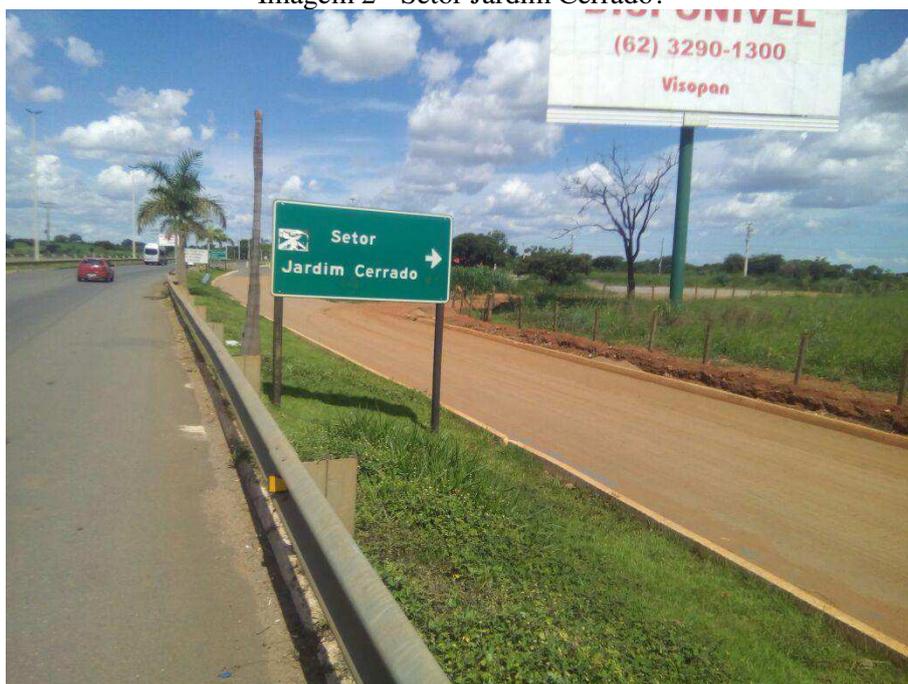
No plano institucional, o projeto Jardins do Cerrado, refere-se a uma organização complexa em relação as forças que atuam sobre a produção do espaço urbano. Complexidade que instiga questões: seria Conjunto Habitacional Jardins do Cerrado? Residenciais Jardins do Cerrado? Vila Cerrado? Setor Jardins do Cerrado? Imprecisão semântica ou precisão econômica, política, social? Identificar o lugar de habitação, a produção do espaço urbano, as práticas socioespaciais e o cotidiano, torna-se trama dispendiosa no processo para desvelar o Jardins do Cerrado. A capital verde do Brasil, em suas "travessias sociais" (Chaveiro, 2007) revela a face da "segregação planejada" (Moraes, 2003).

²¹ Prefeitura Municipal de Goiânia.

²² Informações recebidas através conversa estabelecida com representantes da Secretaria Municipal de Habitação de Goiânia em 2016.

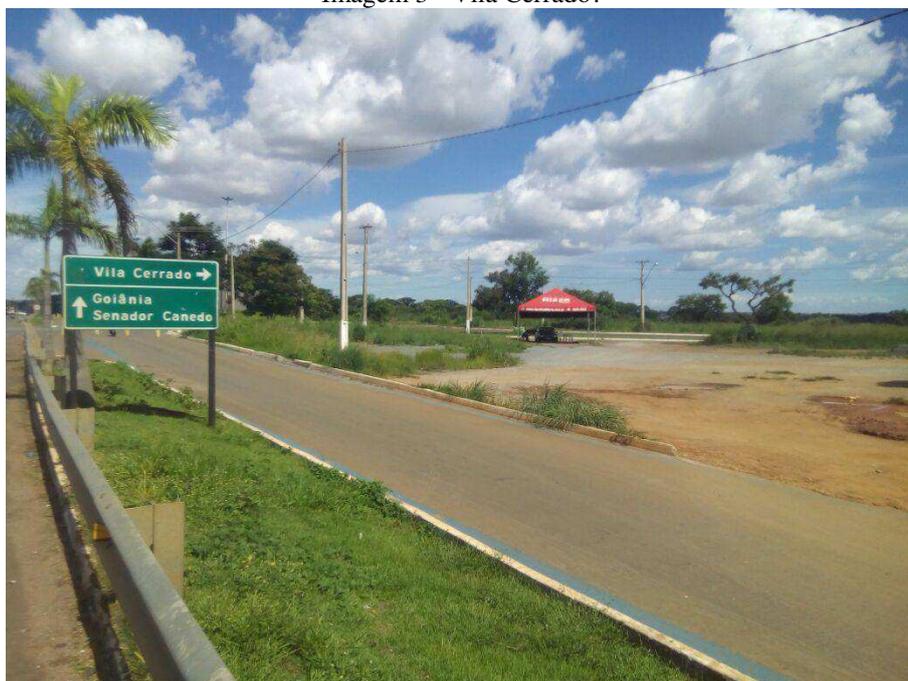
INSERIR MAPA DE LOCALIZAÇÃO.

Imagem 2 - Setor Jardim Cerrado?



Fonte: A autora (2016).

Imagem 3 - Vila Cerrado?



Fonte: A autora (2016).

4.2 A HABITAÇÃO COMO QUESTÃO SOCIAL

As leis não bastam. Os lírios não nascem das leis (DE ANDRADE, 2000).

O capítulo que segue busca realizar uma breve contextualização sobre habitação, como questão social, a partir de uma análise que considera a temática em sua institucionalização como política habitacional, em maior ou menor escala, ao longo do tempo. Para isso, aborda a questão da habitação, com ênfase em dois momentos históricos que de fato estabeleceram uma política habitacional no Brasil sem, contudo, negligenciar a ocorrência de ações/programas isolados da política propriamente sistematizada. Inicialmente, apresentamos um relato sobre a questão da habitação, no período denominado de Estado Novo (1930-1945), ocasião marcada por intensa intervenção estatal na urbanização/industrialização e produção habitacional, de cunho notadamente populista. Consideramos a relevância em colocar em evidência este período não em função do estabelecimento de uma política habitacional efetiva, mas em decorrência das primeiras ações estatais em torno da habitação, como questão social. Pressuposto que consideramos elementar para posterior instrumentalização institucional da habitação de interesse social.

A instituição da primeira política habitacional no Brasil ocorreu sob regime ditatorial. Neste período rompeu-se o caráter populista do governo precedente, momento em que são acentuadas as relações entre Estado e mercado, no processo de produção da habitação, subsidiada a partir da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964.

Por fim, a década de 2000, especificamente o ano de 2003, após instituição do Ministério das Cidades, um novo cenário político reacende a discussão sobre a elaboração de uma Política Nacional de Habitação (PNH), que se concretiza no ano de 2004, e se desenvolve no ano de 2009, com a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), baseado na construção de habitações, que em sua proposição, teriam o papel de minimizar o déficit habitacional no país.

As articulações entre os diferentes agentes que produzem o espaço urbano são desencadeadas a partir da atividade empresarial imobiliária desde o princípio da República. O acesso a propriedade privada da terra e o cumprimento das normas,

legislações e padrões construtivos condicionavam o assentamento residencial de forma distinta pelos grupos sociais (MARICATO, 1997).

Processos como industrialização, urbanização, migração, efetivados no Brasil, a partir da década de 1930, refletiram diretamente nos problemas referentes a escassez de moradia. O Estado atuou de modo incisivo neste período, como agente mediador de conflitos entre a classe trabalhadora e capitalistas, instituindo a Previdência, consolidando Leis Trabalhistas - CLT, fixando salário mínimo, ainda assim, as reivindicações também pautavam problemas sociais relacionados a provisão habitacional, em que as medidas do Estado foram direcionadas para a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e a Fundação Casa Popular, para a construção de Parques Proletários, e instituição de Decretos-Lei.

As medidas adotadas no Governo Getúlio Vargas não se constituíram propriamente dentro de uma Política Habitacional efetiva, contudo, a criação de decretos e programas afirmaram um novo modelo de produção habitacional no país, modificando a atuação histórica de construção de habitações pelo setor privado, entrando em cena a produção sob responsabilidade estatal. No entanto, se constata que a intervenção do agente Estado não exclui a participação de agentes privados no processo de construção da habitação e da produção do espaço urbano, ao contrário, se consolida a parceria entre ambos.

Dentre as principais medidas, tomadas pelo Estado, destacamos: a) a criação do Decreto-Lei nº 58/1937, que regulamentou a venda de lotes urbanos para pagamentos em prestações; b) a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), em 1937; c) em 1946, foi instituída a Fundação Casa Popular (FCP), período marcado pela produção estatal de habitação, subsidiada, em parte, pelo financiamento imobiliário, e; d) o Decreto-lei do Inquilinato, em 1942, que controlava os valores dos aluguéis e as relações de conflito entre inquilino e locatário (BONDUKI, 1994).

Maricato (1997) aborda a experiência sobre a lei do inquilinato que antecede a instituição do decreto-lei de âmbito nacional,

Em 1920, a Liga de Inquilinos e Consumidores do Rio de Janeiro propõe uma greve dos inquilinos. Em 1922 é aprovada a primeira lei do inquilinato, uma das inúmeras medidas destinadas ao controle de aluguéis. O Estado decide intervir no conflito formado por diferentes interesses: inquilinos revoltados, industriais descontentes com o peso do aluguel nos salários e ganância dos proprietários de imóveis. Entre

outras medidas, aumenta a regulação sobre o uso do solo e a construção de edificações, de modo a garantir condições par a viabilização do capital de promoção imobiliária (monopolização sobre a terra), que dava seus primeiros passos com a construção de edifícios de escritórios e apartamentos (1997, p. 34-35).

As medidas desenvolvidas no governo populista foram marcadas por intervenções paternalistas, mas, que em termos de produção quantitativa de unidades habitacionais e de eficiência²³, assim como ocorria no período em que a produção da habitação era realizada exclusivamente pelo setor privado, não resolveram os problemas relacionadas à escassez de moradia, acentuando a formação de periferias urbanas, fundamentados no trinômio "loteamento ilegal/autoconstrução/serviço de ônibus" (MARICATO, 1997).

4.2.2 Banco Nacional de Habitação (BNH): Moradia Popular

O ideário instrumentalizado na política de habitação não passa de mero acúmulo de documento caso não haja um sistema financeiro que o subsidie. O equacionamento da escassez de moradia apresenta laços estreitos com as relações políticas e econômicas do país. O período vigente, governado por uma gestão ditatorial, ultrapassa ações desenvolvidas na gestão anterior, marcada por reivindicações da população trabalhadora e por um governo de caráter populista, que respondia as manifestações com ações de cunho paternalista.

A Lei nº 4.380, de 21/08/1964, instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, estabeleceu o sistema financeiro para a aquisição da casa própria, criou o Banco Nacional da Habitação (BNH), a Sociedade de Crédito Imobiliário (SCI), as Letras Imobiliárias (LI) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo no Brasil. A tomada de poder pelos militares de modo ditatorial rompeu a forma de diálogo estabelecida no governo anterior e colocou em evidência as intenções sobre a política de habitação no país.

Maricato (1997) e Bonduki (2008) fizeram referência a trechos de uma carta e de uma frase, sequencialmente, atribuídas a Sandra Cavalcanti, primeira presidente do

²³ Segundo Maricato (1997), os Institutos de Aposentadorias e Pensões financiaram entre 1937-1964 a construção de cerca de 140 mil moradias, sendo a maior parte destas construções destinadas ao aluguel.

Banco Nacional de Habitação, em que é possível perceber o direcionamento da política habitacional pelo regime militar no país,

"Achamos que a revolução vai necessitar agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter que nos esforçar para devolver a elas uma certa alegria. Penso que a solução do problema da moradia, pelo menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre suas feridas cívicas" (MARICATO, 1997, p. 49).

A famosa frase – ‘a casa própria faz do trabalhador um conservador que defende o direito de propriedade’ – atribuída a Sandra Cavalcanti, primeira presidente do BNH, expressa a preocupação de fazer da política habitacional baseada na casa própria um instrumento de combate às idéias comunistas e progressistas no país, em tempos de guerra fria e de intensa polarização política e ideológica em todo o continente (BONDUKI, 2008, p 72).

A criação do sistema financeiro a partir do BNH direcionava suas ações para a provisão de moradias no Brasil. As condições de criação deste Banco intensificam nesse período a tendência de articulação estabelecida entre Estado e mercado na maneira de produzir habitação,

o papel econômico desta política habitacional – que dinamizou a economia, através da geração de empregos e fortalecimento do setor da construção civil –, que a transformou num dos elementos centrais da estratégia dos governos militares (BONDUKI, 2008. p.72).

Maricato (1997) corrobora essa perspectiva ao expor as alianças políticas estabelecidas entre o capital imobiliário, o setor de construção e o Estado, revelando o direcionamento da política habitacional no regime ditatorial no Brasil,

Não se tratou de ruptura em relação às tendências anteriores: a ideologia da casa própria se tornou absoluta, o mercado de produção de apartamentos se ampliou para atender a classe média (consolidação do capital de promoção imobiliária), os materiais de construção se diversificaram, em especial os de acabamento, o mercado de terras se ampliou graças ao crescimento do sistema viário aberto para a circulação do automóvel. A escala de empreendimentos também mudou, implicando grande volume de recursos investido. A segregação espacial e a exclusão social se aprofundaram. O problema da moradia se agravou (MARICATO, 1997, p. 49).

À luz da teoria, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), através do BNH, deveria ter financiado habitações destinadas ao setor popular da sociedade, a partir da utilização de recursos advindos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Já

a provisão habitacional destinada a classe média seria subsidiada a partir da utilização de recursos advindos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE).

Ao evidenciar a importância²⁴ da criação do BNH dentro da Política de Habitação, Bonduki (2008) não se furta a uma análise crítica sobre algumas decisões equivocadas no processo de produção de moradia no Brasil, como a destinação dos recursos para a construção da casa própria para o setor formal da construção civil e a falta de planejamento para ações significativas que pudessem apoiar, do ponto de vista técnico, financeiro, urbano e administrativo, a produção de habitação ou urbanização a partir de processos alternativos.

As estratégias estabelecidas pelo BNH pautaram a construção das habitações a partir da rigidez do padrão único de produção, resultando em consequências que ultrapassam deficiências estruturais e o déficit da moradia, originando consequentemente vários problemas urbanos. Bonduki (2008) relata algumas destas consequências,

É necessário enfatizar ainda o desastre, do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, da intervenção realizada. Dentre os erros praticados se destaca a opção por grandes conjuntos na periferia das cidades, o que gerou verdadeiros bairros dormitórios; a desarticulação entre os projetos habitacionais e a política urbana e o absoluto desprezo pela qualidade do projeto, gerando soluções uniformizadas, padronizadas e sem nenhuma preocupação com a qualidade da moradia, com a inserção urbana e com o respeito ao meio físico. Indiferente à diversidade existente num país de dimensões continentais, o BNH desconsiderou as peculiaridades de cada região, não levando em conta aspectos culturais, ambientais e de contexto urbano, reproduzindo à exaustão modelos padronizados (BONDUKI, 2008. p. 74).

Os cenários econômico e político da década de 1980, como a crise do modelo econômico instituído pelo governo Militar, a consequente redução de investimento na produção da moradia, o descumprimento do pagamento de prestações em função de seu crescente aumento, as ações populares contra o governo vigente, a luta por eleições diretas, a insatisfação frente ao negligenciamento de subsídios estatais destinados a população trabalhadora pobre, foram pontos decisivos no processo de declínio do BNH. Em uma tentativa de ainda salvaguardar o modelo habitacional instituído, foi proposto

²⁴ O autor reconhece a importância do Banco Nacional de Habitação em função de entre 1964-1986, esta foi a única Política destinada a Habitação no Brasil. Enfatiza ainda, que em questões quantitativas e diante da intenso processo de urbanização brasileiro, na tentativa de minimizar as demandas foram financiadas 4,3 milhões de habitações, em que 2,4 milhões destas moradias foram destinadas a classe média e 1,9 milhões destinadas a camada popular da sociedade (BONDUKI, 2008. p 73).

"uma redução drástica do valor das prestações, adotado pelo regime para fazer frente às críticas, gerou um enorme rombo no Sistema Financeiro, com graves consequências futuras, sem amainar o tom das críticas" (BONDUKI, 2008, p. 75), a proposição destas medidas não foram suficientes para restabelecer o BNH, no ano de 1986 ele foi extinto.

O modelo de Política Habitacional disseminado nos tempos da ditadura marcou sua trajetória na história muito mais por sua estruturação institucional que exatamente por concretizar as propostas frente a produção da habitação destinada a população trabalhadora no Brasil. Importantes noções de gestão e organização regulamentaram a Política Habitacional no Brasil, dentre eles, são destacadas as seguintes: (a) a criação de um sistema de financiamento que permitiu a captação de recursos específicos e subsidiados, o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que chegaram a atingir um montante bastante significativo para o investimento habitacional; (b) a criação e operacionalização de um conjunto de programas que estabeleceram, em nível central, as diretrizes gerais a serem seguidas, de forma descentralizada, pelos órgãos executivos; (c) a criação de uma agenda de redistribuição dos recursos, que funcionou principalmente em nível regional, a partir de critérios definidos centralmente, e; (d) a criação de uma rede de agências, nos estados da federação, responsáveis pela operação direta das políticas e fortemente dependentes das diretrizes e dos recursos estabelecidos pelo órgão central (POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2004).

Para Maricato (1997) o financiamento de cerca de 4 milhões de moradias foi expressivo para a realidade do país, contudo, o período foi marcado por uma diversidade de contradições, como o favorecimento de acesso a habitação pelas classes média e alta, a utilização de recursos do FGTS para construção de obras de infraestrutura de saneamento e o desprezo relacionado ao desenvolvimento urbano. A política habitacional evidenciou os interesses políticos e clientelistas articulados entre setores do Estado, a incorporação imobiliária e empresários da construção civil, beneficiando as classes média e alta, proprietários de terra e capital imobiliário, "diferentemente dos países capitalistas centrais, as saídas para a crise habitacional não apontaram para a produção capitalista da moradia, mas sim para uma imensa produção atrasada e ilegal [...] o que desobrigou o Estado e o capital dessa despesa" (MARICATO, 1997, p. 51).

Em níveis organizacionais e de produção da habitação, a criação do BNH e a conquista de experiências técnicas foram balizas importantes para a estruturação e norteamento de uma política habitacional, respaldada ainda pela utilização de subsídios do FGTS e SPBE, sistemas financeiros que contribuíram para que se concretizassem a construção de habitações no país.

Em níveis de possibilidades de acesso, as classes média e alta foram as mais beneficiadas por esta política habitacional em detrimento a população trabalhadora pobre, que foram relegadas as áreas periféricas, através da autoconstrução e de condições de vida precária.

4.2.2 Política Nacional de Habitação: Subsistema Habitação de Interesse Social

Após a extinção do Banco Nacional de Habitação, as atribuições financeiras do Sistema Nacional da Habitação passaram a ser de responsabilidade da Caixa Econômica Federal (CEF), que neste momento se encontrava vinculada ao Ministério da Fazenda. As atribuições institucionais, em contrapartida, foram imersas num período de descaso e instabilidade, que perdurou por cerca de dezessete anos, a pasta da habitação transitou por diversos Ministérios e Secretarias, até que no de 2003, com a criação do Ministério das Cidades, foi instituída uma nova proposição de Política Nacional de Habitação para Brasil.

Quadro 4 - A habitação entre os Ministérios e as Secretarias - 1986 a 2003

PERÍODO	MINISTÉRIO / SECRETARIA
15 de Março de 1985	DECRETO Nº 91.145, cria o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.
Agosto de 1986	A área da habitação é vinculada ao MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO e MEIO AMBIENTE - MDU.
22 de Outubro de 1987	DECRETO Nº 95.075, cria o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente - MHU.
Março de 1987	O MDU fora transformado em MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, URBANISMO e MEIO AMBIENTE, e nesse período incorpora as atividades financeiras da Caixa Econômica Federal.
30 de setembro de 1988.	DECRETO Nº 96.891, dispõe sobre a estrutura básica do Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social MBES.
Setembro de 1988	Criação do MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E DO BEM-ESTAR SOCIAL - MBES.
1988	Após a extinção do MBES e a criação da Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária - SEAC - , sob competência do MINISTÉRIO DO INTERIOR, neste período as atividades financeiras do Sistema Financeiro da Habitação e da Caixa Econômica Federal passaram a ser subordinados ao MINISTÉRIO DA FAZENDA.
1994	Neste período foram lançados os programas Habitar Brasil e Morar Município a partir da utilização de recursos advindos do Orçamento Geral da União - OGU - e do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras - IPMF.

1995	Com a extinção do Ministério do Bem-Estar Social e a criação da Secretaria de Política Urbana (SEPURB), as questões relacionadas a habitação foram vinculadas ao MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO e ORÇAMENTO (MPO).
03 de abril de 2003	DECRETO Nº 4.665, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Ministério das Cidades.
2003	Cria-se o MINISTÉRIO DAS CIDADES, que passar a gerir a Política de Desenvolvimento Urbano, onde se encontram as diretrizes voltadas para a Política Setorial de Habitação. Também passam a ser integralizadas ao Ministério, a Secretaria Nacional de Habitação, Secretaria Nacional de Programas Urbanos, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e a Secretaria Nacional de Transporte Urbano e Mobilidade Urbana.

Fonte: Política Nacional de Habitação (2004).

Org. SOUZA (2016).

Conforme expõe Bonduki (2008), o período de extinção do BNH e a atribuição de responsabilidades de gestão para CEF configurou-se como um momento de esvaziamento da política habitacional, imerso em suspeitas de corrupção, relacionadas ao uso inadequado do FGTS, imputados ao governo Collor, e a criação do Conselho Monetário Nacional (CMN), situações que atribuíram controle rígido de acesso de crédito e que associado a inadimplência de pagamentos de prestações das habitações nos anos 80, acentuaram os problemas relacionados ao déficit de moradia no Brasil.

Na década de 1990 vê-se um forte investimento em instrumentos legais que buscam normatizar medidas direcionadas para suprir a demanda habitacional no país. Em meio a mudança para o Plano Real, a crise econômica, eram estimulados os investimentos no setor privado de produção da habitação, no entanto, quando os programas habitacionais eram direcionados à população de baixa renda, geralmente, esbarrava-se na rigidez do sistema e/ou nos interesses dos agentes privados. Em suma, Maricato (2015b) evidencia que neste período precedente o Governo Federal não desenvolveu medidas efetivas para suprimir a demanda habitacional e anuncia as primeiras medidas da Nova Política Habitacional, que seria instituída após a criação do Ministério das Cidades,

Foi devido à falta de alternativas que a classe média se apropriou, desde a vigência do BNH, mas especialmente nos últimos anos, de recursos públicos ou fundos que estão sob gestão nacional dificultando ainda mais o atendimento da baixa renda. Desde a extinção do BNH, em 1986, o governo federal se ausentou da formulação de uma política que fosse além de programas isolados que sofriam mudanças constantes. Nas décadas de baixo crescimento econômico e falta de política habitacional e urbana, 1980, 1990 e início de 2000 as favelas apresentavam um crescimento explosivo. Em 2000 e 2002 praticamente 60% dos recursos sob gestão federal foram destinados às famílias que ganhavam mais de 5. s.m. que representam 8% do déficit habitacional. Para reverter essa tendência e dar prioridade às faixas mais baixas de renda na realização dos recursos

sob gestão federal seria necessário ampliar o mercado privado de modo a atender à classe média (MARICATO, 2015b).

A década de 2000 marcou o início de novas proposições para a política habitacional e a política urbana no Brasil, principalmente a partir da instituição do Ministério das Cidades, em 2003, a elaboração de uma Política Nacional de Habitação, em 2004, a implantação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), em 2005, e em 2009, a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), segmentado por renda. A criação de legislações é considerado um importante direcionamento para as discussões e ações voltadas para suprir a demanda habitacional no Brasil, no entanto, observamos que as leis direcionadas para a habitação de interesse social são construídas de modo desconexo da legislação urbana, produzindo áreas sociais desiguais, desarticuladas e segregadas no espaço urbano.

A Política Habitacional e os programas adjacentes, instituídos a partir de uma complexa sistematização de legislações, sistemas de financiamento, articulação entre agentes privados, continuam replicando antigas práticas padronizadas de construção, desarticuladas no espaço urbano e arquitetonicamente questionáveis, desconsiderando as realidades municipais, que não raramente, provocam uma diversidade de críticas referente as práticas de desenvolvimento.

O Sistema Nacional Habitação (SNH), instrumento da Política Nacional de Habitação (PNH) estabeleceu a criação de dois Subsistemas, o de Habitação de Interesse Social e o de Habitação de Mercado, para o primeiro, objetiva-se estabelecer ações que promovam o acesso à habitação digna para a população de baixa renda, através da centralização e gerenciamento do Fundo Nacional de Habitação com recursos oriundos da OGU, para o segundo, o propósito está direcionado para a reorganização do mercado privado da habitação, inclusão de novos agentes promotores do setor imobiliário a partir da captação de recursos advindos de múltiplos bancos, inclusive os da caderneta de poupança.

O Projeto Moradia, elaborado pelo Instituto Cidadania, no ano de 2000, tornou-se fonte de inspiração para a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e para a elaboração de uma Política Urbana, que visava a articulação entre o setor da habitação e os setores de saneamento, transporte/trânsito e planejamento territorial, voltando a ampliação do mercado privado para o atendimento da classe média (Habitação de

Mercado, grifo nosso) e concentrando os recursos federais destinados a provisão habitacional para as faixas de renda de até 5 salários mínimos. (MARICATO, 2015b).

A amplitude do Programa Habitacional é dimensionada por Amore (2015) aludindo o "Minha Casa Minha Vida" como uma "marca", que em sua complexidade e estruturação foi estruturado a partir de uma série de subprogramas, modalidades, fundos, linhas de financiamento, tipologias habitacionais, agentes operadores e formas de acesso ao produto, "a casa própria" (2015, p15).

O Programa Minha Casa Minha Vida, lançado pelo Governo Federal no ano de 2009, abrange a população inserida em três diferentes faixas de rendas, de zero a três salários, mínimos, classificada como habitação de interesse social, sua abrangência se destina a capitais e suas regiões metropolitanas, municípios com mais de 100 mil habitantes e em condições específicas, pode abranger municípios entre 50 a 100 mil habitantes. Os empreendimentos possuem dois padrões tipológicos, a tipologia 1, de produção da casa térrea, com o tamanho mínimo de 35 m² e a tipologia 2, apartamento, com padrão construtivo mínimo de 45 m², os recursos para a produção das habitações são oriundos do Orçamento Geral da União e de contrapartidas oferecidas pelos municípios. As faixas de renda acima 3 até 6 salários mínimos, recebem aumento substancial do valor do subsídio nos financiamentos com recursos do FGTS e as faixas de renda acima de 6 a até 10 salários, contarão com redução dos custos de seguro e acesso ao Fundo Garantidor da habitação, sendo estas, classificadas como modalidades de financiamento, a abrangência do programa habitacional de mercado é a mesma que a habitação de interesse social.

A segmentação de acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida, (ver tabela 1) divide-se a partir das faixas de renda, a população inserida na Faixa 1 submete-se a renda máxima de até 3 salários mínimos²⁵, para a população Faixa 2 a renda deve estar situada acima de 3 até 6 salários mínimos e para as famílias que inseridas na Faixa 3 a renda limita-se acima de 6 até 10 salários mínimos. Estar inserido no valores de renda estipulados pelas faixas é principal condicionante para que hajam possibilidades de se acessar a habitação a partir deste programa. Para as famílias inseridas na Faixa 1, Habitação de Interesse Social, existem critérios mínimos além da renda que são

²⁵ Salário mínimo vigente no período de lançamento do programa habitacional.

estipulados no âmbito Nacional e que podem ser criados critérios adicionais pela gestão municipal.

Quadro 5 - Das Faixas de Renda do Programa MCMV.

Programa – Fase	Ano	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3
MCMV 1	2009	Até 1.395,00	Até 2.790,00	Até 4.900,00
MCMV 2	2011	Até 1.600,00	Até 3.275,00	Até 5.000,00
MCMV 3	2016	Até 1.800,00	Até 3.600,00	Até 6.500,00

Org. SOUZA (2017).

A primeira fase do Programa Minha Casa Minha Vida, lançada no ano de 2009, previa a construção de 1 milhão de habitações por todo país, priorizando as regiões com maior déficit habitacional e incluindo as famílias inseridas nas três faixas de renda. Para a Faixa 1, Habitação de Interesse Social, com renda variável até 3 salários mínimos a estimativa estava situada na construção de 400 mil habitações, para a Faixa 2, com renda variante acima de 3 até 6 salários mínimos, a projeção seria a mesma, 400 mil unidades habitacionais, e para as famílias inseridas na Faixa 3 de renda, a estimativa direcionava para a construção de 200 mil habitações.

Como mencionado anteriormente, não raramente os efeitos do desenvolvimento de programas e políticas habitacionais sobre o território, sobre a cidade e a produção do espaço urbano fazem surgir uma diversidade de análises e avaliações sobre os mesmos. Maricato (1997) ao analisar ações e políticas habitacionais no Brasil a partir da instauração da República até o período do Regime Militar referiu-se a esse movimento como um processo de "construção da segregação territorial" (MARICATO, 1997, p. 30), onde emergiram conflitos de classes, controle privado da construção de habitação, seguido sequencialmente por uma intensa intervenção estatal, estabelecimento de um ideário urbanístico modernista, que individualmente ou associados, os agentes produtores do espaço urbano acentuaram desigualdades sociais, forçando a população trabalhadora pobre a resolver os problemas relacionados a escassez de moradia através do deslocamento para áreas periféricas, em lotes irregulares, bairros precários e a partir da autoconstrução.

Ferreira (2012), através de pesquisa realizada no LabHab-FAUUSP, nos apresenta a obra "Produzir casas ou construir cidades? desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e

urbanos", de modo geral o autor coloca que as principais pesquisas do Laboratório são direcionadas para a questão da moradia social e de assentamentos precários de baixa renda, mas que as preocupações em torno atuação da intensa construção civil voltada para a classe média, denominado segmento de mercado, instigaram novas abordagens, pautados na preocupação com os tipos de cidades e de cenários urbanos que estão sendo criados para a geração futura, a descrição da paisagem relatada pelo autor torna mais clara e compreensível essas preocupações,

em todo o país, novos bairros surgem em áreas distantes e sem urbanização, alinhando centenas de casas idênticas e minúsculas, ou enfileirando torres habitacionais com sofrível padrão construtivo, e grande impacto sobre o meio ambiente (FERREIRA, 2012, p 7).

A rede Observatório das Metrôpoles, articulada entre os núcleos Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Maringá e Belém, produziu a obra intitulada "Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais" (2013). Esta obra tornou-se uma experiência de análise do PMCMV, que aborda diferenças e especificidades sobre as formas de produção da moradia e seus impactos na reconfiguração espacial das metrôpoles, a partir da produção empresarial, em função da tendência destas empresas a produção destinada a classe C. Cardoso e Lago (2013) destacam algumas permanências intocadas dentro da política habitacional no país, referindo-se ao processo de periferação dos empreendimentos em praticamente todos os estudos realizados e da desarticulação entre a política habitacional e a política urbana, e em casos específicos põe a descoberto as condições de precarização que ainda assola a realidade habitacional, em relação ao déficit de infraestrutura básico, como redes de água e esgoto, a inserção de novos padrões de habitação, a construção de apartamentos em áreas onde nunca existiram antes, e a produção em grande escala, que por vezes, desrespeita as regras atribuídas pela legislação.

As pesquisas autônomas realizadas no âmbito de diversos laboratórios, institutos e universidades pelo Brasil resultaram na produção da obra "Minha Casa... e a Cidade?" (2015). Nesta obra são apresentadas experiências sobre a produção da moradia e da cidade a partir da referência do Programa Minha Casa Minha Vida. Os eixos basilares que pautaram a pesquisa foram os seguintes: (1) Arquitetura do Programa: agentes e operações; (2) Demanda Habitacional e oferta do Programa; (3) Desenho, projeto e produção; (4) Inserção Urbana e Segregação socioespacial e; (5) Política Habitacional e a produção da cidade (AMORE, SHIMBO, RUFINO, 2015).

A exposição destas avaliações realizadas a partir de pesquisas direcionadas sobre o Programa Minha Casa Minha Vida não objetiva ser um fim em si mesmo, com conclusões definidas, ao contrário, abrem espaço para o diálogo com vistas a resolução dos gargalos até agora encontrados. Algumas permanências continuam sendo reproduzidas ao longo da história dos programas e políticas habitacionais instituídos no território brasileiro. No que se refere as legislações, elas encontram-se cada vez mais apuradas, a grande questão esta associada a desarticulação entre a construção da habitação, principalmente a de interesse social, e a produção do espaço urbano. As ações parciais do Estado continuam a encaminhar a população pobre para as periferias, em um movimento contrário, o mercado continua produzindo em localização privilegiada para elite, não necessariamente por estarem situadas em áreas centrais, mas porque são privilegiadas por infraestrutura e vias de circulações que facilitam o acesso as diversas áreas da cidade.

4.3 SEGREGAÇÃO: ENTRE O CONCEITO E A VIDA COTIDIANA

Entre o conceito e a vida cotidiana existe a abrangência teórico-conceitual e os que vivem no dia a dia o processo da segregação. Uma dessas vertentes teóricas explica a organização da cidade como fato natural, como uma escolha individual e/ou coletiva em estar próximo aos semelhantes, de acordo com Park (1967),

A cidade não pode fixar o valor da terra, e deixamos ao empreendimento privado a maior parte da tarefa de determinar os limites da cidade e a localização de suas zonas industrial e residencial. Gostos e conveniência pessoais, interesses vocacionais e econômicos tendem infalivelmente a segregar e por conseguinte a classificar as populações das grandes cidades. Dessa forma a cidade adquire uma organização e distribuição da população que nem é projetada nem controlada (PARK, 1967, p. 28).

A nosso ver, a segregação é processo social, organizado a partir dos planos econômicos, políticos e sociais. A partir desta perspectivamos, Sposito (2013) apresenta um caminho de investigação que pode orientar o percurso para investigação do processo de segregação:

Para compreender o processo de segregação socioespacial é preciso sempre perguntar quem segrega para realizar seus interesses; quem a possibilita ou favorece, com normas e ações que a legalizam ou a legitimam; quem a reconhece, porque a confirma ou parece ser indiferente a ela; quem a sente, porque cotidianamente vive essa

condição; quem contra ela se posiciona, lutando ou oferecendo instrumentos para sua operação; quem sequer supõe que ela possa ser superada e, desse modo, também é parte do movimento de sua reafirmação (SPOSITO, 2013, p. 67)

Estas, me parecem questões que dificilmente conseguirão ser respondidas se permanecerem "cercadas" nos muros das Universidades e das Ciências, é justamente este caminho que desejamos atravessar, neste sentido, consideramos pertinente a contribuição de Souza (2013),

quando se constata que, no cotidiano, pessoas se veem como segregadas, isso, por si só, exige investigação e comprova que não se está diante simplesmente de termos técnicos importados e empregados por acadêmicos supostamente mal informados, mas, sim, de uma representação espacial digna de nota (SOUZA, 2013, p. 129).

Deste modo, havendo vestígios (sempre relativo, visto que a segregação pode estar latente no espaço) de que o processo de segregação existe, consideramos relevante sua investigação, seja ele ou não compreendido conceitualmente pelos atores sociais que vivem o processo. Entre o conceito de segregação e o vida cotidiana nos deparamos com duas faces do mesmo processo.

4.3.1 Segregação: conceitos e possibilidades de análise

De acordo com Gottdiener (1993), Herbert Spencer, Auguste Comte e Émile Durkheim foram os sociólogos precursores da associação biológica como questão norteadora de explicação da vida social. Posteriormente, foram realizadas investigações sobre o fenômeno urbano, a partir de autores como Roderick Duncan McKenzie e Ernest Watson Burgess e Robert Ezra Park, pesquisadores da Escola de Chicago.

Nas palavras de Corrêa (2013), foi o geógrafo alemão J. G. Kohl, em 1841, o precursor do modelo de segregação residencial, modelo referente a realidade de cidades da Europa continental pré-industrial. O padrão centro-periferia trazido pelo modelo Kohl-Sjoberg, como referencia o autor, dimensiona o centro como área ocupada pela elite, com melhor infraestrutura e proximidade do palácio do governo, condição que eleva o preço da terra e estabelece *status* e vantagens de acesso a áreas centrais em detrimento à periferia, distante da área central e do acesso a infraestrutura e fontes de poder, apresentando declínio *status* e de acessibilidade ao centro.

Segundo Viera e Melazzo (2003) a disseminação do conceito de segregação urbana ocorreu inicialmente na Escola de Chicago a partir das décadas de 1930 e 1940, os pesquisadores "procuravam explicar e/ou entender a escolha/preferência pela localização residencial de diferentes famílias ou indivíduos de diferentes classes de renda, nos espaços das cidades estadunidenses" (VIERA; MELAZZO, 2003, p. 162).

Em oposição a realidade analisada por Kohl-Sjoberg, Corrêa (2013) explica o modelo centro-periferia abordado por Burgess, no ano de 1925, que entre admissões e críticas, realizou investigações tomando como modelo a cidade de Chicago, em um período que a industrialização já havia sido difundida. Para ele, a segregação residencial era caracterizada a partir de quatro zonas concêntricas, que tinha como ponto de partida o centro da cidade, na primeira zona concêntrica a ocupação era realizada por imigrantes pobres que habitavam cortiços em detrimento da elite que se deslocava para última zona concêntrica, ou seja, áreas mais distantes do centro,

A lógica desse modelo residia, segundo economistas urbanos neoclássicos, na atribuição ou troca (*trade off*) de atributos: os pobres trocavam acessibilidade ao mercado de trabalho no centro pelas altas densidades e habitações precárias, enquanto aqueles que detinham renda elevada viviam em áreas de baixas densidades e em residências confortáveis, não se incomodando com a distância do centro, já que dotados de grande mobilidade (CORRÊA, 2013, p. 47).

Ainda nas palavras de Corrêa (2013), em 1939, o modelo Hoyt contestava o modelo de zonas concêntricas, o autor argumentava que no processo de expansão da cidade a segregação residencial ocorria ao longo de setores, que se distinguiam entre aqueles "dotados de amenidades naturais ou socialmente produzidos, que os grupos de alto *status* social ocupavam" (CORRÊA, 2013, p. 48). Podemos observar que ao longo do tempo, os modelos urbanos foram balizados por diferentes teorias, cada qual referente a um espaço-tempo diferente, o que não pode ser desconsiderado como processo social é que independente do modelo apresentado, o privilégio do *status* se manteve intocado,

Os setores de alto *status* social acompanhavam eixos de circulação rápida, dotado de amenidades, livres de problemas ambientais e sem barreiras que impeçam a expansão urbana. Por outro lado, esses setores estão direcionados para locais onde residem pessoas de poder e prestígio na cidade, apresentando a tendência de acompanhar a expansão de atividades comerciais e de escritórios (CORRÊA, 2013, p. 48)

A base investigativa de Robert E. Park (1976) direcionava suas pesquisas para as áreas da cidade e do comportamento humano, para isso, o autor, considerado um dos principais expoentes da Escola de Ecologia Humana, abordava o conceito de áreas naturais, esta, como resultado de uma competição e de capacidade do indivíduo ou do grupo de se apropriar de determinada localização, produzindo uma "organização ecológica da cidade" (PARK, 1976, p. 26).

A partir de uma estrutura constituída por diversos questionamentos, Park (1976) buscava encontrar respostas para os problemas sociais de sua época. A partir de uma dimensão estrutural, o autor analisava os limites da cidade, a atuação do empreendimento privado sobre a cidade, a localização industrial e residencial, a influência do crescimento populacional, analisava a dimensão moral a partir dos gostos, convivências pessoais e sentimentos de vizinhança, considerando-os como fatos naturais que segregavam e classificavam indivíduos e grupos em grandes cidades.

Quando Park (1967) afirmava que a Ecologia Humana se distinguia da Ecologia dos animais e das plantas, mas, em contraposição associava (mesmo que metaforicamente) o modo de vida da comunidade das formigas (biológico) ao comportamento humano evidenciava a referência sobre um controle social organizado naturalmente. Para ele, a comunicação entre indivíduos e grupos convergia para o proximidade entre semelhantes, "é um fato bastante conhecido que se uma formiga for retirada de um formigueiro e mais tarde for recolocada ela não será atacada, enquanto uma formiga que pertença a outro formigueiro será quase invariavelmente atacada" (PARK, 1967, p. 51). Este controle social culminava em áreas naturais ocupadas por diferentes grupos sociais.

Segundo Negri (2008), ante este pensamento são identificáveis dois modelos de segregação, "a voluntária se dava quando o indivíduo iria habitar um determinado local da cidade por sua própria iniciativa; a involuntária quando por forças externas ele era obrigado a habitar ou deslocar-se de determinados espaços" (NEGRI, 2008, p. 132). Tomar como válida este modelo seria condicionar os atores sociais, de modo particular, a população de baixa renda, que historicamente, condicionados ao processo de segregação, são sujeitados a viver em meio a esta realidade, em função de uma derrota ocorrida no processo de competição pela melhor localização no espaço, ignorando possibilidades de luta e resistência frente as regras impostas pelo sistema econômico.

Ao abordar a segregação na cidade a partir do agrupamento por afinidades, Park (1976) coloca esta, como uma ordem natural, oculta relações de poder, processos sociais que reorganizam as formas da cidade e conseqüentemente o modo de vida dos diferentes atores sociais ao longo do tempo e nos diferentes espaços.

A predisposição em trazer algumas notas sobre a segregação residencial e a abordagem sobre áreas naturais investigadas por pesquisadores da Escola de Chicago torna-se basilar para analisar a cidade a partir de uma visão que se opõe a este condicionamento, visto que compreendemos a cidade como produto e reflexo de processos e formas que em nada consideramos resultar de uma organização natural, ao contrário, produzida e reproduzida socialmente. Neste caso, compreendemos a segregação a partir do que nos diz Rólnik (1994, p. 52), "do ponto de vista político, a segregação é produto e produtora do conflito social. Separa-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrada poderá ser o confronto".

O alicerce teórico da Escola de Chicago que aborda a cidade e a segregação residencial a partir do conceito de áreas naturais declina a partir de 1949 mediante críticas e o surgimento de novas bases teóricas de análise e fundamentação de formas socioespaciais, denominadas como áreas sociais, que inclui além dos tradicionais enfoques sociológicas a introdução de abordagens geográficas (CORRÊA, 2013).

A discussão realizada por Sposito (2013, p. 66) direciona a compreensão conceitual sobre o processo de segregação, "embora muitas vezes seja tratada como um fato, em grande parte por decorrência da perspectiva adotada na Escola de Chicago, ela "É, na essência, um processo", compreendido a partir de sua organização social e não como fato natural, assim como investigado em sua gênese.

Em oposição a essa ordem "naturalista" de explicação do fenômeno urbano, segregação residencial e áreas naturais, o período que sucede as décadas de 1960 e 1970, segundo Viera e Melazzo (2003), ganham novas abordagens e explicações, sobretudo a partir de pensadores de base marxista, que versam sobre a segregação em sua dimensão socioespacial, este como resultado de processos sociais.

Villaça (2001) aborda a segregação a partir da dimensão de classes sociais e compreende este como o formato que domina a estrutura das metrópoles. Para o autor as metrópoles brasileiras são produzidas a partir do padrão centro x periferia, de modo semelhante ao modelo apresentado pelo geógrafo alemão Kohl, o centro é o espaço

onde são encontradas as infraestruturas e serviços públicos e privados, logo, ocupadas por classes sociais de alto padrão de renda, em detrimento da periferia, que para além da distância física é relegada de infraestrutura, serviços e ocupada geralmente por uma população de baixa renda, nesta perspectiva, o autor complementa que a "segregação não impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço" (VILLAÇA, 2001, p. 142).

A medida que avançamos na discussão sobre segregação para além desta dualidade centro x periferia apresentada pelo autor, compreendemos que processos e formas socioespaciais contemporâneas afluem para certos contextos de aproximação espacial por diferentes segmentos de renda, mas, que no entanto, permanecem acirrando diferenças e desigualdades sociais, que podem ser apreendidas no processo de segregação à medida em que dimensões sociais e culturais revelam as dificuldades e rupturas de acesso a partir de práticas socioespaciais desenvolvidas na vida cotidiana.

O conhecimento sobre realidades espaço-temporais, sociais, políticas, econômicas na travessia entre cidades antigas e metrópoles contemporâneas mostram como as relações sociais produziram sociedades profundamente diferentes, mas, que em seu avesso, mantém permanências, revelando as contradições desta sociedade hodierna, imersa em processos complexos, produzindo formas socioespaciais igualmente complexas.

Neste sentido, a investigação realizada por Caldeira (2000) expressa mudanças e permeâncias na cidade. Para ela, a inter-relação entre grupos sociais e a cidade foi produzida na cidade de São Paulo ao longo do espaço-tempo sob três diferentes formas, a primeira, ocorrida entre o fim do século XX até a década de 1940, marcou o período da cidade concentrada, os diferentes grupos sociais se encontram espacialmente próximos, mas segregados em função da tipologia das habitações. O segundo período se estendeu entre 1940 a 1980, a forma urbana produzida pelo padrão centro x periferia (padrão que segue a lógica apresentada por Kohl e Villaça) converge para a ocupação das classes média e alta no centro estruturado da cidade, em oposição a periferia longínqua e sem infraestrutura, ocupada por pobres. A partir da década de 1980 o processo de segregação espacial, denominado pela autora como "enclaves fortificados", apresenta uma aproximação espacial entre diferentes classes sociais e mantém as desigualdades sociais marcadas a partir da privatização dos espaços, fortemente

monitorados e protegidos por muros e tecnologias, aparato justificado em função do medo e do crime.

Ainda nesta perspectiva conceitual, Sposito (2013) expõe sobre o paradoxo que pode "retroalimentar a segregação", a complexidade e dinâmica da produção contemporânea do espaço urbano pode ser percebida nos processos referentes a elevação da capacidade consumo de segmentos de menor renda e em momento análogo o investimento público na área da habitação. Em consequência a este processo se produz o afastamento socioespacial de segmentos de média e baixa renda, gerando "piora da situação geográfica" para os mais pobres e conseqüentemente a tendência a precarização do habitar, situações que podem convergir no estabelecimento ou aprofundamento da segregação socioespacial na medida que "a delimitação dos grupo dos "de cima" ou dos "de baixo" é sempre relativa, por isso as duas faces - os que segregam aos outros e os que, por opção, segregam-se - compõem um mesmo processo" (SPOSITO, 2013, p. 69).

Para Villaça (2001), a "segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros. Segue a mesma dialética do escravo e do senhor" (VILLAÇA, 2001, p.148). As afirmações conceituais de Sposito e Villaça colocam a descoberto o par dialético da segregação. Esta abstração conceitual pode ser materializada no texto apresentado por Brum (2015), a narrativa versa sobre a vida dos que estão do lado de dentro desses muros, dos vidros dos veículos particulares, e dos espaços privados, ou "enclaves fortificados" como denomina Caldeira (2000), havendo o lado de dentro do muro, certamente, há o lado de fora, e os que estão de fora são os outros, aqueles que transpõem a fronteira dos muros tão somente por sua condição de mão de obra, mas que no final do dia arrastam sua pele marrom para a vida real, vida marcada pela omissão daqueles que não conseguem ou não se dispõem a responder a indagação/denúncia da criança que interpela, "Por que ela é marrom?" e "Mãe, onde dormem as pessoas marrons?" Escuta-se o eco do silêncio daqueles que precisam continuar justificando privilégios e proteção, atrás dos muros, concertinas e câmeras de vigilância.

Visto a complexidade do conceito e a aproximação com a pesquisa, tomamos duas como basilares para a discussão sobre o conceito de segregação. Destaco o texto de Vasconcelos (2013), "Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades", o autor adverte sobre o cuidado necessário a utilização do conceito de segregação, e propõe uma base de alternativas para se estudar o espaço

urbano. As alternativas sobre processos e formas foram divididas em três blocos, *a) noções ligadas ao espaços*: diferenciação socioespacial, desigualdade socioespacial, justaposição, separação, dispersão (urbana), divisão em partes e fragmentação; *b) noções ligadas principalmente aos indivíduos*: inclusão e exclusão (espacial) e, *c) noções ligadas ao indivíduos e aos espaços*: segregação, dessegregação, *apartheid*, autossegregação, agrupamento, fortificação, polarização socioespacial, dualização, "gentrificação", invasão, marginalização (espacial), periferização e abandono (de áreas). Ante a reflexão apresentada pelo autor, consideramos a pertinência em tratar das noções ligadas aos indivíduos e o espaço, investigando o processo de segregação. Foram recorrentes as consultas a esta referência, a complexidade do processo de segregação requer acuidade investigativa. Na obra "A cidade contemporânea: segregação espacial", organizada por Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2003), é possível encontrar referências relevantes para uma discussão mais aprofundada sobre segregação.

No artigo "Segregação socioespacial e centralidade urbana", Sposito (2013) aborda alguns das formas e processos mencionados por Vasconcelos (2013), inquirindo sobre a coerência de aplicação do conceito de segregação, seus limites, suas possibilidades e multidimensionalidade de análise. Nessa linha de pensamento, a autora expõe a complexidade e polissemia atribuída ao conceito segregação e adverte que não se deve confundir este conceito com "diferenciação espacial, produção de desigualdades espaciais, exclusão social e/ou espacial, discriminação social, marginalização, estigmatização territorial" (SPOSITO, 2013, p. 63), contudo, não exclui a possibilidade de abordagem da segregação a partir de sua multidimensionalidade de análise, inclusive o de segregação residencial, originário da Escola de Chicago.

Vasconcelos (2004) discorda desta possibilidade ao se opor a utilização e aplicação do conceito segregação residencial para estudos sobre a realidade brasileira. A partir de uma análise comparativa com outros processos de segregação ocorridos pelo mundo e evidenciando a complexidade da temática, Vasconcelos (2004, p. 270) faz o seguinte questionamento, "tem sentido o conceito de segregação originário da Escola de Chicago, ser utilizado nas cidades brasileiras?" (VASCONCELOS, 2004, p. 270). E a partir das seguintes premissas "segregação não é preconceito, segregação não é discriminação, segregação não é marginalidade, nem exclusão" (RODRIGUES, 2011, p. 270), o autor questiona, quem de fato segrega e quem é segregado no Brasil, e por fim conclui,

a distribuição espacial da população pobre não parece confirmar a existência de segregação residencial nas cidades brasileiras. No caso brasileiro, a distribuição da população se dá pelo mercado imobiliário, por interferência da regulamentação governamental, e sobretudo pela ação dos pobres, que não podem participar do mercado e dos programas governamentais. Mas ao contrário das minorias residentes em condomínios fechados e em prédios protegidos (auto-segregação) não parece haver “segregação” residencial nas cidades brasileiras. Além da indiferença das classes dominantes, parece estar crescendo um antagonismo entre as diferentes camadas da população, resultando em um aumento da violência, mas esses fatos também não justificariam a utilização do conceito de segregação no caso brasileiro, sem omitir, no entanto, que no Brasil foi construída uma das sociedades mais desiguais do mundo. (VASCONCELOS, 2004, p. 270-271)

A partir dessa interpretação realizada por Vasconcelos (2004), Souza (2013) propõe uma reflexão a respeito da aplicabilidade do conceito de segregação residencial, consciente de se tratar de um conceito "importado" da Escola de Chicago, o autor considera plenamente aceitável sua adaptação para a realidade brasileira, desde que realizada de modo ponderável. Souza (2013, p. 128) chama atenção para o fato de que "nas ciências sociais, os termos técnicos não são, geralmente, e diferentemente das ciências naturais, palavras artificiais, sem existência fora do vocabulário técnicos" e complementa dizendo que "o que fazemos é construir conceituações, nos marcos dos esforços teóricos, que alimentem (e sejam retroalimentados por) esforços de pesquisa empírica".

Ainda nos atentando um pouco mais nas palavras de Souza (2013), observamos como evidente a predisposição do autor no processo de aproximação entre conceitos e atores sociais. Para isso apresenta trechos de músicas de *rap* e *reggae* em que os atores sociais protestam realidades a partir da música e da cultura popular, assim, reconhecem o processo de segregação, possivelmente não nos "moldes" da Ciência, mas, na iminência do viver cotidiano. O autor complementa a questão,

É óbvio, portanto, para quem anda pelas ruas e mantém olhos e ouvidos abertos, que o termo "segregação" não está confinado a textos e debates acadêmicos. Caberia ao pesquisador, diante disso, "reprovar" ou "censurar" tal ou qual uso de tal ou qual palavra no âmbito do senso comum? Ou seria o caso, antes de mais nada e acima de tudo, de buscar entender as razões e motivações dos usos concretos que os sujeitos de carne e osso fazem de termos como "segregação", seja em suas imprecações quotidianas, seja em suas letras de música, seja ainda em seus grafites e textos de protesto? Seria divertido tentar imaginar uma improvável cena em que alguém teria coragem suficiente para chegar a um favelado que grita contra a

segregação que alega sofrer e sentir na pele, e dizer, "veja bem, meu caro, você está utilizando de maneira imprópria a palavra 'segregação', que tem sido indevidamente importada pelo discurso acadêmico brasileiro; a rigor, você não é segregado, isso é um mal-entendido!"(SOUZA, 2013, p. 128).

A reflexão apresentada por Souza (2013) nos instiga a pensar em duas faces do processo de segregação, as Ciências, ditas Humanas, de modo particular, penso na Ciência Geográfica. Primeiro, torna-se necessário enfatizar a realidade daqueles que vivem os conceitos e processos tão amplamente propagados nas salas de aulas e auditórios das Universidades, segundo, afora uma compreensão conceitual e técnica, nenhuma teoria pode confirmar de modo tão assertivo como a investigação empírica, aquela que inclui o *corpus* de análise e os atores que vivem o processo. Teoria e realidade não se excluem, ao contrário, se acolhem.

Ao assinalar o caráter multidimensional da segregação Sposito (2013) apresenta possibilidades para se adjetivar este conceito. A partir desta perspectiva observamos que os processos e formas socioespaciais ocorrem sob diferentes escalas temporais e espaciais, assim como os estudos sobre segregação residencial são amplamente disseminados, as cidades podem ser investigadas a partir de outras formas de adjetivação. Ao refletir sobre pontos basilares referentes ao conceito de segregação e multidimensionalidades de análise a autora alerta sobre o cuidado e a responsabilidade em tratar este conceito. Sposito (2013) cita um ponto central para análise da segregação:

só cabe a aplicação do conceito de segregação quando as formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana (SPOSITO, 2013, p. 65).

Neste sentido, procuramos ao desenvolver o percurso metodológico encontrar vestígios que possam desvelar o processo de segregação a partir das práticas socioespaciais e articulações do viver cotidiano, considerando o lugar do vivido e das relações socioespaciais na cidade.

4.3.2 Segregação: cotidiano e práticas socioespaciais

O cotidiano não seria apenas um grau inferior da reflexão e do vivido" em que essas duas formas da experiência se confundiriam ainda, em que tudo o que se verifica parece pertencer ao universo, em que o mundo é encarado e enfrentado como a soma das coisas? (LEFEBVRE, 1991).

A força da expressão filosófica de Lefebvre inquieta ao primeiro contato (e possivelmente, a cada novo contato) e faz refletir sobre a vida cotidiana, vida cotidiana ou estudo da vida cotidiana? Teriam ambos o mesmo significado? A luz da teoria e da interpretação as ciências parcelares produzimos estudos sobre a vida cotidiana, isto é, quando este limite não é o seu negligenciamento. Para o autor há uma relação simultânea entre a cotidianidade e a modernidade,

O cotidiano é o humilde, aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam no emprego do tempo. É isso sem que o interessado tenha de examinar as articulações dessas partes. É portanto aquilo que não tem data. É o significativo (aparentemente); ele ocupa e preocupa e, no entanto, não tem a necessidade de ser dito, é uma ética subjacente ao emprego do tempo, um estética da decoração desse tempo empregado. É o que se une à modernidade. Por esta palavra é preciso entender o que traz o signo do novo e da novidade: o brilho, o paradoxal marcado pela tenacidade ou pelo mundano. É o audacioso (aparentemente), o efêmero, a aventura que se proclama e que se faz aclamar. É a arte e o estetismo, mal discerníveis nos espetáculos que o mundo dita moderno apresenta e no espetáculo de si que ele apresenta a si mesmo. Ora, cada um deles, o cotidiano e o moderno, marca e mascara, legitima e compensa o outro (LEFEBVRE, 1991, p. 31).

À luz da interpretação, cotidiano e modernidade estão associados a duas ordens que são inseparáveis a sua elucidação, o espaço-tempo. Buscamos compreender os processos inerentes a produção da cidade capitalista, reproduzida em seus distintos processos, constituída sob diferentes escalas espaciais, temporais, sociais, culturais. Nesta busca vê-se os laços estreitos entre produção e sociedade, produção que não está limitada a mercadoria, mas ao próprio sujeito e as relações sociais de seu tempo. A cidade como espaço de conflito de classes atravessa diferentes sociedades, ora denominada pela técnica, ora pela industrialização, outra pela urbanização, ora pelo consumo, para citar alguns de suas travessias, cada uma reproduzindo e provocando um modo de vida cotidiana, práticas socioespaciais e significados.

Lefebvre (1969, p. 10) conceitua cidade como obra e produto, "com efeito, a obra é o valor de uso e o produto é valor de troca", considerando sua época peculiar, como obra, a cidade apresenta seu uso principal "isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro)" (LEFEBVRE, 1969, p. 11). Entendemos o uso da cidade não apenas como espaço de trocas e de produção de bens comerciais e simbólicos, mas também como

espaço de encontro, onde são manifestados os fenômenos que animam à cidade. A cidade industrial propagada por Lefebvre articulava relações materiais e simbólicas muito diferentes das relações sociais estabelecidas na cidade contemporânea. O que nos parece pertinente no pensamento do autor, é que nesta travessia, a cidade se mantém como produto/obra, no entanto, organizada por outras relações sociais.

De Certeau (2007) alude na relação entre a cidade e as práticas cotidianas, o ato de caminhar, como forma de imprimir traços e trajetos, de maneira mais ou menos densa, no espaço. Caminhada e caminhante vão determinando a vida social, as idas e vindas, o ato da improvisação vai irrompendo barreiras e projetando possibilidades de construção da prática espacial no cotidiano. O autor complementa que,

A caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita etc., as trajetórias que "fala". Todas as modalidades entram aí em jogo, mudando a cada passo, e repartidas em proporções, em sucessões, e com intensidades que variam conforme os momentos, os percursos, os caminhantes. Indefinida diversidade dessas operações enunciadores. Não seria portanto possível reduzi-las ao seu traçado gráfico (DE CERTEAU, 2007, p. 179).

O cotidiano é portanto essa expressão do vivido, o espaço da festa (Lefebvre, 1969), o espaço da prática (De Certeau, 2007) que estabelece o espaço de reprodução da vida (Carlos, 2001). Neste tempo contemporâneo, os espaços da cidade vão sendo resignificados, valorizando-se os espaços privados em detrimento do espaço público, as possibilidades e limitações organizam novas práticas socioespaciais, assim como acentua rupturas sociais da vida cotidiana.

É no plano do vivido e a partir do lugar do vivido que são estabelecidas as práticas socioespaciais do cotidiano, a rua, o bairro e a cidade são dimensões materiais para o desenvolvimento das relações subjetivas da vida. Carlos (2001) esclarece que não é possível se apropriar integralmente de todos os espaços da metrópole, os códigos institucionais e culturais regulam e limitam usos e práticas socioespaciais. Para a autora,

Esses usos se referem a uma prática que vai e direção à segregação socioespacial, apesar de, politicamente, as estratégias de classe visarem a segregação no espaço (os elementos da vida urbana se dissociam, por exemplo, em lugares para jovens ou para adultos, para pobres ou para ricos, etc.). Isto porque se o privado se refere ao plano individual, o uso está submetido às leis de mercado, em decorrência da existência da propriedade privada, que delinea uma hierarquia socioespacial explicitada nos lugares de moradia diferenciados, delimitando o acesso pelo preço do solo urbano. O público, por sua vez, está ligado ao plano do poder do Estado e de suas estratégias, daí a existência de conflitos permeando o uso dos espaços. O bairro tem

uma coerência e uma existência, e é nesse nível que o espaço e o tempo dos habitantes tomam forma e sentido (CARLOS, 2001, 221).

No dizer de Corrêa (2013, p. 44) "a espacialidade é um atributo da ação da natureza e da ação humana", para Carlos (2001, p. 213) "a espacialidade da relações sociais lê-se no plano da vida cotidiana, e a partir dela, articulada e redefinida no plano da reprodução das relações sociais". A nosso ver, em seu sentido objetivo a espacialidade da segregação pode ser percebida a partir da localização da habitação, no entanto, em sua condição subjetiva, as dificuldades e/ou rupturas produzidas no âmbito da segregação são apreendidas a partir das relações e práticas cotidianas. Carlos (2001) diz que o movimento revela a prática socioespacial,

A apropriação se revela em atos e situações que podem ser o andar pela rua do bairro, onde apareça a calçada como o trajeto diário (até o ponto do ônibus, onde se toma a condução para o trabalho, por exemplo); pode ser o caminhar que todos os dias leva as pessoas às compras; pode ser o passo dos estudantes que se dirigem à escola. Pode ser o ato de andar de bicicleta ou o uso da rua como lugar para as brincadeiras infantis; pode ser a prosa com o vizinho que passa, ou que está em sua porta, ou olhando pela janela. Essas possibilidades se ligam ao caráter diário, e são marcadas por um tempo determinado, em espaços circunscritos. O uso se realiza por meio do corpo (o próprio corpo é a extensão do espaço) e de todos os sentidos humanos, e a ação humana se realiza produzindo um mundo real e concreto, delimitando e imprimindo os "rastros" da civilização (CARLOS, 2001, p. 213).

A reflexão sobre segregação, práticas socioespaciais e o cotidiano estão de forma inerente associadas a habitação, fragmentada na atualidade em subsistemas institucionalizados por legislações que a definem como de interesse social ou de mercado, segmentação que reflete diretamente o modo de produção do espaço urbano e como consequência influi sobre as práticas socioespaciais, visto que, como expõe Carlos (2007),

O plano da habitação revela o nível do vivido, nesta direção, as relações sociais na metrópole podem ser lidas no plano da vida cotidiana, enquanto prática sócio-espacial concretizadas no modo como as pessoas se apropriam de um espaço fragmentado pelas estratégias dos empreendedores imobiliários, posto que a propriedade privada do solo urbano condiciona o uso à realização do valor de troca e é desta maneira que a casa apresenta-se como mercadoria (CARLOS, 2007, p. 93).

Rolnik (1994) completa esta reflexão à medida que compreende a segregação espacial como movimento de separação das classes sociais no espaço urbano,

demarcado por fronteiras físicas e imaginárias, delimitando o lugar das coisas, dos moradores, da separação expressa entre o trabalho e habitação, entre o trabalho e o local de estudo, regido pelo deslocamento cotidiano em transportes coletivos superlotados e gerenciado pelo tratamento desigual das administrações locais, "a segregação espacial começa a ficar mais evidente à medida que avança a mercantilização da sociedade e se organiza o Estado Moderno" (ROLNIK, 1994, p. 47).

A partir destes discursos encontramos maior significado nas palavras de Maricato (2009), a produção do espaço ganha novas formas, a construção de habitações, requalificação e revitalização de áreas, mas contraditoriamente a "segregação urbana fica intocada". Vê-se a atuação do Estado no lançamento do programa habitacional MCMV, em 2009, onde foram financiadas habitações com o propósito de minimizar impactos produzidos pela crise internacional de 2008. O investimento na área da habitação que inclui (de modo precário) as classes média e principalmente população de baixa renda teve como foco a geração de emprego e o movimento na economia a partir de investimentos na área da construção civil. A crítica da autora é direcionada para a parte do programa habitacional que permanece intocada, a matéria urbanística, as localizações inadequadas e a política urbana,

Diferentemente de pão, automóvel, medicamentos, a habitação é uma mercadoria especial. Parte dessa complexidade deriva da sua relação com a terra. Cada moradia urbana exige um pedaço de terra para sua realização. E não se trata de terra nua. Trata-se de terra urbanizada, isto é, terra ligada às redes de água, energia, esgoto, drenagem, transporte coletivo além de equipamentos de educação, saúde, abastecimento, etc. (MARICATO, 2009).

O espaço urbano produzido sobre o alicerce da segmentação por renda, dos diferentes padrões construtivos de habitação, da presença/ausência de infraestrutura, de serviços e equipamentos públicos e privados materializa o processo de segregação socioespacial, para a população de baixa renda o acesso a habitação tem significado a desarticulação urbana e acirrado as desigualdades sociais,

Os conjuntos habitacionais, edificados e financiados pelo Estado, "destinados à chamada população de baixa renda", foram construídos em descontinuidade com o tecido urbano, em áreas sem infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo. A organização dos moradores possibilitou a implantação de serviços urbanos necessários à reprodução da vida. Contraditoriamente, assim, os conjuntos construídos para trabalhadores, num mercado específico e financiados com recursos públicos, acentuam a desigualdade social e espacial (RODRIGUES, 2007. p 77).

Na cidade, esse espaço de contradições e de luta de classes, são manifestadas as demandas por moradia, trabalho, saúde, mobilidade, educação, segurança, saneamento básico, cultura, lazer, esporte, diversão, entretenimento e consumo. A nosso ver, essa luta pode ser apreendida em dois momentos, o primeiro refere-se a luta por acesso as essas demandas, em um segundo momento são estabelecidas as lutas por melhores condições de acesso, esse movimento dialético produz as relações e práticas socioespaciais que dinamizam e articulam a vida urbana e o viver cotidiano. Em que medida estas relações e articulações são rompidas? Consideramos a dificuldade em mensurar, não negamos emitir nossas considerações, apenas estamos cientes de que se no plano conceitual a segregação pode ser conhecida é no plano subjetivo das práticas socioespaciais e da vida cotidiana que a segregação é apreendida. A respeito dessa subjetividade, Negri (2008) exolica que,

Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda, cultural. Isto quer dizer que um morador num bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital (NEGRI, 2008, p.136).

O lugar de habitação e o local de trabalho, geralmente localizados em áreas diferentes da cidade, revela para além das distâncias, as dificuldades relacionadas a mobilidade e articulações inerentes a vida cotidiana. Rolnik (1994) expressa sobre a realidade cotidiana de quem vive o processo de segregação,

A cena clássica cotidiana das grandes massas se deslocando nos transportes coletivos superlotados ou no trânsito engarrafado são a expressão mais acabada desta separação - diariamente temos que percorrer grandes distâncias para ir trabalhar ou estudar. Com isto, bairros inteiros das cidades ficam completamente desertos de dia, os bairros-dormitórios, assim como algumas regiões comerciais e bancárias parecem cenários ou cidades-fantasma para quem as percorre à noite. Finalmente, além dos territórios específicos e separados para cada grupo social, além da separação para cada grupo social, além da separação das funções morar e trabalhar, a segregação é patente na visibilidade da desigualdade de tratamento por parte das administrações locais (ROLNIK, 1994, p. 42).

É na dimensão do lugar do vivido que o tratamento desigual (para não dizer indiferente) do Estado se revela,

Existem, por exemplo, setores da cidade onde o lixo é recolhido duas ou mais vezes por dia; outros, uma vez por semana; outros ainda,

onde o lixo, ao invés de recolhido, é despejado. As mesmas periferias sem água, luz ou esgoto são evidências claras desta política discriminatória por parte do poder público, um dos elementos produtores de segregação (ROLNIK, 1994, p. 42-43).

A segregação como processo que dificulta e interrompe práticas socioespaciais e relações com a vida urbana se retroalimenta na contradição, à medida em que mesmo em condições precárias, de longas distâncias possibilita que a "mão de obra" circule pela cidade. Essas dificuldades são agudizadas quando as práticas socioespaciais são direcionadas para as atividades culturais, ou seja, aquela destinada ao tempo do não trabalho. A escala teórico-conceitual dos processos e formas parece potencializada quando revela as condições da vida cotidiana. Neste sentido, Maricato (2003) expõe que,

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamento etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidade de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso a justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável (MARICATO, 2003. p. 152).

Na vida cotidiana os habitantes/moradores vão construindo suas práticas socioespaciais, no plano da habitação se estabelecem os elos com os diversos espaços da cidade. A segregação esvazia o sentido destas relações, estimula as práticas individuais e o espaço privado da casa tende a modificar o sentido do habitar. A casa termina por apresentar maior significado que o ato de habitar e das relações socioespaciais.

COMIDA*Bebida é água!**Comida é pasto!**Você tem sede de que?**Você tem fome de que?...**A gente não quer só comida**A gente quer comida**Diversão e arte**A gente não quer só comida**A gente quer saída**Para qualquer parte...**A gente não quer só comida**A gente quer bebida**Diversão, balé**A gente não quer só comida**A gente quer a vida**Como a vida quer...**Bebida é água!**Comida é pasto!**Você tem sede de que?**Você tem fome de que?...**A gente não quer só comer**A gente quer comer**E quer fazer amor**A gente não quer só comer**A gente quer prazer**Prá aliviar a dor...**A gente não quer**Só dinheiro**A gente quer dinheiro**E felicidade**A gente não quer**Só dinheiro**A gente quer inteiro**E não pela metade...**Bebida é água!**Comida é pasto!**Você tem sede de que?**Você tem fome de que?...**A gente não quer só comida**A gente quer comida**Diversão e arte**A gente não quer só comida**A gente quer saída**Para qualquer parte...**A gente não quer só comida**A gente quer bebida**Diversão, balé**A gente não quer só comida**A gente quer a vida
Como a vida quer...**A gente não quer só comer**A gente quer comer**E quer fazer amor**A gente não quer só comer**A gente quer prazer**Prá aliviar a dor...**A gente não quer**Só dinheiro**A gente quer dinheiro**E felicidade**A gente não quer**Só dinheiro**A gente quer inteiro**E não pela metade...**Diversão e arte**Para qualquer parte**Diversão, balé**Como a vida quer
Desejo, necessidade,
vontade**Necessidade, desejo, eh!**Necessidade, vontade,
eh!**Necessidade...**(VELOSO,2003)*

5 ANÁLISES E DISCUSSÕES

5.1 Processo de aquisição da habitação

A escrita tenta armar ciladas para essa profundidade indeterminada (LEFEBVRE, 1991).

“A casa própria é o sonho de todo brasileiro”. Sob este jargão, certamente, poderiam ser justificados grande maioria dos empreendimentos de habitação de interesse social em nosso país. Sinônimo de independência (sobretudo dos caros aluguéis), estabilidade econômica, segurança e investimento, a casa própria é aquisição imaginada e desejada. Aqueles que vivem de aluguel ou em imóveis cedidos, muitas vezes, buscam as secretarias de habitação de suas cidades objetivando a se cadastrarem em programas de financiamentos de baixo custo. Como ocorre o processo para solicitação de uma habitação? Será muito burocrático? Quais os estímulos e barreiras para participação neste processo?

Quanto às informações sobre a solicitação para o acesso à habitação, o discurso que aparece, de modo geral entre os entrevistados, é pela via dos Movimentos Sociais e da carta, não necessariamente desassociados, de maneira que, alguns moradores utilizaram-se das duas vias de solicitação. Em outros contextos, o intermédio a partir da carta foi a única forma de requerimento. De maneira geral, percebe-se que a luta por moradia precede a solicitação ao Programa Habitacional que possibilitou o acesso à atual habitação. A carta emerge como instrumento repleto de subjetividade. Os encontros a partir dos Movimentos Sociais expressam as pretensões, os desejos do coletivo, enquanto a carta individualiza, manifesta as particularidades do rogo. Os excertos (001) e (002) jogam luz sobre a questão:

(001) Aconteceu o seguinte, eu já tava correndo atrás dessa casa há quinze anos (...) A gente..., assim quando eu mais ela [apontando para esposa] foi morá junto, a gente começô a perguntar [sobre os movimentos sociais de acesso a moradia]. Tava tendo um projeto do governo (...) Então, as reuniões era feita pelo Euler e Isaura Lemos [na época, vereadores de Goiânia] lá no Cepal [Feira livre] do setor sul (...) Então, a gente tava todo domingo, já era um compromisso fixo (...) Então a gente, esses quinze anos, nessa luta de correr atrás, uma reunião aqui, uma reunião ali, outra reunião lá no Parque Municipal, aí nisso foi nascendo os filhos, foi crescendo, né? E quando foi em 2008, 2007, eu comecei participar das reunião no Cepal, porque antes as reunião era nos bairro, aí depois passou lá pro Cepal. Foi começano lá no Cepal e tudo, aí foi quando saiu o projeto do Cerrado, a gente fez a inscrição e tudo, o pessoal passaram lá pra fazer a inscrição, a mulher fez a inscrição no nome dela [apontando para a esposa] (...) Foi 2007 aliás, é, a gente começo a correr atrás. Aí saiu, o pessoal

[representante do Movimento de Luta pela Casa Própria - MLCP] avisaram pra nós lá no Cepal que ia ter o projeto do Cerrado, inclusive deram pra gente o mapa daqui, tudo certim. E quando começô a saí as casa, eles es falô, "ó, cês procuram a AGEHAB [Agência Goiana de Habitação], lá cês vão fazê a inscrição", entendeu? Aí foi eu e a mulher lá, fizemô a inscrição tudo certim. (Manoel, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3)

(002) Começou por uma profecia, eu tava na igreja, passano pur uma dificuldade terríve, justamente nesse barracão que lhe falei que a minha mão alcançava na telha, e quando foi a noite, antes de ir pro culto, o meu barracão ficava fundo da igreja, era caminhano uns cinco metro tava dentro da igreja, aí eu cheguei na igreja, me sentei lá, só Deus sabe como é que eu tava, e tem uma irmã, que ela tem..., é deficiente, paralisia infantil, ela anda de muleta, sem a muleta ela não caminha, isso aí é um mistério de Deus. E, quando essa noite..., o culto é abençoado e ela foi tomada pelo um pudê sobrenatural, a gente fala que é do espírito, espírito de Deus, e naquela hora ela soltô as muleta e veio caminhando, é incrível, veio caminhando, eu tô dizendo isto puque eu sô tistimunha, e quem viu pode testificar disso, e chegou na minha direção, eu tava sentado e apontou um dedo assim pa mim, e disse oía, Deus usano ela e falô, "eu tenho ouvido a tua oração, tenho visto a tuas lágrima", e na verdade, ela tava falando a verdade, por que só Deus sabe o que eu passei, eu me emociono também, desculpa aí, [neste momento o morador começa a chorar] mas é purque eu tenho direito, né? Então o seguinte, ela chegou e disse pra mim..., e Deus usando ela e falou desta forma, "que tinha visto as minhas oração e as minhas lágrimas e ia entregar uma casa na minhas mão". Quê que acontece, veio logo aquela dúvida, "cumé que eu vou tumar posse de uma casa que eu num posso nem pagar o aluguel?" E eu tava morando de favor na época, o pastor me colocô lá, purque eu num podia pagar aluguel. E veio aquela dúvida, aí passô, passô um mês depois, aí Deus usou meu genro, aí usô ele e disse, "irmão Osmar", ele me tratava bem, "Irmão Osmar, purque cê num escreve uma carta po Iris"? O Iris era o prefeito na época. "Uma carta po Iris, purque tem um conjunto de casa perto da Coca Cola [Fábrica da Coca-Cola na GO-060), já tá pronta pra entregar o povo que feiz a inscrição". Aí eu cheguei pra ele e, ah, eu num fazê isso não, purque muita gente diz que já feiz, tá com três, quato, cinco anos que não recebe, "não, mais é bom tentar", aí eu fui iscrevi! Eu acredito que quando o Iris pegô a minha carta, ele chorô ou então se emocionô, puque eu coloquei da onde eu sou, quanto tempo eu tava aqui, o que eu passei, quanto tempo eu morei de aluguel, tudo isso eu coloquei, "coloca o que você, o que vim no seu coração", aí eu coloquei. Não deu outra! Quando ele leu a carta aí aprovou e com outro mês depois, isso foi no primeiro mês, com otro mês depois, uns vinte dias mais ou menos, num chegô nem trinta, aí veio da secretaria uma orde, um papelzinho avisando que eu fui contemplado, que eu tirasse a xerox dos documento (João, morador do Residencial Jardins do Cerrado 2).

Imagem 4- A carta²⁶.

Goiânia, 18 de março de 2009
 Prezado Prefeito

Venho através desta agradecer a quem
 deu a mesa das caras para o pessoal
 que estava presente nas reuniões na
 prefeitura, do MLEP - Movimento de
 luta pela casa própria.

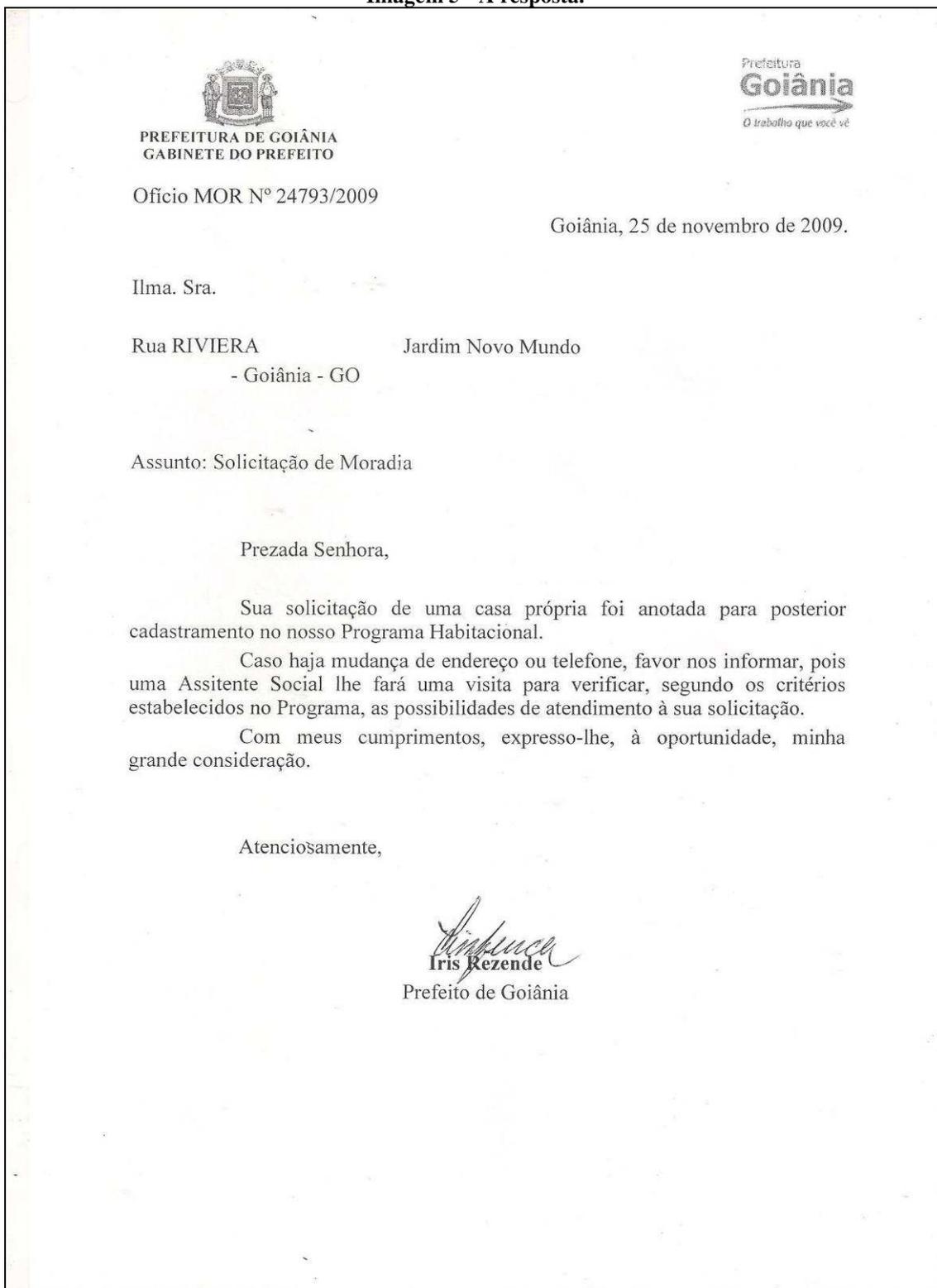
Eu faço parte do movimento a 12
 anos, e os antigos governos só sabiam
 prometer (mas não cumpriam).

Há 16 anos que eu moro em Goiânia
 de aluguel aqui no Jard. Novo Mundo.
 Na minha família são 4 pessoas, atu-
 almente só o meu marido que tem
 um benefício (saúde) do INSS, por ele
 não tem mais condições de trabalhar por
 problema do coração, ele tem 58 anos
 era mecânico de bombas pesada e
 não pode fazer mais força, ele recebe
 só 1 salário e é desta renda que
 tentamos sobreviver - porque eu sou
 deficientemente auditiva e tenho obesidade
 e hipertensão e por causa do meu marido
 não tenho serviço, minha filha
 tem só 13 anos, e minha sobrinha
 que tem 26 anos está desempregada.
 Mas eu não desisto, comecei a
 vender laranjinhos em casa, e estou
 fazendo bombons.

no setor, pois é a onde eu já tenho
 minha pequena fequêsia.
 E peço se tiver condições de ganhar
 a casa aqui no setor, ficarem muito
 felizes e agradecidos, porque já fui
 tratado pelo pessoal da prefeitura e do
 Movimento e não todos os dias que
 nos conseguimos pagar de aluguel
 no entanto moro ou já moro por
 quanto é difícil, vote tem quem
 tá na boca pra pagar.
 Desde já estou agradecendo, e com
 muito fé, que eu sei que o nosso
 sonho de moradia vai ser realizado.
 Desde já agradeço.

Fonte: Ana Maria, moradora Residencial Jardins do Cerrado 4.

²⁶ A imagem de uma das cartas enviada ao prefeito de Goiânia, Iris Rezende.

Imagem 5 - A resposta.

Fonte: Ana Maria, moradora Residencial Jardins do Cerrado 4.

O processo de inscrição, para solicitação da habitação junto a Prefeitura Municipal de Goiânia ocorre da mesma maneira para todos os requerentes. No processo de solicitação, realizado junto à Secretaria Municipal de Habitação (SMHAB), devem ser entregues os documentos de identificação de todos os dependentes do solicitante. No excerto (004), a narrativa da moradora evidencia a burocratização do processo e, por vezes, a ineficiência do sistema. Os moradores relatavam a necessidade de realizar diversas inscrições junto à Secretaria e Agência de Habitação, pois, ao requerer informações sobre a solicitação o cadastro não era encontrado. O que pode-se perceber a partir da narrativa do morador, no excerto (003), são as trajetórias que particularizam a aquisição da habitação. A Lei Municipal, nº 8.534, de 31 de maio de 2007, instituiu prioridades para o acesso à habitação, dentre elas, para deficientes, neste contexto, o "papelzinho" intermedia o processo à medida que atua como facilitador para o acesso à habitação:

(003) Aconteceu o seguinte, na inauguração da praça que tinha na porta de casa, no Curitiba 3, na inauguração da praça, o Iris Rezende foi lá, ele era prefeito na época, ele foi lá. Então, todo mundo ajuntano ao redondo dele lá, eu passei a mão na cadeira de roda do menino, no carrinho do menino, não tinha cadeira de roda, ele tinha era um carrinho, passei a mão no carrinho dele e levei lá. O povo ao redor dele, eu fui abrindo, pedindo licença, passei com o carrinho no meio de todo mundo, falei "Iris!". Ele, "pois não?" Falei, "olha, eu sou sempre correligionário do senhor, tô sempre junto do senhor em todas as política, de vereador, de prefeito, de governo, de senado, tudo eu tava junto com o senhor. Agora eu quero o senhô junto comigo!" Ele, "como assim?" "Eu quero que o senhô me dá um teto pra eu pô essa criança aqui debaixo, que é especial e tá aqui na sua frente, quero um teto pra mim por ela debaixo." Ele pegô, me deu um papel e disse, "procura a habitação" (...) Um papelzinho assinado por ele, "procura a habitação no meu nome, pode ir lá". Aí foi a onde eu fui, levei os documentos da muié, aonde eles fizeram o cadastro novamente, que o lá da Agehab [Agência Goiana de Habitação] tava esquecido, não sabia pra onde, entendeu? Mas com essa assinatura do Iris, eles fizeram o processo novamente, o cadastro novamente, e foi aonde eu fiquei dependendo não mais do movimento habitacional [MLCP] quanto da secretaria de habitação (João, morador do Residencial Jardins do Cerrado 2).

(004) Levei os documento todo que pediu, aí pediu um bucado, é documento, pédi um vez, depois votava a pedi ota, depois torna pedi ota, aí fui levano documento, aí declaração dos meninos da escola, documento meu mesmo, xerox dos documento (...) Todos os meninu, todo mundo que morava em casa junto comigo teve que levá de todo mundo e a declaração do colégio dos menino, transferi título pra cá, foi o primeiro (Helena, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 4).

Imagem 6 - Modelo de comprovante de Solicitação de Inscrição no Programa Habitacional.

Goiânia O trabalho que você vê	Nº 30432	SMHAB SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
Comprovante de Solicitação de Inscrição no Programa de Moradia Popular "Minha Casa, Minha Vida"-Prefeitura Municipal de Goiânia.		
Nome Completo do Solicitante:.....		
Goiânia, 30 de Abril de 2009.		
Nome do Atendente na Prefeitura:..... Para informações ligue: 3524-2169 ou 3524-2157 Secretaria Municipal de Habitação		

Fonte: Ana Maria, moradora Residencial Jardins do Cerrado 4.

Após o preenchimento de formulários e entrega de documentos, os candidatos são submetidos à visita da Assistência Social para averiguação dos dados fornecidos a partir do cadastro. A objetividade dos dados se confronta à subjetividade da realidade. Percebe-se uma aparente preocupação por parte dos moradores em convencer o representante da assistência social de sua necessidade pela casa, como deixa claro o excerto (005). O excerto (006), por sua vez, coloca a descoberto, de modo explícito, que o morador e sua família viviam em uma área de risco, o que reflete, implicitamente, sua condição socioeconômica:

(005) Daí ela foi em casa pra conversar comigo, em pensei, pronto. Eu falei uai, eu to pagano aluguel mesmo, perdi muitas coisa que eu tinha, né? Ela perguntano, "quantos quarto, quanto isso, quanto aquilo? Quanto ceis paga de aluguel? Quanto que é água? Quanto que é luz? tudo, tudo, tudo! Aí eu pensei, "agora essa mulher vai falá que nós num precisa da casa". Eu falei, "eu preciso porque...", ela falô "não, é porque tem que passar por isso, pela assistente social, pelo serviço social". Daí eu "não, então tudo bem." Daí foi que ela me mandô a lista pra mim, mintira, ela mim deu, pegô lá, mim deu, eu perguntei e aí, "será que...", ela falô "não, claro ué, a senhora não tem... muita gente mentem, ah, eu num tem isso, pa ganhá chora, o povo acha que vai mentí e que não vai sê descoberto, tem gente que tem casa de aluguel", aí eu falei, "minha fia, eu tenho meus três fi e muita disposição pra corrê atrás, ante d'eu ir dessa pa ota, vô deixá... óh, isso aqui eu deixei pra vocês", falano pra ela, ela "não, pode aguardá". Aí foi que eu corri atrás de tudo, todas as documentação, xerox, umas autenticadas, otras não, tinha de ganhá acho que no máximo dois salário mínimo, mais tinha de comprová renda (Júlia, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 1).

(006) Voltei lá na Secretaria de Habitação, aí chego lá, arrumei tudo lá na Semas, [Secretaria Municipal de Assistência Social] voltei pra lá pra Habitação, lá da Habitação o rapaz falô "oh, o negócio é o seguinte, ceis tão em casa amanhã?". "Tamo". "Então amanhã o rapaz vai lá fazer uma visita pro'cês. Falei, "tudo bem." "Mais ceis tejam em casa." Falei, "não, pode fiá tranquilo, que nósis tamo em casa." Nesse dia eu nem fui trabalhar, fiquei quieto em casa, falei, "eu vou esperá". O dia passou e nada desse rapaz chegá, deu três hora, nada, deu quatro hora, nada. Falei, "ah, não vem não". A prefeitura para quatro hora, ele ia fazê o quê aqui, né? Quando foi cinco e quinze, um motoqueiro parô na porta. "É aqui que mora a Marlene, fulano de tal?". Eu falei, "é aqui." "Ela tá aí?" "O senhor é o que?" "Eu sou o esposo dela." "Eu vim cá, eu sou fiscal da Habitação [Secretaria de Habitação], eu vim cá pra filmar a casa do senhor e tudo, pra podê levá lá". Lá tinha uma galha de manga dessa grossura, [mostrando gestualmente] que ficava em cima da casa, se caísse era problema, entendeu? Ele entrou, filmô e falô, "é... de fato aqui tá complicado, a casa toda rachada, se dé um vento aqui, é um abraço." Aí ele filmou tudo certim lá e foi embora. Falei, "ah, agora é esquecer, né?" Coisa do governo visita, quando defé esquece, né? Aí quando foi no outro dia o telefone tocô, eu atendi e pedi pra falar com ela [apontando para a esposa]. Falou, "óh, a senhora tem uma reunião marcada pra senhora lá no colégio Claretiano [Colégio situado a Avenida Paranaíba, no setor central de Goiânia], amanhã uma hora da tarde". A mulher falou, tudo bem. Quando foi no outro dia, nósis saímo pra lá, nósis dois junto. (Manoel, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3)

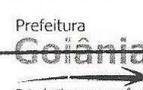
Os dados coletados refletem uma realidade subjetiva no critério de seleção do Programa Habitacional. O Projeto de Parcelamento denominado Residencial Jardins do Cerrado, etapas 1 ao 11 foram decretados em 21 de Agosto de 2009. Para o caso do morador narrado através do excerto (007), percebe-se a agilidade e articulação no processo de acesso à habitação, já que de acordo com o morador, entre o processo de visita da Assistência Social até o período de mudança para o residencial, passaram-se cerca de quatro dias. O que não podemos negligenciar é o período de luta do morador pelo acesso à habitação, conforme exposto no excerto (001). O que evidenciamos são as ambiguidades. No excerto (008), a moradora expressa as diferenças inerentes ao processo que possibilita o acesso à habitação:

(007) Eu vim embora, e nisso, no outro dia o telefone toca, entendeu? O rapaz foi lá e no outro dia o telefone toca, entendeu? Marcano essa reunião lá pra muié. Nós fomo, chegamo lá, eles chamaram quinze pessoa. Nisso, tava marcado pra uma hora, mas sabe que hora começô essa reunião? Sete hora da noite (...) Que o pessoal que ia fazê a reunião com a gente chegô era seis e quarenta. E nósis lá, sentado no sol, do lado de fora do colégio [Colégio Claretiano, situado a Avenida Paranaíba, no setor central de Goiânia], porque não deixava entrá pra dentro, num sol, tem hora que a gente caçava uma beira de muro pra esconder do sol, mais ficamo lá (...). Bom, nósis entramo pra dentro,

chamaram cinco pessoa. Falei, "ah não vai chamã, a muié vai sê uma das última a chamã. Aí chamô o nome dela, ela levantô, foi lá. Falou, "oh, infelizmente a senhora vai tê que ficá pra próxima remessa, por que não tem mais vaga". Falou assim, "tô brincando com a senhora, a senhora vai mudá amanhã, né?" Não, "a senhora vai mudar amanhã oito hora da manhã. Não, ceis vão mudar depois de amanhã. Oito horas ceis tem que tá entrano lá no Cerrado, ceis vão na parte da manhã. Oito hora vocês tem que tá entrano lá". Aí, tá bom, nós pegamo, viemo com fome, cansado, mais alegre, né? (Manoel, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3)

(008) Tive as visitas, né? Foi tê as visitas e tudo, cada dia ês vinha e perguntava uma coisa, veio acho que umas três ou quatro, acho que umas quatro visitas, que eu tive. Eu falava pro menino, eu falava "cadê essa casa, moço? Tá demorando." Isso aí nesse intervalo aí, demorô, acho que, não sei, se foi uns, foi muito rápido, acho que um ano e pouco, ês fizeram isso aqui muito rápido (...) Eu não lembro mais assim o tempo, cê entendeu? Não lembro bem o tempo que foi, mas num foi muito tempo não, acho que antes de dois anos. Aí pronto, ai já entregô, marcô pra gente mudá, e, já vim, mudei pra cá logo, né? Tinha marcado do dia, e no dia a gente já veio, já mudô pra cá, aí sim, aí mudou a vida totalmente, né? (Julieta, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 2)

Imagem 7 - Modelo de autorização de ocupação provisória de imóvel.

AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO PROVISÓRIA DE IMÓVEL		
Titular:		
Rua: Avenida Sol Nascente		
Quadra:	Lote:	Bairro: Jardim do Cerrado 04
Data para mudança: 11/05/2010 – Terça -feira		Turno: Matutino – 08 as 15 h
<p>O Município de Goiânia – GO, através da Secretaria Municipal de Habitação; autoriza o (a) beneficiário (a) qualificado anteriormente, a efetuar mudança na data e turno determinado para o imóvel acima descrito, tornando-se a partir daí, responsável pelo mesmo, quanto à guarda e conservação.</p> <p>Fica desde já, autorizada a ligação de energia (Celg 0800.62.0196) e ligação de água (Saneago 115).</p>		
<p>Leandro Wasfi Helou Secretário</p>		
<p>VÁLIDO SOMENTE PARA MUDANÇA NA DATA E HORÁRIO DETERMINADO NESTE DOCUMENTO.</p>		
 IDTECH	 SMHAB SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	 Goiânia O trabalho que você vê
 CAIXA		 BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Fonte: Ana Maria, moradora Residencial Jardins do Cerrado 4.

5.2 Primeiras impressões: o limiar²⁷ entre o que se olha e o que se vê

Após aquisição, a mudança. A "Autorização de Ocupação Provisória de Imóvel", materializa a aquisição da habitação. A Secretaria Municipal de Habitação autoriza, determina o período e estabelece as regras para mudança. A primeira das regras institui data e horário; em seguida, determina que a mudança seja realizada em caminhão baú. Regras, *a priori*, indiscutíveis. No excerto (009), o morador relata a ausência de dificuldades que envolve a organização de sua mudança. Entretanto, este processo não ocorre da mesma maneira para todos os moradores. A narrativa apresentada no excerto (010) expõe uma noção que ajuda-nos a compreender as possíveis dificuldades no processo de mudança:

(009) Já recebeu, tinha que ví mudá, tinha que mudá, tinha cinco dias pra mudá. Aí ela [a esposa] recebeu, chegô já a noitinha lá, foi no otro dia cedo, eu já fui atrás do caminhão, que eu aluguei, aluguemo o caminhão, botemo as mudança em cima, botamo os menino tudo dentro e viemo embora. O sol quente, aí eu falei, "nossa, num vai chegá mais não? Lugar longe". Na primeira veiz que eu vim "oh trem longe", eu falei, "num chega mais não". E todo mundo suando dento do carro, aí quando nós parô ali, eu abri a porta e falei, "vô descê", descí e começô a descê minino, aí os cara "ué, mais tanto menino é esse?" Falei, "não, ainda tem mais cinco lá atrás que num desceu". Aí a gente veio para cá. Aí chegemo aqui, e isso aqui tava, o mato tava dessa altura (Raul, morador do Residencial Jardins do Cerrado 2).

(010) Aí foi assim, a gente foi nessa reunião, eles deram só um comprovante pra gente, que nós teríamo que mudar pra cá no dia onze, que seria numa terça-feira, inclusive teve data e hora marcada, se a gente não mudasse eles iam cancelar. Aí, foi realmente, quando foi na terça-feira, eu tava sozinha, meu marido viajando, eu peguei minhas coisa, encaixotamo, eu, minha filha e a moça que morava comigo, nós arrumamo um caminhão e viemo. Aí quando nós chegamo aqui no Cerrado, a gente tinha que passar primeiro numa casa, que era tipo um apoio da Secretaria [Secretaria Municipal de Habitação]. Aí chegamo lá, foi que eles deram a chave da casa, aí eles deram a chave, aí nós viemo aqui, o rapaz veio junto, aí quando nós entramo aqui, pronto, eh menina, foi mais que choro (Ana Maria, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 4).

De fato, a ruptura entre o processo de aquisição e o processo de mudança não ocorre porque há quem intermedia. Não sendo de responsabilidade da Secretaria Municipal de Habitação a organização do ato da mudança, mas, apenas, a autorização para o processo de ocupação do imóvel, aquisição e mudança tornam-se processos

²⁷ A utilização da palavra limiar neste trabalho tem como fonte de inspiração o texto da socióloga Cibele Saliba Rizek (2012). "Os limiaries são zonas menos definidas que as fronteiras (...) O limiar é um entre, uma zona cinzenta que funde categorias e mistura oposições" (p. 34).

desarticulados, não apreendendo as diferentes realidades que envolvem a materialização do acesso à habitação:

(011) Acredita que num mudei no dia que era pra mudá, puque num tinha dinheiro pra pagar o carro pá chega até aqui?! No papel tava a data do dia 14 de dezembro, era pra mim chega aqui, e eu não vim, aí depois eu corri, o Roberto [Primeiro representante da Associação de Moradores dos Residenciais Jardins do Cerrado] que mora aqui foi que me ajudou lá na época, eu nem conhecia o Roberto e ele me ajudô. "Não, vamo colocá agora po dia 29, 28, porque se você não mudá dia 28, eu vô te que ir de pé, de carroça, faz qualquer jeito, cê tem que mudá, com chuva ou sem chuva". Aí quando foi, faltava dois dia antes d'eu chegá aqui, eu trabalhei, que a diária do pedreiro era cem, cem real, eu trabalhei de cinquenta, o moço lá, o dono do carro, trabalhei dois dia pa pudê pagá justamente po frete, é o valor do frete, que era cem real, pra podê chegá até aqui, foi com dificuldade. Aí, quando foi no dia 28 de dezembro eu cheguei aqui, aí a Record [Rede de televisão] ainda filmô, cheguei aqui, num tinha muro nem nada, era só a casinha só, aqui na frente tinha um mato, um metro de altura de mato (João, morador do Residencial Jardins do Cerrado 2).

(012) No dia que eu peguei a chave que eu vim sabe, né? Que aí já falô aonde era, e aí já marco também o dia, cum três dia parece, tinha que tá aqui, "cadê o dinheiro pra pagá frete du caminhão, num tinha". Aí ficô eu mais minha cunhada, essa muié lá correndo atrás desse caminhão, aí o oto vizin lá falô assim, "não, cê num tem condição não, pode arrumá o caminhão que eu pago". Disse, "pois é agora", aí ele pegô e arrumô o frete, que eu num tinha dinheiro pa pudê pagá, e principalmente foi um final de mês, não num final do mês não? Foi, quaise final de mês, aí num tinha dinheiro pra pagá, aí eu sei que o rapaz lá falô que ia pagá, e pagô, e eu vim (Helena, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 4).

O processo de mudança envolve, ainda, mais uma etapa de intermediação: a chegada no conjunto. Os relatos do dia da chegada falam da fila, da espera, da entrega da chave, do intermediário que direciona o futuro morador até a casa, da espetacularização da mídia - tudo isso são partes integrantes do processo que permite o acesso a habitação:

(13) Eu fiquei na rotatória, na última rotatória que fica perto do Varejão [referência ao lugar onde atualmente fica o supermercado Varejão], aquela última rotatória, antes de sair pra Coca-Cola [Fábrica da Coca-Cola na Go 060], aí o carro ficô ali, parado ali e aguardando amostrar o papel da ocupação pra poder me entregarem a chave (...) Era meio dia quando eu cheguei aqui na rotatória, aí quando eu vim sai de lá, devido a quantidade de gente que era grande, era uma e meia pra duas hora foi quando eu recebi minha chave (...) Aí o motoqueiro veio na frente com a chave na mão, aí "vamo"? Aí veio na frente e o carro veio atrás e nós dentro do carro, eu e ela, e a neta, e a filha, num sufoco, te vindo apertado, porque o carro não cabia, aí quando chegô bem aqui, quando eu parei aqui, eu nem sabia que a Record [Rede de

televisão] vinha, aí acompanhano veio o outro carro já com a filmagem (João, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 2).

Finalmente, a casa. E quero utilizar mesmo o substantivo "casa"! Aquele projeto arquitetônico, aquela tipologia habitacional, aquela casa padrão, ainda sem emoção, ainda sem narrativa, ainda sem cheiro, ainda sem os medos, ainda sem... Ainda sem rastros. É consenso entre os moradores entrevistados que a chegada à casa provocava o espanto. O mato parecia dificultar que se olhasse a casa, mas não impedia que fosse vista. Nos excertos (014), (015) e (016), os moradores relatam suas experiências pessoais a partir do primeiro contato com a casa. Aquele momento representava para os moradores não somente a conquista da casa, mas a realização de um sonho, o sonho da casa própria. A casa começa a se transformar na habitação:

(014) Aí a gente veio pra cá. Aí cheguemô aqui, e isso aqui tava, o mato tava dessa altura, metade da casa. Aí já começamô a amassar o mato, aí já..., e descer trem dentro, aí veio o rapaz da prefeitura com o caminhão, com caminhão daquele coisa de água [caminhão pipa], jogô dentro da casa e já lavô a casa todinha, aí nós já foi botando os trem dentro, já foi arrumano, e aí meu..., já botei meus menino para ir pegano um pedaçin de enxada e capinano, até que ajeitô tudo, passemos pra dentro, aí nós fiquemos, aí eu comecei a gostá do lugar (Helena, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 4).

(015) Ave Maria, nem acreditei. Nossa Senhora, achava bom, tinha cada cupinzão assim oh, de formiga e aquele matão. Meu Deus do céu. Os tanto de capim, igual esses lote baldio aqui, sabe [referência ao Residencial na atualidade]. Só tinha aqui no fundo aqui, ainda tinha uns lugar duro assim, que os caminhão passava, ainda tava mais limpo, mais eu vô te contá..., aí, mais eu abracei essa casa, eu ponhava os braços e abraçava, achava bom demais da conta, fiquei feliz (Julieta, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 2).

(16) Não, eu só via a casa, o mato meto a enxada e capino, tem problema não. Aí quebramos os capim pum lado e pra outro pra poder descer os trem, entendeu? (...) Então a gente chegô, inclusive esse amigo meu falou, "olha Manoel, vamos fazer o seguinte? Deixa o quintal...cê tem enxada?" Falei, "tenho". "Então vô limpá seu quintal pro cê." Ele capino o mato tudo, tirô o mato pra fora. Então, mas como meu menino tinha problema de saúde, tinha pneumonia, não, pneumonia não... bronquite asmática, e esse contrapiso solta um pozinho que é prejudicial, aí eu falei pra mulher, "vô dá um jeito de pô um piso nessa casa." Fui lá na Rede da Construção, comprei o piso e a argamassa que precisava, eles trouxeram e nós mandamos colocá. Aí, pusemos o piso, e aí fico tudo em paz. E devagarzinhos a gente foi se ajeitando, fazemos um muro aqui, outro ali, até chegá do jeito que tá. (Manoel, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3).

Imagem 8 - Casa Padrão.



Fonte: Folder recebido pelos moradores.

Nos Residenciais Jardins do Cerrado, construídos na antiga Fazenda Arrozal, transformada em área urbana, mas não em terra urbanizada, é onde a casa vai, aos poucos, assumindo o significado de habitação. Os moradores começam a imprimir os

primeiros rastros do habitar. Quando inquiridos sobre viver no Residencial, geralmente, se remetiam à questões do consumo cotidiano. Consumo de mercadorias e de serviços, públicos e privados. No excerto (017), a moradora relata sobre o acesso à escola, ao supermercado e a serviços de saúde:

(017) Não, não tinha, aí a parte de escola, ah não, todo mundo tinha que estudar longe, nossa, continuou todo mundo nas escola, aquele povo, por isso que era muita gente, por que aí meninada ia pas escolas, os que não parô de estudar sabe, ia tudo pras escolas longe. Mais aí o quê que aconteceu, aí já abriu a escola, já colocaram muitos ônibus levando criança, adolescente, né? Aí todos os horários tinha ônibus. Tinha vários ônibus (...) Aqui não tinha [posto de saúde], tinha que ir pro Vera Cruz [bairro em Goiânia], tinha que ir pra lá, pra Trindade, [município que integra a região metropolitana de Goiânia]. Mais aí já chamava, os Corpo de Bombeiro vinha. Aí, mas aquela época era tão bom que, parece que o povo nem adoecia (...) Aí oh, tinha o ônibus que vinha levá o pessoal pra fazê compras no mercado, o dono do supermercado punha o ônibus, punha o ônibus pra levar o pessoal pra fazê compra no final de semana, todo final, todo sábado tinha. Até eu mesmo já fui. Eu quais num ia, que eu ficava só e não tinha muita dispesa, os meninos trazia, e eu comprava na porta também, aí, aí a gente começô a capiná, plantar uma coisinha ou otra (Julieta, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 2).

As casas dos Residenciais Jardins do Cerrado, etapas 1, 2, 3 e 4 foram entregues aos moradores em diferentes fases de ocupação, que ocorreram entre 2009 a 2010. O Parcelamento Residencial Jardins do Cerrado 4, entregue no ano de 2010, no caso desta moradora entrevistada, em maio de 2010, ainda revela a desarticulação entre o lugar de habitação e o acesso à serviços básicos. A moradora expõe as dificuldades relacionadas ao transporte coletivo e a ausência da pavimentação:

(018) Então a gente só via um olhando po outro, aí passava o homem do pão, que a gente foi chamano, aí foi que ele veio, aí a gente comprava pão de manhã cedo, era assim, parece que a gente tava na roça. (...) Pra gente consegui as coisa aqui era muito difícil na época, quando a gente mudou, né? Tinha os home que passava aqui na porta vendendo pão, vendendo rosca, vendendo leite, aí depois passavam vendendo verdura, vendendo fruta, essas coisas assim, porque não tinha nada, não tinha comércio, não tinha farmácia, não tinha padaria, não tinha nada, se você quisesse você tinha assim..., pro outro setor assim pra compra, era muito difícil (...) A linha do ônibus não tinha aqui nessa minha rua, aqui na avenida Sol Nascente, passava só na avenida Brasil, o ônibus só ia pra lá (...) Naquela época com toda essa dificuldade, que não tinha muro, não tinha marcação, não tinha nada assim, não se ouvia falar em ladrão, não tinha esse negócio de assalto aqui no Cerrado (...) Encontrar a gente num encontrava nada, puque não tinha realmente, e o transporte também era muito difícil, já pensou a gente saí nesse sol quente daqui lá pra avenida pra pegar ônibus, num é fácil não! E também, tinha problema de chuva, a lama aqui a

gente limpava continua do jeito (Ana Maria, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 4).

Imagem 9 - Rua das Angélicas - Residencial Jardins do Cerrado 2.



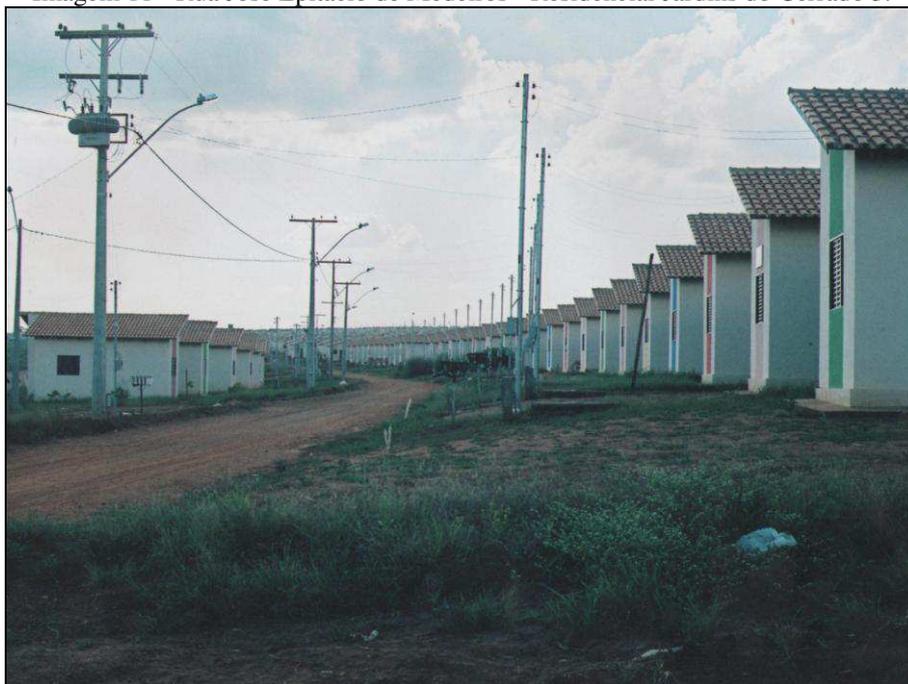
Fonte: Fonseca (2010)

Imagem 10 - Pavimentação da Rua das Angélicas - Residencial Jardins do Cerrado 2.



Fonte: Fonseca (2014).

Imagem 11 - Rua José Epitácio de Medeiros - Residencial Jardins do Cerrado 3.



Fonte: Fonseca (2012)

5.3 O Hodierno: cotidiano e contradição

Habitar é deixar rastros! (CARLOS, 2001)

O viver cotidiano é forma expressiva de representação da relações sociais no espaço, aqui, espaço pode passar a impressão de algo desconexo. Lugar seria representação menos abstrata para se chegar a essa compreensão? No lugar, as relações parecem materializar sua forma, e se não é somente no lugar que elas acontecem, é também a partir do lugar, a partir da habitação, da rua, que se ampliam as possibilidades de relações socioespaciais com os bairro e com a própria cidade. E se cidade é a metrópole, pluralizo, são cidades.

A teoria, o conceito, dimensionam aquilo que universaliza processos e formas socioespaciais, neste sentido, o lugar torna-se basilar para apreensão de práticas socioespaciais do cotidiano. Nas palavras de Souza (2013), "o lugar está para a dimensão cultural-simbólica assim como o território está para a dimensão política", ambos conceitos, não excluem possibilidades de se entrelaçarem ou de serem superpostos, nos diferentes espaço-tempo que articulam a vida cotidiana. Por ora, não objetivamos trazer ao texto a discussão sobre o conceito de lugar, mas sim, sua representatividade, sua dimensão cultural e simbólica. É no lugar de habitação e a partir

do lugar de habitação, que analisamos as práticas socioespaciais que dinamizam o viver cotidiano dos atores sociais pesquisados. Neste caso, consideramos as práticas socioespaciais relacionadas ao trabalho, saúde, mobilidade urbana, educação, segurança, comércio e serviços, e acesso a atividades culturais.

Nas palavras de Carlos (2001, p. 246) "A metrópole não se explica pelo bairro, nem o papel do indivíduo na sociedade se resume aos papéis vividos no bairro, mas é possível pensá-la a partir do bairro (em sua relação com a metrópole)". É sobre estas relações que nos debruçamos. O cotidiano tem papel importante nessa compreensão. Cotidiano que, na metrópole, não se perde em sua essência, mas se refaz e é refeito, à medida em que a produção do espaço e a reprodução das relações sociais estabelecem as trajetórias socioespaciais com a rua, o bairro, a cidade (ou cidades). É o homem ordinário, como diz De Certeau (2007), que dá o sentido as narrativas da vida cotidiana.

Ao serem inquiridos sobre o viver cotidiano, percebe-se que são expostas memórias muito recentes sobre suas vivências. De acordo com um morador entrevistado, os primeiros rastros do cotidiano são associados ao espaço de sua casa e das relações sociais atravessadas dentro dela:

(19) Acordo, vou fazer meu café, comida eu, como diz o outro, eu como pra viver, não vivo pra comer, né? Se a Suzana vim fazer comida eu almoço, se deixou pra janta, eu janto se eu quero, café eu levanto cedo e vou fazer, que ninguém faz pra mim, é eu mesmo que faço o cafezinho, então, "essa aqui é a neguinha, não falta na minha casa é essa aqui ó" [referindo-se a uma amiga que sempre o visita]. As pessoas que mais me consideram são as pessoas que vem aqui, as pessoas que não vem, por seus motivos não querem vir, né? Então, também não vou apelar com ninguém porque que não vai na minha casa, né? Então se vim na minha casa no dia que me dá vontade eu vou na casa dele, se não vim na minha casa também não faço questão de ir na casa deles (Marcelo, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3).

É a partir da objetividade da resposta dada pela moradora que se percebe a representação de sua trajetória socioespacial, geralmente, associada à casa ou, neste caso, às casas e ao bairro. O mapeamento destes rastros a partir de ferramentas tecnológicas poderia ser um mecanismo facilitador para a organização e apreensão dessas práticas socioespaciais, contudo, um pouco de esforço e acuidade, possibilita compreender que as relações que movem a vida em seu cotidiano são estabelecidas nos espaços associados à casa e aos Residenciais Jardins do Cerrado:

(20) Vivendo no Cerrado, meu dia a dia no Cerrado [Residencial Jardins do Cerrado] é o seguinte, é do trabalho pra casa, pra casa, po

serviço de novo, daí, eu cuido de três coisa, cooperativa e duas casa, né? E, ganho minha vida, né? Cooperativa, da casa dele [referência ao companheiro] e da minha casa. Então minha vida é essa, minha rotina é essa (Suzana, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 3).

A casa e o bairro projetam as possibilidades de expansão de trajetórias socioespaciais em relação à cidade, possibilidades demarcadas por articulações que têm relação com a dificuldade, facilidade ou intermédio para que este acesso aconteça. O cotidiano apresentado pelo morador revela que as travessias por diversos terminais de ônibus é a realidade que articula as práticas socioespaciais entre o morador e a cidade. Esta não é uma particularidade do *lôcus* de pesquisa, tampouco dos moradores entrevistados, já que a vida cotidiana em metrópoles é demarcada pelo espaço-tempo das longas esperas e "viagens" dentro da própria cidade (ou cidades). O morador evidencia esta perspectiva, à medida em que relata as dificuldades de mobilidade:

(21) A rotina é essa de sempre, de levantar cedo, que o meu costume desde quando nós casamo, deu levantá e ir comprá o pão, comprá o leite, fazê o café, quem faiz o café sou eu. Aí os menino aqui, [apontando para um jovem que estava em sua casa] gosta de café, aí quando ele chega do serviço, "seu João, já fez o café"? Aí eu digo, "já tem, tem feito, só quando acontece de não tê que, que num tem jeito". Aí depois eu vô po trabalho, por sinal, amanhã eu vô trabalhá lá no Guanabara [bairro de Goiânia], eu tô fazendo um serviço lá, é uma reforma e eu tô pintando um barracão, aí ieu vô tê que pegá o ônibus daqui, aí chego no Padre Pelágio, [terminal de ônibus] pego o eixo [rota do transporte coletivo], pa de lá, eu vô até a Praça A [terminal de ônibus], da praça A eu espero o moço lá, que vem me pegá pra me levá pro trabalho (...) sempre vai buscá lá, porque pra vim buscá aqui na porta e vim deixá gasta muita gasolina, sai caro. (João, morador do Residencial Jardins do Cerrado 2).

O cotidiano dessas casas tinham cheiro e gosto de café. O café era sempre a desculpa para um bom papo. "Vamo tomar um cafezinho". Era assim todos os dias. O café dava o tom às visitas. Representava a pausa, pois o cotidiano é cheio de pausas. São os cafés e as pausas que costuram o cotidiano. Durante aquele trabalho de campo, era eu mesma o cafezinho, eu mesma era a pausa: era eu a estranha a desbravar cotidianos alheios.

A rede de comércio e serviços organizada nos Residenciais Jardins do Cerrado, oferece possibilidades restritas de oportunidades de trabalho. A avenida Brasil, que atravessa os Residenciais, é onde são encontradas as principais atividades comerciais e de serviços, geralmente associadas ao ramo alimentício, farmacêutico, de construção, de distribuidoras de bebidas (e de igrejas! Todas de denominação evangélica). Por efeito

destas restrições, emerge ali uma cooperativa de reciclagem, como possibilidade e oportunidade de trabalho para alguns moradores. O que a pesquisa empírica parece evidenciar é que o trabalho realizado na cooperativa ainda não é suficiente para suprir as demandas familiares, de maneira que se percebe a partir da exposição da moradora entrevistada e do diálogo com outros cooperados, a necessidade de complementação da renda com atividade extra, geralmente associada a prestação de algum serviço:

(22) Num tem nada lá na rua pa mim mais, acabô tudo, lá na rua tinha duas faxina num dia só, não, na semana, tinha uma num apartamento aqui, no outo aqui, quinta aqui, sexta aqui, inda olhava menino pros otros ainda, lá na rua (...) Agora não, agora eu deixei, agora meu trabalho é aqui [Jardins do Cerrado 3]. E depois tenho que fazê outas coisas, né? Vai dá tudo certo, eu quero meu comercim, vai chamar Fim de Tarde, sai da cooperativa cinco hora da tarde pá fazê alguma coisa (...) Comida, uma espécie de, dum lanche. Eu vô fazê *hot dog*, caldo de mocotó, caldo de frango, caldo de feijão, cachorro quente, assim tudo assim, de tudo um pouco (Suzana, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 3).

O transporte coletivo, principal meio de locomoção dos moradores, articula as trajetórias socioespaciais na cidade. Em alguns casos, encontramos moradores que, de posse de uma motocicleta, utilizam deste veículo para realização de atividades cotidianas, mas, de maneira geral, as práticas socioespaciais em família são articuladas utilizando o transporte coletivo. A moradora entrevistada expõe algumas dificuldades de acesso ao comércio e aos serviços nos Residenciais Jardins do Cerrado:

(023) Eles tinha uma linha, é o 347, porque do 4 [Residencial Jardins do Cerrado 4] até o 7 [Residencial Jardins do Cerrado 7], nós não temo quase comércio, só tem um supermercado aqui que é o Sol Nascente, pra você saí daqui aonde eu moro pra ir pro outro setor, lá pro Jardim Cerrado 2 [Residencial Jardins do Cerrado 2] ou 3 [Residencial Jardins do Cerrado 3], ali tem comércio, tem casa lotérica, você tem que pegá otra linha de ônibus, porque tinha o 347 [linha de ônibus] que fazia um contorno todinho do setor, ele saia do 7 [Residencial Jardins do Cerrado 7], ou melhor ele vinha no 1 [Residencial Jardins do Cerrado 1], no 2 [Residencial Jardins do Cerrado 2], andava em todos eles até voltá ao terminal, agora não, agora só tem um, do 4 [Residencial Jardins do Cerrado 4] ao 7 [Residencial Jardins do Cerrado 7] e do 1 [Residencial Jardins do Cerrado 1] até o 3 [Residencial Jardins do Cerrado 3]. Quêr dizer, ficô muito difícil nesse sentido, se a gente quiser tem que ir po terminal ou então pagar ota passage (...) Se torna até mais fácil, vo te falá pá gente ir pa otro lugar... porque você pega um ônibus vai no centro e cê resolve tudo, porque pra você, pra você ir pro Cerrado 2 [Residencial Jardins do Cerrado 2], aonde tem comércio, aonde tem uma farmácia, onde tem um supermercado, cê tem que pegar dois ônibus, pega um daqui até a rotatória, da rotatória pega o oto, quer dizer que pra você

pagar outra passagem, é difícil (Ana Maria, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 4).

As práticas socioespaciais estão no cerne das contradições da vida cotidiana. O acesso à rua, ao comércio, aos serviços, o próprio ato de entrada dentro do ônibus, detalhado de maneira tão maquinal pela moradora, passa a impressão de um sistema que opera sem os conflitos e confrontos do cotidiano. Durante o período de desenvolvimento do trabalho de campo, utilizei o transporte coletivo para chegar ao *locus* de pesquisa. As observações revelavam uma realidade associada à superlotação, longas esperas e insegurança. Os conflitos entre o que se vê, e as narrativas de quem vive o processo, parecem produzir controversas: os problemas existem, mas acostuma-se a esta condição. A afirmativa da moradora revela que as trajetórias relacionadas às atividades de trabalho, como ir ao banco ou para articulações comerciais, são realizadas utilizando-se o ônibus, e que este serviço atende suas necessidades. Entretanto, para os finais de semana, período geralmente destinado ao descanso, passeios e relações familiares, de lazer e diversão, os horários do transporte coletivo são reduzidos, dificultando e/ou interrompendo articulações sociais em outros bairros da cidade:

(024) Só pra ir pra rua, pra ir pra banco, pra casa da minhas filhas, na casa das minha sobrinha, andar na rua, que eu tem que arrumar na rua as coisas, só mesmo arrumá as coisas, né? Intão ieu pego o ôinbus (...) Aqui, o ôinbus chegô, cê entra pra dento, mostra sua carteirinha, tem que mostrá a sua cara lá po motorista, p'le liberar a sua catraca, sua entrada. Entrô, sentei e vamo na viagem, tranquilo. Vou po Vera Cruz [terminal de ônibus] aí lá eu desço, lá pego o eixão [rota do transporte coletivo], vou pra lá ondê que tem que fazê as coisas, né? Que é ir lá pro centro, Banco Itaú, né? É isso aí. Pra ir pra Goiás [Centro de Reciclagem em Goiânia] levá a caçamba, pra pegar cheque na Goiás recicrage, [Centro de Reciclagem em Goiânia], daí eu dependo dos buzum [ônibus] mesmo, sabe? Faço essa vira volta tudo no ôinbus (...) Tem muita diferença, purque no fim de semana ele demora mais, é que eu acho errado acontecê isso, porque no fim de semana o povo tem que sair, tem que passear, então es acha que não, tira os ôinbus e fica mais pouco. Mas no meio da semana não, é normal, né? Então, nada a reclamar dos ôinbus não (Suzana, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 3).

A exposição da moradora coloca em evidência o espaço metropolitano, à medida em que percebe em sua trajetória cotidiana as articulações com as cidades da região metropolitana de Goiânia. De maneira geral, os entrevistados associaram suas práticas socioespaciais ao espaço metropolitano. Para além do trabalho, como menciona a moradora entrevistada, o acesso ao sistema de saúde e serviços bancários aparece

como principal atividade realizada pelos moradores no espaço metropolitano, principalmente o município de Trindade (em função da proximidade).

A precariedade e inoperância (planejada) que dificulta e interrompe articulações da vida cotidiana incita o afrontamento e o conflito. É quando o embate manifesta-se como estratégia de rearticulação de acesso e de reprodução das relações sociais inerentes à vida. A moradora, ao utilizar-se de uma metáfora, desvela, no âmago do cotidiano, as dificuldades em articular relações sociais a partir dos Residenciais Jardins do Cerrado:

(025) A questão assim do transporte, nosso transporte, como se diz em outras palavras, cruel, o pessoal todo mundo, muitas pessoas, trabalhador, pai de família, pá pegá o ônibus de madrugada sai daqui até pos interiores mesmo, intão tinha que pegá aqui pa tê acesso ao Pedre Pelágio [terminal de ônibus] ou Vera Cruz, [terminal de ônibus] mais a maioria po Padre Pelágio [terminal de ônibus] não tinha, tinha de isperá ônibus lotado, aquela bagunça, nós sofremo muito. E televisão, chamando a mídia, e povo daqui de Goiânia, eles vinham, os jornais fazia reportagem, entrevista, e com muita dificuldade mesmo, e também o povo fazia barreira, uma vez es cataram foi pneu, tacaram gasolina e fogo, num ia num voltava, quer dizer, "as veze pá ajudá atrapaia", mais se num fosse isso es num acordava (...) Então a questão é precária, tipo no tempo da caverna, hoje mudô muito, tá bem melhor, hoje tem os ônibus que vai até aqui o terminal Vera Cruz, tem que vai do Vera Cruz, já vai pro Padre Pelágio, lá do Padre Pelágio, você vai pa qualquer lugar, aqui p'os interiores. Então quer dizer, já melhorô muito, falta ainda, tem ainda a desejá? Tem! Pur quê? Porque a partir do momento que vai crescendo a população, também tem que acompanhar, cê tá intendo? É tipo, um vai de elevador e o otro vai de escada! A população tá ino de escada, agora o que a gente ta pricisando é o elevador, então quer dizer, um não acompanho o otro, intão o ruim é isso, aumentô dimais (Júlia, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 1).

Imagem 12 - Ponto de Ônibus... Aqui se espera! Avenida Brasil - Jardins do Cerrado.



Fonte: A autora.

Imagem 13 - Linha 334: em direção ao Residencial Jardins do Cerrado 7. Atravessando a Avenida Sol Nascente no Residencial Jardins do Cerrado 4.



Fonte: A autora.

De maneira geral, é consenso entre os moradores entrevistados que o acesso à comércios e serviços atendem as necessidades básicas do cotidiano. A Avenida Brasil, ao longo do tempo, centraliza as atividades comerciais e de serviços nos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4. Percebe-se na enunciação da moradora no excerto (026)

e, de maneira geral, na exposição dos entrevistados, que supermercado e farmácia são os dois tipos de comércios mais utilizados por moradores. Este fato parece estar associado à questão de que nestes comércios são encontrados mais de um tipo de serviço. No supermercado é também onde se encontra o açougue, ou é lugar onde se pagam os boletos diários; a farmácia possibilita a compra do remédio, que não pôde ser conseguido no posto de saúde, mas é também onde se localiza o único Caixa Bancário 24 horas dos Residenciais, por exemplo:

(026) Aí foi acontecendo, né? Foram construindo ali na avenida, foram arrumando, fazeno supermercado, lá pra baixo [Avenida Brasil] é tudo cômodo de comércio, né? Foi arrumando, primeiro veio, veio o Rio Jordão [supermercado], não, lá em cima, primeiro veio aquele lá de cima, aí o povo saía tudo da redondeza aqui e ia pá lá, compra lá, aí depois veio o Rio Jordão [supermercado], o povo já deixou mais o Rio Jordão [supermercado], aí já tem o São Carlos [supermercado], tem os lá em baixo da avenida, aqui ta precisando aqui é d'uma lotérica [Casa Lotérica], assim, uma lotérica [Casa Lotérica] aqui pa nós, que aquilo ali do, do Rio Jordão [supermercado], aquilo ali num é lotérica, num sei nem o que é aquilo lá (...) Nós queria assim uma lotérica separada, só lotérica mesmo, qui a gente queria pra cá, né? Mais aí o que que acontece, eis tem que, que comprar o lote e construir, né? Farmácia também tem aquela lá em cima lá, pra cá pra baixo tem três, né? Contando, tem três farmácia na avenida, né? Já tá bom. Igual aqui num tinha gás, aqui num tinha nada. Aqui tem di tudo, agora bem dizer quase completo o Cerrado (Suzana, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 3).

Em meio à vida cotidiana, a procura por itens de necessidade básica vai desenhando as trajetórias espaciais e realidades sociais dos moradores dentro do próprio bairro. O acesso aos diversos supermercados indicam o espaço do consumo, do movimento e das práticas socioespaciais, mas também revela a procura por melhores ofertas:

(027) Eu sei o valor do meu dinheiro. Porque se eu vô aqui, o feijão aqui é quatro e cinquenta, eu saio aqui e vou lá na avenida [Avenida Brasil, Residenciais Jardins do Cerrado] e compro ele por três e oitenta... Nós foi aqui ontem, era três e noventa e nove, quatro e vinte e cinco, quatro e noventa e nove, olhei o arroz, quinze reais, quatorze e cinquenta, treze e cinquenta. Falei pra muié, "vamo descê lá no otro". Nós desceu lá em baixo, o arroz onze e cinquenta, "já tá em conta", fui olhar o feijão, achei o feijão até de dois e quarenta lá, que aqui era cinco reais (Manoel, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3).

Quando as demandas básicas, não podem ser supridas na escala do bairro, torna-se necessário expandir as ações do cotidiano para a cidade, (ou cidades), em sua

forma de região metropolitana. As necessidades básicas vão sendo produzidas no dia-a-dia. A maneira como essas necessidades serão sanadas pode gerar conflitos de interesses. No excerto (026), podemos perceber que para a moradora a construção de uma Casa Lotérica separada da atividade do supermercado tornaria os Residenciais Jardins do Cerrado quase completo, no que se refere a oferta de comércios e serviços. Essa completude se esbarra na demanda deste morador entrevistado, à medida em que nem a Casa Lotérica, tampouco o Caixa Bancário 24 horas podem suprir sua necessidade. A vida cotidiana vai sendo associada, por parte dos moradores, às necessidades de consumo, ofertadas por comércios e serviços. O morador relata que seu acesso à serviços fora dos Residenciais Jardins do Cerrado, geralmente, se limita a espera por uma "carona":

(028) Cê quer vê uma coisa, de banco aqui não tem mesmo, né? Se precisar de dinheiro, aqui tem o caixa eletrônico ali, né? Mais eu pra te falar, pouco tempo atrás meu benefício sacava no caixa eletrônico aí do banco Itaú, proibiram, eles mesmo, "não o senhor não pode mais, tem que tirar no caixa, diretamente no caixa" (...) Vou em Trindade [cidade que pertence a região metropolitana de Goiânia], vou no centro, aonde a pessoa achar melhor, que vai me dar carona e que me levar, qualquer lugar tem banco Itaú (Marcelo, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3).

Imagem 14 - Avenida comercial: a feira - Jardins do Cerrado.



Fonte: Ailton Nicolau da Fonseca (2014).

Imagem 15 - Cotidiano - Jardins do Cerrado 3.



Fonte: A autora.

A segurança é para os moradores da área pesquisada um dos problemas mais delicados e preocupantes. De maneira geral, os problemas mencionados são relacionados ao tráfico e consumo de drogas ilícitas, ocorrências de furtos e roubos em ruas, dentro das habitações e assassinatos, gerados a partir de conflitos entre traficantes que objetivam a demarcar territórios do tráfico e a partir de embates entre traficantes e forças policiais. Caminhando pelos Jardins do Cerrado é possível perceber vestígios de violência: ali, em meio a rua, está o carro incendiado; em seguida, horas após percorrer os residenciais para realização dos últimos registros fotográficos para a pesquisa, ouço, que por engano, um adolescente havia sido assassinado, (em uma das ruas onde havia feito fotografias). Então, percebo que não poder caminhar com tranquilidade naqueles residenciais mostra que a violência parece ter se tornado não uma parte, mas o próprio cotidiano dos moradores. As violências seriam tão banais quanto comparar preços entre produtos nos supermercados e/ou quitar boletos na Casa Lotérica.

Os moradores abordam a temática da segurança a partir de algumas perspectivas. A primeira diz respeito ao discurso sobre a insegurança, que parece ser reforçado por relatos que compõem o cotidiano: nas conversas corriqueiras nas esperas do ponto de ônibus, nos encontros com os vizinhos, nas notícias veiculadas na mídia. Existe um discurso sobre a insegurança sendo reproduzido com significativa

naturalidade, próximo da banalização. Conta-se sobre crimes, furtos e roubos, não sem o temor ou indignação que lhes são próprios, mas com uma aparente sujeição:

(029) Era uma cidade, era um bairro dorme-dorme, o pessoal saia pra trabalhar e voltava pra poder dormir. Hoje, na realidade a metade do bairro vive refém dentro das suas casas, por que se você sair pra trabalhar quando você volta as suas coisas não tão lá. Então a falta de segurança, tirou muitos do emprego e deixou muita gente passando dificuldade por causa disso. (César, representante da Associação Habitacional)

A formas de violências, de início, observadas entre as grades e frestas, estabelecem os limites entre a casa e a rua, entre o eu e outro. O depois, assinala a invasão da violência, que ultrapassa o limites dos muros e o limiar das ruas, invade a casa. No excerto (030) podemos observar que o morador expressa a ação do furto como uma prática comum à vida cotidiana, como se na esfera da casa ou da rua se convivesse com a violência. O excerto (031) expressa a relação de familiaridade dos moradores com as práticas dessa violência:

(030) Josy: Sempre alguém te conta então?

Manoel: É, "eu fui assaltado no ponto de ônibus, e coisa e tal ou tava andando na rua, na esquina..." já vi assalto aqui nessa esquina aqui.

Josy: O senhor já chegou a ver?

Manoel: É, daqui do portão, daqui a gente oiano pela grade a gente via na rua ali, inclusive foi o vizinho de frente aqui que foi assaltado e tomaram o celular dele e só, mas com a gente graças a Deus não (Manoel, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3).

(031) Aí es pula aqui e fica assim, uma perna de lá e outra de cá, oiando pra dentro e oiando pra fora. Um dia dei de cara cá poliça, já tava procurando es, mais só que es num tava aqui dentro não, es tinha fugido, acho que ela veio pra cá e ele já tinha fugido. Puque es pula mais lá, do lado de lá, mais ele pula aqui na frente também, mas aqui na frente e muito difícil, pula mais é naquele corredô ali [apontando para o fundo da casa] (...) A matança tomém quetô mais, num ouvi dizer que açogô ninguém aqui, aí agora ficô assim, né? Tá assim mei parado, diário a gente ainda escuta tiro, escuta tiro aqui, escuta aculá (Helena, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 4).

O morador relata com uma naturalidade inquietante as cenas da violência vividas no cotidiano. Podemos perceber que a violência, antes implícita no discurso, se materializa. Insegurança que parecia distante, agora se avizinha. A violência não se limita à vizinhança, vem de lugares desconhecidos, e são manifestadas a partir da exposição do morador, por diferentes motivações:

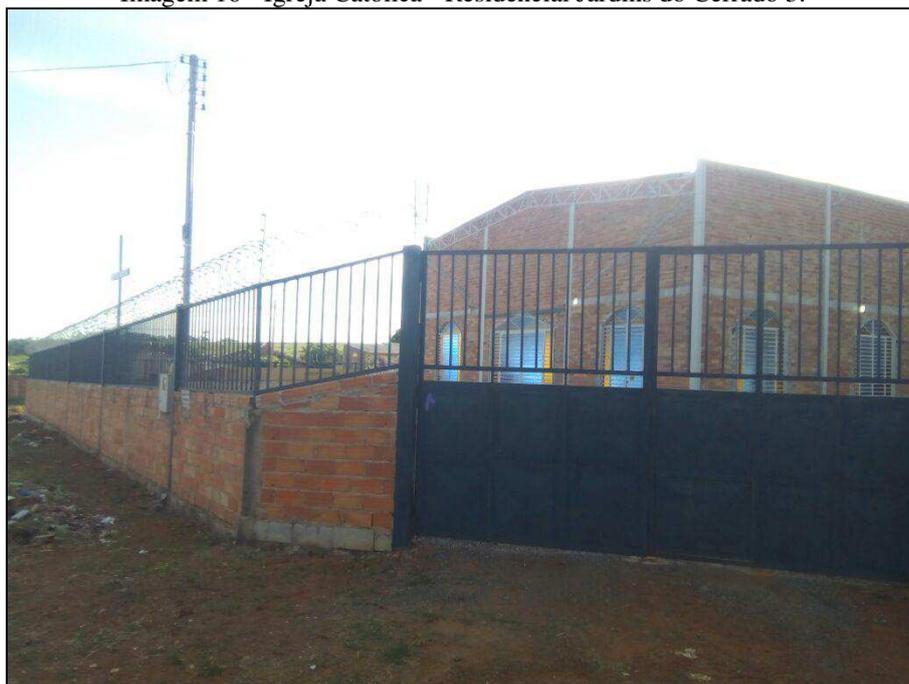
(032) Eu já, aqui a gente vê isso aqui é, não é novidade. Aqui, suponhamos, o vizinho desse aqui ó, esse não tá aqui morando aqui,

os outros saíram e voltaram, [apontando para aos vizinhos em frente a sua casa] polícia veio buscou todo mundo, tipo dum assalto, quer dizer, um discute com o outro ali arranca um revolver, uma arma atira, né? Quer dizer, arriscando o outro atirar de lá e me acertar aqui, né? Então, isso aqui não é novidade, a gente vê isso aí (...) Faz muito tempo aqui uma moça, recebeu três facadas aí na estrada de noite, usava droga, pedra, daí, esfaqueada mesmo ela caiu na minha janela ali, meia noite, diz assim "o senhor me acode que eu tô morrendo", aí eu levantei, fui ali peguei ela, trouxe pra dentro, três buracos nas costas com a facada, mas não vi quem foi, num me interessei, tinha que fazer minha parte, né? Socorrer ela, aí trouxe ela aqui, pus os trabisseiro nas costas pra vedar o sangue, ela deitar em cima do mais macio, daí chamei a polícia, a Rotan, chamei o Corpo de Bombeiro, chamei uma ambulância também, levaram ela pro hospital. (Marcelo, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3).

As formas de violência, sejam no discurso e/ou a partir da sua vivência cotidiana, estabelecem normas de convivência e práticas socioespaciais. O rompimento e/ou as dificuldades encontradas para o estabelecimento das relações do dia-a-dia, das articulações que movem a vida dentro da casa, do bairro e da cidade, parecem ter sua razão de ser na insegurança, provocando a necessidade de reorganização dos rastros produzidos no cotidiano:

(033) Eu vino de lá da igreja, eu não ento em outra rua a não ser pela avenida [Avenida Brasil]. Se for pa mim passar em ota rua que num seja a avenida, a noite, eu num passo. (Manoel, morador do Residencial Jardins do Cerrado 2).

Imagem 16 - Igreja Católica - Residencial Jardins do Cerrado 3.



Fonte: A autora

Imagem 17 - Muro da Escola Municipal - Residencial Jardins do Cerrado 4.



Fonte: A autora.

Quando o assunto é saúde, a insatisfação é consenso. O único Posto de Saúde de Família (PSF), localizado no Residencial Jardins do Cerrado 4, oferece os atendimentos primários de saúde aos moradores dos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4. As expressões ("péssima", "precária", "triste", "horrrível") são recorrentes quando serviço de saúde é colocado em pauta. Podemos observar que a insatisfação referente ao serviço de saúde pode ser justificada por diferentes problemas. O morador entrevistado relata ineficiência no processo de agendamento para consultas e atendimento exclusivo a um único morador por habitação, o que provocaria rupturas em seu acesso ao serviço de saúde. O espaço metropolitano vai se constituindo a partir de conflitos, de ambiguidades, de desarticulações, e a privação ao sistema de saúde desloca os moradores para outras áreas e outras cidades em busca do atendimento básico. A reprodução das relações que movem a vida urbana, o acesso aos serviços públicos e privados e as práticas socioespaciais vão sendo organizadas a partir de novos contornos:

(034) Esses dias eu fui lá pa fazê ficha, porque tava minhas duas meninas que tava precisando e a mulher, aí ela "não, não, só faço pra uma", falei aí não, pra mim nem serve então não, já que eu vô tê que levá duas po otro setô [Setor Maysa, cidade de Trindade-Go] eu já levo todo mundo, aí a gente saiu daqui e vamô ali atrás da Coca-Cola [Fábrica da Coca-Cola na GO 060] (...) Se tiver duas pessoas doente, "não, cê num doece agora não, vô adoecê primeiro depois cê adoece," porque aí num tem como. Ou então cê tem que ir lá, se for quato da família que precisar de um médico tem que ir as quato segunda-feira

do mês para podê marcá, cada dia marca pra um (...) Enfermeira sempre tem, agora médico tem veiz que não tem, tem veze que não tem médico, entendeu? Você vai lá num tem nada, num tem médico, aí igual esse negócio de vacina pra criança também lá, tem veze que cê vai lá e num tem, cê tem que ir noto setô pra fazê, purque num tem atendimento, num tem (Raul, morador do Residencial Jardins do Cerrado 2).

Ao ser inquirida sobre a saúde, a resposta enfática expõe a tessitura do problema social. De maneira sistemática, a moradora narra as dificuldades e rupturas de acesso a saúde. As segundas-feiras são reservadas ao agendamento de consultas. Durante a semana os atendimentos são realizados em sistema de rodízio. Nesse sistema, os profissionais de saúde realizam os atendimentos direcionados aos moradores específicos para os diferentes residenciais (Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4), de acordo com dia e hora marcada. As palavras da moradora revelam que, na ausência de atendimento para o dia da semana agendado, será necessário retornar ao posto de saúde na próxima segunda-feira para que a consulta seja remarcada, até que seja possível sua realização. A privação desse acesso ao serviço de saúde pode acontecer caso os moradores, incorrendo no risco da ausência de atendimento no PSF, procurem outras unidades de saúde e, ainda assim, tenham esse atendimento negado sob justificativa de que reside em outro bairro da cidade. A ausência de atendimento médico e a precariedade dos equipamentos que impossibilitam a realização de exames reorganizam as práticas socioespaciais do cotidiano dos moradores, que percorrem a cidade em busca do atendimento básico ou se sujeitam à espera "divina" para sanar problemas produzidos por homens:

(035) A saúde daqui, eu acho péssima! Porque, dizem que tem aquele é, tem um programa, que é aquela saúde do povo [A saúde da família], é uma coisa assim, que vem aquelas moça visita a gente. Eu não vejo tanta vantagem, pelo menos pra mim, delas virem na minha casa me visitá, porquê? O que adianta cê ela fica sabendo, elas num marca uma consulta, elas num trazem o meu remédio, não renova a minha receita, eu achava que essas pessoas que fazem essas visita elas diviam beneficiar a gente, olha, eu sou hipertensa, tenho poblema de diabete, eu já tenho um controle lá, eu tenho uma ficha lá, então ela já tem que vim ciente disso que eu tenho esse poblema. Qual seria a obrigação delas, porque são várias, é uma equipe, elas tinham que vim, "olha senhora a sua receita vai vencê, ou tá vencida, a senhora quer que eu lhe ajude a renová?" Não, pra fazer isso eu tenho que ir lá saber quando que o médico vai fazê receita, que ele só vem uma vez, só faz uma vez por semana, o médico, eu tenho que deixar lá pra podê pegar, quer dizer que pra mim elas não tem benefício nesse sentido (...) Aí cumo eu tô te falando, pra gente pega a receita, pra quem já tem o cadastro lá, você tem que deixar a receita pro médico fazer uma vez

por semana, quer dizer que se teu remédio terminar hoje tú não pode chegar lá, nem que você fique a manhã toda, que não faz. Eles só faz dia de terça-feira, quando tem médico, porque quando não tem médico a gente tem que se virar pra fazer a receita, pra pega remédio do governo. Aí no caso, como eu tenho um tratamento que eu faço no Hospital das Clínicas, quando eu não pego a receita aqui eu vô lá po Hospital das Clínicas, pa Liga de Hipertensão, lá sim, a hora que eu chego, pelo meno pela parte da manhã, eles me dão a receita, eu só bem atendida lá, a quase vinte ano que eu tô lá (...) Pra você ter uma ideia, em relação a prevenção, por exemplo, tem o preventivo, que todas mulheres têm que fazer, eu tô a seis anos sem fazer, porquê? Toda vez que eu chego lá tem um dia certo pra marcá, eu vô lá, seis horas da manhã, sete horas, quando eu chego nunca tem vaga. Quando tem vaga, não tem, o aparelho tá com problema, não tá esterilizado, não tem medicação, não tem nada pra fazer (...) Eu mermo tô com várias receitas pra pegar chequinho [vale-exame], incaminhamento de exame, seu eu quiser eu tenho que ir po Vera Cruz, dependendo do Vera Cruz [PSF] nem todo [Vale-exame] a gente pega, porque quando a gente fala que é do Cerrado, "a tem que ir pra outro lugar". Tem muita discriminação com o Cerrado, muita! Agora aqui devido a segurança, que não tinha guarda, o postinho parece que foi roubado, assaltado lá, levarô o computadô, aí que não tinha chequinho [vale-exame] mermo (...) É muito delicada a situação daqui, muito! Agora a gente não tem nem como ir pra outro lugar porque aqui eles não aceitam a gente ir pra otro lugar fazê consulta, você tem que se asujeita fica esperando por Deus (Ana Maria, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 4).

De maneira geral, as narrativas apresentadas colocam a descoberto as dificuldades de acesso ao serviço de saúde nos Residenciais Jardins do Cerrado. A insegurança, como evidencia o morador, agrava o problema. O furto de equipamentos no PSF dificulta o atendimento por parte dos profissionais da saúde e suspende a emissão de encaminhamentos para outras unidades de saúde:

(036) Não, tem que ir lá no centro, o posto aqui não estava funcionando, né? Que roubaram os computadores de chequinho, ladrão, rouba tudo, roubaram o posto já por duas vezes seguido (...) O prefeito não ta dando conta de trazer aí, quer dizer traiz as coisas cara, que um computador pra tirar chequinho [vale-exame] não é barato, e não é só isso aí, de filtro pra cima, de bujão de gás, de tudo eles leva, quer dizer, porque que num deixa um guarda municipal cuidando? De primeiro tinha, "mais não compensa?" Então, daí o povo que fica sem as coisas, né? Então quem quer um chequinho [vale-exame] tem que ir lá na rua, correr atrás de um chequinho (Marcelo, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3).

Imagem 18 - Centro de Saúde da Família - Jardim do Cerrado IV.



Fonte: A autora.

O Diário Oficial do município de Goiânia²⁸ apresenta a discriminação das áreas públicas destinadas à construção de equipamentos públicos nos residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4, recorte desta pesquisa. De fato, o que encontramos? Pouco. Para a educação, a Escola Municipal Joaquim Câmara Filho, no Residencial Jardins do Cerrado 4; a Escola Municipal Dom Tomas Balduino (antiga Escola Municipal Jardins do Cerrado 1), no Residencial Jardins do Cerrado 1; e, em funcionamento, o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), no Residencial Jardins do Cerrado 1. A partir de respostas muito objetivas, os moradores entrevistados evidenciaram que o acesso à educação infantil e educação fundamental I e II podem ser realizados nos próprios residenciais. Quando o acesso à educação faz referência ao Ensino Médio, as dificuldades e rupturas são desveladas. Não há escolas estaduais. A escola estadual, que representa o acesso ao Ensino Médio, emerge como necessidade de primeira ordem. Podemos perceber a presença-ausência e a desarticulação entre as gestões municipal e estadual para suprir a demanda educacional:

(037) Aqui precisa muito de uma escola Estadual, né? Por que não tem nenhuma, e precisa de mais escola, tem uma... aqui o povo estuda muito fora e agora a prefeitura não oferece mais ônibus, agora cabô (Julieta, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 2).

²⁸ Decreto nº 3291, de 21 de Agosto de 2009; Decreto nº 3292, de 21 de Agosto de 2009; Decreto nº 3293, de 21 de Agosto de 2009; Decreto nº 3294, de 21 de Agosto de 2009.

De maneira geral, os entrevistados relataram que após a conclusão do Ensino Fundamental, para a continuidade dos estudos faz-se necessária a busca por escolas em outros setores da cidade. O acesso à educação direcionada ao Ensino Médio esteve no cerne das dificuldades encontradas por moradores desde o início. Os excertos (017) e (037) evidenciam que ao longo do tempo (2009-2017) a demanda dos moradores por uma Escola Estadual continua sem resposta. O conflito de interesses desvela o problema social. A ausência da escola Estadual nos Residenciais Jardins Cerrado pode impossibilitar o acesso e a continuidade dos estudos. As motivações para isso são diversas, mas a consequência é a mesma: a ruptura de acesso:

(038) Josy: Ele estuda?

Manoel: Ele vai voltá a estudar agora esse ano que vem.

Josy: Vai estudar aqui mesmo?

Manoel: Aqui mesmo, aqui que eu digo, aqui na região, né? Por que ele vai estudar no Vera Cruz [Setor de Goiânia], porque aqui não tem escola mais pra ele.

Josy: Ele chegou a estudar lá no Vera Cruz?

Manoel: Estudou.

Josy: Aí parou?

Manoel: Parou por que eu tava fora, então não tinha como ele ir a tarde pra lá pra vim a noite sozinho, então ele parou de estudar. Mais agora que eu voltei pra casa, ele vai voltá a estudá (Manoel, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3).

Imagem 19 - Centro Municipal de Educação Infantil Jardins do Cerrado I - Residencial Jardins do Cerrado 1.



Fonte: A autora.

Imagem 20 - Escola Municipal Joaquim Câmara Filho - Residencial Jardins do Cerrado 4.



Fonte: A autora.

Imagem 21 - Escola Municipal Dom Tomas Balduino (antiga Escola Municipal Jardins do Cerrado 1) Residencial Jardins do Cerrado 1



Fonte: A autora.

Perguntados, a partir de suas primeiras impressões, sobre questões relacionadas à seu cotidiano, os moradores não mencionaram nada acerca das atividades culturais nos Residenciais Jardins do Cerrado e articulações destas práticas na cidade. As trajetórias socioespaciais, geralmente, eram associados ao trabalho, ao acesso à serviços de saúde e

comércio. Agora, a questão foi indagada de maneira direta aos entrevistados. Novamente, a objetividade permeia as respostas. "Dormir", "televisão", e "igreja", são as principais atividades culturais do cotidiano. Comum é caminhar pelo Jardins do Cerrado e se deparar com suntuosas igrejas evangélicas concentradas na Avenida Brasil (avenida comercial), "igrejas-puxadinhos" dissipadas pelos residenciais, e centralizadas no Residencial Jardins do Cerrado 3, uma igreja Católica e um Centro Espírita. De maneira geral, a atividade cultural religiosa, assim com evidencia o morador no excerto (039), emerge como prática constante na vida cotidiana dos moradores. No excerto (040), o morador relata outra prática habitual, que são atividades culturais realizadas no espaço privado da habitação:

(039) É que eu sempre fiz parte assim de comunidade, suponhamos se tem uma reza da igreja católica que é o que pode acontecer aqui, nas casas, eu já fui lá algumas vezes, né? Então meu filho ficava em casa deitadinho, num ia, né? Ficava dormindo e eu ia pra reza, depois tava de volta, né? Então, eu sempre, eu participei de comunidade religiosa, né? Então, tiver que falar em Deus até que eu falo, né? Mais falar mal do próximo não (Marcelo, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3).

(040) Televisão, um som, é isso que a gente faz (...) Pra minha felicidade, aqui dentro de casa tem, eu num preciso de mais nada, entendeu? Se eu preciso, se eu quero comê um churrasco, eu vô no açogue ali, compro a carne, nós assa aqui e come, meu filho mesmo, as veiz eu falo "vô fazê um churrasco sábado, vamô fazê?" "Vamo" (Manoel, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3).

O espaço da escola emerge como possibilidade para o desenvolvimento de atividades culturais. No excerto (041), a moradora relata que as práticas esportivas e festas comemorativas são abertas aos moradores, entretanto, o que parece evidente é que são atividades direcionadas aos moradores que possuem vínculo com as atividades escolares. Quando as atividades são associadas à espaços privados, para além de reduzidas as possibilidades, os horários de funcionamento também são restritos. No excerto (042), o morador parece, através de esforço, projetar articulações e relações sociais na cidade. O passeio ao Horto [Lago das Rosas e Jardim Zoológico] emerge como alternativa, contudo, é no banho na represa e na ida à pizzaria que as possibilidades são materializadas:

(041) É, só nas escolas por que não tem local, né? Por enquanto é só nas escolas. Ah, nos campinhos tem futebol, tem esses pessoal que

joga. Mas é só dentro das escolas, tem karatê, tem judô, tem futebol (...) eles exige, o pessoal do projeto [dentro da escola] exige que a criança teja estudando, o adolescente, exige nota, é bem organizado, nesse ponto aí eles é organizado (...) As festas que tem aqui é, é só festas comemorativas, mesmo, é aberta, faiz quadrilha na rua, faiz festas nas escolas também, de quadrilha, festa da família, festas de natal, dia das crianças, coisas, festinha, coisa de criança mesmo (...) Se você quiser passear aqui tem assim, sorveteria, é, um *pit dog*, tem uma pastelaria, e tem a padaria, que cê pode ir tomá um lanche durante o dia. A noite só no *pit dog*, a pastelaria e a sorveteria, que também fecha muito cedo. Não tem nada a noite, a não ser isso. A não ser, aqui, nesse setor aqui, a não ser esses barzinho de ponto de rua aí e a pastelaria ali, num tem mais nada (Julieta, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 2).

(042) Aqui, aqui é meio complicado, aqui pra gente í, assim, uns tempos atrás eu peguei meus minino aqui, nós foi lá pra, po Horto [Lago das Rosas e Jardim Zoológico, localizado no setor Oeste] ali, no Zoológico, nós fomo pra lá, a gente saiu daqui e fomo pra lá, mais aí dá um trabalho, que a gente tem que pegá ônibus e tal, e minino cê sabe como que é, minino pa andá de ônibus dá trabalho (...) A gente vai uma vez no mês, passa, tem veiz que passa dois mês sem ir, aí tem veiz que a gente tá aqui e qué ficar mais, um pouquinho mais a vontade, ficar debaixo de uma sombra, a gente vai pra'li, tem uma represa [Área de Preservação Permanente] ali, a gente vai pra lá, aí os minino toma banho e eu também pulo dento da represa, passa umas duas horas lá e vem embora (...) Aqui dento mesmo, pra saí assim, a gente sai pra ir ali em cima, tem uma pizzaria lá, a gente ia lá, ficava lá, lá tem umas motinha, a minha menina ficava andando pra lá e pra cá, brincava lá no espacinho lá. Mais eu, rapidinho a gente vinha embora, que a gente nunca fica assim, muito tempo na rua assim, porque além de tudo é meio perigoso cê ficá até tarde na rua. Aqui é diversão mesmo é quando vai pra lá. Tem um menino meu aqui que quando ele qué, ele anda de skate, ele vai pra pista, tem uma pista lá perto do Padre Pelágio [terminal de ônibus], ele vai pra lá, aí ele, "não, pai deixa eu í", aí eu, "pode í", ele pega e vai, sempre eu deixo ele í, deixo ele um pouquinho mais à vontade, que eu sei com quem ele anda, são os minino, tudo tem responsabilidade, então eu deixo ele í, mais também vai e tem a hora de voltá, tal hora tem que tem que tá em casa (Raul, morador do Residencial Jardins do Cerrado 2).

Existe, por parte de alguns moradores, o esforço em associar vida cotidiana e atividades culturais. Não buscamos ignorar ou deslegitimar as atividades culturais narradas por moradores. Ao contrário, intentamos desvelar as dificuldades para esse acesso e, em casos mais extremos, suas rupturas. O que se percebe, no entanto, e

também pode ser observado a partir da narrativa do excerto (042), é a necessidade de deslocamento para outras áreas da cidade como possibilidades e opções de acesso à atividades culturais. A resistência existe, é estratégia simbólica da vida cotidiana. O conflito acontece à medida em que o acesso emerge como possibilidades para alguns e se revela como rupturas para outros. A ausência de áreas públicas como praças, parques e centros esportivos nos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4 dificulta o acesso ao espaço da "Festa", como expressa Lefebvre (1969). O diálogo joga luz sobre a questão:

(043) Josy: Seus netos, seus filhos, eles desenvolvem alguma atividade de lazer ou esporte aqui no Residencial?

João: Não, num tem, o prefeito até se prontificou, se ganhasse ele ia fazê uma praça de esporte, otas coisas aqui que num tem de lazer, num tem, aqui no Cerrado num tem, no 7 [Residencial Jardins do Cerrado 7] tem, lá tem lazer, mais aqui num tem.

Josy: Mas eles costumam ir lá pra fazer alguma atividade?

João: Não, não, nunca foram.

Josy: Já que aqui não tem, eles costumam ir a outros bairros?

João: Não, num vão não. (João, morador do Residencial Jardins do Cerrado 2).

Imagem 22 - A obra: Praça de Esporte e Cultura... Residencial Jardins do Cerrado 1.



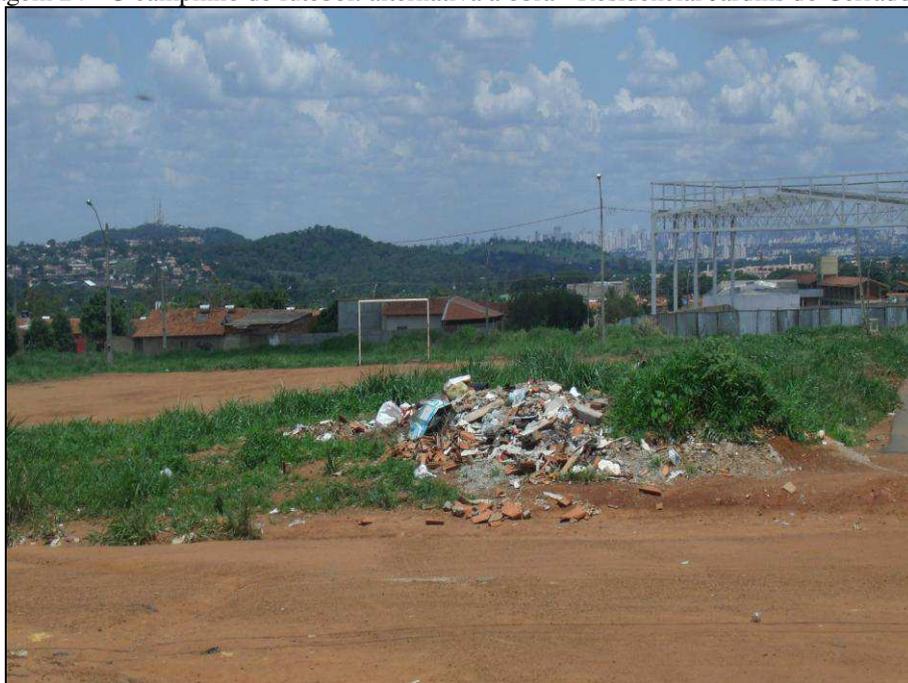
Fonte: A autora.

Imagem 23 - ...E a obra continua - 2017 - Residencial Jardins do Cerrado 1.



Fonte: A autora.

Imagem 24 - O campinho de futebol: alternativa a obra - Residencial Jardins do Cerrado 1.



Fonte: A autora

Imagem 25 - A rua... e a resistência - Residencial Jardins do Cerrado 2.



Fonte: A autora.

5.4 As rupturas e os avessos

Em meio a um contexto de constante ruptura dos acessos e conseqüente privação dos direitos, notam-se figuras que são o avesso da ruptura: representam as perspectivas, a esperança e a resistência a um cotidiano imerso em rupturas.

5.4.1 Moradores organizados politicamente

O dia 25 de Abril de 2010 marcou a data da primeira eleição para representação da Associação de moradores dos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4. O presidente eleito nesse período evidenciava como principal foco de suas reivindicações o asfalto e a melhoria no transporte público.

A atual gestão da Associação de moradores que, segundo o representante, atua há cerca de três anos, continua as reivindicações por melhorias, mais segurança e serviço de saúde digno – estes são relatados por ele como sendo os principais problemas do cotidiano. A insegurança assume uma de suas faces ao privar os moradores do acesso aos serviços de saúde nos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4. No excerto (044), o representante revela o problema e expõe que a articulação entre Associação de moradores e a gestão municipal buscam estabelecer uma medida para

mitigar a demanda. Ao ser inquirido sobre a atuação da Associação de Moradores, conforme excerto (045), o representante enfatiza a parceria realizada com governo Estadual, através do Programa Cheque mais Moradia, modalidade Reforma, como principal benefício adquirido para os moradores dos Residenciais Jardins do Cerrado:

(044) Eu te convido p' cê ir lá conversar com as meninas, cê vai falar, realmente é grave. Aí o bandido vai lá desliga a energia pra poder entrar e furtar, ele roba o bujão, ele roba o fogão, ele roba o café, ele roba o bebedor, por último roubou as cadeiras de fio, roubou os extintor, roubou, com a queda de energia perdeu setenta vacina de criança então, uma série de acarretamento que vem trazendo prejuízo (...) Nós, como presidente da Associação, temos buscado o retorno da secretária de saúde, solicitamos um agenda com o superintendente da saúde, respeitando a hierarquia, ele vai nos atender semana que vem, e eu busquei o vereador eleito, que cada vereador assume a comissão, procurei o vereador Paulo Mayer, que é o presidente da comissão de saúde, pra nos apoiar. E ele deu total apoio, tá cobrando, solicitamos um guarda municipal po posto, pra acabar com o depedramento e esperamos ser atendido, sensibilizado pelo prefeito (César, representante da Associação Habitacional)

(045) Nós estamos buscando a melhoria, eu sou muito bairrista, vamo iluminar, roçar, limpar, cobrar a escola estadual que não tem, cobrar o policiamento que não chega, cobrar as melhorias (...) Conseguiu escriturar 800 famílias, conseguiu atender 400 cheques Reforma [Programa Cheque mais Moradia, modalidade Reforma], quatrocentos cheques reforma vezes três mil, dá um milhão e duzentos em benefícios chegando, brigamos pela continuidade do asfalto que tinha parado, asfaltou mais um pedaço, e agora nós estamos lutando pra sinalizar, pôr meio fio, boca de lobo, terminar de asfaltar o resto do setor, iluminar nas áreas precárias e buscar a segurança que o mesmo [os residenciais] merece (César, representante da Associação Habitacional)

A moradora expõe a dificuldade de articulação junto à Associação de moradores e manifesta a necessidade de centralização de um espaço para organização de demandas sociais por parte dos moradores. Geralmente, as reuniões são marcadas pelo representante por meio de divulgação virtual (Página do Facebook²⁹, "Associação Habitacional Cerrado Forte" e "Somos todos Jardim do Cerrado", e Whatsapp):

(046) Porque assim, o primeiro presidente que eu conheci na época era o Roberto, então eu vi, o debate dele parece até na televisão, de lá pra cá eu não fiquei nem sabendo que ele já tinha saído, eu não sabia, quer

²⁹ **Associação Habitacional Cerrado Forte:** Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-Habitacional-Cerrado-Forte-986944178017129/>

Somos todos Jardim do Cerrado: Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/AmorpeloJardimdoCerrado/>

dizer que eu não vejo divulgação, a gente só vê alguma coisa quando eles querem voto, não tem comunicado, não tem assim que possa chegar explicar alguma coisa não, se a gente quiser a gente tem que procurar saber, a gente não sabe nem com quem, nem aonde é! Aqui não tem nenhum local que diga, "olha, aqui é a associação." Por exemplo, se eu quiser resolver alguma coisa que eu possa pedir ajuda, "vai lá na associação." Num tem. Se a gente quiser tem que ir na casa do César, aqui eu acho que devia tira alguma casa, algum local, que monte uma associação pra gente ir lá, quer algum benefício nesse sentido, até mermo assim um benefício pra ajuda a própria comunidade, ir lá, mais não tem! (Ana Maria, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 4).

A narrativa do representante da Associação de moradores confirma a exposição apresentada pela moradora no excerto (046). O trabalho de campo, proporcionou-me participar de algumas destas reuniões, que a depender do assunto discutido agregava considerável quantidade de moradores; em detrimento de outras reuniões, em que o público era reduzido. A ausência de um espaço próprio e a pauta da reunião parecem ser as principais motivações para a presença/ausência de moradores nestes encontros. De acordo com as informações apresentadas pelo representante da Associação de moradores, a solução deste impasse está condicionada a liberação de uma área pública por parte da Gestão Municipal para que a Associação seja construída:

(047) Eu faço na minha casa, várias reuniões, é, quando eu quero despachar com a comunidade eu despacho aqui em casa mesmo, e quando quero fazer uma coisa maior, eu vou pra avenida e faço abaixo de uma marquise, de algum supermercado, de alguma farmácia, os comerciantes graças a Deus tem parceria muito forte conosco, então isso nos ajuda muito (...) Eu tenho R\$ 200 mil pra construir a sede, num projeto pronto, lacrado, que vai tirar 500 crianças da rua e a prefeitura não doa a área. O governo [Estadual] me deu o dinheiro, a prefeitura falta me dá a área (César, representante da Associação Habitacional)

5.4.2 Cooperativismo como alternativa

Após Assembleia realizada dia 09/02/2015, se institui a Cooperativa de Reciclagem do Cerrado - CRECER³⁰, inicialmente constituída por dez cooperados. Juridicamente, a cooperativa ganha forma nesta data, mas, primeiramente, sua

³⁰ Segundo informações enunciada pela presidente da Cooperativa e através de informações coletadas em trabalho de campo, o projeto foi desenvolvido a partir do apoio da Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás e em parceria com o projeto desenvolvido pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH), a partir do projeto Social "Da Casa ao Território".

constituição é de natureza simbólica. A busca por trabalho e por melhores condições de vida fez emergir, em meio às dificuldades e rupturas do cotidiano, outras possibilidades:

(048) A cooperativa foi o seguinte, eu tava trabaiano lá na rua e fui enjoano de trabaiaá pros otro, aí a Rosana ali da esquina falô assim, "vamo montar uma cooperativa". Ela chamô o povo pra ir lá na reunião dela, não foi ninguém, sabe, não foi ninguém pa reunião dela. Chamou duas vezes, na segunda vez é que eu fui, não tinha ninguém, aí falo assim, "vamo montar uma cooperativa"? Eu falei, "vamo!" Aí ela me passou a ideia eu corri atrás, já fui no mês de janeiro, em dezembro lá na habitação, que eu achava que arrumava era lá. Aí qui cheguei lá na prefeitura, perguntei e ele falô "não, a pessoa que mexe, não é aqui não, mais a pessoa que mexe com isso aqui chama Maria Eugênia", "e tem como eu falar com ela?" Ela falô, "dia dez de janeiro você vem qui, é pá pegá o número do telefone pa você liga pra ela". E fui lá e peguei o telefone dela e liguei pra ela, ela falou assim, "intão a senhora pode juntar as pessoas com quem quer trabalhar com a senhora, lá no colégio, em tal dia assim, em tanta hora assim, assim e vai lá no colégio".

Conforme relata a presidente, a instituição denominada como cooperativa, no momento, exerce a função de separação dos resíduos. Neste processo, articula relações com a Companhia de Urbanização de Goiânia (COMURG), de onde recebe os materiais recicláveis para o procedimento de separação. Em seguida, a partir de parcerias instituídas com empresas privadas, realiza a venda dos materiais recicláveis:

(049) É a seletiva, a Comurg [Companhia de Urbanização de Goiânia], que ele, eles catam, traz pra nós e nós separamos pa podê vender, igual ali, ali tem o nome de cooperativa, mais no final mesmo nós samos catadores, não, nós samos separadores, que se nós catasse na rua nós seria catadores e separadores, que que nós fazemos, nós faiz separar e vender pras, os atravessador, que eles fala, né? Travessador (...) Nós trabalha com a Federal Sucatas [Empresa de produção de resíduo de ferro reciclado], é a que compra ferro, que é do Banco da Sicoob e a Inovar [Inovar Reciclagem], que compra os balde e bacia, aqueles trem pra lá e a Ipiranga Vidros[. Então nós temos Goiás [Centro de Reciclagem em Goiânia] .São quatro, que nós somos filiado a eles.

Um dos objetivos instituídos pela Cooperativa é o engajamento de novos cooperados na atividade. Podemos observar que ao longo do tempo vão sendo agregados novos associados. A renda advinda do trabalho não possui um valor fixo, mas estimado - não existem oscilações bruscas para esses valores, em função da dependência que a Cooperativa possui em relação a Comurg. Companhia que a partir da coleta seletiva, entrega os recicláveis na CRECER, para o processo de separação. De acordo com a presidente da cooperativa, outro limitante para o aumento da renda decorre em

função da estrutura física, uma vez que não há espaço para o aumento do volume de materiais recicláveis recebidos. Na atividade de campo percebemos que para o desenvolvimento do trabalho na Cooperativa não são utilizados Equipamento de Proteção Individual (EPI).

(050) Agora tem treze, tem doze pessoas no momento, mas se entrar o... acho que se vier, umas catorze a quinze pessoas, mas tem onze por enquanto (...) Cada cooperado no meisi, deve ser mais ou menos duns, é dividido, na faixa duns, duns R\$ 600,00, R\$ 700,00 reais sai num mês, quaisi um salário (...) Tem variação, a vez um mês tem menos, a vez tem mais, cê vê, só essa caçamba desse mês, dessa quinzena que foi, que segunda feira começô ota, né? Que num veio material, veio pa nós terça e quarta e hoje [quinta-feira, dia 16/02/2017], a caçamba deu R\$ 1.914,00, as três caçamba, três caçamba, deu R\$ 1.914,00, fora os ota que tinha, qui juntô tudo, né? E, deu R\$ 244,00 real, sempre dá R\$ 290,00, na primeira quinzena, aí vai juntano di novo R\$ 290,00 qui vai dá, uns seiscentos e poco, né? Que vai dá, na faixa disso aí.

Em meio às dificuldades e rupturas socioespaciais, alguns passam de moradores a atores sociais. A pouca ou nenhuma escolaridade institucional não impede sublimes reflexões. Para este caso, o conteúdo narrado pela presidente da Associação parece solicitar pouca análise. A função social e ambiental da cooperativa fica evidente em suas palavras:

(051) Eu pra mim, o significado dessa cooperativa é o seguinte, envolve a veizi muitas coisas, é, limpeza do setor, ajuda também, né? As pessoa também trabaia já no luga e num picisa tá dislocando pa ota setor. Ajuda também na, no dizer, na dispulição do ar também. Eu usei um slogan assim ó, "tô montando uma cooperativa, né só pra mim, é pras mãe de família, que mora no Cerrado, pa trabalha perto dos seu filho e dá mais apoio po teus filhos" e pra limpeza também, do bem estar do ar, né? E ajudá minha família, por isso que eu usei esse sloga, nunca deixei de usar essa frase, eu num pensei só em mim, eu vô monta pra mim trabaiaí, pra mim não trabaiaí pus ota, chega de escravidão, eu uso uma frase assim, "ieua da roça eu já vim, da iscravidão eu já sai", então foi isso aí, foi um modo de seguir minha vida trabalhano, mexeno daqui, mexendo dali, foi que eu fisso.

5.4.3 O esporte como possibilidade

E assim revelam-se os avessos. Há quem olhe, e há quem veja. No eixo de análise "primeiras impressões", havia quem olhasse o mato e percebesse a casa. Para este caso, o morador entrevistado olhava o mato e via possibilidades, isso mesmo, no plural, possibilidades:

(052) Eu tava aqui um dia, eu tava sentado ali [apontando para a frente de sua casa], nesse tempo eu tava parado, num tava trabalhando, cheguei sentei ali, fiquei ali oiando, isso aqui [uma área pública em frente a sua casa] tava tudo só o mato, aquela coisa mais grande, mato memo, tá quase igual ta aí agora. Eu tava ali [na porta de sua casa] eu levantei eu vim cá [dentro de sua casa], peguei uma enxada e falei, "eu vou fazê um campo de futebol." Fui para lá, comecei capinar, rancar uns mato e tal, uns minino... e tinha uns pessoal que passava e dizia "eh, Raul você ficô doido?" Falei, "fiquei, tô doido da cabeça e tô lá, limpei, fui ali embaixo, cortei uns, uns pau, fiz umas travinha e botei ali e tal." Aí, um rapaz fez um campinho do mesmo jeito lá em cima, no 3 [Residencial Jardins do Cerrado 3]. Aí ele, "ei Raul, bora botar os meninos pra jogá e tal", falei, "vamo". Peguei os meninos daqui e levei lá, aí joguemo lá, ele pegô de lá e troxe aqui, nós jogô aqui. Aí eu fui falei, vô levantá aqui e fazê um projeto, de fazer uma escolinha.

O projeto escolinha não se fez de maneira institucionalizada. As parcerias estabelecidas com o primeiro representante da Associação de moradores dos Residenciais Jardins do Cerrado, em 2010 e a retirada de parte do próprio salário para compra de materiais esportivos proporcionaram a realização do torneio de futebol, os primeiros passos para formação do projeto. Iniciativa reconhecida pelas crianças e jovens participantes da escolinha. Atitudes que estimulavam os esforços e a continuidade das atividades esportivas por parte do morador:

(053) 2010 mais ou meno foi quando nós mudô para cá, que eu comecei fazê esse... fazê esse campinho na base da enxada. Só que até que ficou bom, ficou, aí o Roberto [na época representante da Associação de moradores], mora ali em cima, falô "não eu vô ajeitá, vô pidi pra passar a patrola aqui" (...) Era o presidente [primeiro presidente da Associação de moradores dos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4], arrumô, passô a patrola aqui, limpô, aí teve um tempo ele falô, "não, vô patrociná um campeonato procês aí, procê fazê pos menino". Num foi nem um campeonato, foi um torneio. Foi lá, arrumou os trôfeu, arrumou os trem, troxe as medalinha, nós fizemo, aí os menino jogô, aí o timinho que ganhô e levô o troféu, e eu peguei do meu... eu trabalhava, tinha meu salário, e tirei do meu salário e falei "tá aqui, isso aqui é o dinheiro do patrocínio que cês ganhô." "Ah, quem patrocinô, baiano?" Falei "não, foi eu mesmo." Todo mundo ficô naquela maiô alegria, né? "Não baiano, nós vamo continuar, vamo continuar", aí eu fui comprano, comprei uniforme, comprando chuteira pra minino e fui indo, eu ia atrás dos pai, eu preciso disso assim, assim. Os pai, "ah, nós num tem", falei "não, beleza". Aí eu pegava, eu mesmo pegava do meu dinheiro e comprava.

As narrativas do morador vão imprimindo novas paisagens ao cotidiano. Ao desvelar problemas sociais, como o consumo de drogas ilícitas e roubos, o morador

ratifica as práticas de crimes enunciadas por outros moradores, por exemplo, nos excertos (31) e (32). O que se evidencia como diferente nesta narrativa são as palavras e ações desenvolvidas no projeto esportivo que revela sua face social:

(054) Tinha dia que aqui [na casa do entrevistado] tava quaise lotado de minino, e a muié meia brava começava brigar, que minino tarra é gritando, e eu, "não, num dá moral pra ela não, vamo ficá aqui. (...) Eu contava quase a minha história pra es, eu contava minha história que aconteceu comigo, que eu fui um menino assim, que meu pai, meu pai era assim meio bruto e eu perdi minha mãe muito novo, saí de casa muito novo, aí, meu pai mesmo falava, "nossa, cê vai saí de casa nessa idade, cê vai virá bandido, vai fumá maconha" e falava tudo, aí eu contava minha história. Tinha um menino aqui, tinha um "rapaizinho" que roubava do próprio pai pa podê fumar maconha, ele veio para cá, jogô bola comigo, eu contava minha história pra ele, eu contei pra ele o quê que tinha acontece comigo, o que aconteceu na minha vida quase toda, falei que era assim e assim assim, "você muda, cê muda do vinho para água, não da água pro vinho, se você quisé mudá você vai mudá". E ele foi ino, foi ino, nuns três meise depois o pai dele veio aqui na minha porta, falou para mim "eu quero saber o quê que cê fez cum meu filho?" Eu falei "porquê?" "É, porque meu filho num tá roubano lá em casa mais", eu falei, "nada, só contei minha história pra ele, só conversei com ele, e é o que você precisa fazer, cê tem que conversá", aí ele baixô a cabeça e saiu e foi embora. Aí passando um tempo, foi passando, aí o menino foi pra escolinha, otra escolinha, porque ele saiu daqui e foi ali pra Ovel [Escolinha de futebol, Agremiação Esportiva Ovel], na OVEL ele foi revelado, tá jogando, tá jogando agora lá em São Paulo, ele já jogou na seleção, na Seleção Brasileira sub-20.

Quando perguntado sobre as regras para participação no projeto da escolinha, o entrevistado não expressa nenhuma intenção em burocratizar ou normatizar o projeto. O que se percebe são orientações, ação que não se restringe ao domínio da atividade esportiva, já que são evidenciados os esforços de inserção social e a busca por assegurar cidadania para as crianças e jovens atendidas no projeto:

(055) Não pode fazê isso, que pra vim pa escolinha tem que trazê sua nota do colégio, se tivê bom cê joga, se não tiver cê vai ficá de castigo (...) Quando tava na escolinha, não podia fumar, num podia beber, não podia responder a mãe, tinha que fazê as tarefa do colégio, tinha que ser bom no colégio, tinha que trazer nota do colégio pra mim todo mês, eu fazia trazer todo mês, todo mês tinha que trazer nota do colégio pra mim olhar pra ver como é que tava, porque que nem o "oto", eu num sei ler, entendeu, mais eu entendo um pouquinho, eu vô olhá eu falo, eu sei qual é que tá boa qual é que tá ruim, isso eu sei. Aí eles trazia para mim, e outra coisa, mexê com coisas... nós saia lá no campo, nós levava nossa bola, se tivesse uma bola lá, o cara saiu largava uma bola, "baiano, achei uma bola jogada ali", "volta e põe lá." "Ah, mais eu achei". "Não, se ela tá lá é porque tem dono. Não mexa." Então es não mixia, não mixia de jeito nenhum, se achasse

uma coisa, trazia até mim, "Raul, eu achei isso aqui em tal lugar assim, assim". "Então deixa aí, vai aparecer o dono."

A prática esportiva figura como fonte de inspiração para elaboração do projeto e o seu aspecto social se percebe ao longo das narrativas do morador. Por vezes, ao longo da entrevista, tive a sensação de que o morador nunca havia percebido a dimensão social do projeto esportivo. Provavelmente, ele nunca tenha sistematizado essas reflexões assim como o fez na entrevista. A persistência para a continuidade do projeto ocorria não sem os conflitos do cotidiano, mas a vontade manifesta era a de superação dessas dificuldades. Quando inquirido sobre a participação dos pais ou responsáveis junto ao projeto esportivo, observamos uma resposta inspiradora:

(056) Quando o jogo era aqui [nos Residenciais Jardins do Cerrado], sempre eu dava conta de trazer, não trazia tudo, mais trazia um monte deles, muitos deles pra dentro do campo, falava "oh, cê vai tê... vai pra beira do campo, cê vai ter que vê seus fi jogá. "Ah não, mais num tem paciência", cê tem, o fi é seu, né? "É"! "Cê tem paciência pra criar ele?" "Tem". "Então cê tem paciência pra ver ele jogá, cê tem paciência pra incentivá ele, se você não incentivá seu filho, quem é que vai incentivá? "Ah, mais ocê tá lá?" "Ah, mais eu não dô conta pra tudo." Agora cê coloca ele, cê vai jogá, aí, vamo sipô, é um campão, cê vai colocá onze pessoas dentro de um campo pra jogá, cê vai falá no geral, não tem como você falá pra um, pra outro, pra outro, pra outro e pra outro, então o pai tem que tá lá, o pai vê e fala, vai meu filho, joga ali, vai ali, corre ali, o pai tem que incentivá o filho, porque se o pai se não incentivá o filho ele num vai pra frente, aí, sempre eu tentava trazê a família bem para perto memo, quando tinha um que não gostava, aí é que eu tentava trazê eles mais para perto ainda, até chegar aonde eu quiria.

A análise da narrativa possibilita que sejam realizadas algumas observações, mas não permite apreender o comprometimento e a vontade do morador com o desenvolvimento do projeto, a nosso modo de ver, social. Suas palavras imprimem alguma noção sobre a grandeza do projeto:

(057) Não, aqui é assim..., o sentimento misturado com preocupação, minha preocupação aqui é tirar os menino da rua, tirar os menino da droga e mostrá pra eles que na bola, jogando bola, no futebol é melhor de que es tá gastano o tempo deles e acabano com a vida deles na droga, entendeu? Usando maconha, usando droga em geral. Então, essa que é a minha preocupação, por quê eu me preocupo com os que eu tenho, entendeu? E me preocupo com dos otros, porque eu mesmo, eu falo assim, igual esse, igual o rapaz que eu tava falano procê, que ele era um rapaz responsável, que vai lá e fazia as coisa tudo certinho, hoje ele num faz mais, hoje ele caiu po mundo da droga, mais também num foi falta de conseio, porque conseiei, expliquei e falei tudo, criei... vamo sipor, que criei ele dentro do campo, a mãe dele não preocupava, falava óh, pode levá, todo lugá que eu ia, ele ia comigo.

Após cinco anos de atuação, em 2015, o projeto escolinha interrompeu suas atividades. As dificuldades do cotidiano e ausência de uma estrutura própria para o desenvolvimento do projeto produziram conflitos de interesse entre os moradores. Foi a partir da inserção no projeto "Da casa ao Território", desenvolvido pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH) nos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3, 4 e 7 que emergiu a possibilidade de retomada da escolinha. O Instituto intermedia junto a Prefeitura Municipal de Goiânia uma área pública para que sejam desenvolvidas as atividades do projeto esportivo. A princípio, o projeto "Da casa ao Território" proporcionou ao morador a aquisição de material esportivo para o projeto escolinha, que ainda sem data prevista, articula as ações necessárias para o retorno:

(058) Já mandei pedir três uniforme, o infantil, o masculino e o feminino, já pra fazer completo, aí, os cone, o elástico, a rede, a trava e o pedido do alambrado e o pedido do terreno, que esse é o pedido do terreno, o pedido do terreno já é o IADH [Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano] que tá fazendo o pedido junto à prefeitura, pra poder fazer (...) A ideia é assim, nós faz um campo aqui, na frente, nessa área, [área pública, em frente a sua casa] quando a prefeitura vim pra ocupar a área, eles tem que tirá o campo e fazer ne outra área pra nós, porque aí já tano montado o campo, tano estruturado, aí eles num pode chegá e..., principalmente. chegá e tirá as traves e jogá pra lá, e construir e num fazê otro, aí es tem que fazê otro.

Imagem 26 - O esporte como inspiração para o projeto - Residencial Jardins do Cerrado 4.



Fonte: A autora

Imagem 27 - O esporte e a resistência - Residencial Jardins do Cerrado 2.



Fonte: A autora.

5. Ir a campo é processo!

Trabalhadores!

É a vós que dedico uma obra na qual me esforcei para apresentar aos meus compatriotas alemães um quadro fiel de vossas condições de vida, de vossos sofrimentos e lutas, de vossas esperanças e perspectivas. Vivi entre vós tempo bastante para alcançar o conhecimento de vossas condições de existência, às quais consagrei a mais séria atenção, examinando os inúmeros documentos oficiais e não oficiais que tive a oportunidade de consultar. Contudo, não me contentei com isso: não me interessava um conhecimento apenas *abstrato* de meu tema - eu queria conhecer-vos em vossas casas, observar-vos em vossa vida cotidiana, debater convosco vossas condições de vida e vossos tormentos; eu queria ser uma testemunha de vossas lutas contra o poder social e político de vossos opressores (ENGELS, 2010).

Engels (2010) em 1845, ao analisar as condições de vida dos trabalhadores britânicos possivelmente tenha realizado a exposição que mais se aproximou das intenções e motivações que me instigaram a estar no *lôcus* de pesquisa.

Organizar rabiscos traçados no cotidiano do trabalho de campo e expor percepções muito íntimas, revelou um sentimento de certa inquietação. Diário, sempre me pareceu algo um tanto íntimo, e agora me dispo e o exponho. O faço sob inspiração do "olhar de longe" e do "olhar de perto" como referencia Souza (2007), busco o "mergulho" no cotidiano, ciente de que esses olhares complementaram a arte de ir a

campo. O ato de mergulhar indica ir a fundo, a profundidade desta pesquisa não se pode ser medida em metros, seu envolvimento esteve relacionado à intensidade das relações. Seria possível eu, no ato do mergulho, compreender o viver cotidiano? Possivelmente eu nunca obtenha essa resposta! Ainda assim, coloco a nu, exponho minhas percepções do viver cotidiano do Outro, sem negligenciar o ato e a tentativa de mesmo que, minimamente, experienciá-la.

Compreendo a complexidade em determinar um tempo efetivamente suficiente para conhecer o cotidiano. Não posso afirmar que o tempo vivido na área pesquisada tenha sido o suficiente para o aprofundamento nas reais condições de vida dos sujeitos pesquisados, contudo, as observações conjecturadas a partir do ato de caminhar pelos residenciais Jardins do Cerrado, os diálogos, as histórias ouvidas em cada ponto de ônibus e as narrativas coletadas para análise proporcionaram uma diversidade de informações que, sistematizadas, sinalizaram de modo mais e/ou menos aprofundado as condições da vida cotidiana e das relações estabelecidas entre moradores e a cidade de Goiânia, a partir do lugar de moradia.

Certa vez, fui advertida sobre como o "mergulho" e/ou "olhar de perto" podem influenciar no percurso e nos resultados da pesquisa. Curioso! A mesma pessoa que me ofereceu a oportunidade desta análise a partir da perspectiva teórica³¹ foi quem me advertiu sobre os meandros e interferências que os laços estabelecidos com os sujeitos sociais poderiam inferir sobre a pesquisa. Comecei a refletir sobre estas possibilidades, me propus a separar os momentos de diálogos para a pesquisa e momentos reservados a troca de ideias e de histórias com os novos amigos. Por vezes, os diálogos formais e as narrativas cotidianas se emaranhavam, e como em um entrecruzamento de narrativas, a pesquisa foi sendo direcionada. Deixei a formalidade para os momentos imprescindíveis, o viver cotidiano era o real. Dimensionar possibilidades mostrou-se tarefa árdua no processo de "mergulho no cotidiano", para mim, seria ainda mais árduo estruturar uma pesquisa tão somente no âmbito "do olhar de longe". Assumi minha escolha e a responsabilidade de (re)construir a pesquisa, sempre que necessário. Na trajetória do contato, optei por admitir uma abordagem que relacionasse o "olhar de longe" e o "olhar de perto", proporcionando assim o "mergulho" no viver cotidiano.

³¹ Souza (2007) aborda a tradição epistemológica e metodológica de pesquisas que se limita ao "olhar de longe" em detrimento a abordagem do "olhar de perto" e do cotidiano.

A busca por experienciar o cotidiano a partir da vivência no lugar revelou narrativas intensas que tão somente o dia-a-dia seria capaz de capturá-las, algumas dessas narrativas são trazidas à margem desta apresentação, não porque se negligenciem outras histórias, mas porque, às vezes, é precioso delimitar. Desejo que se torne um viajor nesta história.

Viver o processo

O habitante vive a metrópole de forma fragmentada, na medida em que sua vida se realiza e se define em lugares passíveis de apropriações reais, revelando que trajetos, percursos, ações compõem-se enquanto articulação dos lugares da metrópole (CARLOS, 2007).

Dia 13 de setembro de 2016 cheguei a Goiânia, após um contato prévio com o presidente da Associação Habitacional do Jardins do Cerrado. Recebi a informação que no dia 15 de setembro aconteceria uma reunião juntos aos moradores. Combinamos minha chegada para as 9:00 da manhã, estava um pouco apreensiva, seria o primeiro contato efetivamente direto com os moradores. No horário combinado, me encontrava na porta de sua casa, já que as reuniões da Associação geralmente ocorriam neste lugar. Já haviam algumas pessoas a espera de informações e posicionadas em ordem de fila para entrega de documentos que subsidiariam a solicitação de um benefício para reforma das habitações frente ao Governo Estadual de Goiás. O presidente da Associação fez uma breve apresentação sobre mim e solicitou que eu expusesse de modo mais específico as intenções da pesquisa. Informei que aplicaria um questionário, para coleta de dados e informações. As mais diferentes reações foram manifestadas, alguns receberam a solicitação com tranquilidade, outros mostraram pouco ou nenhum interesse pelo convite, ainda assim responderam o questionário. Tenho a impressão que o pedido do Presidente da associação influenciou nesta decisão. Ainda houve aqueles que, de modo curioso e espontâneo, se aproximavam e prontamente respondiam aos questionamentos.

Em umas das reuniões da Associação, fui apresentada a uma moradora, que no cotidiano, era conhecida como a tia do salgado. A tia, me narrava que já havia acomodado em sua casa jovens intercambistas que desenvolveram ações sociais nos residenciais Jardins do Cerrado. Após um breve diálogo sobre a pesquisa, ofereceu-me abrigo em sua moradia. Na sucessão dos dias, essa oferta se estendeu à partilha do alimento, das deliciosas roscas e salgados que no dia-a-dia eram produzidas por ela,

intervalos para os cafés, que eram quase sagrados, troca de histórias, afeto e a construção de uma confiança inimaginável, me inseriu em seu mundo de tal forma, que no âmbito do morar, do trabalho e das relações familiares foram estabelecidos laços que ultrapassaram o domínio da pesquisa, laços que seguirão para a vida.

Em muitas situações tornou-se possível observar e experienciar o cotidiano em função das oportunidades de permanecer no lugar de pesquisa, no dizer de Tuan (1983, p. 10) "experienciar é vencer os perigos". A rotina do dia, da noite e da madrugada, às vezes no íntimo da moradia, às vezes caminhando pelos Residenciais Jardins do Cerrado, proporcionaram observações que seriam limitadas, caso o trabalho de campo fosse desenvolvido apenas em horários restritos à luz do dia.

Sempre procurei utilizar o transporte coletivo para chegar até a área pesquisada. Buscava, resguardando as devidas diferenças, conhecer as possibilidades de trajetos e linhas de transporte coletivo que possibilitavam aos moradores (que utilizam este serviço) dos residenciais Jardins do Cerrado estabelecerem práticas socioespaciais na cidade de Goiânia, a partir do seu lugar de moradia. Esta experiência proporcionou narrativas interessantes.

Certo dia, encontrava-me no Terminal Vera Cruz, situado no Setor Vera Cruz, região oeste de Goiânia, após ter acessado três transportes coletivos diferentes para chegar a este terminal. Como de costume estava à espera do quarto ônibus, que permitiria minha chegada aos Residenciais Jardins do Cerrado. Após o ônibus encostar no ponto de embarque, o adentrei. Neste dia especificamente, o acesso foi relativamente confortável, a maioria dos passageiros estavam acomodados em seus bancos, apenas alguns, dentre eles, eu, encontrava-me sem assento. Ao avistar um banco vazio, um rapaz e eu concorremos com os olhos a possibilidade de nos acomodar. Muito gentilmente, ele me ofereceu o assento. Logo em seguida, o banco do lado oposto ao meu foi desocupado, momento em que o rapaz se sentou. Ao observar algumas "guias" em meu pescoço o rapaz me interpelou, ele também usava algumas "guias" semelhantes. Começamos a conversar sobre os significados destas "guias". Intimamente pensava, poderia ter a sorte deste rapaz descer no mesmo ponto que eu? Isso possibilitaria que o apresentasse a pesquisa e conseqüentemente realizasse a coleta dados. O universo parecia conspirar, descemos no mesmo ponto. Prontamente, ao apresentá-lo a pesquisa, se dispôs a participar. A partir deste dia, este rapaz tornou-se parte imprescindível neste processo, tomou para si cuidados que não eram de sua

responsabilidade, disponibilizou seu tempo e mobilizou vários outros moradores a contribuírem com a pesquisa. Gosto de pensar que a partir deste encontro foi estabelecido o que denomino de "pequena rede de relações". Relações que proporcionaram observações e experiências do viver cotidiano.

Acessar a moradia era ação de extrema complexidade, uma pessoa inteiramente desconhecida encontrava as dificuldades naturais de inserir-se no cotidiano dos moradores. Assim, outra preciosa contribuição surgiu da "pequena rede de relações". Quase como a um pai ou um avô que percorre com seu filho ou neto ainda criança os primeiros passos, cercando-o com os devidos cuidados para que na queda fossem minimizadas as possibilidades de se machucar. Neste sentido, cuidou de apresentar a mim, e após o rompimento das primeiras barreiras, cuidei de apresentar a pesquisa, processo necessitou de introdução, desenvolvimento e justificativa. As devidas apresentações e explicações prévias fizeram toda diferença na pré-disposição dos moradores em responder aos questionários. O procedimento que em muito demoraria cerca de quinze a vinte minutos, geralmente se estendiam por cerca de uma hora. Após o estabelecimento da confiança surgiram toda sorte de histórias. Por alguns dias a presença daquele senhor tinha se tornado imprescindível no desenvolvimento da pesquisa em campo.

Dia 23 de outubro de 2016, retornei à Goiânia para continuação da coleta de dados da pesquisa, tinha a pretensão de concluir a aplicação dos questionários nesta etapa do trabalho de campo. Não aconteceu exatamente como havia planejado. Nos primeiros dias em Goiânia contraí uma infecção na garganta. Neste momento começou uma batalha interna entre racional e emocional, a mente me intimava ao trabalho de campo, meu corpo não respondia. Desejava superar aquele momento e estar em campo, coletando dados. Tive que ceder! Durante cerca de uma semana, passei os dias e noites em repouso, consumindo anti-inflamatórios e esperando ansiosamente pelo reestabelecimento da saúde e do retorno a coleta de dados para a pesquisa.

Após a passagem desta primeira semana, retornei ao trabalho de campo. Ansiava agilizar as atividades atrasadas, então percebi que aquela inquietação pertencia a mim, o tempo do cotidiano, era outro. Durante as próximas semanas, até o dia 11 de novembro, os dados foram coletados, na medida em que foi possível. Desta vez, não tinha a companhia daquele senhor a percorrer os residenciais comigo. Ainda assim, contei com o auxílio dos próprios moradores. Após a conclusão da coleta de dados,

algumas xícaras de café e uma variedade de narrativas, me direcionavam e acompanhavam até a casa de moradores que pudessem contribuir com a pesquisa.

Dia 12 de outubro retornei a cidade de Ituiutaba (MG) e os dias seguintes, foram destinados à tabulação e análises dos dados coletados em campo. Em meio a este processo, os dados tabulados e os gráficos, geravam o perfil dos moradores, as respostas sobre as indagações da pesquisa, a revelação das rupturas daqueles que vivem em áreas segregadas não foram evidenciados com aqueles resultados. Foram vários os sentimentos vivenciados naquele momento, inquietação sobre os rumos da pesquisa, lágrimas, e uma necessidade de suspiros profundos, e, pronto! Depois que se respira profundamente, as ideias retornam ao lugar, reflete-se sobre os caminhos que são necessários seguir daí por diante. O primeiro passo para continuar a caminhada foi o de compartilhar com meu orientador as repostas encontradas nas análises já realizadas.

Compartilhar não foi ato tão simples assim. Ouve-se nos corredores e salas de aulas das universidades que o fato de não se encontrar as respostas propositivas em uma pesquisa também pode ser uma resposta, mesmo que não exatamente aquela que esperamos. Ainda assim, após ter escutado todas aquelas narrativas em trabalho de campo, mantinha firme a busca pelo desvelar das dimensões de rupturas do morar. Após partilhar estas angústias com meu orientador, dialogamos sobre as novas possibilidades e rumos da pesquisa. O tempo de entrega da dissertação final já batia em nossa porta. Discutimos possibilidades de técnicas e instrumentos que pudessem ser desenvolvidos em nosso favor. Acordamos a realização da entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de dados, compreendendo que as informações exploradas de modo aprofundado apresentariam resultados mais efetivos sobre dimensões de rupturas do morar.

Esta nova etapa estava carregada de significados. Ir a campo era um planejamento elaborado no plano das ideias, do sair da zona de conforto, do atravessamento de paisagens, de formas, de concreto, do limiar do território. A viagem, (ver imagens 28 e 29) neste momento, significava mais que o atravessamento da cidade mineira interiorana para a metrópole goiana, era tempo de recomeçar. A travessia que sempre ocorria de maneira tranquila, desta vez, não! O desconhecido inevitavelmente causava ansiedades. Novamente estaria lá. Em busca do encontro e das respostas. O que seriam esses encontros? Sempre regados a surpresa!

Imagem 28- As travessias da pesquisadora.

 Rotas de Viação do Triângulo Ltda. RUA RECIFE, 1666 - ALTO DA GLÓRIA FONE (62) 3239-3300 - CEP 74.815-710 - GOIÂNIA - GO CNPJ: 18.449.504/0002-30 - Insc. Est.: 10.251.266-3	
BILHETE DE PASSAGEM RODOVIÁRIO - SÉRIE D - SUB-SÉRIE 3	
O PASSAGEIRO MANTERÁ EM SEU PODER ESTE BILHETE PARA FINS DE FISCALIZAÇÃO EM VIAGEM.	
1ª VIA - PASSAGEIRO	
Nº DA VIAGEM	Nº DOCUMENTO
0882	590406
Nº CONTROLE DO FORMULÁRIO	
463465	
POLTRONA	DATA EMBARQUE
21	06/02/17
HORÁRIO	DIA SEMANA
07:15	segunda-feira
PLATAFORMA	
06	
ORIGEM	DESTINO
ITUIUTABA	GOIÂNIA
PREFIXO / LINHA	
12007861 GOIÂNIA X ITUIUTABA	
TIPO SERVIÇO	AGÊNCIA/EMISSORA
EXEC	10700
AGENTE	DATA EMISSÃO
ITB4	05/02/17
HORÁRIO EMISSÃO	
17:07	
NOME DO PASSAGEIRO	
JOSY DAYANMY ALVES SOUZA	
DOC. IDENT./CPF	TELEFONE
FORMA DE PAGAMENTO	
Visa - Debito NORMAL	
CARTÃO: 627780****	
PARC:1	CONTR:000050430
PDV:2	AUT:578783
	VALOR: 98,89
RECONHEÇO E PAGAREI A IMPORTÂNCIA ACIMA CITADA.	
ASSINATURA:	
TARIFA RS:	ALIQ.ICMS
91,34	18,00
DESCONTO RS:	TAXA EMBARQUE RS:
0,00	5,20
TARIFA PROMOCIONAL RS:	VALOR ICMS RS:
0,00	16,44
DESMAS TRIBUTOS INCLICANDI RS:	PEDAGIO RS:
0,00	0,00
	TOTAL RS:
	96,54
É NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO NO ATO DO EMBARQUE	
SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor e Pessoas com Deficiência Auditiva ou de Fala - 0800 940 8090	

 Rotas de Viação do Triângulo Ltda. RUA RECIFE, 1666 - ALTO DA GLÓRIA FONE (62) 3239-3300 - CEP 74.815-710 - GOIÂNIA - GO CNPJ: 18.449.504/0002-30 - Insc. Est.: 10.251.266-3	
BILHETE DE PASSAGEM RODOVIÁRIO - SÉRIE D - SUB-SÉRIE 3	
O PASSAGEIRO MANTERÁ EM SEU PODER ESTE BILHETE PARA FINS DE FISCALIZAÇÃO EM VIAGEM.	
1ª VIA - PASSAGEIRO	
Nº DA VIAGEM	Nº DOCUMENTO
0881	586943
Nº CONTROLE DO FORMULÁRIO	
507507	
POLTRONA	DATA EMBARQUE
17	21/02/17
HORÁRIO	DIA SEMANA
18:30	ter a-feira
PLATAFORMA	
18	
ORIGEM	DESTINO
GOIÂNIA	ITUIUTABA
PREFIXO / LINHA	
12007861 GOIÂNIA X ITUIUTABA	
TIPO SERVIÇO	AGÊNCIA/EMISSORA
EXEC	9200
AGENTE	DATA EMISSÃO
0024	21/02/17
HORÁRIO EMISSÃO	
17:11	
NOME DO PASSAGEIRO	
JOSY D ALVES SOUZA	
DOC. IDENT./CPF	TELEFONE
FORMA DE PAGAMENTO	
Visa - Debito NORMAL	
CARTÃO: 400178***** VIS	
VALOR: 96,13	AUT: 358324
PARC: 1	PDV: 4
CONTR: 000210565	
RECONHEÇO E PAGAREI A IMPORTÂNCIA ACIMA CITADA.	
ASSINATURA:	
TARIFA RS:	ALIQ.ICMS
90,24	17,00
DESCONTO RS:	TAXA EMBARQUE RS:
0,00	3,54
TARIFA PROMOCIONAL RS:	VALOR ICMS RS:
0,00	15,34
DESMAS TRIBUTOS INCLICANDI RS:	PEDAGIO RS:
0,00	0,00
	TOTAL RS:
	93,78
É NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO NO ATO DO EMBARQUE	
SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor e Pessoas com Deficiência Auditiva ou de Fala - 0800 940 8090	

Fonte: A autora (2017).

Sai de Ituiutaba dia 06 de fevereiro de 2017 (quase) pronta a refazer parte do percurso metodológico desta pesquisa. Novamente, no plano das ideias o trabalho de campo foi esquematizado para ser desenvolvido no período de dez dias seguidos, sábado e domingo estavam incluídos neste roteiro, considerava a realização de uma entrevista por dia. O viver cotidiano me mostrava mais uma vez que não seria assim. Minha inquietação era interna, não era motivo significativo para que os entrevistados modificassem suas rotinas para atenderem as necessidades desta pesquisa. Neste momento percebi que eram necessárias paradas estratégicas. Difícil ponderar em meio ao caos.

No dia seguinte, 07 de fevereiro de 2017, segui para os residenciais Jardins do Cerrado, iniciei a articulação para realização das entrevistas. Alguns nomes já haviam sido considerados, em função do conhecimento prévio de alguns moradores no período de aplicação de questionários. A duas primeiras entrevistas foram marcadas e coletadas com muita facilidade, dias 7 e 8 de fevereiro. Até este momento tudo seguia conforme planejado. Bastou apenas uma alteração no percurso para se tornar necessário novas reflexões. Durante dois dias, não consegui coletar nenhuma entrevista, o viver cotidiano

mais uma vez se revelava. Os dois entrevistados seguintes, solicitaram, respectivamente, que fossem realizadas as entrevistas no sábado e no domingo, 11 e 12 de fevereiro, pois ambos estariam realizando suas atividades profissionais em dias da semana. E assim aconteceram!

Tinha o hábito de caminhar pelos residenciais Jardins do Cerrado, observava hábitos cotidianos e articulava datas para as entrevistas. Dia 13 de fevereiro, tinha o propósito de marcar a entrevista com um morador. Seguia em direção a sua moradia e duas quadras antes de chegar, o encontrei. Ele caminhava devagar, apoiado numa espécie de bengala. Parei e o cumprimentei. Perguntei se lembrava-se de mim, e muito gentilmente me sorriu, dizendo que sim. Informei que estava indo a sua casa, ele me avisou que estava indo a farmácia, mas que após alguns minutos eu poderia retornar para encontrá-lo. Resolvi esperá-lo na porta de sua casa, não poderia perder aquela oportunidade. Como de costume, as entrevistas eram realizadas na casa do entrevistado. Passado algum tempo, este senhor retornou e me convidou a entrar em sua moradia. Ele morava sozinho, mas sempre aparecia alguém para tomar um café ou fumar um cigarro com ele. Aconteceram algumas vezes durante a entrevista. Entremedio a esses acontecimentos do cotidiano, a entrevista foi realizada.

A sexta entrevista, realizada no dia 14 de fevereiro começou a ser discutida com a moradora no dia 8 de fevereiro, e pareceu-me que os ajustes sobre data, horário e lugar não sinalizavam um acordo para a realização da entrevista. Insisti um pouco, precisava equilibrar o perfil entre homens e mulheres entrevistados. Finalmente, conseguimos acordar dia, hora e lugar. Neste caso, eu não conhecia previamente a moradora a ser entrevistada, nosso contato tinha sido estabelecido por um intermediário. Situações como essa, poderiam causar desconfianças e desconfortos iniciais. Quando menciono sobre as surpresas que podem surgir nestes encontros, certamente, posso referir-me a este como uma grata surpresa. As primeiras palavras e explicações abriram caminhos para a entrevista mais longa da pesquisa, cerca de 2h40min. Foi encerrada, não por falta de informações, mas porque no mesmo dia havia assumido o compromisso de realizar uma entrevista com outra moradora e já estava atrasada para esse encontro. Concluímos! Ao manter contato com a próxima moradora a ser entrevista, em função do atraso, me sugeriu que remarcássemos para o dia seguinte.

Dia 15 de fevereiro, as 16h35min, me encontrava na porta de sua moradia, pronta a coletar as informações para esta nova entrevista. Fui muito bem recebida, com

um café da tarde especial, momento que proporcionou abertura para diálogos interessantes, carregados de informações significativas, infelizmente, neste momento, ainda não havia começado a gravação, mas orientei a entrevistada que no momento oportuno pudesse repetir as narrativas. Permaneci cerca de 3h nesta moradia, na qual 2h foram destinadas a entrevista e cerca de 1h reservada aos diálogos sem roteiro, mas repletos de significados. Saí de sua moradia por volta das 20h e às 20h12min estava dentro do ônibus para ir embora. O trajeto de retorno foi a mesmo que sempre fazia, contudo, no período noturno os horários do transporte coletivo são limitados. Neste dia, o percurso foi mais demorado que o de costume, até que eu pudesse chegar ao destino final, entre a espera e o trajeto dentro do ônibus, passaram-se cerca de 2h8min.

Dia 16 de fevereiro continuava minha caminhada pelos residenciais Jardins do Cerrado na busca por agendar a próxima entrevista. O universo parecia conspirar a favor. Entrei em contato com uma senhora sobre a qual havia recebido indicações dos moradores, em função de atividade profissional desenvolvida nos residenciais Jardins do Cerrado. Imediatamente realizado o convite, ele foi aceito, e diferentemente dos outros entrevistados, fui convidado por ela a realizar a entrevista na moradia de seu companheiro, e assim seguimos para este lugar. A entrevista aconteceu, como de costume, regada a café e narrativas muito interessantes sobre o viver cotidiano. Neste dia, especificamente, aconteceu uma reunião com os moradores, organizado pelo presidente da Associação. Incomumente, este encontro aconteceu no Residencial Jardins do Cerrado 4, em meio a rua. Interessada em participar desta reunião e já um pouco atrasada, concluímos a entrevista e sai apressada até o local marcado.

Quando cheguei à reunião, as informações já estavam sendo repassadas. Uma quinta feira ainda no horário de verão, que marcava cerca de 19h20min, o crepúsculo consolidava a diminuição da luz natural e o surgimento do anoitecer. Aos poucos, os moradores se aproximavam e conseqüentemente as informações chegavam fragmentadas, já repletas de dúvidas e questionamentos.

Imagem 29 - Reunião da Associação com os moradores - Residencial Jardins do Cerrado 4.



Fonte: Ana Maria, moradora entrevistada nesta pesquisa (2017).

A reunião aconteceu em meio a rua, de chão batido, sem cadeiras ou instrumentos que facilitassem a comunicação com aquele aglomerado de pessoas, faltava infraestrutura que pudesse acomodar a organização popular promovida pela Associação Habitacional. Compreendo a infraestrutura não como padrão definidor da organização popular, mas como o *locus* de encontro e meio pelo qual se organiza a luta de classes. Neste dia o ponto de pauta da reunião estava relacionado as informações sobre o requerimento de Alteração Territorial para Predial.

Dia 17 de fevereiro, havia saído do residencial Jardins do Cerrado 2 com destino ao residencial Jardins do Cerrado 4, uma caminhada razoável estava a minha espera. Após um rápido percurso me encontrava na Avenida Brasil, única via por onde trafegava a linha de transporte coletivo. Avistei o ônibus, pensei que essa seria uma boa oportunidade para adiantar o percurso. Ainda não sabia que a entrevista do dia seria realizada, ia ao encontro da moradora com a perspectiva de agendá-la. Entrei no ônibus, cinco pontos após havia desembarcando. Caminhei cerca de 300 metros e logo estava no lugar combinado. Neste dia fui a casa de uma moradora que já havia realizado a entrevista, havíamos combinado que me apresentaria a uma moradora para que fosse articulada a coleta de dados, e assim aconteceu. Fomos muito bem recebidas e prontamente a moradora me convidou a entrar para iniciarmos a entrevista. Haviam cinco crianças na sala, sugeri que fossemos para outro ambiente, ela me ofereceu um

banquinho de madeira e transformou uma espécie de balde em seu assento. Sentamos próximo ao muro, na casa ao lado o rádio ligado no volume tão alto que as letras das músicas se misturavam as narrativas da entrevistada. Por sorte o gravador possuía um dispositivo que reduzia ruídos externos. Foram necessárias algumas pausas, a entrevista era em sua moradia, o viver cotidiano, as vezes solicitava. Concluimos a entrevista. Sai desse encontro mais reflexiva que o de costume. O cotidiano narrado pelos entrevistados geralmente despertava em mim algum tipo de sentimento. Em especial, esse me tocou profundamente!

Neste mesmo dia, havia programado a realização da última entrevista. Apesar da exaustão e da intensidade dos últimos dias, havia um sentimento de dever quase cumprido. Às 15h, pontualmente, cheguei à casa da moradora. Imediatamente, fui por ela informada sobre a impossibilidade de realização da entrevista. Insisti um pouco para que remarcássemos para outro dia e ela, prontamente, me disse que não seria possível, que deixássemos para outra oportunidade. Apesar da moradora ter agendado dia e horário compreendi que não apresentava interesse realizar a entrevista. Como este episódio, aconteceram outros, alguns moradores aceitavam participar da entrevista, agendavam data e horário, mesmo sem a intenção de realizá-la.

Este foi um impacto um tanto desestimulante, mas nada que afetasse a certeza de que essa etapa seria concluída, faltava uma única entrevista, e ela iria acontecer. O sábado, dia 18 de fevereiro foi reservado à participação uma oficina de "Educação Financeira Familiar" desenvolvida pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH), instituição que desenvolve o projeto "Da Casa ao Território" nos residenciais Jardins do Cerrado, 1, 2, 3, 4 e 7. Foi um dia proveitoso no que se referiu à novos conhecimentos. Após a conclusão da oficina, tivemos a oportunidade de trocar impressões sobre nossos trabalhos, apresentei minha pesquisa e fui apresentada ao trabalho desenvolvido pelo Instituto nos residenciais Jardins do Cerrado. Foram esses diálogos que direcionaram o encontro com o último entrevistado.

Havia reservado o domingo, 19 de fevereiro, para a realização do último registro fotográfico da pesquisa. Neste dia, a trajetória até os residenciais Jardins do Cerrado não aconteceu através de transporte coletivo, pedi a um amigo que me acompanhasse de carro, uma vez que percorrer os residenciais a pé seria impraticável em um único dia. Saímos do setor Perim, região norte de Goiânia, cerca de 25 a 30 minutos depois entramos nos residenciais Jardins do Cerrado. Por 3h seguidas, foram

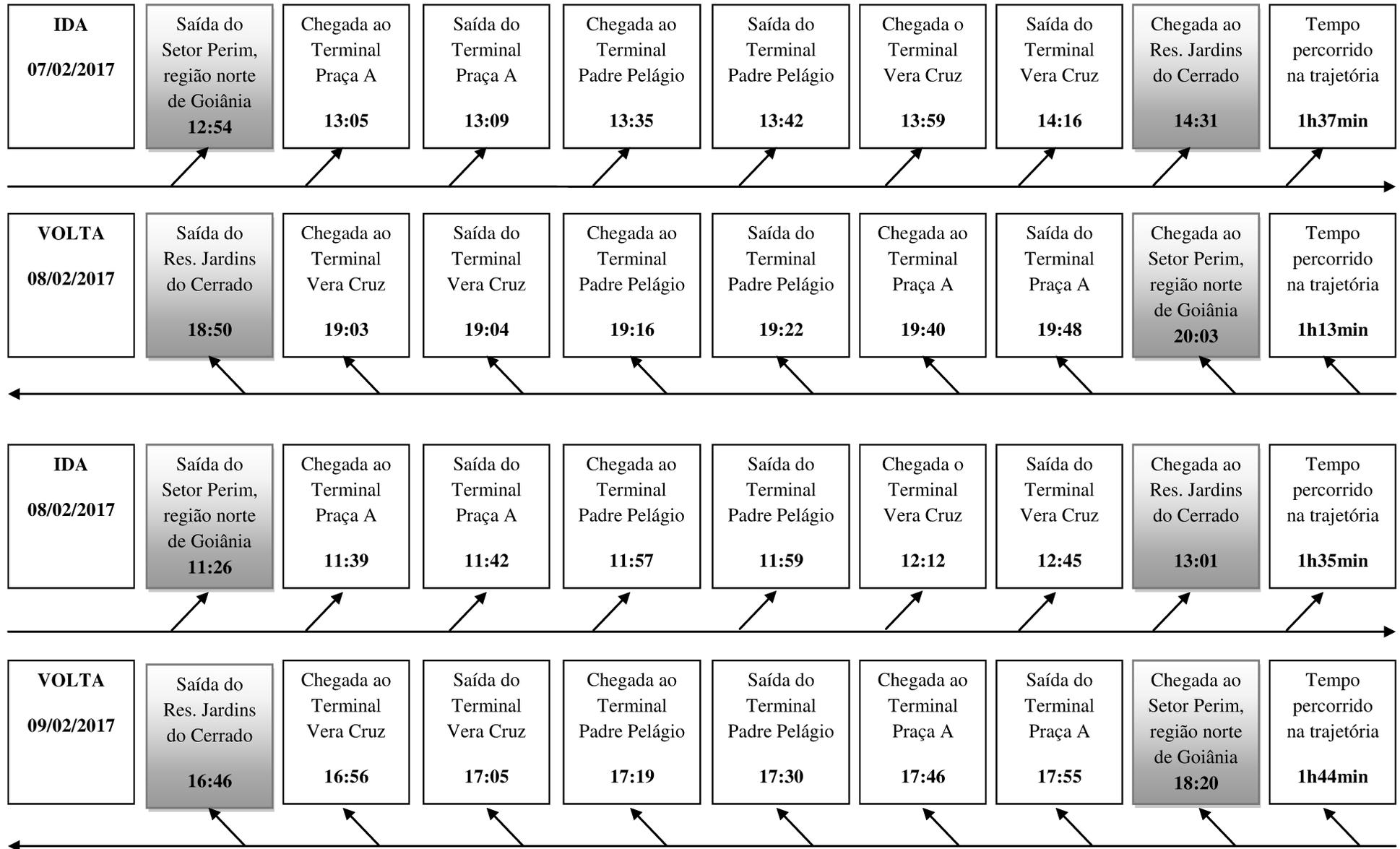
registradas cerca de 200 fotografias. Às 18horas encerramos as atividades, às 18h30min estávamos novamente no setor Perim.

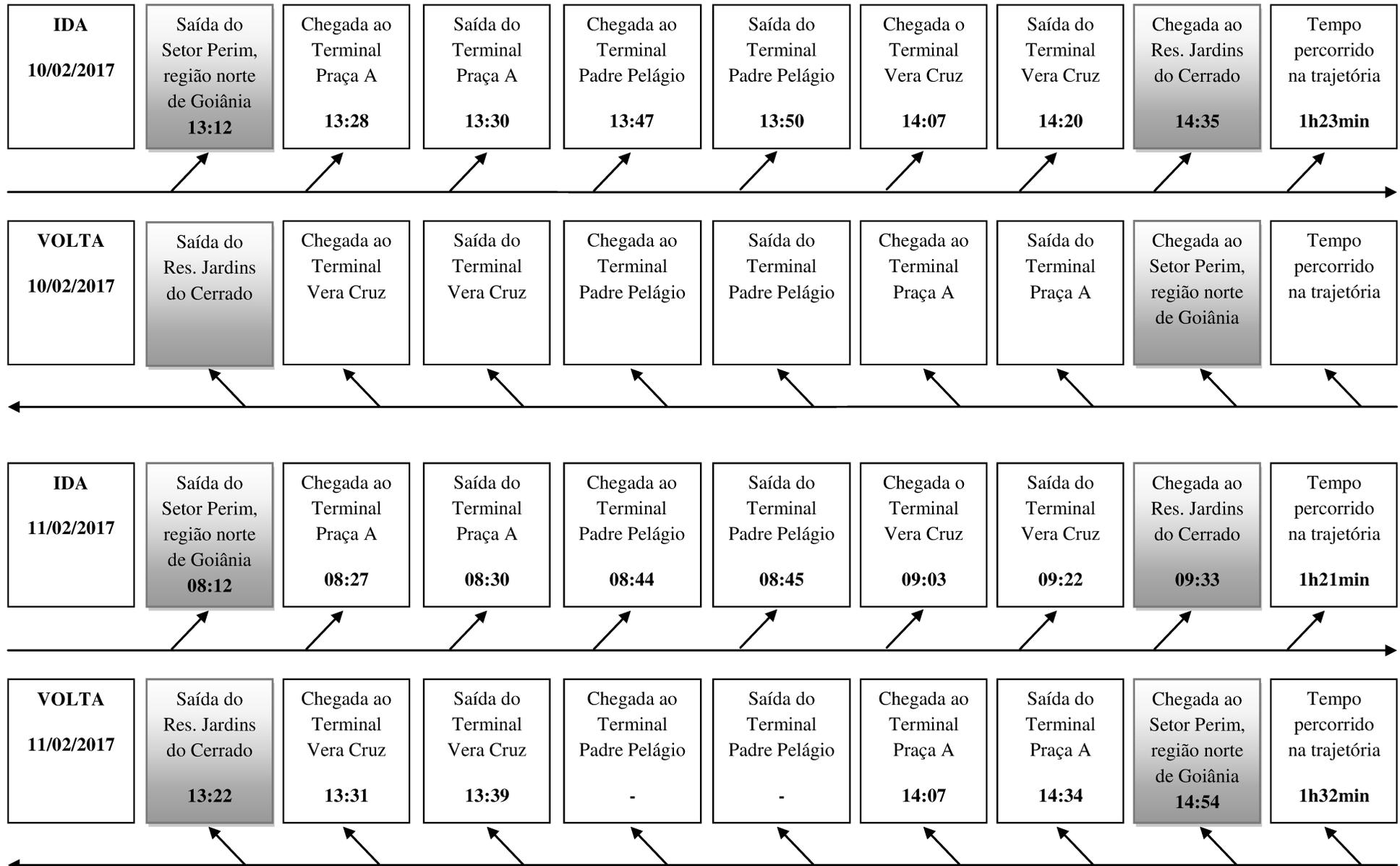
Naquela segunda feira, 20 de fevereiro, saí convicta de que concluiria a coleta de dados. Apesar de haver recebido a indicação para uma entrevista, não tinha entrado em contato com o pretense entrevistado. Fui para os residenciais Jardins do Cerrado por volta das 13h. Cheguei à moradia do possível entrevistado cerca de 15h30min. Após um pouco de insistência de minha parte, consegui ser atendida. Ao me identificar e apresentar a pesquisa, aceitou realizar a entrevista. Me contou que em outros momentos já havia me visto percorrendo os residenciais. Um pouco timidamente saíram as primeiras informações. E algumas ocasiões, como ocorreu em quase todas as entrevistas, foram necessários momentos de pausa, por interferências externas ou para o resgate de memórias adormecidas. Posso afirmar que esta entrevista encerrou a etapa de coletas de dados com uma intensidade de narrativas que em muito representou os avessos e as fissuras do cotidiano.

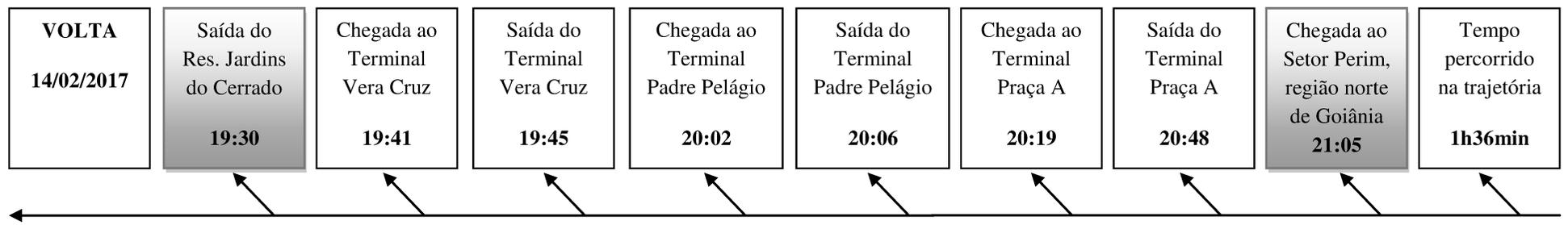
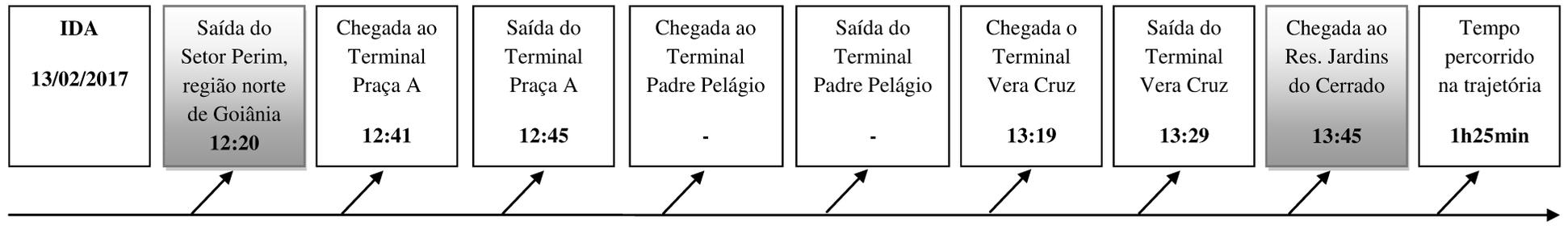
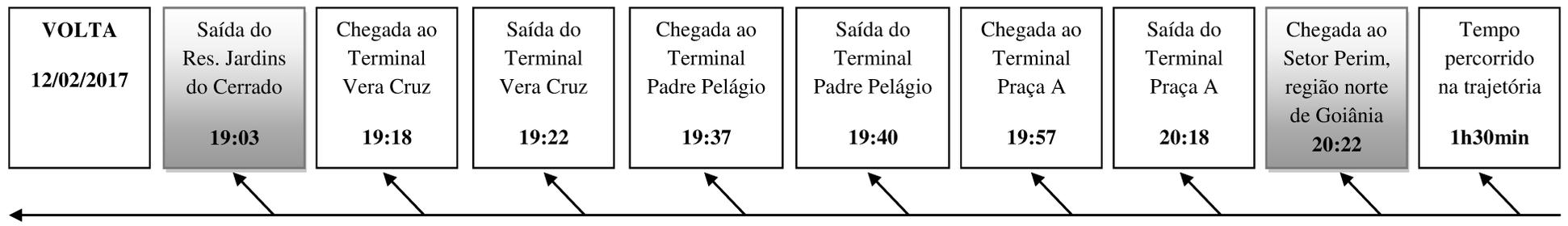
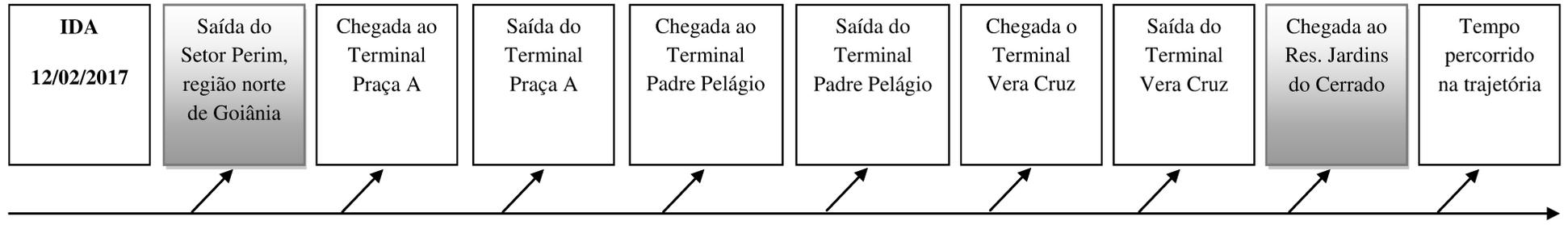
Paisagens e narrativas do viver cotidiano

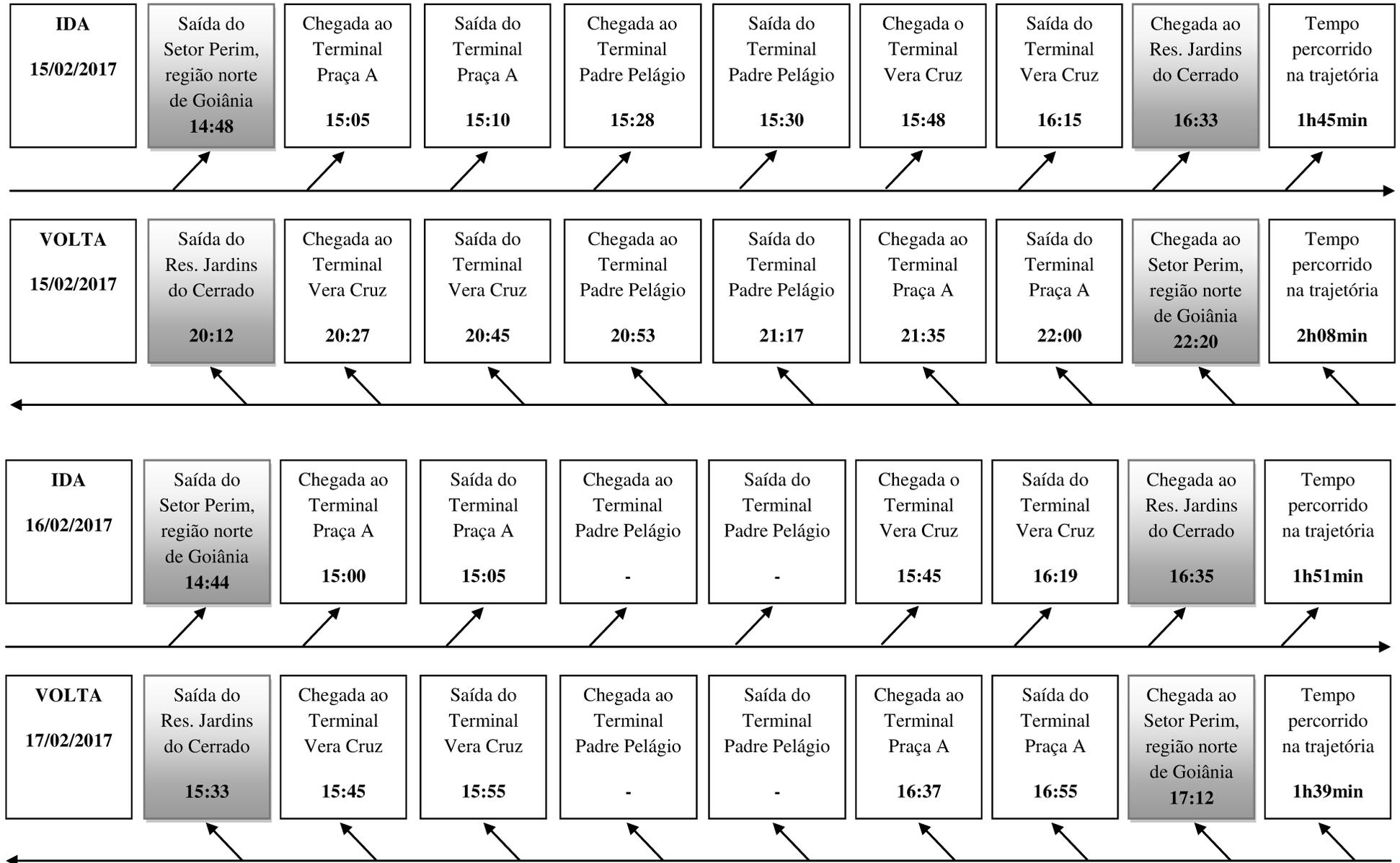
Paisagens e narrativas diz respeito as idas e vindas da investigação empírica, (ver esquema 1) as experiências vivenciadas no antes, durante e depois de acessar os Residenciais Jardins do Cerrado. As paisagens e narrativas capturadas nestes momentos, não podem ser manifestadas esquematicamente, contudo, representam a marcas das horas, das esperas, das rotas desenhadas no processo de ir a campo. Consideraria experiência interessante oferecer lápis e caderneta a alguns moradores, para que pudessem construir suas rotas, esperas e narrativas cotidianas, como por ora não foi possível, apresento algumas impressões e narrativas.

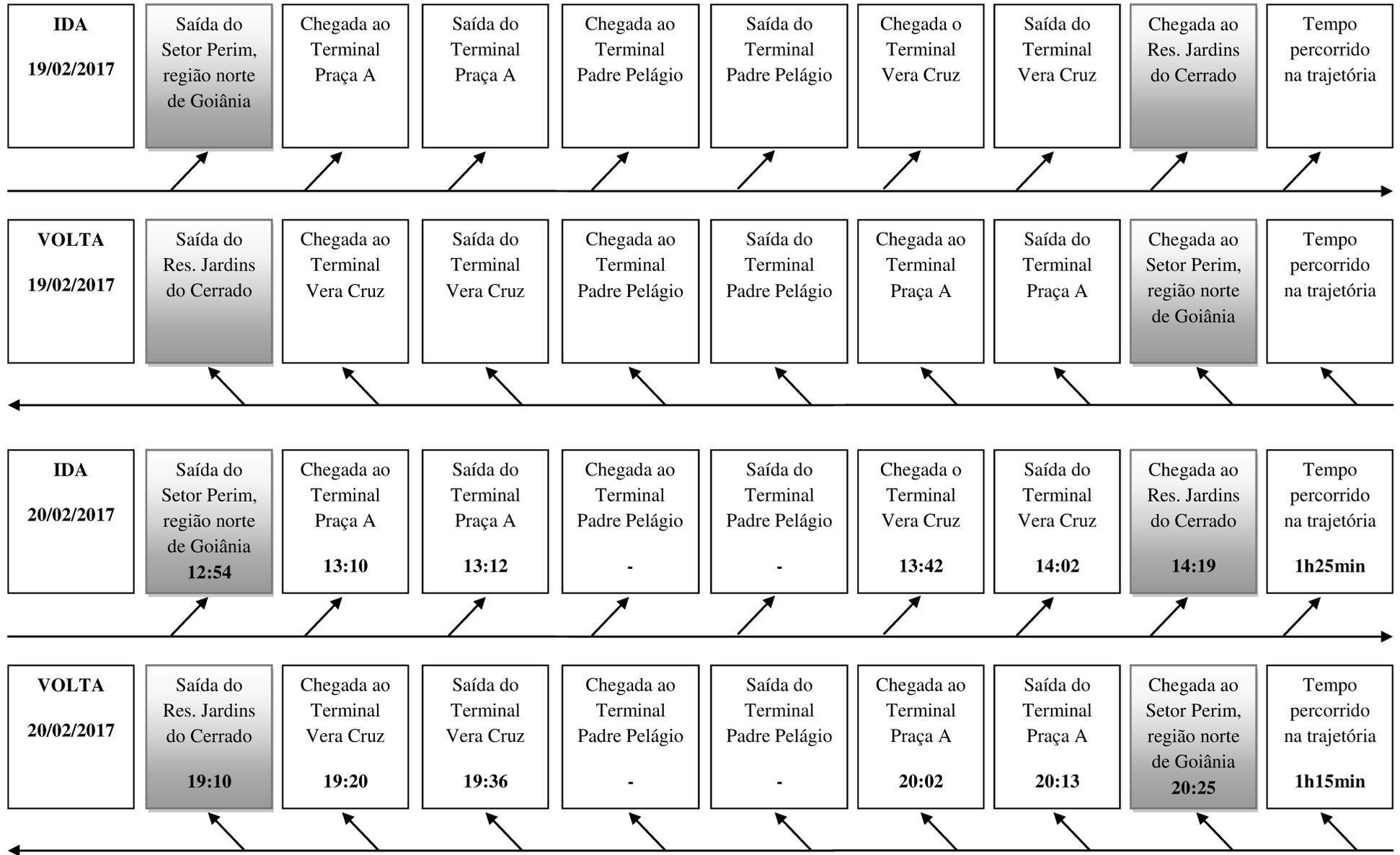
Esquema 1 - Trajetória de ônibus ida e volta Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4 entre os dias 07/02/2017 a 20/02/2017











Foi dentro do ônibus que passei várias horas de meus dias e as vezes de minhas noites para a realização desta investigação empírica. Foram diversos os horários em que realizei os percursos, tudo isso para observar facilidades, dificuldades e rupturas desta prática tão comum do cotidiano, o ir e vir. Sempre que vou a Goiânia para realização do trabalho de campo, sou recebida na casa de uma amiga que reside no setor Perim, região norte da cidade. A partir deste lugar e após embarcar em três rotas de ônibus diferentes desço no Terminal Vera Cruz, de onde efetivamente consigo acessar os residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4, através da linha 338 (Terminal Vera Cruz aos Residenciais Jardins do Cerrado). Outra possibilidade de acesso é a linha 334, com trajetória do Terminal Vera Cruz ao residencial Jardins do Cerrado 7. Esta rota atravessa a Avenida Sol Nascente, passando próximo ao residencial Jardins do Cerrado 4. E a linha 334 o que possibilita? O que seria possível é desembarcar na Avenida Sol Nascente e caminhar por até alguns quilômetros para se chegar em casa. Que dilema! Ficar à espera da linha de ônibus 338, rota que passa mais próximo a moradia ou utilizar uma linha de ônibus 334, agilizando a saída do terminal, rota mais distante de casa? Estes são mesmo dilemas do cotidiano, vivenciado pelos moradores, que revelam o condicionamento a mobilidade e expressam a ausência ou inserção precária de planejamento urbano para as diferentes áreas das cidade.

O percurso revelava cenas do cotidiano, o ônibus geralmente estava superlotado, principalmente a linha de saída do terminal Vera Cruz aos residenciais Jardins do Cerrado. Em algumas ocasiões, era necessário esperar o próximo ônibus, mais 30 minutos se passariam. Os compromissos marcados em trabalho de campo permitiam que eu pudesse esperar o próximo horário, essa regalia naturalmente não se estende aos compromissos de trabalho, de estudo e das necessidades que organizam a vida cotidiana. Certa vez, tinha acabado de desembarcar do ônibus, indo de encontro a rota 334, de longe observei que rapidamente o ônibus estava lotado, todos haviam conseguido adentrá-lo, apenas duas pessoas tinham ficado de fora, era um cadeirante e sua acompanhante, o motorista saiu de seu banco e foi até a porta para ajustar o elevador para o cadeirante, impraticável! A superlotação do ônibus impossibilitava abertura de espaço entre os que se encontravam dentro do ônibus, significava que o lugar reservado para portadores de necessidades especiais e acompanhantes já estavam ocupados, não por quem realmente deveria. De resto, era preciso esperar o próximo ônibus.

Em vários momentos diferentes, presenciei o ônibus se transformar numa espécie de *playground*, crianças, adolescentes e outros nem tão adolescentes assim, difícil precisar,

rotineiramente emitiam através de seus aparelhos celulares ou de suas vozes, sons, que pareciam sair de seu cotidiano. Certo dia, três jovens, dois meninos e uma menina, conversavam e escutavam suas músicas dentro do ônibus, era um som impessoal para mim, isso me despertou curiosidade, a letra me era estranha, mas já havia escutado aquele ritmo musical nos trajetos que fazia para a área pesquisada, tomei um pouco de fôlego e interpelando aquele adolescente lhe perguntei que estilo de música era aquela, de forma prática, me respondeu que era *Rap*. Finalizamos nosso rápido diálogo, mas ainda ouviria e muito aquele ritmo no decorrer dos dias.

Em algumas ocasiões presenciei cenas que pareciam sair de representações fílmicas, mas não, eram cenas do cotidiano, daquele cotidiano. Na plataforma de desembarque, a rotina automática de saída dos passageiros não apresentava nada de surpreendente, os esbarrões rotineiros, os passos apressados tropeçavam em passos que se permitiam a lentidão, o cansaço e as longas esperas seriam sanados quando finalmente a próxima linha de ônibus os levassem para casa. O susto ocorreu após o fechamento das portas do ônibus, vazio em sua parte interna, no vão da porta, pelo lado de fora, meio que como "surfando", dois garotos, confrontavam os perigos intrínsecos a "brincadeira", assumiam o risco de brincar. Expressavam uma sensação de dever cumprido, ultrajando normas sociais e com um sorriso no rosto que passava a sensação de liberdade, que me deixava atônita. Qual seria o real significado implícito no pseudo manuseio daquele ônibus, que se assemelhava a um brinquedo apenas em sua forma, pois se até mesmo em sua função demonstrava evidentes diferenças?

Ouvi muitas histórias e presenciei cenas interessantes dentro do ônibus, sempre atenta a diálogos que na intimidade não me diziam respeito, mas que traziam preciosos detalhes sobre o viver cotidiano. Para além de ouvir histórias, algumas delas eram produzidas em tempo real dentro do ônibus, comumente, crianças, adolescentes, jovens, utilizando uniformes escolares ou não, costumavam saltar as catracas, passar por baixo delas ou disfarçadamente, após a abertura da portas traseiras sempre surgia alguém a saltar para dentro do ônibus.

Certa vez, uma garota, ao entrar pela porta da frente do ônibus, deslizou tão bruscamente por baixo da catraca, que num gesto de espanto, o motorista sussurrou, "nossa, passou tão rápido, que nem vi, parecia um rato". Cenas como essa estão carregadas de significados. Não me preocupei em julgar a ação, não estava ali para condenar "puladores de catraca" em detrimento aqueles que morando no mesmo lugar pagavam pelo uso do transporte

coletivo. Questões muito mais inquietantes ocupavam meus pensamentos. Qual seria o significado inerente ao ato de pular as catracas? Haveria ali a sinalização de uma sujeição do cotidiano? Uma atitude de transgressão as regras da sociedade? Um ato de protesto? E ser for, protesta-se sobre, em favor de quê, e de quem? As condições socioeconômicas inviabilizam os custos diários de mobilidade? Me deparo com muitos questionamentos, algumas respostas, são resultados minhas observações, das narrativas ouvidas no cotidiano das ruas, nos corredores e assentos de ônibus e compreendidas a partir das entrevistas coletadas.

Certos momentos do cotidiano acometeram meu olhar com tamanha força e intensidade que possivelmente capturaram minha atenção em função do foco e/ou direcionamento dado ao ato de pesquisar. Tenho a sensação que a rotina maquinal do cotidiano invisibiliza aquilo que deveria sobressaltar nosso olhar e nossa indignação.

Decididamente, nos primeiros contatos em campo minhas atenções não estavam direcionadas para observação das paisagens, me preocupava em estabelecer contatos, mal compreendia que ambos estavam intimamente relacionados. Percorrer os residenciais Jardins do Cerrado para a coleta de dados tornava-se o momento exato das observações.

Caminhar era ato da apreensão, eram rotatórias demarcando as fronteiras territoriais entre um residencial e outro, puxadinhos que às vezes inibiam a percepção do limite entre uma moradia e outra, era lixo espalhado e jogado por alguns moradores pelas ruas com uma naturalidade muito própria do hábito e áreas públicas transformadas em depósito para entulhos e de matagal. Havia também o avesso. Lado a lado com o matagal e entulhos encontravam-se as fissuras, nas formas de campinhos de futebol, de hortas e jardins coletivos. Observava-os como movimento de resistência, o cotidiano era processo de (re)construção!

Não posso afirmar que na travessia do tempo o modelo da casa padrão recebida pelos moradores tenha passado por ampliação e melhorias, em sua maioria, as casas estavam cercadas por seus muros. Muros, no plural, a diversidade de "modelos" não me permite particularizar. Alguns muros erguidos por tijolos, outros por pedaços desuniformes de tábuas, portões completamente cerrados, grades que delimitam espaço privado, mas não limitam a visão do que está dentro, ou portões com fendas que permitem no limiar, observar pelas frestas o que se passa do lado de fora. O muro, ainda sem portão ou a casa sem muro, me parece mais um falta de oportunidade que propriamente uma escolha, por algum motivo ou motivos, parece necessário demarcar o território da moradia, do privado.

Dia desses, em minhas andanças, caminhava pela Avenida Brasil, avenida que atravessava (ou é atravessada) pelos residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4. Na parte

interna dos residenciais encontramos algumas "vendingas", as principais opções de comércio e serviços estão distribuídas nesta avenida ou em suas proximidades. Havia um tipo de "oferta" que estava disseminada pelos residenciais, fosse ou não a avenida principal, as igrejas! Igrejas de denominação evangélica, ou melhor, de denominações, eram tantas que necessitei do auxílio para compreendê-las.

Claramente, igreja, não é o escopo da pesquisa, apenas não admiti negligenciar essa diversidade de denominações, elas representam o viver cotidiano. No residencial Jardins do Cerrado 3 é possível encontrar uma igreja de denominação Católica Apostólica Romana e um Centro de denominação Espírita, divididas apenas por um muro e concertinas. Inicialmente havia a proposta de entrevistar uma liderança religiosa, seria uma liderança de denominação evangélica, buscava compreender relações entre a religião e o cotidiano dos moradores. Mais uma vez, o plano das decisões não representava necessariamente a realidade. Entrei em contato com duas representações religiosas, e no dia definido para a entrevista, ao chegar na moradia, recebi o veredito, nas duas situações, as entrevistas não seriam realizadas, e não havia a possibilidade de serem remarçadas.

Ainda falando sobre o ato de caminhar, de constituição de significados, era comum esbarrar em "caminhos alternativos" nos residenciais Jardins do Cerrado. O percurso, as áreas públicas, as rotatórias, os canteiros, as calçadas sem pavimentação, ganhavam as marcas dos passos que produziam/encontravam nestes, lugares de passagem, concorrer com os veículos era um atitude perigosa, importante era (re)criar possibilidades de passagem e de segurança. Ainda assim, costumava observar de dentro do ônibus carros e pedestres disputando espaço na Avenida Sol Nascente, uns faziam sua caminhada de fim da tarde enquanto outros realizavam o percurso de entrada e saída dos residenciais Jardins do Cerrado.

Em um dia de domingo, após a conclusão de uma das entrevistas, segui para o ponto de ônibus. No fim de semana o período de espera e o movimento nas ruas eram mais lentos. Caminhei por quatro quarteirões até chegar a um ponto onde havia maior circulação de pessoas. Havia um supermercado, um igreja de denominação evangélica e uma distribuidora de bebidas, abertas. Ali, sagrado e profano disputavam atenções, de fiéis e de consumidores, através da musicalidade. Estava mais próxima a igreja, ouvia com facilidade o ressoar dos hinos e das interpretações bíblicas, que não chegavam a ser abafados pelo som do Rap (sabia que era Rap, por que dias desses tinha aprendido com um adolescente, dentro do ônibus, sobre este ritmo), se encontravam, sem corromper o espaço do outro. Na destruidora, alguns homens e mulheres, de posse de um som portátil e potente, sobre um carro

estacionado na calçada ouviam um ritmo muito semelhante ao Rap, me pareceu que simbolicamente, aquela também poderia ser uma profissão fé, não a fé dogmática da religião, parecia haver uma crença nas palavras que eram ecoadas por aquelas músicas. Eram os avessos e as fissuras do cotidiano!

São muitos os equipamentos urbanos que deveriam ter sido construídos nos residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4, recorte desta pesquisa. De fato, o que encontramos? Pouco, duas escolas municipais, um PSF (Posto de Saúde Familiar) e uma creche em funcionamento. As áreas públicas municipais destinadas a praças, parques, áreas de esporte, outras escolas e creches, são utilizadas para o despejo de resíduos, entulhos, e mais recentemente, observamos outros usos em algumas dessas áreas. Não se sabe ao certo o que aconteceu, o que se escuta, são especulações. Algumas famílias, ao erguerem seus barracões de lona e de alvenaria, através da autoconstrução, foram inseridas no cotidiano dos residenciais Jardins do Cerrado, de modo a construírem seu próprio cotidiano.

Dia 20 de fevereiro de 2017, ao concluir a coleta de dados através da última entrevista em campo, já era de tardezinha, antes de ir embora, fiz questão de ir à casa de dois moradores para me despedir. Na primeira casa, agradei: o acolhimento, a comida, o pouso e o convívio com a família. Por último, precisava me despedir do fotógrafo, a correria do seu cotidiano não lhe permitiu realizar a entrevista para este trabalho, mas sempre que possível trocávamos impressões, ele me narrava histórias pessoais e do viver cotidiano no Jardins do Cerrado. Em seu arquivo pessoal, haviam algumas fotografias, capturadas em tempos precedentes e que foram cedidas para esta pesquisa.

Estávamos no ponto à espera do ônibus, eu, um jovem rapaz, e uma mãe com sua filha. Eles aguardavam o ônibus para irem a escola, cursavam o ensino médio em outro setor, nos residenciais Jardins do Cerrado não existem escolas estaduais. Ficamos em silêncio por alguns minutos, o ônibus já estava se aproximando, após alguns passageiros desembarcarem no ponto, do outro lado da rua, escutamos sobre um tumulto que havia ocorrido dentro do ônibus, próximo ao ponto de parada no residencial Jardins do Cerrado 4. Estávamos em um dos pontos de parada no Jardins do Cerrado 2. Ao realizar o retorno do ônibus, estávamos prontos para o embarque. O motorista desligou a sinalização de rota e passou direto, não parou em nenhum dos próximos pontos. Enquanto aguardávamos o próximo horário, os moradores me narravam que sempre que haviam "brigas" dentro dos ônibus, os motoristas não abriam as portas para nenhum outro passageiro embarcar, seguiam direto para o terminal. Naquele dia, eles chegariam atrasados para a aula...

*6 ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES (PARA NÃO
CONCLUIR)*

? Qué tal si deliramos por un ratito?
? Qué tal si clavamos los ojos, más allá de la infamia,
Para adivinar otro mundo posible?... (GALEANO, 2015).

A saber, o desenvolvimento deste trabalho não se ateve, em nenhum momento, à análise do processo de segregação a partir de instrumentos e técnicas de medição. Ocupamos-nos de uma abordagem compreensiva e crítica em relação ao fenômeno social. Os atores sociais pesquisados foram fontes indispensáveis ao alcance dos resultados. De modo geral, objetivamos desvelar o processo de segregação socioespacial instituído no Programa de Habitação de Interesse Social, em Goiânia. Atuamos sobre duas frentes de abordagem: a primeira, que analisou o processo de segregação a partir de sua fundamentação teórico-conceitual; e a segunda, que se propôs a imersão no cotidiano. A opção por uma investigação que combinasse escala de análise e de ação diz respeito a um foco compreensivo das práticas socioespaciais da vida cotidiana e a relações estabelecidas entre moradores dos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4, e a cidade de Goiânia.

Podemos perceber que o Estado teve papel fundamental no processo de constituição da segregação socioespacial na instituição dos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4, denominado habitação de interesse social. A cidade planejada na década de 1930, controlada por ações estatais se abriu para articulações com agentes privados, respaldando tais atuações a partir da instrumentalização por vias legais, ou seja, por decretos e leis, intensificando a atuação de agentes imobiliários, proprietários de terras e financeiros.

O Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social, promulgado a partir do Decreto nº 514/2007, estabeleceu que fosse viabilizado o acesso a terra urbanizada e à habitação digna para a população de baixa renda. No entanto, a investigação empírica realizada nos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4 evidenciou o acesso a casa, o que não se caracteriza como acesso a habitação digna e a terra urbanizada. Ruas sem pavimentação, a fossa, como sistema rudimentar de coleta de esgoto, ausência de escola pública para o Ensino Médio, demonstram a desarticulação entre os níveis de gestão municipal e estadual para tornar a terra urbanizada. Habitar não significa reproduzir a vida no âmbito da casa. A escola em seu significado objetivo é representado pela infraestrutura, no entanto, subjetivamente, ela representa o acesso à educação, que neste caso, significa a ruptura de acesso à educação.

As seguintes indagações nos inquietaram durante o desenvolvimento desta pesquisa: no plano institucional, o projeto Jardins do Cerrado refere-se a uma organização complexa

em relação às forças que atuam sobre a produção do espaço urbano. Complexidade que instiga reflexões: seria esse um Conjunto Habitacional? Residenciais? Vila? Setor?

A pesquisa documental, as observações em campo e o diálogos estabelecidos com moradores dos Residenciais e profissionais da Secretaria Municipal de Habitacional nos conduziram a algumas respostas. Os Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4 foram produzidos a partir de um convênio estabelecido entre Poder Público Municipal e a iniciativa privada, neste caso a Cerrado Participações Societárias S. A., representada pela MB Engenharia S.A. O que encontramos de claro nesta parceria foi a instituição de um projeto residencial segmentado por onze etapas, Residenciais Jardins do Cerrado 1 ao Residencial Jardins do Cerrado 11. As primeiras quatro etapas, os Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4, resultam da Lei 8.534/2007, na qual fica estabelecido que parcelamento privado do solo deve destinar entre 15% a 25% dos lotes ao Município, para a construção da habitação de interesse social, priorizando a doação dessas unidades habitacionais a famílias residentes em áreas de risco, idosos, deficientes e famílias, preferencialmente, chefiadas por mulheres. As unidades habitacionais destes residenciais foram construídas a partir de parceria instituída entre a Gestão Municipal de Goiânia e o Programa de Atendimento Habitacional - PRÓ-MORADIA, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Ao inquirirmos a Secretaria Municipal de Habitação sobre as questões supracitadas, obtivemos uma resposta objetiva, os Jardins do Cerrado são Residenciais. Residenciais que representam, nesta época contemporânea, as complexas articulações instituídas entre setor público e privado, que instrumentalizam e segmentam o acesso à habitação. Ao serem inquiridos sobre a questão, os moradores entrevistados demonstraram em suas respostas certa indignação, não identificavam o lugar de moradia como Vila, assim com está identificado na placa de entrada que dá acesso aos Residenciais. De maneira geral, compreendem o lugar como Residencial ou Conjunto Habitacional. Essa forma institucionalizada de representação dos Jardins do Cerrado, reproduz o olhar que é próprio do Estado, que participa burocraticamente do processo, o segmenta no sub-sistema de habitação de interesse social, legisla sobre ele, mas não se (pré)ocupa em produzir condições de habitação, que propiciem além do acesso à casa, o acesso à cidade.

Vila, Residencial ou Setor Jardins do Cerrado, seja qual for a denominação, o empreendimento não mascara a constituição da segregação socioespacial, ao contrário, a revela em rupturas que inicialmente são produzidas no lugar do vivido, no entanto, se expande em relação à cidade. O cotidiano e as práticas socioespaciais se apreendem é no

lugar do vivido, neste sentido, o percurso metodológico desenvolvido a partir da investigação empírica foi contundente para compreensão do fenômeno social: o trabalho de campo possibilitou o olhar que se aproxima da realidade, que coloca em evidência a segregação, que explicitamente não é mensurada em legislações e decretos. O diário de campo foi sendo construído ao longo das caminhadas e rotas diárias traçadas para e nos Residenciais Jardins do Cerrado, o que possibilitou coletar e estruturar informações que subsidiaram o desenvolvimento da pesquisa. Após organização das primeiras impressões, a coleta de dados desenvolvida a partir da realização de entrevista semi-estruturada culminou no significado que atribuímos à pesquisa, a compreensão do processo de segregação no lugar do vivido.

A casa! Essa aparece como a primeira expressão simbólica enunciada pelos moradores. A realização do sonho da casa própria representa a estabilidade, a conquista que atravessa os anos de luta, os anos de aluguel e materializa-se nessa tipologia arquitetônica. O habitar, o acessar a cidade, recebe pouca ou nenhuma expressão por parte dos moradores entrevistados. As exceções podem ser percebidas quando as relações socioespaciais são associadas à prática do trabalho e à busca por acesso a serviços públicos e privados que não são encontrados nos Residenciais Jardins do Cerrado. A conquista da casa própria ocorre não sem a contradição que envolve as rupturas das relações socioespaciais na cidade. A vida cotidiana, após a aquisição da casa, foi sendo constituída a partir das fronteiras materiais, aquelas produzidas pelo Estado, e a simbólica, produzida no próprio lugar do vivido. Existe por parte dos moradores um discurso associado à estigmatização de quem reside nos Residenciais Jardins do Cerrado, a marca da insegurança, interrompe relações socioespaciais entre os moradores dos próprios residenciais, o que pôde ser percebido quando os entrevistados destacam que, em um Residencial específico, a criminalidade e violência ocorrem de maneira mais intensificada. A segregação planejada pelo Estado e agentes privados revela sua primeira face: a depender do horário, rompem-se as relações socioespaciais dentro do próprio lugar do vivido. Soa implicitamente nos Residenciais um "toque de recolher" que não é sinalizado por uma lei, mas que é apreendido na medida em que os moradores narram que, após certo horário, o recomendado seria não sair de casa, e que, caso seja necessário, o trajeto seja realizado pela avenida principal, onde, até certo horário, existe um movimento de pessoas em torno de supermercados, farmácias e igrejas.

Os Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4, foram entregues aos moradores no período de 2009 a 2010, assim, a casa padrão foi estabelecendo os sentidos do habitar, sua representação simbólica, porque no sentido material, o amontoado de casas, com uma

avenida principal pavimentada, creche, escolas e posto de saúde sendo construídos, estruturalmente, não representava o acesso à terra urbanizada e à habitação digna. Vê-se na ausência da infraestrutura a privação de acesso no lugar do vivido. A ausência da escola e da unidade de saúde pode significar a ruptura de acesso à educação e à saúde? As relações socioespaciais estabelecidas no lugar do vivido e nos diversos espaços da cidade solucionam essas rupturas? O que há entre as primeiras impressões e a vida hodierna? As contradições! Quando as casas não eram muradas, não se ouvia falar sobre assaltos ou criminalidades, o erguimento dos muros representa para os moradores o conforto da privacidade e uma indicação de que os tempos mudaram, de que existe a necessidade de se proteger do outro, não se sabe muito bem quem é outro, nem sempre tem nome ou forma, pode ser um corpo que transita entre um muro e outro sem ser visto, ou que pode o outro observado por grades e frestas, da porta pra dentro da casa, ou ainda a cena da violência pode estar marcada no corpo do morador estendido na janela de uma casa qualquer, sem que se saiba ao certo quem tenha provocado essa violência. O que se sabe é que existe uma necessidade de se erguer muros cada vez mais altos, não para que a violência seja extirpada, mas para que ela não seja sentida ou vista, ao menos no espaço privado da casa.

Da porta da casa pra fora, algumas ruas, ao longo do tempo vão sendo pavimentadas, a creche começa a atender a necessidades das mães que precisam trabalhar e não tem onde deixar seus filhos, as crianças e adolescentes começam a ter acesso à educação infantil e fundamental. Nos Residenciais Jardins do Cerrado, a chegada de supermercados e farmácias, principais serviços utilizados pelos moradores, o posto de saúde e o transporte coletivo são indicados pelos moradores como acesso às melhores condições de vida. A vida cotidiana nos Residenciais se consolida e assim a outra face da segregação se revela. Agora que é possível encontrar o posto de saúde, não são encontrados os medicamentos, não se realiza os exames básicos, por falta de equipamento, porque eles estão quebrados, porque o posto foi assaltado, porque o sistema de rodízio atende os moradores de cada Residencial em dias diferenciados na semana, porque não se marca consulta para mais de um morador da mesma residência. Senti a necessidade de citar a fala deste morador, foi marcante ao longo da entrevista: "não, cê num doece agora não, vô adoecê primeiro depois cê adoece," (fragmento do excerto 034).

Ao investigar as práticas socioespaciais na vida cotidiana, percebe-se que as relações estabelecidas entre os moradores e a cidade, geralmente, são associadas em função das dificuldades e privações de acesso aos serviços públicos e privados no lugar do vivido. Essas relações não são associadas à possibilidade do encontro, do lazer, da diversão, da apropriação

das diferentes atividades culturais, pública e privada, que a cidade oferece. Vê-se nos trajetos diários a busca pelo serviço bancário, a busca por um serviço de saúde, veja bem, a busca, não significa necessariamente o acesso ao serviço, comumente, os moradores associavam a solução de seus problemas de saúde à espera divina, o que representava a dificuldade de atendimento em outras áreas da cidade. Se existem supermercados e farmácias nos Residenciais, ainda assim, a possibilidade de encontrar melhores preços em comércios de maior porte, impulsiona os moradores ao deslocamento para outras áreas da cidade.

Nos Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4 não são encontrados espaços públicos destinados a atividades culturais, encontra-se áreas públicas reservadas para construção de praças, parque infantil e parque esportivo. A ruptura material produzida pela ausência da infraestrutura não impede a produção dos espaços simbólicos. Por onde se anda, vê-se os campinhos de futebol, aparecem sob diversas formas, travas e as redes dividem lugar com o entulho e o mato, as marcas da tinta nas ruas exibem as formas e o desejo pela prática do esporte. Prática que se revela como resistência diante de um sistema que, ao produzir possibilidades de acesso à casa, não considera as relações que articulam a vida nos diferentes espaços da cidade.

Em meio às rupturas, os avessos emergem, os atores sociais, aqueles, que participaram durante nove, doze, quinze anos em movimentos de luta pela casa própria, utilizando-se de instrumentos como a participação em reuniões aos domingos, o envio de cartas ao prefeito, buscando de diferentes maneiras sensibilizar o poder público, da necessidade da casa, tem força de atuação, e alguns deles atuam como atores sociais dentro dos Residenciais Jardins do Cerrado, buscam de diferentes maneiras, individual e coletivamente, transformar o lugar do vivido. A Associação de moradores, a carta, os projetos coletivos, poderiam um dia, tornarem-se instrumento de luta pelo direito à cidade?

O limiar entre a casa e a cidade percebe-se nas práticas socioespaciais que movem a vida cotidiana, e essas são subjetivas para cada morador, cada um consome a cidade de acordo com suas necessidades e possibilidades materiais, mas também simbólicas, uma não suprime ou oprime a outra, a reprodução da vida se articula no plano do lugar e no plano da cidade. Dificultar ou limitar essas articulações produz esse rompimento, sempre relativo, entre o lugar do vivido e a cidade, no entanto, algumas marcas dessas rupturas ora mais evidentes, ora latentes no espaço, puderam ser apreendidas a partir da investigação empírica. A pesquisa que associa escala de análise e ação é pouco disseminada dentro da Ciência Geográfica, essas primeiras impressões foram preliminares nesse percurso metodológico que se propôs ao mergulho no cotidiano, não tivemos a intenção ser um fim em si mesmo, ao

contrário, buscamos romper o que Souza (2007) denominou de "metodologia limitante". Muitos dos questionamentos desta pesquisa estão disseminados nas narrativas do Diário de Campo que, a nosso ver, mostrou ter sido um instrumento de coleta proeminente para a pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z; RUFINO, M. B. C. (orgs.). **Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. 428 p.: il.

AMORE, C. S. "Minha Casa Minha Vida" para iniciantes. In: **Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 11- 27, 2015.

ANDRADE, L. B. P. Educação **infantil: discurso, legislação e práticas institucionais** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p.

ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BLAIZ, R. A implicação: um novo sedimento a se explorar na geografia?. In: **BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA**. São Paulo: AGB 2006. p 25-50.

BENEVOLO, L. **História da Cidade**. Tradução Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 2007. 728 p.

BLAY, E. AL. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985. 332 p.

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA. São Paulo: AGB, n. 84, p 7- 24, 2006.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 6º ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. 344 p.: il.

BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, v. XXIX, p. 711-732, 1994.

BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 1, p. 70-104, 2008.

BRASIL. Lei nº 4.380, de 21 de Agosto de 1964. **Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm. Acesso em: 05 de out. 2016.

BRASIL. lei n.. **Dispõe sobre a criação da Política Nacional de Habitação - 2004**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>. Acesso em 07 de abr. de 2017.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**, 2001. Disponível em: <http://www.geomatica.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/Estatuto-da-Cidade.pdf>. Acesso em: 07 de abr. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937. **Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del058.htm. Acesso em: 10 de set. de 2016.

BRASIL. Lei Federal nº 11.124/2005. **Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111124.htm. Acesso em: 07 de abr. de 2017.

BRASIL. **Relatório sobre o Déficit Habitacional Municipal no Brasil (2010)**. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>. Acesso em 07 de abr. de 2017.

BRUM, E. "Mãe, onde dormem as pessoas marrons?" **El país Brasil**, 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/22/opinion/1434983312_399365.html. Acesso em: 21 de abr. de 2017.

CALDEIRA, T. P. do. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34: Edusp, 2000. 400 p.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 147 pag.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. Bras. Enferm. [online]**, v. 57, n. 5, p. 611-614, 2004.

CARDOSO, A. L. (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. 322 p.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123 p.

_____. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2005. (Coleção Repensando a Geografia).

_____. Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto. 2001. 368 p.

CAREGNATO, R. C. A; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 15, p. 4, 2006

CASA CIVIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 01 de nov 2015.

DE ANDRADE. **A rosa e o povo**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DE CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2007. 351 p.

DEMO, P. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 3. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Atlas, 1995. 293 p.

DUARTE, R. *Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo*. **Caderno de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, 2002.

CHAVEIRO, E. F. **Goiânia, travessias sociais e paisagens cindidas**. Goiânia: Ed. da UCG, 2007. 102 p.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 94 p.

CORRÊA, L. C. Segregação residencial: classes sociais e o espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. de. A; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (Orgs). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p 39-59.

ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. Tradução de Nélio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015. 158 p.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann. [Edição revista] São Paulo: Boitempo, 2010. 388 p.:il.

FERREIRA, J. S. W.(coord.) **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil Urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos**. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012. 200 p.: il.

FREITAG, B. **Teorias da cidade**. Campinas,SP: Papius. 2006. 190 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Relatório sobre o Déficit Habitacional Municipal no Brasil (2010). Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>>. Acesso em 07 de abr. de 2017.

GALEANO, E. **El Derecho al Delirio**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m-pgHIB8QdQ>>. Acesso em 07 de abr. de 2017.

GOIÂNIA. Decreto 514, de 9 de março de 2007. **Regulamenta o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social – SMHIS, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e o Conselho Gestor do FMHIS, de que trata a Lei Municipal nº 8.487, de 06 de dezembro de 2006, e dá outras providências**. Goiânia, Go, 09 de mar. de 2007. Disponível em: http://www.mpgp.mp.br/portal/arquivos/2013/04/30/15_48_20_359_Decreto_n%C2%BA_514_de_09.03.07.pdf. Acesso em: 09 de abr. de 2017.

GOIÂNIA. Lei n. 8.487, de 06 de dezembro de 2006. **Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS**. Lei Municipal nº 8.487. Disponível

em:

https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2006/lo_20061206_000008487.html. Acesso em: 03 de jun. de 2016.

GOIÂNIA. Lei nº 8.534, de 31 de março de 2007. **Dispõe sobre a doação de lotes às famílias de baixa renda de acordo com o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social.** Goiânia, GO, 31 de mai. de 2007. Disponível em <https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2007/lo_20070531_000008534.html>. Acesso em: 09 de abr. de 2017.

GOIÂNIA. Decreto n. 3291, de 21 de Agosto de 2009. Considera a parceria entre o Poder Público Municipal e a iniciativa privada para o desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social em onze etapas. **Diário Oficial do Município de Goiânia**, Goiânia, GO, 27 ago. 2009.

GOIÂNIA. Decreto n. 3292, de 21 de Agosto de 2009. Considera a parceria entre o Poder Público Municipal e a iniciativa privada para o desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social em onze etapas. **Diário Oficial do Município de Goiânia**, Goiânia, GO, 27 ago. 2009.

GOIÂNIA. Decreto n. 3293, de 21 de Agosto de 2009. Considera a parceria entre o Poder Público Municipal e a iniciativa privada para o desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social em onze etapas. **Diário Oficial do Município de Goiânia**, Goiânia, GO, 27 ago. 2009.

GOIÂNIA. Decreto n. 3294, de 21 de Agosto de 2009. Considera a parceria entre o Poder Público Municipal e a iniciativa privada para o desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social em onze etapas. **Diário Oficial do Município de Goiânia**, Goiânia, GO, 27 ago. 2009.

GOIÂNIA. Decreto n. 3295, de 21 de Agosto de 2009. Considera a parceria entre o Poder Público Municipal e a iniciativa privada para o desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social em onze etapas. **Diário Oficial do Município de Goiânia**, Goiânia, GO, 27 ago. 2009.

GOIÂNIA. Decreto n. 3296, de 21 de Agosto de 2009. Considera a parceria entre o Poder Público Municipal e a iniciativa privada para o desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social em onze etapas. **Diário Oficial do Município de Goiânia**, Goiânia, GO, 27 ago. 2009.

GOIÂNIA. Decreto n. 3297, de 21 de Agosto de 2009. Considera a parceria entre o Poder Público Municipal e a iniciativa privada para o desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social em onze etapas. **Diário Oficial do Município de Goiânia**, Goiânia, GO, 27 ago. 2009.

GOIÂNIA. Decreto n. 3298, de 21 de Agosto de 2009. Considera a parceria entre o Poder Público Municipal e a iniciativa privada para o desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social em onze etapas. **Diário Oficial do Município de Goiânia**, Goiânia, GO, 27 ago. 2009.

GOIÂNIA. Decreto n. 3299, de 21 de Agosto de 2009. Considera a parceria entre o Poder Público Municipal e a iniciativa privada para o desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social em onze etapas. **Diário Oficial do Município de Goiânia**, Goiânia, GO, 27 ago. 2009.

GOIÂNIA. Decreto n. 3300, de 21 de Agosto de 2009. Considera a parceria entre o Poder Público Municipal e a iniciativa privada para o desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social em onze etapas. **Diário Oficial do Município de Goiânia**, Goiânia, GO, 27 ago. 2009.

GOIÂNIA. Decreto n. 33301, de 21 de Agosto de 2009. Considera a parceria entre o Poder Público Municipal e a iniciativa privada para o desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social em onze etapas. **Diário Oficial do Município de Goiânia**, Goiânia, GO, 27 ago. 2009.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais** - 8ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004. 107 p.

GOTTDIENER, M. **A Produção social do espaço urbano**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 1993. 310 p.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980. 291 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=520870&search=goias|goiania>>. Acesso em: 07 de abr. de 2017.

CIDADES IBGE, 2017. **POPULAÇÃO**. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/go/goiania/panorama>. Acesso em: 14 de fev. de 2017.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178 p.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática S.A, 1991. 216 p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de T. C. Netto. São Paulo: Documentos, 1969. 133 p.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores.

MARCONI, M. de. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica** - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003. 311 p.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015a. 112 p.: il.

MARICATO, E. **A nova Política Nacional de Habitação, 2015b**. Disponível em: http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_novapoliticaHab.pdf.

Acesso em 28 de jun. de 2016.

MARICATO, E. **O "Minha Casa" é um avanço, mas segregação urbana fica intocada, 2009**. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>. Acesso em: 17 de ago. de 2016.

_____. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997. 79 p.

_____. **Metrópole, legislação e desigualdade**. *Estudos Avançados*, v. 17, p. 151-167, 2003.

_____. **A produção capitalista da casa (e da cidade)**. São Paulo: Editora Afa-Omega, 1982. 166 p.

MORAES, L. M. **A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas**. Goiânia: Ed. da UCG, 2003. 272 p.: il.

MORAES, A. C. R. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MORESI, E. **Metodologia da Pesquisa**. Disponível em: http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1370886616.pdf 2003. Acesso em: 01 ago. 2016.

MOYSÉS, A; BERNARDES, G. D. Segregação urbana e desigualdade social em Goiânia: Estado, Mercado Imobiliário e Dinâmica Socioespacial. In: MOYSÉS, A. (Coord.) **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia: Ed. da UCG, 2005. p. 173-203.

MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, **Art Déco**. Disponível em: <http://www.macvirtual.usp.br/mac/templates/projetos/seculoxx/modulo2/modernismo/deco/index.htm>. Acesso em: 01 nov. 2015.

NEGRI, S. M. Segregação Sócio-Espacial: Alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso tempo**, Rondonópolis - MT, v. VII, n. 8, p. 129-153, 2008.

NIETZSCHE, F. **Obras incompletas**, 1999. Disponível em: <http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/Obras-Incompletas-Nietzsche.pdf>. Acesso em: 23 de fev. 2017.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Projeto análise das regiões metropolitanas do Brasil, 2005**. Disponível em: https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/up/215/o/RMG-VF-final2_2_.pdf. Acesso em 18 de nov. de 2016.

OLIVEIRA, A. F. de. **Do Pântano ao Jardim: uma Nova Esperança: a produção social do espaço em Goiânia**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, 2002.

OLIVEIRA, A. F de. A reprodução do espaço urbano de Goiânia: uma cidade para o capital, In: MOYSÉS, A. (Coord.) **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia: Ed. da UCG, 2005. p. 127-155.

PAIVA, G. R. **Expansão urbana, planejamento e mobilidade: os setores Jardins do Cerrado, as obras de intervenção no trânsito, transporte coletivo e a mobilidade do trabalhador, em Goiânia e Região Metropolitana** (2010-2015). Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, 2016.

PARK, R. A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, 1967. p. 25-66. Disponível em: http://www.marcoareliosc.com.br/03velho_completo.pdf. Acesso em: 17 de jan. de 2016.

PEDRÃO, F. A economia da produção social de moradia. **Revista Rua**, v. 2, p. 19-35, 1989.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. **Goiânia: capital verde do Brasil**. Disponível em: <http://www4.goiania.go.gov.br/portal/goiania.shtml>. Acesso em: 01 de nov. 2015

RODRIGUES, A. M. Políticas Públicas: FGTS e planos diretores - conteúdos e significados. **REVISTA CIDADES**, v. 9, n. 16, p. 10-30, 2011.

_____. Desigualdades socioespaciais - a luta pelo direito à cidade. **Revista CIDADES**. v. 4. n. 6, p. 73-88, 2007.

_____. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2003. 72 p.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2015a. 424 p.

_____. "Antes tínhamos os sem-casa, agora estamos criando os 'sem-cidade'". **Brasil de Fato**, São Paulo, 29 jan. 2015b. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/31184>. Acesso: 26 de jan. 2016

_____. **O que é a cidade**. 3. ed. Editora brasiliense, 1994. 86 p.

RIZEK, C. S. Limite e limiares/Corpo e experiência. **Redobra**, n. 10, p. 33-39, 2012.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 136 p.

SERPA, A. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológico. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB 2006. p 7- 24.

SHIMBO, L. Z. **Habitação social de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2012. 224 p.

SOUZA, M. L. de. Da "diferenciação de áreas" à "diferenciação socioespacial": a "visão (apenas) de sobrevôo" como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **REVISTA CIDADES**, v. 4, n. 6, p.101-114, 2007.

_____. M. L DE. Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade "empresarialista". In: VASCONCELOS, P. de. A; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (Orgs). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p 127-146.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e a centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. de. A; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (Orgs). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p 61-93.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

VASCONCELOS, P. de. A; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. 207 p.

VASCONCELOS, P. de. A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. de A; CORRÊA, R.L; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 17-37.

_____. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Salvador: Edufba; Ilhéus: Editus, 2012.618 p.

_____. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. **REVISTA CIDADES**, v. 1, n. 2, p. 259-274, 2004.

VELOSO, M. B. V. T. **Brasileirinho**. Faixa 28. 2003.

VIEIRA, A. B; MELAZZO, E. S. Introdução ao conceito de segregação socioespacial. *Revista Formação*, v. 1, n. 10, p. 161-173, 2003

PEDRÃO, F. A economia da produção social de moradia. **Revista Rua**, v. 2, p. 19-35, 1989.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001. 373 p.

WEBER, F. A entrevista, a pesquisa e íntimo, ou por que censurar o diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, 2009

- A) Roteiro de entrevista - Roteiro de Entrevista semi-estruturada:
Moradores
- B) Roteiro de entrevista - Roteiro de Entrevista semi-estruturada:
Representante Associação dos Moradores
- C) Roteiro de entrevista Roteiro de Entrevista semi-
estruturada:Cooperativismo

**A) ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
CRITÉRIO GERAL: MORADORES**

A) PERFIL SOCIOECONOMICO DO MORADOR

Renda familiar. Gênero. Escolaridade. Profissão. Quantidade de pessoas na moradia. Etnia.
Idade. Naturalidade

B) PROCESSO PARA AQUISIÇÃO DA MORADIA

Dimensões de análise:

Informações sobre o processo seletivo

Inscrição no processo seletivo

Seleção processo seletivo

Tempo de espera

C) PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Dimensões de análise:

Processo de mudança para o Residencial

A chegada ao Residencial

A casa

O Residencial

D) A VIDA ATUAL DO MORADOR

Dimensões de análise: relação entre a habitação e a cidade

5.1 cotidiano

5.2 trabalho

5.3 saúde

5.4 mobilidade

5.5 educação

5.6 segurança

5.7 atividades culturais

5.8 comércio e serviços.

**B) ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
CRITÉRIOS ESPECÍFICO: REPRESENTANTE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES**

A) PERFIL SOCIOECONOMICO DO MORADOR

Renda familiar. Gênero. Escolaridade. Profissão. Quantidade de pessoas na moradia. Etnia. Idade. Naturalidade

B) PROCESSO PARA AQUISIÇÃO DA MORADIA

Dimensões de análise:

Informações sobre o processo seletivo

Inscrição no processo seletivo

Seleção processo seletivo

Tempo de espera

C) PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Dimensões de análise:

Processo de mudança para o Residencial

A chegada ao Residencial

A casa

O Residencial

D) A VIDA ATUAL DO MORADOR

Dimensões de análise: relação entre a habitação e a cidade

5.1 cotidiano

5.2 trabalho

5.3 saúde

5.4 mobilidade

5.5 educação

5.6 segurança

5.7 atividades culturais

5.8 comércio e serviços.

E) ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

Dimensões de análise:

Eleição de representação da Associação

Sede da Associação de moradores

Estrutura da Associação

Papel da associação

Ata da Associação

Estatuto da Associação

Demandas dos moradores

Ações e conquistas da Associação para os Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4.

**C) ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
CRITÉRIOS ESPECÍFICO: COOPERATIVISMO**

A) PERFIL SOCIOECONOMICO DO MORADOR

Renda familiar. Gênero. Escolaridade. Profissão. Quantidade de pessoas na moradia. Etnia. Idade. Naturalidade

B) PROCESSO PARA AQUISIÇÃO DA MORADIA

Dimensões de análise:

Informações sobre o processo seletivo

Inscrição no processo seletivo

Seleção processo seletivo

Tempo de espera

C) PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Dimensões de análise:

Processo de mudança para o Residencial

A chegada ao Residencial

A casa

O Residencial

D) A VIDA ATUAL DO MORADOR

Dimensões de análise: relação entre a habitação e a cidade

5.1 cotidiano

5.2 trabalho

5.3 saúde

5.4 mobilidade

5.5 educação

5.6 segurança

5.7 atividades culturais

5.8 comércio e serviços.

E) COOPERATIVISMO

Dimensões de análise:

Ideia de criação da cooperativa

Estruturação da cooperativa

A atuação da cooperativa nos Residenciais e na cidade de Goiânia

As parcerias estabelecidas com cooperativa

Do trabalho à renda

A atividades desenvolvidas entre os cooperados

O significado simbólica da cooperativa.